



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1248

Terça-feira - 28 de Maio de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2
Antônio Carlos	10
Arroio Trinta.....	12
Bela Vista do Toldo.....	13
Biguaçu	13
Bom Retiro	16
Braço do Trombudo.....	17
Caçador.....	31
Camboriú.....	35
Campo Alegre	40
Campos Novos.....	43
Canoinhas.....	49
Capinzal	58
Catanduvas.....	59
Concórdia	65
Coronel Freitas.....	65
Coronel Martins.....	67
Curitibanos	68
..... Erval	
Velho.....	69
Faxinal dos Guedes.....	69
Forquilha.....	69
Fraiburgo.....	77
Garopaba.....	79
Garuva	95
Gaspar	95
Guaramirim.....	95
Herval d'Oeste	96
Ibiam	98
Ilhota	98
Imbituba	98
Iomerê	101
Irineópolis	105
Itaiópolis	110
Itapiranga.....	110
Itapoá	115
Joaçaba	117
Lages	134
Lebon Regis.....	140
Leoberto Leal.....	140
Lindóia do Sul	142
Luzerna	142
Macieira.....	147
Maravilha.....	147
Massaranduba.....	148
Meleiro	151
Navegantes.....	152
Orleans	167
Palhoça	171

Papanduva.....	174
Passo de Torres.....	174
Passos Maia	181
Paulo Lopes	184
Pescaria Brava	186
Pinheiro Preto	188
Porto União.....	190
Rio do Sul.....	192
Salto Veloso	201
Santa Rosa do Sul	201
Santa Terezinha do Progresso	203
São Bento do Sul.....	204
São Domingos.....	209
São João do Sul	210
São José.....	211
São Lourenço do Oeste.....	215
São Pedro de Alcântara.....	216
Schroeder	216
Timbé do Sul	222
Timbó	222
Tunápolis.....	229
Turvo	234
Vargeão.....	235
Vargem Bonita	268
Vidal Ramos.....	268
Videira.....	268
Vitor Meireles.....	286

Associações

EGEM	286
------------	-----

Consórcios

CINCO	287
-------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Decreto Nº 1.684 de 21 de Fevereiro de 2013.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por LEI;

DECRETA:

Artigo 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. GELI LUCIA PESSI, do cargo de COORDENADORA DE UNIDADE ESCOLAR, Cargo de Provimento em Comissão do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 19 de Fevereiro de 2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias, especialmente o Decreto nº 575 de 01 de fevereiro de 2005.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 21 de fevereiro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.686, de 01 de Março de 2013.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TEMPORÁRIO ; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por LEI;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, ARIANE DELAI CECCHIN no cargo de Professor II -20 horas; Ensino Infantil á partir de 01 de março de 2013.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando O Decreto de nomeação 1681 de 21 de fevereiro de 2013, e as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 01 de Março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.691, de 01 de Março de 2013.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos da Lei Municipal nº 610, de 01 de Março de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 22.080,00 (vinte e dois mil, oitenta reais), para a inclusão da seguinte nova ação orçamentária:

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

09.01 Alimentação Escolar

12 EDUCAÇÃO

12.306 Alimentação e Nutrição

12.306.0042 Alimentação Escolar de Qualidade

12.306.0042.2.073 Atividades de Alimentação Escolar

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos

3.1.71.00.0.3.0000 Transferências a Consórcios Públicos

R\$ 19.982,40

3.3 Despesas Correntes

3.3.71.00.0.3.0000 Transferências a Consórcios Públicos

R\$ 2.097,60

Art. 2º A abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior é suportada com a utilização de recursos remanescentes do saldo do superávit financeiro, verificado no balanço Patrimonial do Exercício de 2012, na vinculação, daquele exercício "0.1.000 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais".

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 01 de Março 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1.692, de 04 de Março de 2013.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos da Lei Municipal nº 612, de 04 de Março de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 1.896,00 (Um mil, oitocentos e noventa e seis reais), para inclusão de nova categoria econômica e de nova vinculação na seguinte ação orçamentária:

02 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

02.01 Gerência de Administração e Finanças

04 ADMINISTRAÇÃO

04.122 Administração Geral

04.122.0004 Publicações Oficiais e Publicidade Institucional

04.122.0004.2.099 Contribuições ao Consórcio CIGA
3 DESPESAS CORRENTES
3.1 Pessoal e Encargos
3.1.71.00.0.3.0000 Transferências a Consórcios Públicos
R\$ 592,80
3.3 Despesas Correntes
3.3.71.00.0.3.0000 Transferências a Consórcios Públicos
R\$ 745,20
4 Despesas de Capital
4.4 Investimentos
4.4.71.00.0.3.0000 Transferências a Consórcios Públicos
R\$ 558,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior é suportada com a utilização de recursos remanescentes do saldo do superávit financeiro, verificado no balanço Patrimonial do Exercício de 2012, na vinculação, daquele exercício "0.1.000 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais".

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 04 de Março 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.697 de 04 de Março de 2013.
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL .

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005;

DECRETA:

Art.1º. Fica concedidas férias regulamentares a Servidora Pública LARISSA RUVIARO no cargo de ASSISTENTE SOCIAL-20 HORAS no Programa Nucleo de Apoio á Saúde da Família-NASF, no período de 30 dias.

Art.2º. Período aquisitivo de 01/03/2012 a 28/02/2013 ; período de gozo de 04/03/2013 a 03/04/2013.

Art.3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 04 de março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta data.

MARCELO CONTESSOTTO.
Responsável pelas Publicações.

Decreto Nº 1.700, de 08 de Março de 2013.
"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO ; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por LEI;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado o servidor Público Municipal, MARCOS FINGER, em cargo de provimento Efetivo de INSEMINADOR, matrícula nº 112, lotada na Gerencia de Agricultura, a partir de 08 de março de 2013, á pedido do servidor sob protocolo nº 027/2013, datado de 07 de março de 2013.

Artigo 2º-As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Artigo 3º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 288 de 16 de janeiro de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, 08 de março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.709, de 01 de Abril de 2013.
SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 603, de 05 de Dezembro de 2012;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), para utilizar recursos do excesso de arrecadações nas seguintes ações orçamentárias:

02.00 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

02.01 Gerência de Administração e finanças

04 ADMINISTRAÇÃO

04.122 Administração Geral

04.122.0003 Ações de Administração Geral

04.122.0003.1.003 Estruturação das Atividades Administrativas

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 4.500,00

04.00

GERENCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBINETE

04.02 Fundo Mun. de Desenv. Da Agropec. - FUNDEAGRO

20 AGRICULTURA

20.602 Promoção da Produção Animal

20.602.0013 Ações de Promoção da Pecuária

20.602.0013.2.029 Disponibilização SEMENTES DE PASTAGENS
3 DESPESAS CORRENTES**3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas**

R\$ 12.100,00

4 DESPESAS DE CAPITAL**4.5 Inversões Financeiras****4.5.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas**

R\$ 27.400,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, exclusivamente no vínculo 0.1.0000:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 01 de abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1685 de 21 de Fevereiro de 2013.

REGULAMENTA O ARTIGO 5º, DA LEI Nº 590, DE 21 DE JUNHO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente pela Lei nº 590, de 21 de junho de 2012.

DECRETA:

Art. 1º. Ao Prefeito e Vice-Prefeito quando a serviço se afastarem do município em caráter eventual ou transitório, para qualquer ponto do território nacional ou para o exterior, receberão a título de indenização, diárias destinadas ao custeio das despesas decorrentes com pousada, alimentação e locomoção urbana.

Art. 2º. A indenização de diárias será devida de acordo com os seguintes parâmetros:

I- Para deslocamentos em cidades do interior do Estado de Santa Catarina-R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

II- Para deslocamentos à capital do Estado de Santa Catarina e para cidades localizadas em outras unidades da federação, exceto a capital federal - R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

III- Para deslocamentos à capital Federal-R\$ 580,00(quinhetos e oitenta reais), e;

IV- Para deslocamentos ao exterior-R\$ 750,00(setecentos e cinquenta reais);

§ 1º Não haverá pagamento de diárias para deslocamentos às cidades da microrregião da associação dos municípios do alto Uruguai catarinense - AMAUC, ou em municípios situados em microrregiões adjacentes a esta.

§ 2º Não haverá pagamento de diárias para deslocamentos às cidades pertencentes à associação dos municípios do alto Uruguai - AMAU, no estado do Rio Grande do Sul.

Art.3º. Considera-se diária, para fins deste Decreto, o deslocamento que demande um período superior a 12(doze) horas, incluindo pernoite.

Art.4. Quando o agente político se deslocar a cidades em que não há pagamento de diárias, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo anterior, ou quando o período de deslocamento for igual ou inferior a 12(doze) horas ou ainda sem pernoite, com prestação de contas através de documentos fiscais hábeis.

Art. 5º. Sempre que o valor das diárias for pago adiantado, e, por qualquer motivo, o prefeito ou Vice-prefeito, não se deslocarem ao local mencionado no roteiro de viagem, os mesmos restituirão o valor no prazo máximo de 3 (três) dias.

Parágrafo Único: Na hipótese de o Prefeito ou Vice-Prefeito retornar ao município em prazo previsto no caput deste artigo.

Art.6º. As despesas com transporte, exceto aquelas decorrentes de locomoção urbana na cidade destino do deslocamento, serão custeadas pelo município, através de passagem rodoviária ou aérea, disponibilizarão de automóvel, ou, ainda, pelo regime de adiantamento, como combustíveis para a viatura utilizada.

Art.7º. As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão suportadas por dotações orçamentárias específicas consignadas no orçamento.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.9º. Fica revogado o Decreto N.º 586 de 07 de Março de 2005, e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 21 de Fevereiro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1687 de 01 de Março de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. MICHELI REINHEIMER, para exercer o Cargo de PROFESSOR II ENSINO INFANTIL- 20 HORAS; em caráter temporário, classificada em 3º lugar no Processo Seletivo 001/2013, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2013

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 01 de março 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1688 de 01 de Março de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. ELIANE MARISA HENN FISCHER, para exercer o Cargo de PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL- 20 HORAS; não habilitada, em caráter temporário, classificada em 5º lugar no Processo Seletivo 001/2013, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2013.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 01 de março 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1689 de 01 de Março de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. ELISANE DA COSTA ALVES, para exercer o Cargo de PROFESSOR- 10 HORAS; Geografia não habilitada, em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2013.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 01 de março 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1690, de 01 de Março de 2013.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a sra. LIDIANA POLHMANN, inscrito no CIC/CPF sob nº 072.809.039-24, portadora da cédula de Identidade nº 4235661 - SSP/SC, para o cargo de COORDENADORA DE UNIDADE ESCOLAR; com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 021, de 16 de Fevereiro de 2009.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1666 de 01 de fevereiro de 2013.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 01 de Março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1693, de 04 de Março de 2013.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o sr. NÉDIO KIRST, inscrito no CIC/CPF sob nº 020962659-32, portadora da cédula de Identidade nº 3572.415 - SSP/SC, para o cargo de ENCARREGADO DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO; com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 021, de 16 de Fevereiro de 2009.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 04 de Março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1694, de 04 de Março de 2013.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a sra. LISEMAR ROESE HORN, inscrita no CIC/CPF sob nº 915.060.859/20, portadora da cédula de Identidade nº 1877443 - SSP/SC, para o cargo de COORDENADORA DE SAÚDE com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 021, de 16 de Fevereiro de 2009.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 04 de Março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1695, de 04 de Março de 2013.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a sra. GREI SIMARA BERNO SCHWINGEL, inscrita no CIC/CPF sob nº 034931159-54, portadora da cédula de Identidade nº 3922553- SSP/SC, para o cargo de ENCARREGADA DE UNIDADE ESCOLAR com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 021, de 16 de Fevereiro de 2009.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 04 de Março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1696, de 04 de Março de 2013.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o sr. RONEI PALLAS, inscrito no CIC/CPF sob nº 61344427987, portadora da cédula de Identidade nº 2134103 - SSP/SC, para o cargo de COORDENADOR DE TRANSPORTES; com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 021, de 16 de Fevereiro de 2009.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 04 de Março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1698 de 06 de Março de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. CLAUDIA SCHNEIDER, para exercer o Cargo de PROFESSOR II ENSINO INFANTIL- 20 HORAS; Não habilitada em caráter temporário, classificada em 6º lugar no Processo Seletivo 001/2013, em substituição a servidora VANIA MARILDE LAUTERT, em licença maternidade.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até que perdue o afastamento da servidora efetiva no cargo citada no artigo anterior.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 06 de março 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1699 de 06 de Março de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. GEISE SABRINA LANGER, para exercer o Cargo de PROFESSOR- 10 HORAS; HISTÓRIA não habilitada, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo 01/2013, homologado através do Decreto nº 1668 de 08 de fevereiro de 2013, em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2013.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 06 de março 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1701, de 11 de Março de 2013.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a sra. LOURDES ROVER KOLLER, inscrita no CIC/CPF sob nº 756149109-30, portadora da cédula de Identidade nº 517.124- SSP/SC, para o cargo de COORDENADORA PEDAGÓGICA com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 021, de 16 de Fevereiro de 2009.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 11 de Março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1702 de 11 de Março de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. GELI LUCIA PESSI, para exercer o Cargo de PROFESSOR ENSINO INFANTIL- 20 HORAS; em caráter temporário, classificada em 1º lugar no Processo Seletivo 001/2013, Professor não habilitada Anos Iniciais do Ensino Fundamental- não habilitada com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2013

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 11 de março 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1703 de 11 de Março de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. ALICE SCHWAMBACH LEMKE, para exercer o Cargo de PROFESSOR ARTES- 10 HORAS; não habilitada em caráter temporário, classificada em 6º lugar no Processo

Seletivo 001/2013, Professora habilitada Anos Iniciais do Ensino Fundamental- com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2013

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 11 de março 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1704, de 12 de Março de 2013.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a sra. JANAÍNE SCHNEIDER, inscrita no CIC/CPF sob nº093538599-13, portadora da cédula de Identidade nº 5.398.226-6- SSP/SC, para o cargo de ENCARREGADA DE UNIDADE ESCOLAR com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 021, de 16 de Fevereiro de 2009.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 12 de Março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1705; de 12 de Março de 2013.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 603, de 05 de Dezembro de 2012;

Considerando a disponibilidade de recursos financeiros de exercícios anteriores, segundo as vinculações que adiante se identifica e que devem ser utilizados na mesma finalidade de vinculação;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, com a inclusão de vinculações relativas à recursos vinculados e remanescentes de exercícios anteriores, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 12.157,18 (doze mil, cento e cinquenta e sete reais e dezoito centavos), para atender às seguintes ações:

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

09.02 Ensino Infantil

12 EDUCAÇÃO

12.365 Educação Infantil

12.365.0043 Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil

12.365.0043.2.075 Atividades da Educação Infantil - FUNDEB

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.3.0111 Aplicações Diretas

R\$ 220,42

09.03 Ensino Fundamental

12 EDUCAÇÃO

12.361 Ensino Fundamental

12.361.0044.2.084 Serviços de Transporte Escolar

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0105 Aplicações Diretas

R\$ 328,62

06.00 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.02 Fundo Mun. de Assistência Social - FMAS

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244 Assistência Comunitária

08.244.0023 Assistência Social e comunitária

08.244.0023.2.102 Manutenção Atividades do CRASS

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0340 Aplicações Diretas

R\$ 1.615,55

02.00 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

02.01 Gerência de Administração e Finanças

06 SEGURANÇA PÚBLICA

06.181 Policiamento

06.181.0005 Segurança Pública à População

06.181.0005.2.010 Ações de Segurança no Trânsito

3 DESPESAS CORRENTE

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0000 Aplicações Diretas

R\$ 1.592,86

3.3.90.00.0.3.0170 Aplicações Diretas

R\$ 722,08

3.3.90.00.0.3.0169 Aplicações Diretas

R\$ 1.108,38

05.00 GERÊNCIA DE TRANSPORTES

05.01 Gerência de Transportes

26 TRANSPORTE

26.782 Transporte Rodoviário

26.782.0019 Rodovias Municipais Adequadas

26.782.0019.2.035 Manutenção de Máquinas e Veículos

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0343 Aplicações Diretas
R\$ 6.569,27

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2012, exclusivamente, nos recursos das seguintes vinculações:

I - 0105 - Recursos Vinculados - Salário Educação - R\$ 328,62 (trezentos e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos);

II - 0111 - Recursos Vinculados FUNDEB - R\$ 220,42 (duzentos e vinte reais e quarenta e dois centavos);

III - 0343 - Recursos Vinculados - Fundo do Petróleo - R\$ 6.569,27 (seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e sete centavos);

IV - 0340 - Rec. Vinculados - CRASS - R\$ 1.615,55 (hum mil, seiscentos e quinze reais, cinqüenta e cinco centavos);

V - 0000 - Rec. Ordinários - Multas de Transito - R\$ 1.592,86 (hum mil, quinhentos e noventa e dois reais, oitenta e seis centavos);

VI - 0170 - Rec. Vinculados - Polícia Militar - R\$ 722,08 (setecentos e vinte e dois reais, oito centavos); e

VII - 0169 - Rec. Vinculados - Polícia Civil - R\$ 1.108,38 (hum mil, cento e oito reais, trinta e oito centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 12 de Março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1706, de 12 de Março de 2013.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 603, de 05 de Dezembro de 2012;

Considerando a disponibilidade de recursos financeiros de exercícios anteriores, segundo as vinculações que adiante se identifica e que devem ser utilizados na mesma finalidade de vinculação;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 38.248,69 (trinta e oito mil, duzentos e quarenta e oito reais, sessenta e nove centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

10 SAÚDE

10.301 Atenção Básica

10.301.0034 Atendimento Equitativo e Universalizado

10.301.0034.1.026 Mobiliário e Equipamentos Médicos-Ambulatoriais

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.3.0309 Aplicações Diretas

R\$ 8.000,00

10.301.0034.2.060 Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0310 Aplicações Diretas

R\$ 20.175,13

10.301.0036 Agentes Comunitários de Saúde

10.301.0036.2.065 Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.3.0303 Aplicações Diretas

R\$ 4.962,13

10.301.0038 Farmácia Básica

10.301.0038.2.067 Assistência Farmacêutica Básica

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0306 Aplicações Diretas

R\$ 2.835,73

3.3.90.00.0.3.0311 Aplicações Diretas

R\$ 2.275,70

Art. 2º a abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela utilização de saldos remanescentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2012, exclusivamente nas seguintes vinculações:

a) 0.1.0309 - Recursos Vinculados à Saúde - PMAQ, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

b) 0.1.0310 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/Est./MAC, no valor de R\$ 20.175,13 (vinte mil, cento e setenta e cinco reais, treze centavos);

c) "0.1.0303 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/PACS, no valor de R\$ 4.962,13 (quatro mil, novecentos e sessenta e dois reais, treze centavos);

d) "0.1.0306 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/Assist. Farm.; no valor de R\$ 2.835,73 (dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais, setenta e três centavos), e;

e) "0.1.0311 - Recursos Vinculados à Saúde SUS/Est./Assist.Farm, no valor R\$ 2.275,70 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais, setenta centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 12 de Março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1707 de 18 de Março de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. Nercia Meri Sganderla, para exercer o Cargo de PROFESSOR ENSINO INFANTIL- 20 HORAS; em caráter temporário, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo 001/2013, Professor não habilitada, Anos Iniciais do Ensino Fundamental com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2013

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 18 de março 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1708 de 19 de Março de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do inciso VI do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. ALICE KOPPE, para exercer o Cargo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA; para suprir a necessidade, com vencimento salarial previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se-á em caráter temporário, enquanto perdurar a necessidade.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 19 de março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1710, de 01 de Abril de 2013.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o sr. GUSTAVO ELIAS LOHMANN, inscrito no CIC/CPF sob nº 070466209-46, portadora da cédula de Identidade nº 4997820- SSP/SC, para o cargo de ENCARREGADO DE TRANSPORTES com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 021, de 16 de Fevereiro de 2009.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 01 de Abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N.º 052/2013

DECRETO N.O 052/2013

Regulamenta a Lei Complementar nº 002 de 09 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos:

DECRETA:**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Os prestadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, estão obrigados, salvo normas em contrário, ao cumprimento das obrigações previstas neste Regulamento e na legislação tributária municipal.

Art. 2º É da competência do Secretaria de Fazenda instituir guias de recolhimento de ISS, além de modelos e formas de escrituração de livros fiscais e forma eletrônica que o contribuinte esteja obrigado a utilizar.

CAPÍTULO II DA DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS E APURAÇÃO DE ISS

Art. 3º As pessoas jurídicas de direito privado e público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município, prestadores, tomadores ou intermediários de serviços, ficam obrigados a declararem, mensalmente, via internet, os serviços contratados e/ou prestados, inclusive os de profissionais autônomos.

Parágrafo Único. Ficam obrigados ainda a apresentar a declaração dos documentos fiscais emitidos todos os estabelecimentos que tenham seu recolhimento efetuado por estimativa.

Art. 4º O Recibo de Declaração de ISS e o Recibo Declaração de ISS Retido, com a apuração deste imposto, serão gerados por programa específico, denominado Livro Eletrônico, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, www.antonio-carlos.sc.gov.br

Parágrafo Único. O Livro Eletrônico conterá:

- I - As informações cadastrais do responsável legal;
 - II - As informações cadastrais e contábeis do declarante;
 - III - Os dados de identificação do prestador e tomador dos serviços;
 - IV - Os serviços prestados e tomados pelo declarante, baseados ou não em documentos fiscais, emitidos ou recebidos em razão da prestação de serviços, sujeitos ou não a incidência do ISS, ainda que não devido ao município de Antônio Carlos (SC);
 - V - A natureza, valor e mês de competência dos serviços tomados ou prestados;
 - VI - O registro das deduções na base de cálculo admitidas pela legislação do ISS;
 - VII - O registro da inexistência de serviço prestado ou tomado, no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;
 - VIII - O registro do imposto devido, inclusive sobre registro de estimativa, e do imposto retido na fonte;
 - IX - Outras informações de interesse do Fisco Municipal.
- Art. 5º Ficam substituídas as antigas guias de recolhimento mensal e os "carnês" de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, regime de Faturamento e Estimativa, pela Guia de Pagamento do ISS, gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico, a partir de 01 de janeiro de 2014, no endereço supramencionado.

Art. 6º O descumprimento ao disposto neste Decreto sujeita o infrator às penalidades previstas na legislação vigente, sem prejuízo de outras cominações legais aplicáveis, especialmente se:

- I - deixar de remeter à Secretaria de Fazenda a Declaração de ISS e/ou Declaração de ISS Retido, no prazo previsto na legislação, independentemente do pagamento do imposto;
- II - apresentar a Declaração de ISS e/ou Declaração de ISS Retido com omissões ou dados inexatos ou inverídicos.

Art. 7º A Declaração de ISS deverá ser feita, mensalmente com ou sem movimento, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao fato gerador do tributo, e o recolhimento até o dia 20.

Parágrafo Único. A declaração deverá ser remetida, individualmente, por prestador, tomador de serviços ou responsáveis tributários a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 8º O contribuinte, além de observar as obrigações constantes

do artigo 4º, deverá, no caso de erro, na elaboração de declaração já apresentada ou de apresentação da mesma de forma incompleta ou inexata, entregar declaração retificadora.

Parágrafo Único. A retificação de dados ou informações constantes do Livro Eletrônico, e já apresentadas, somente ilide a aplicação de penalidade se realizada até o dia anterior ao início de qualquer medida de fiscalização, relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

Art. 9º A retificação da declaração poderá ser efetuada por meio eletrônico mediante apresentação de nova declaração.

§ 1º A declaração retificadora mencionada no caput deste artigo terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, substituindo-a integralmente e servindo para aumentar ou reduzir os valores de débitos do ISS já informados.

§ 2º Não será aceita a retificação que tenha por objeto alterar os débitos relativos ao ISS:

- I - cujos saldos a pagar já tenham sido enviados à Procuradoria Geral do Município e ao setor competente para inscrição na Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;
- II - cujos valores das diferenças apuradas em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações inexatas ou incompletas das notas fiscais dos prestadores, intermediários e tomadores registrados no Livro Eletrônico, já tenham sido enviados para inscrição na Dívida Ativa;
- III - em relação aos quais o sujeito passivo já tenha sido notificado do início de procedimento fiscal.

§ 3º A retificação de valores da declaração que resulte em alteração do montante do débito já inscrito em Dívida Ativa do Município, somente poderá ser efetuada pelas entidades competentes nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração.

Art. 10 As Guias de Pagamento do ISS, os documentos fiscais ou não, emitidos ou recebidos em razão de serviços prestados, tomados ou vinculados, aos responsáveis tributários ou de dedução da base de cálculo e demais comprovantes dos dados e informações declarados, deverão ficar em poder do responsável legal, para imediata exibição ao Fisco sempre que solicitados, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da data da sua transmissão ou apresentação à Secretaria de Fazenda.

CAPÍTULO III DOS LIVROS FISCAIS

Art. 11 O Tomador de Serviços e o Contribuinte emitente de Nota Fiscal, de serviços tributados ou não, ficam obrigados a manter em cada um dos estabelecimentos sujeitos à inscrição, os livros fiscais de registro das prestações de serviços efetuadas ou contratadas.

§ 1º O Livro de Registro de Prestação de Serviços deverá ser escriturado e processado eletronicamente através da ferramenta específica, constante do endereço mencionado no artigo 4º, pelos Contribuintes Prestadores e Tomadores de Serviços.

§ 2º Findo o exercício fiscal o contribuinte deverá emitir os livros fiscais em papel e promover a encadernação das folhas, serão apresentados até o último dia útil do mês de julho do ano subsequente. O descumprimento desse artigo constitui infração prevista no art. 51 da Lei Complementar 002/2003, sujeito a multa prevista neste artigo. O Livro de Serviços deve ser obrigatoriamente o do Livro Eletrônico e registrado na prefeitura.

Art. 12 Os estabelecimentos bancários e demais instituições

financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidos no Município de Antônio Carlos (SC), deverão apresentar mensalmente ao Fisco Municipal as informações fiscais sobre os serviços prestados, de acordo com os registros contábeis nas contas do plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, que tenham por objeto o registro de serviços, através da ferramenta específica, constante do endereço mencionado no artigo. 4º deste Decreto.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal, das informações fiscais dos serviços tomados.

Art. 13 Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários estão dispensados da emissão de notas fiscais de serviços e escrituração de livros fiscais, ficando, porém, obrigados a manter arquivado na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 1º Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

§ 2º Como contratante de serviços, os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão escriturar, no mesmo endereço eletrônico, as notas fiscais de serviços tomados e os recibos dos serviços prestados por não inscritos, de todos os serviços contratados.

Art. 14 O recolhimento do imposto retido na fonte far-se-á em nome do responsável pela retenção, observando-se ao prazo de pagamento.

Parágrafo Único. O não recolhimento, no prazo estabelecido será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 A apuração do imposto a pagar será feita, salvo disposição em contrário, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis, em sua escrita fiscal, contábil e comercial, os quais estarão sujeitos a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas emitidas, com seus respectivos valores, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISS para recolhimento do imposto devido.

§ 2º O responsável tomador dos serviços sujeitos ao imposto deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISS devidas, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISS para recolhimento do imposto devido.

§ 3º Fica dispensado de escrituração, bem como de retenção na fonte do Imposto sobre Serviços - ISS, o serviço comprovado através de Nota Fiscal Avulsa, emitida pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

Art. 16 Os responsáveis legais e contábeis de todas as pessoas jurídicas mencionadas no caput do artigo 3º deverão efetuar os

seus respectivos cadastros através da internet para autorização da Prefeitura e liberação da senha de acesso ao sistema.

Art. 17 O manual de operações do módulo Declarante do Livro Eletrônico e o formato dos arquivos de importação de documentos, emitidos e recebidos, estarão à disposição dos contribuintes no endereço eletrônico constante do artigo 4º deste regulamento.

Art. 18 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 24 de maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, em 28 de maio de 2013.

Extrato de Contrato N 090/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 090/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 053/2013 - Pregão Presencial nº. 038/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: EXPLOPOWER Perfuração e Detonação LTDA; Objeto contratação de empresa especializada para prestar serviços de perfuração com perfuratriz manual e desmonte de rochas com uso de explosivo, em diversos locais do Município de Antônio Carlos/SC; Valor do Contrato: R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Antônio Carlos, 07 de Maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1537, de 21 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 1537, de 21 de maio de 2013.

Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 387 de 27/05/1992 e com suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Arroio Trinta, conforme abaixo relacionados:

I - Representante do Governo Municipal e Prestadores de Serviços:

a) Representantes da Secretaria de Saúde:

TITULAR: SALETE SARTORI NESI

SUPLENTE: SALETE MARIA BIAVA

b) Representantes da Secretaria de Educação:

TITULAR: FERNANDA CONSONI

SUPLENTE: VANIA FERRONATO CAMPAGNIN

c) Representantes do Hospital Beneficente São Roque:

TITULAR: ROSE MARY MAGNANI FOGLIATTO

SUPLENTE: PAULO CESAR CIVIDINI

II - Representante dos Trabalhadores de Saúde:

a) Representantes dos Profissionais de Nível Superior:

TITULAR: SIBELE MUNARO

SUPLENTE: INÊS GULLICH

b) Representantes dos Profissionais de Nível Médio:

TITULAR: SÔNIA NESI

SUPLENTE: SANDRA MARA CERON

c) Representante dos Profissionais de Nível Auxiliar:

TITULAR: LIDIA LOCATELLI

SUPLENTE: TANIA BALDO

III - Representantes dos Usuários:

a) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

TITULAR: LUIZ POSSENTI

SUPLENTE: ALAIRTON SERIGHELLI

b) Representantes do Lions Clube:

TITULAR: ADELIDE SURDI BIAVA

SUPLENTE: MARILENE SILVA DA SILVA

c) Representantes do Clube de Mães:

TITULAR: LOURDES SERIGHELLI

SUPLENTE: LÚCIA VITALLI

d) Representantes das APPs:

TITULAR: ADRIANA LIDANI CIVIDINI

SUPLENTE: SIRLEI TEIXEIRA SCHULLER

e) Representante das Igrejas:

TITULAR: IVONETE NAVA

SUPLENTE: LÍDIA TASCA

f) Representantes da ACIAT:

TITULAR: JUARI POSSENTI

SUPLENTE: MARELIZA CONSONI

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 21 de maio de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 21 de maio de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2013 - PR

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013 - FMS

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, ora denominado FMS, inscrito sob o CNPJ 10.324.957/0001-47, com sede na Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, Centro, nesta cidade, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado pregão presencial, do tipo "menor preço por item", para a AQUISIÇÃO PARCELADA DE REMÉDIOS CONTROLADOS - FMS conforme condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. Edital disponível em: www.pmbvt.sc.gov.br

Bela vista do Toldo, 27 de maio de 2013.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Data: 07/06/2013

Horário de credenciamento e Recebimento das propostas: até as 09h00m

Horário de Abertura: 09h00min

Local: Sala de licitações, nesta Prefeitura na Rua Estanislau Schumann, 839 - centro, Bela Vista Do Toldo - SC.

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 071/2013

DECRETO Nº 071/2013 DE 09 DE MAIO DE 2013.

REGULAMENTA A LEI Nº 1627 DE 04 DE MARÇO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu; e Considerando a necessidade de regulamentação da Lei nº 1627/2002:

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no Município o programa de adoção de logradouros públicos, com o objetivo de promover a participação da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas, na urbanização, nos cuidados e manutenção dos logradouros públicos do Município de Biguaçu.

Art. 2º Podem participar do programa quaisquer entidades da sociedade civil, associações de moradores, sociedade de amigos de bairro e pessoas jurídicas legalmente constituídas e cadastradas no Município de Biguaçu.

Art. 3º Para participação no programa será necessária a assinatura de termo de adoção de logradouros públicos entre a entidade que vai assumir a adoção e o Poder Público Municipal, onde constarão as competências das partes.

Art. 4º Para dar início ao processo de adoção com vistas à

assinatura de termo de adoção de logradouros públicos referido no art. 3º, a entidade ou a pessoa jurídica, interessada em adotar determinada área pública, deverá dar entrada com a proposta de adoção, junto ao setor de protocolo.

Parágrafo Único: A entidade ou pessoa jurídica interessada deverá apresentar no ato do protocolo os seguintes documentos:

- I - requerimento formal indicando o logradouro público a ser adotado;
- II - projeto a ser desenvolvido no logradouro público;
- III - atestado negativo fazendário municipal, estadual e federal;
- IV - certidão de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Art. 5º A adoção de um logradouro público pode se destinar a:

- I - sua urbanização, de acordo com o projeto elaborado pelo departamento competente da Administração Pública Municipal ou por ele aprovado;
- II - construção dos diversos equipamentos esportivos ou de lazer, de acordo com o projeto elaborado pelo departamento competente da Administração Pública Municipal ou por ele aprovado;
- III - conservação e manutenção do logradouro público adotado.

Art. 6º Caberá ao Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEPLAN) e da Fundação do Meio Ambiente de Biguaçu (FAMABI), a aprovação dos projetos de urbanização dos logradouros públicos que venham a ser adotados e a fiscalização das obras e do cumprimento do termo de adoção de logradouros públicos estabelecido.

Art. 7º Caberá à entidade ou pessoa jurídica adotante a responsabilidade:

- I - pela execução dos projetos aprovados pelo Poder Público Municipal, com verba, pessoal e material próprios;
- II - pela preservação e manutenção, conforme estabelecidos no termo de adoção de logradouros públicos assinado e no projeto aprovado;

Art. 8º As entidades ou pessoas jurídicas, que vierem a participar do programa, deverão zelar pela manutenção, conservação, recuperação, arborização, limpeza e iluminação da área que adotar, seguindo estritamente a orientação do Poder Público Municipal.

Art. 9º A entidade ou pessoa jurídica adotante ficará autorizada, após a assinatura do termo de adoção de logradouros públicos, a veicular publicidade alusiva ao acordo celebrado, sendo o ônus sobre a veiculação de sua inteira responsabilidade.

Parágrafo Único: Fica proibida qualquer publicidade relacionada a cigarros, bebidas alcoólicas ou que possam promover a violência, e ainda que contrarie alguma determinação de LEI.

Art. 10º O termo de adoção de logradouros públicos não poderá conceder qualquer tipo de uso à entidade adotante, a não serem aqueles estabelecidos neste Decreto, principalmente no que diz respeito à concessão ou permissão de uso, sendo revogável unilateralmente o presente termo de adoção de logradouros públicos pelo Poder Público Municipal, quando o interesse público o exigir.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 09 de maio de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Portaria Nº 1752 de 24 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1752 de 24 de maio de 2013

Concede exoneração à Servidora Danielle Rosa Prazeres Santos, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Danielle Rosa Prazeres Santos, detentor do cargo de provimento eletivo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 21/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/05/2013.

Biguaçu, 24 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1753 de 24 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1753 de 24 de maio de 2013

ERRATA:

Na portaria 1572/2013, de exoneração da servidora Marlene Madalena de Souza, ocorreu um equívoco quanto à data de exoneração.

Portaria 1572 de 03 de maio de 2013:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Jonathan Junkes de Souza, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente de Educação Infantil, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/05/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Jonathan Junkes de Souza, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente de Educação Infantil, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/05/2013.

Biguaçu, 24 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1754 de 24 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1754 de 24 de maio de 2013

Torna sem efeito a portaria nº 1575, que exonerava o servidor José Augusto Schmitz, do cargo comissionado de Assistente de Educação Infantil, e a portaria nº 1714 que nomeava o servidor para exercer o cargo em comissionado de Assistente Técnico e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 1575 de 03 de maio de 2013, que exonerava o servidor José Augusto Schmitz, do cargo

comissionado de Assistente de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/05/2013.

Art. 2º Tornar sem efeito a portaria nº 1714 de 21 de maio de 2013, que nomeava o servidor José Augusto Schmitz, para exercer o cargo comissionado de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/05/2013.

Art. 3º Volta a vigorar a Portaria nº 1258 de 05 de abril de 2013, que nomeia o servidor para exercer o cargo em comissão de Assistente de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2013.

Biguaçu, 24 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1755 de 24 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1755 de 24 de maio de 2013

Torna sem efeito a portaria nº 1565, que exonerava a servidora Beatriz de Souza e Cunha, do cargo comissionado de Assistente de Ensino fundamental, e a portaria nº 1619 que nomeava a servidora para exercer o cargo em comissionado de Diretor de Centro de Educação Infantil e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 1565 de 03 de maio de 2013, que exonerava a servidora Beatriz de Souza e Cunha, do cargo comissionado de Assistente de Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/05/2013.

Art. 2º Tornar sem efeito a portaria nº 1619 de 09 de maio de 2013, que nomeava a servidora Beatriz de Souza e Cunha, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Centro de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/05/2013.

Art. 3º Volta a vigorar a Portaria nº 413 de 04 de fevereiro de 2013, que nomeia a servidora para exercer o cargo em comissão de Assistente de Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2013.

Biguaçu, 24 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1756 de 24 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1756 de 24 de maio de 2013

Torna sem efeito a portaria nº 1651, que exonerava o servidor Nelson Cesar de Oliveira, do cargo comissionado de Diretor Geral, e a portaria nº 1652 que nomeava o servidor para exercer o cargo em comissionado de Chefe de Divisão da Maricultura e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 1651 de 15 de maio de 2013, que exonerava o servidor Nelson Cesar de Oliveira, do cargo comissionado de Diretor Geral, na Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura, a partir de 10/05/2013.

Art. 2º Tornar sem efeito a portaria nº 1652 de 15 de maio de 2013, que nomeava o servidor Nelson Cesar de Oliveira, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Divisão da Maricultura, na Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura, a partir de 10/05/2013.

Art. 3º Volta a vigorar a Portaria nº 516 de 07 de fevereiro de 2013, que nomeia o servidor para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, na Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/05/2013.

Biguaçu, 24 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1757 de 24 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1757 de 24 de maio de 2013

Torna sem efeito a portaria nº 1584, que exonerava o servidor Osvaldino dos Passos, do cargo comissionado de Gerente de Estradas e Rodagem, e a portaria nº 1653 que nomeava o servidor para exercer o cargo em comissionado de Chefe de Divisão da Pesca e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 1584 de 03 de maio de 2013, que exonerava o servidor Osvaldino dos Passos, do cargo comissionado de Gerente de Estradas e Rodagem, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 06/05/2013.

Art. 2º Tornar sem efeito a portaria nº 1653 de 15 de maio de 2013, que nomeava o servidor Osvaldino dos Passos, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Divisão da Pesca, na Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura, a partir de 06/05/2013.

Art. 3º Volta a vigorar a Portaria nº 2879 de 03 de novembro de 2010, que nomeia o servidor para exercer o cargo em comissão de Gerente de Estradas e Rodagem, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2013.

Biguaçu, 24 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1758 de 24 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1758 de 24 de maio de 2013

Torna sem efeito a portaria nº 1650, que exonerava o servidor Thiago de Lara Vieira, do cargo comissionado de Procurador Adjunto, e a portaria nº 1658 que nomeava o servidor para exercer o cargo em comissionado de Diretor Operacional Jurídico e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de

julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 1650 de 15 de maio de 2013, que exonerava o servidor Thiago de Lara Vieira, do cargo comissionado de Procurador Adjunto, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 15/05/2013.

Art. 2º Tornar sem efeito a portaria nº 1658 de 15 de maio de 2013, que nomeava o servidor Thiago de Lara Vieira, para exercer o cargo comissionado de Diretor Operacional Jurídico, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 15/05/2013.

Art. 3º Volta a vigorar a Portaria nº 1897 de 20 de julho de 2012, que nomeia o servidor para exercer o cargo em comissão de Procurador Adjunto, na Procuradoria Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2013.

Biguaçu, 24 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 09/2013 FUNREBOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NOTE BOOKS PARA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 11 junho, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 11 junho, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 105/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS PARA SOLENIDADES REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 11 junho, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 11 junho, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 24 de maio de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Bom Retiro

PREFEITURA

Extrato de Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 79/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

Objeto: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Bom Retiro no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Extrato Contrato de Rateio 80/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

Objeto: Disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Bom Retiro ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 79/2013.

Valor Total: R\$ 2.875,35 (dois mil oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)

Extrato Contrato 81/2013 Pregão Presencial 17/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Luiz Fernando Steimbach ME

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Limpeza para as Secretarias de Administração, Agricultura e Transportes.
Valor Total: R\$ 9.624,00 (nove mil seiscentos e vinte e quatro reais)

Extrato Contrato 82/2013 Pregão Presencial 17/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: JLM Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. ME

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Limpeza para as Secretarias de Administração, Agricultura e Transportes.
Valor Total: R\$ 2.875,35 (dois mil oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)

Extrato Terceiro Termo Aditivo do Contrato de Prestação de Serviços 9912253044

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

O objeto deste Termo Aditivo é a alteração do subitem 6.1, alínea "b" da Clausula Sexta do Contrato Original, e prorrogar o período de vigência do Contrato. Clausula Segunda - Da Alteração: 2.1. Alterar o subitem 6.1 da Clausula Sexta- Das Condições de pagamento do Contrato Original, passando: "Vencimento da Fatura: dia 23(vinte e três) do mês seguinte ao da prestação do serviço (período base)". 2.2. Altera o prazo de vigência do contrato originário de 31/03/2013 à 30/03/2014.

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

Bom Retiro, 27 de maio de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Edital de Pregão 04/2013 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 6/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 4/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min horas do dia 13.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril, conforme especificado no Anexo I do respectivo Edital, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 27 de maio de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Edital de Pregão 06/2013 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 8/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 6/2013 FMS

O Município de Braço do Trombudo SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que as 10h00min horas do dia 12.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os veículos da Frota do Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo, conforme especificado no Anexo I e II do respectivo Edital, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 27 de maio de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Edital Pregão 34/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 36/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 34/2013

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min horas do dia 12.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os veículos da Frota da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, conforme especificado no Anexo I e II do respectivo Edital, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 27 de maio de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço 2/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,2700	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PÉROLA	0	4,2701	2
2	Alpim descascado congelado, pedaços de tamanho médio, limpos e bem conservados (8166)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MANDIOCA	0	3,0799	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,0800	2
3	Abacate tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (8634)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	3,3998	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,4000	2
4	ALHO grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos. (8161)	CB	NELSON KNAUL ME (6852)	NACIONAL	0	7,4996	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	7,5000	2
5	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	1,3399	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,3400	2
6	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRATA	0	1,8099	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,8100	2
7	BATATA INGLESA, unidades grandes, integrais, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MONALIZA	0	1,7199	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,7200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013 **Data do Registro: 27/02/2013** **Válido até: 27/02/2014**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA	0	2,2199	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,2200	2
9	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,2799	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,2800	2
10	Brócoles, unidades frescas e limpas, com cor característica. (9623)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	CHINES	0	2,2799	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,2800	2
11	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATARINA	0	1,9899	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,9900	2
12	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MINEIRA	0	2,4499	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4500	2
13	Couve flor. Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica. (8721)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,3399	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3400	2
14	Chuchu. unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,6799	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,6800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Feijão preto. embalagens limpas, de bom cozimento. (8638)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETO	0	3,3298	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,3300	2
16	Feijão vermelho. Embalagem limpa, de bom cozimento. (8639)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	5,0498	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,0500	2
17	Laranja pêra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PERA	0	1,9699	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,9700	2
18	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LIMA	0	4,0498	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,0500	2
19	Maça gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	GALLA	0	3,3898	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,3900	2
20	Mamão formosa. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (8723)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	2,7799	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,7800	2
21	Manga. Unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (8643)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	TOMY	0	2,5799	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,5800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Melância. unidadesa íntegras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,1299	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,1300	2
23	Maracujá. Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	12,2394	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	12,2400	2
24	PEPINO SALADA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAPIRA	0	1,6899	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,6900	2
25	Pimentão Verde, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (9624)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	3,9298	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,9300	2
26	Vagem. unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	4,0398	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,0400	2
27	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	2,8899	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,8900	2
28	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (9625)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,1499	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Cebolinha. maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,1599	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,1600	2
30	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	1,0899	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,0900	2
31	Carne ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade. (8649)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	macedo	0	5,2700	1
32	Carne bovina de 1ª, fresca ou congelada. Isenta de cartilagens, ossos e com no máximo 5% de gordura. Embalagem Plástica de 1 kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto e peso. (8651)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	verdi	0	12,3500	1
33	Carne bovina coxão mole fresca ou congelada. Isenta de cartilagem e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1 kg, com identificação do produto e o peso. (8652)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	verdi	0	14,1500	1
34	Carne ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido em seu interior, embalagem de 1 ou 2 kg, com identificação do produto e o peso. (8653)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	macedo	0	7,2900	1
35	Queijo tipo mussarela ou prato fatiado, fatias de aproximadamente 25 gr, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem contendo marca, data de fabricação. (8654)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	taio	0	15,7800	1
36	Salsicha. Embalagem plástica, congelada, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8655)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	peccin	0	6,4100	1
37	Ovos de galinha. Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos. (8656)	DZ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	centenario	0	3,3100	1
38	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8187)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	2,0900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Leite baixa lactose. Embalagem tetra park de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8657)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	tirol	0	3,2300	1
40	Bebida Láctea com polpa de fruta. Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 1 mes a contar da data de entrega. (8658)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	do vale	0	2,2800	1
41	Mortadela sem gordura. Embalagem plástica, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8659)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	6,1800	1
42	Creme de leite, tipo nata, pote de 300 gr, fresco. (8660)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	tirol	0	3,3600	1
43	Arroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. (9626)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chinês	0	2,2300	1
44	Achocolatado em pó. Lata de 400 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8661)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nescau	0	4,7000	1
45	Amido de Milho. Caixa de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8706)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	neilar	0	2,7500	1
46	Adoçante dietético líquido. Embalagem de 100 ml. (8667)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	adocil	0	2,6800	1
47	Aletria de letrinha. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8699)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	germani	0	2,5200	1
48	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	caravelas	0	9,4300	1
49	Açúcar de baunilha de 40 gr. (8705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	neilar	0	1,1700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	Arroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	do vale	0	9,3200	1
51	Água mineral sem gás, bombonas de 20 litros, com validade mínima de 2 meses e data de ênfase não superior a 30 dias. (9627)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H.leve	0	5,9000	1
52	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. (9628)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ninfa	0	4,9600	1
53	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ninfa	0	4,9500	1
54	Bolacha doce sortida, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9630)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	germani	0	4,7200	1
55	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9631)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ninfa	0	5,0300	1
56	Cereal infantil, pct de 230 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9634)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	mucilon	0	3,9900	1
57	Café solúvel granulado, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. Embalagem 200 g. (9635)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nescafé	0	9,0900	1
58	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9636)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	melitta	0	7,7200	1
59	Caldo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9637)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	knorr	0	1,1700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Caldo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9638)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	knorr	0	1,1500	1
61	Colorífico, pct com 100 gr. (9639)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	neilar	0	0,9500	1
62	Doce de frutas. Potes de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9640)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	oliveira	0	5,5300	1
63	Ervilha lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	goiás verdi	0	1,2500	1
64	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9642)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	D,Ajuda	0	5,4400	1
65	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9643)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nordeste	0	7,3300	1
66	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9644)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	santa rita	0	2,9900	1
67	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, tipo saft instant ou similar. Pacote com 500 gramas, validade de no mínimo 45 dias e data de embalagem não superior a 15 dias. (9645)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	fleischmann	0	9,2700	1
68	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr, validade de no mínimo 12 meses e com data de embalagem não superior a 30 dias. (9646)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	royal	0	3,7000	1
69	Fubá de milho pré-cozida. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9647)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	polentina	0	1,9100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 27/02/2013****Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Folha de louro, pct de 05 gr. (9648)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	neilar	0	0,7200	1
71	Lentilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e c/ data de embalagem não superior a 30 dias. (9649)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	jureia	0	3,2200	1
72	Leite em pó integral. Preparado instantâneo. Lata de 400 gr. (9650)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ninho	0	8,8700	1
73	Milho lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	goiás verdi	0	1,3700	1
74	Margarina vegetal cremosa c/ sal, embalagem 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9652)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	mesa	0	2,5300	1
75	Maionese. Embalagem de plástico atóxica de 500 gr, lacrada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9653)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	soya	0	2,7600	1
76	Massa seca tipo cabelo de anjo, pacote de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9654)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	germani	0	2,7600	1
77	Massa espaguete furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9655)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	parati	0	2,1200	1
78	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9656)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	parati	0	2,2100	1
79	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9657)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	renata	0	2,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013

Data do Registro: 27/02/2013

Válido até: 27/02/2014

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Massa para pastel tamanho G. Embalagem de polietileno atóxico, pacote com 20 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 3 meses a contar da data de entrega. (9658)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	massita	0	3,8100	1
81	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embalagem não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	soya	0	3,5000	1
82	Orégano, pacote com 06 gr. (9660)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	neilar	0	0,6700	1
83	Polvilho azedo. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9661)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	sevegnani	0	3,5000	1
84	Pipoca em grão. Embalagem de 500 gr, com identificação, do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9662)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	keri	0	1,8300	1
85	Pó para pudim, sabores de chocolate, morango, coco e caramelo. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9663)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	neilar	0	8,7600	1
86	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. (9664)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	neilar	0	1,6700	1
87	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr, lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem registro. (9665)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	pescador	0	2,7800	1
88	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (9666)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	zizo	0	0,9800	1
89	Suco, pct de 30 gr (9667)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	neilar	0	0,6500	1
90	Vinagre. Embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9668)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	heining	0	0,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013 Data do Registro: 27/02/2013 Válido até: 27/02/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Chás, uso alimentício sabor camomila, caixa com 10 saquinhos. Com data de embalagem não superior a 30 dias e validade mínima de 6 meses. (9669)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chinês	0	2,2300	1
92	Chás, uso alimentício sabor hortelã, caixa com 10 saquinhos. Com data de embalagem não superior a 30 dias e validade mínima de 6 meses. (9670)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chinês	0	2,2300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013 **Data do Registro: 27/02/2013** **Válido até: 27/02/2014**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	Chás, uso alimentício sabor cidreira, caixa com 10 saquinhos. Com data de embalagem não superior a 30 dias e validade mínima de 6 meses. (9671)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chinês	0	2,2300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013 **Data do Registro:** 27/02/2013 **Válido até:** 27/02/2014
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2013****PROCESSO Nº 3/2013**

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

(6852) - NELSON KNAUL ME

Braço do Trombudo, 27 de Fevereiro de 2013.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.557

DECRETO Nº 5.557, de 16 de maio de 2013.

Suplementa dotações orçamentárias, por conta do Excesso de Arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 2.959, de 17/12/2012, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador na importância total de R\$ 296.490,19 (duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa reais e dezenove centavos).

08-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.80-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Bloco Atenção Básica

3.3.50.00.0002-Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos(13) R\$ 296.490,19

Total R\$ 296.490,19

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 296.490,19 (duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa reais e dezenove centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.561

DECRETO Nº 5.561, de 23 de Maio de 2013.

Suplementa dotações orçamentárias, por conta do Excesso de Arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 2.959, de 17/12/2012, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador na importância total de R\$ 21.791,04 (vinte e um mil, setecentos e noventa e um reais e quatro centavos):

02-CHEFIA DO EXECUTIVO

02.09-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.101-Manutenção do Parque de Exposição

4.4.90.00.0024-Aplicações Diretas(162) R\$ 21.791,04

Total R\$ 21.791,04

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 21.791,04 (vinte e um mil, setecentos e noventa e um

reais e quatro centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.564

DECRETO nº 5.564, de 23 de maio de 2013.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 5.445/2013, que Designa Gestora e Tesoureiro do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 528, de 17/06/92,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 5.445, de 03 de janeiro de 2013, que designa Gestora e Tesoureiro do Fundo Municipal de Saúde, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam designadas as Servidoras Públicas Municipais RE-JANE SERAFINI, como Gestora e ERICI BOHRER, como Tesoureira do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei nº 528, de 17 de junho de 1992, a contar de 1º de maio de 2013."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.566

DECRETO Nº 5.566, de 24 de maio de 2013.

Aprova Regimento da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das atribuições legais no termo do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, nos termos em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 24 de maio de 2013.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL

REGIMENTO DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

CAPITULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, convocada pelo Decreto 5.559, de 17 de maio de 2013, será realizada no Plenário Joaquim Scolari da Câmara Municipal

de Caçador, no dia 28 de maio de 2013, e terá as seguintes finalidades:

I - Propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade caçadorenses para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade de Caçador;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização da conferência das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano em Caçador;

V - deliberar sobre a natureza, composição e atribuições dos Conselhos Municipais das Cidades;

VI - avaliar o sistema de gestão e implementação da política urbana, tendo por base a relação com a sociedade na busca da construção de uma esfera público-participativa;

VII - avaliar os instrumentos de participação social na elaboração e implementação das diversas políticas públicas;

VIII - propor a periodicidade, a convocação e a organização das próximas Conferências das Cidades;

IX - eleger os delegados (as) para a etapa estadual.

CAPÍTULO II DA REALIZAÇÃO

Art. 2º - A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, será presidida pelo Prefeito Municipal e na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Senhor DILSON EDGAR THOMÉ, Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador- IPPUC, da Prefeitura Municipal, conforme Decreto nº 5.559, de 17 de maio de 2013.

Parágrafo Único - A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, será integrada por representantes do Poder Público; dos Movimentos Populares; das Entidades Sindicais; das Entidades Empresariais; das Entidades Profissionais; das Organizações não Governamentais.

Art. 3º A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, tem abrangência local e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem ter essa dimensão.

Parágrafo Único - Todos os (as) participantes presentes à 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito municipal e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

Art. 4º A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, será realizada sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO III DO TEMÁRIO

Art. 5º A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador desenvolverá os seus trabalhos a partir do tema "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana Já".

Parágrafo Único - O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas, de maneira transversal.

Art. 6º A Comissão Preparatória Municipal se responsabilizará pela elaboração do documento sobre o temário central e textos de apoio, baseado no texto base nacional, que subsidiarão as discussões da 5ª Conferência.

Art. 7º A 5ª Conferência será composta de painel de abertura, mesas de debates, grupos temáticos, plenária de deliberação e eleição dos delegados.

Art. 8º A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador produzirá um relatório final, a ser encaminhado à Secretaria de Estado do Planejamento.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 9º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades a 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, terá uma Comissão Preparatória.

Art. 10 A Comissão Preparatória será composta por 15 titulares e 15 suplentes representantes do Poder Público; dos Movimentos Populares; das Entidades Sindicais; das Entidades Empresariais; das Entidades Profissionais; das Organizações não Governamentais.

Art. 11 Para a realização da Conferência, a Comissão Preparatória deverá contar com a participação de representantes dos diversos segmentos, conforme proporcionalidade estabelecida no art. 19 deste Regimento.

Art. 12 Cabe à Comissão Preparatória Municipal:

I - definir o Regimento, contendo critérios de participação para a Conferência, para a eleição de delegados(as) para a etapa municipal e estadual, respeitadas as definições deste regimento e dos regimentos estadual e nacional, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art. 19;

II - definir data, local, temário e pauta da Conferência;

III - elaborar os documentos técnicos e textos de apoio;

IV - promover adequada divulgação da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador;

V - elaborar o Relatório Final da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador.

§ 1º A Comissão Preparatória Municipal enviará as informações dos incisos I e II à Comissão Preparatória Estadual, após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

§ 2º O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário nacional, sem prejuízo das questões municipais, regionais e estaduais.

Art. 13 Os resultados das Conferências devem ser remetidos à Comissão Preparatória Estadual e à Comissão-Executiva Nacional, até 5 dias após a realização das mesmas.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 14 As despesas com a organização geral e com a realização da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, correrão por conta de recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - As despesas dos delegados correrão por conta das entidades a que se vincularem.

**CAPÍTULO VI
DOS PARTICIPANTES**

Art. 15 A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, aberta ao público, deverá ter a participação de representantes dos segmentos constantes do art. 19.

Art. 16 Os participantes da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, elegerão os 04 (quatro) delegados municipais à 5ª Conferência Estadual das Cidades, conforme o Anexo I, constante do regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades;

Art. 17 Os(as) delegados(as) a serem eleitos(as) na 5ª Conferência deverão representar os diversos segmentos, citados no art. 19.

Parágrafo Único - a composição dos delegados(as) municipais obedecerá o parágrafo único do art. 14º, do Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 18 Os participantes da 5ª Conferência poderão se distribuir em duas categorias:

I - representantes dos segmentos citados no art. 19, com direito a voz e voto;

II - observadores (as) com direito a voz.

Art. 19 A representação dos diversos segmentos na 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, em todas as suas etapas, deve ter a seguinte composição:

I - gestores, administradores públicos e legislativos - municipais, 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e

VI - ONG's com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 20 Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Presidente da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador.

Decreto Nº 5.567

DECRETO Nº 5.567, de 24 de maio de 2013.

Nomeia Comissão da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das atribuições legais no termo do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no decreto nº 5.559 de 17 de maio de 2013,
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Preparatória Municipal da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, a se realizar no dia 28 de maio de 2013, no Plenário Joaquim Scolari da Câmara Municipal de Caçador, conforme segue:

I - DO PODER PÚBLICO

Câmara Municipal

Titular: Carlos Evandro Luz

Suplente: Neri Vezaro

Gabinete do Prefeito

Titular: Leonardo Antunes

Suplente: Mario Luiz Cachinski

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC

Titular: Dilson Edgar Thomé

Suplente: Carolina Fruet de Lima

Secretaria da Infraestrutura

Titular: Denise Chiarello Hartmann

Suplente: Jorge Westerlon

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

Titular: Sérgio Eloy Bisotto

Suplente: Emerson Schmidt

Secretaria da Assistência Social - Dep. Habitação

Titular: Beatriz Ribeiro dos Santos

Suplente: Cláudio Luiz Rottava

Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA

Titular: Luiz Gustavo Pavelski

Suplente: Mariana Soares Philippi

II - DOS MOVIMENTOS POPULARES

União das Associações de Moradores

Titular: Ivanir José Pagotto

Suplente: Gentil Ferreira Lopes

Associação de Núcleos Comunitários para Aquisição de Imóveis Populares - ACOMP

Titular: Silvio Antonio Zipperer

Suplente: Fernanda Salamoni Ceccato

Associação das Micro e Pequenas Empresas do Alto Vale do Contestado - AMPE.

Titular: Odelir Neves

Suplente: Carin Fendt Jacovas

Comitê de gerenciamento da Bacia Hidrográfica Rio do Peixe

Titular: Ricardo Menezes

Suplente: Dario Frâncio

III - DAS ENTIDADES SINDICAIS

Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário - SITICOM

Titular: Adelmir Meireles da Silva

Suplente: João Adelar Sampaio

IV - DAS ENTIDADES EMPRESARIAIS

Associação Comercial e Industrial de Caçador - ACIC

Titular: Carlos Alberto Luhrs
Suplente: Rosecler D'Agostini Faoro

V - DAS ENTIDADES PROFISSIONAIS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
- CREA/SC

Titular: Romulo Machado de Souza
Suplente: Alvaro Antonio Ribas Dourado

VI - DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

ONG de Defesa da Natureza Gato do Mato

Titular: Julio Cesar Moschetta da Silva
Suplente: José Cassio dos Santos

Art. 2º Fica designado para as atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal o Servidor Público Municipal DILSON EDGAR THOMÉ, Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC.

Art. 3º As atividades da Comissão, instituída por este Decreto, terão duração até o mês de dezembro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 24 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Resolução 07-13 CMAS

Resolução 07/2013 de 24 de maio de 2013

Dispõe sobre o termo de aceite do reordenamento do Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, reunido em Assembléia Extraordinária no dia 24 de maio de 2013, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO a Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013 que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV.

CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária do dia 24 de maio de 2013, ata nº 207.

Resolve:

Art. 1º Aprovar por unanimidade o aceite formal ao cofinanciamento federal para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, por meio do "Termo de aceite e Compromisso".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 24 de maio de 2013.

MARIA DE LOURDES ROMAN ROSS CERATTI
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 08-13 CMAS

Resolução 08/2013 de 24 de maio de 2013

Dispõe sobre o Termo de Aceite do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS/TRABALHO.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, reunido em Assembléia Extraordinária no dia 24 de maio de 2013, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO a Resolução nº 05, de 13 de março de 2013 que aprova as metas e os critérios de partilha para o cofinanciamento

federal do Programa Nacional de Promoção do acesso ao mundo do trabalho - ACESSUAS Trabalho para o exercício de 2013. CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária do dia 24 de maio de 2013, ata nº 207.

Resolve:

Art. 1º Referendar por unanimidade o Termo de Aceite formal ao cofinanciamento federal para o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS/TRABALHO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 24 de maio de 2013.

MARIA DE LOURDES ROMAN ROSS CERATTI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 09-13 CMAS

Resolução 09/2013 de 24 de maio de 2013

Dispõe sobre o Convênio entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC com a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, reunido em Assembléia Extraordinária no dia 24 de maio de 2013, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal e suas alterações.

CONSIDERANDO a Resolução nº 019, de 14 de novembro de 2012, que dispõe sobre o processo de inscrição das Entidades de Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social, no seu Art. 1º que aprova a inscrição das entidades de Assistência Social que atuam de acordo com os parâmetros da Política Nacional de Assistência Social no município de Caçador.

Resolve:

Art. 1º Aprovar por unanimidade o Convênio entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC com a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 24 de maio de 2013.

MARIA DE LOURDES ROMAN ROSS CERATTI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Portaria Nº 22.672

PORTARIA Nº 22.672, de 21 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público, como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seu filho; especificando código, nome, cargo e dia do nascimento, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Data Nascimento
11886	Paula Francielly Zitzkievitz	Enfermeira	18/04/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Editais Nº 01 - Conferência das Cidades

EDITAL Nº 01, de 17 de maio de 2013.

Convoca a 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, "Etapa Municipal para a 5ª Conferência Estadual das Cidades e a 5ª Conferência Nacional das Cidades", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 14, de 06 de junho de 2012, do Ministério das Cidades e a Portaria Nº 013, de 30 de novembro de 2012 da Secretaria de Estado do Planejamento.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, a se realizar no dia 28 de maio de 2013, no Plenário Joaquim Sclaro da Câmara Municipal de Caçador, sob a coordenação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador- IPPUC e da Assessoria de Planejamento e Coordenação.

Art. 2º A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já".

Art. 3º A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, terá as seguintes finalidades:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade caçadorenses para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade de Caçador;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização da conferência das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano em Caçador;

V - Deliberar sobre a natureza, composição e atribuições dos Conselhos Municipais das Cidades;

VI - Avaliar o sistema de gestão e implementação da política urbana, tendo por base a relação com a sociedade na busca da construção de uma esfera público-participativa;

VII - Avaliar os instrumentos de participação social na elaboração e implementação das diversas políticas públicas;

VIII - Propor a periodicidade, a convocação e a organização das próximas Conferências das Cidades;

IX - Eleger os delegados(as) para a etapa estadual.

Art. 4º A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, será presidida pelo Prefeito ou, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador- IPPUC.

Art. 5º O Prefeito de Caçador expedirá, mediante portaria, o regimento da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da 5ª Conferência Municipal das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art. 6º Os despesas com a realização da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 17 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

PR 26/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RACHÃO PARA O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 13:00 horas do dia 12 (Doze) de Junho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 24 de Maio de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 618 - 621/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 194 618/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
ABN4313	55370217C	6599/2	27/12/2009	230 * V
ABN4313	55370218C	5169/1	27/12/2009	165
BTF9052	55370460C	5541/1	20/01/2010	181 * XVII
LWU3900	55371106C	6599/2	12/01/2010	230 * V
LXI6989	55369683C	6653/1	12/01/2010	230 * XI
LYO7110	55369586C	6599/2	17/01/2010	230 * V
LYO7110	55369587C	6912/0	17/01/2010	232
LYO7110	55369588C	6610/2	17/01/2010	230 * VII
LYO7110	55369589C	6556/1	17/01/2010	230 * I
LZG3921	55370382C	5045/0	20/01/2010	162 * V
LZG3921	55370383C	6912/0	20/01/2010	232
MBG8527	55371206C	6920/0	15/01/2010	233
MBI6496	55369909C	6912/0	20/12/2009	232
MBI6496	55369910C	6599/2	20/12/2009	230 * V
MCI9546	55370229C	6726/1	07/01/2010	230 * XVIII
MCI9546	55370230C	6610/2	07/01/2010	230 * VII
MCJ2906	55369565C	5010/0	01/01/2010	162 * I
MCJ2906	55369566C	6912/0	01/01/2010	232
MCJ6525	55371051C	5010/0	06/01/2010	162 * I
MCJ6525	55371052C	5061/0	06/01/2010	163 c/c 162 * I
MCJ6525	55371053C	6050/1	06/01/2010	208
MCP6255	55370371C	6912/0	12/01/2010	232
MCR1744	55371155C	6076/0	07/01/2010	210
MCV3843	55370658C	7056/1	14/01/2010	244 * III
MCV3843	55370659C	7340/0	14/01/2010	252 * IV
MCW5636	55369690C	6653/1	20/01/2010	230 * XI

MCW5636	55369691C	6602/0	20/01/2010	230 * VI
MDL4875	55369680C	6912/0	01/01/2010	232
MDS8875	55370390C	5045/0	21/01/2010	162 * V
MDS8875	55370391C	6599/2	21/01/2010	230 * V
MDS8875	55370392C	6912/0	21/01/2010	232
MDW0307	55370386C	6041/2	21/01/2010	207
MDY3717	55370258C	7030/2	04/01/2010	244 * I
MDZ9515	55369696C	7030/2	21/01/2010	244 * I
MEC6510	55959758B	6408/0	22/01/2010	221
MEE9218	55370387C	5819/2	21/01/2010	193
MEK6933	55370367C	5835/0	06/01/2010	195
MEK7123	55370363C	5380/0	29/12/2009	181 * I
MFD6595	55370231C	6599/2	09/01/2010	230 * V
MFD6595	55370232C	5045/0	09/01/2010	162 * V
MFF5181	55371062C	6050/1	01/01/2010	208
MGF6298	55371358C	6912/0	22/01/2010	232
MGG0795	55369979C	6050/1	21/01/2010	208
MGR8991	55371152C	6076/0	07/01/2010	210
MGR8991	55371154C	5720/0	07/01/2010	186 * I
MJD9230	55960007B	7030/2	10/12/2009	244 * I
MJS7750	55370406C	6599/2	27/12/2009	230 * V
MJS7750	55370414C	6980/0	27/12/2009	239

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 23 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 621/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABW1942	55959347B	5010/0	19/12/2009	162 * I
AHJ4649	55369833C	6599/2	21/12/2009	230 * V
AJY3720	55370616C	5738/0	28/01/2010	186 * II
AMQ0568	55370908C	5959/1	28/01/2010	203 * IV
CLA3349	55371078C	5738/0	15/01/2010	186 * II
CRP3339	55371308C	5738/0	23/01/2010	186 * II
GSM1433	55538728B	5185/0	01/02/2008	167
HSE0599	55370432C	7366/2	16/01/2010	252 * VI
IDJ6405	55371330C	5169/1	01/02/2010	165
IFE8753	55370758C	6912/0	14/01/2010	232
IKV7890	55371201C	6920/0	15/01/2010	233
KL6401	55371204C	6920/0	15/01/2010	233
LXC7148	55370313C	6920/0	22/12/2009	233
LXG8315	55370302C	6920/0	16/12/2009	233
LXI2943	55370463C	5541/5	22/01/2010	181 * XVII
LXJ1743	55370344C	6920/0	06/01/2010	233
LXK3844	55538276B	7056/0	29/01/2008	244 * III
LZD2748	55370308C	6920/0	16/12/2009	233
LZN5992	55369692C	6599/2	23/01/2010	230 * V
LZN5992	55369693C	6653/1	23/01/2010	230 * XI
LZN5992	55369694C	6726/1	23/01/2010	230 * XVIII
LZW9736	55959644B	6769/2	17/12/2009	230 * XXII
MAJ7059	55539650B	6912/0	18/01/2010	232
MAJ9486	55371112C	5452/1	13/01/2010	181 * VIII
MAJ9486	55371113C	5525/0	13/01/2010	181 * XV
MBI9921	55371202C	6920/0	15/01/2010	233

MBK3407	55370891C	5185/1	29/01/2010	167
MBY0881	55370107C	7340/0	20/12/2009	252 * IV
MCJ5493	55370110C	5010/0	23/12/2009	162 * I
MCJ5493	55370111C	5061/0	23/12/2009	163 c/c 162 * I
MCL3693	55371208C	6920/0	15/01/2010	233
MCR8557	55370376C	6912/0	13/01/2010	232
MDI5803	55370626C	5738/0	28/01/2010	186 * II
MDL3438	55369641C	6912/0	26/01/2010	232
MDL3438	55369642C	6599/2	26/01/2010	230 * V
MDO4524	55370429C	6599/2	12/01/2010	230 * V
MDO4524	55370430C	5010/0	12/01/2010	162 * I
MDP4602	55370190C	7340/0	26/12/2009	252 * IV
MDS1848	55371114C	6912/0	16/01/2010	232
MDZ0883	55370725C	6130/0	15/01/2010	214 * II
MEG0599	55370301C	6920/0	16/12/2009	233
MEG7833	55370730C	6599/2	15/01/2010	230 * V
MEL5856	55370956C	5541/5	29/12/2009	181 * XVII
MFI6821	55370009C	5819/2	22/12/2009	193
MFK0553	55369755C	5819/2	30/12/2009	193
MFK5624	55371079C	5452/3	15/01/2010	181 * VIII
MFM1623	55369959C	5010/0	19/12/2009	162 * I
MFM1623	55370208C	6726/1	19/12/2009	230 * XVIII
MFM6762	55369522C	5819/2	28/12/2009	193
MGA5844	55370911C	5959/1	28/01/2010	203 * IV
MGF1772	55369923C	5878/0	02/01/2010	199
MGI1988	55371037C	5185/1	03/02/2010	167
MGI1988	55371038C	7366/2	03/02/2010	252 * VI
MHK4062	55369623C	5010/0	19/01/2010	162 * I
MHL8835	55371102C	5550/0	12/01/2010	181 * XVIII
MHS4492	55369753C	5010/0	26/12/2009	162 * I
MIM9020	55370355C	5460/0	29/12/2009	181 * IX
MIO0010	55370903C	5185/1	22/01/2010	167
MJE5150	55370385C	5908/0	20/01/2010	202 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 23 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.778 de 22 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.778 DE 22 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso V da Lei Orgânica do Município, em especial ao Artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art.1º) Fica nomeada a Servidora SIMONE IRENE FUCKNER WALT-MANN, Matrícula Funcional nº 000596, Registro no Sistema sob nº 954829, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o cargo de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal de Educação Fundamental "Paulo Fuckner", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo gratificação FG-5A, no valor de R\$ 598,84 (quinhentos e noventa e oito reais, oitenta e quatro centavos) mensais, enquanto permanecer na função, a partir de 13 de maio de 2013.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de maio de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 22 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.779 de 22 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.779 DE 22 DE MAIO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito
02.01 - Chefia de Gabinete
04.122.0107.2.101 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339014.00.136 - Diárias Civil R\$ 1.000,00

03.00 - Secretaria Municipal de Administração

03.01 - Serviço de Administração

04.122.0109.2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria da Administração

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339014.00.136 - Diárias Civil R\$ 1.000,00

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças

03.01 - Serviço do Controle Fazendário

04.122.0109.2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339014.00.136 - Diárias Civil R\$ 1.000,00

Total R\$ 3.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Chefia de Gabinete

04.122.0107.2.101 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00

03.00 - Secretaria Municipal de Administração

03.01 - Serviço de Administração

04.122.0109.2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria da Administração

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339091.00.136 - Sentenças Judiciais R\$ 1.000,00

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças

03.01 - Serviço do Controle Fazendário

04.122.0109.2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339047.00.136 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.000,00

Total R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Nº 2 - Julgamento TP 48/2013

ATA CIRCUNSTANCIADA Nº 2

(Processo Licitatório nº 48/2013 - TP)

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às treze horas e trinta minutos (o horário estava marcado para as dez horas e foi adiado para as treze horas e trinta minutos), na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Lilian Terezinha Bartsch e Lucilaine Mokfa Schwarz, membros da Comissão Permanente de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 48/2013, modalidade Tomada de Preço, para procederem a continuação do julgamento da referida licitação, que tem por objetivo a execução dos serviços de manutenção e ampliação do Sistema de Iluminação Pública - SIP do Município de Campo Alegre-SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão nominando os presentes, além dos membros da Comissão já nominados se fizeram presentes a Sra. Patrícia Ana Mascarelo Berkembrock, representante da empresa SADENCO SUL AMERICANA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA e o Sr. Fernando Sattis Trentin, representante da empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA. No dia vinte e dois de abril de dois mil e treze se deu a abertura dos documentos de habilitação das empresas licitantes SADENCO SUL AMERICANA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA e QUARK ENGENHARIA LTDA ME. Na oportunidade, a Comissão julgou todas as empresas licitantes devidamente habilitadas. Não estando satisfeitas com o julgamento, as empresas SADENCO SUL AMERICANA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA e ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA recorreram da decisão da Comissão, onde foi concedido o prazo para contrarrazões aos recursos interpostos. A Comissão manteve sua decisão quanto a habilitação de todas as empresas licitantes, fazendo subir à Autoridade Superior para decisão, que DECIDIU, motivadamente (conforme Decisão constante dos autos do processo), HABILITAR a empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA e INABILITAR as empresas SADENCO SUL AMERICANA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA e QUARK ENGENHARIA LTDA ME. Inconformada com a Decisão da Autoridade Superior, a empresa SADENCO SUL AMERICANA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA protocolizou, nesta data, recurso contra a Decisão da Autoridade Superior, sendo encaminhado à análise da Assessoria Jurídica deste Município. Passou-se a abertura do envelope da proposta comercial da única empresa habilitada ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. A proposta foi apresentada com o valor global de R\$ 74.548,99 (setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos). A Comissão suspendeu a sessão a fim de analisar a proposta quanto a sua aceitabilidade. Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas permanecerão em poder da Comissão até julgamento final do processo (devidamente fechados). As empresas licitantes serão intimadas da data de prosseguimento da sessão. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Inexigibilidade de Licitação Nº 9792; 63/2013MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO
(Anexo da Requisição nº 0677)PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 63/2013
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal 8.666/93, Art. 25, "caput" e Inciso I.

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de Assistência Técnica e de Extensão Rural, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico tem, dentre

outras atribuições, executar atividades relacionadas ao desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias no Município com o fim de integrá-las à economia local e regional, com ações que propõe e desenvolve políticas de apoio ao produtor rural, incluindo programas e projetos nas áreas de agropecuária e agricultura familiar; responsável por executar programas de extensão rural, trabalha em integração com outros órgãos municipais e demais entidades públicas e privadas que atuam no setor agrícola, a qual historicamente sempre contou com o apoio e participação da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, através da celebração de Contrato de prestação de serviços.

A EPAGRI foi criada em 1975, como Empresa Pública, com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, tendo como missão promover o desenvolvimento sustentável, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais.

Visando manter este relacionamento sinérgico existente entre a EPAGRI e o Município de Campo Alegre-SC, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, é que optamos pela sua contratação para complementação dos serviços de assistência técnica e extensão rural oferecidos aos produtores do Município.

Para a contratação, a EPAGRI apresenta o Plano anual de trabalho - PAT 2013, documento de fls. 04 a 13, o qual está desde já aprovado por esta Secretaria.

Dentre as obrigações da EPAGRI, destacamos:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho - PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho - PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município de Campo Alegre-SC;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho - PAT no Município de Campo Alegre-SC;
6. Implementar os trabalhos de interesse do Município de Campo Alegre-SC; e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho - PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo Município de Campo Alegre-SC;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA: A escolha da empresa EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. dá-se pelo fato da mesma, conforme Certidão emitida pelo CREA-SC (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina), ser a única empresa pública devidamente registrada com o objetivo de juntamente com os órgãos integrantes da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, "planejar, coordenar, controlar e executar, de forma descentralizada, a política estadual de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina, e difusão de tecnologia agropecuária". **FUNDAMENTO LEGAL:** Amparado no artigo 25, "caput" ("É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição") e inciso I ("comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes") da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação.

DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA: O valor total a ser pago é de R\$ 28.460,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta reais), a serem repassados em 8 (oito) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 3.557,50 (três mil, quinhentos e cinquenta e sete mil e cinquenta centavos), no período de maio a dezembro de 2013, sendo preço praticado pela Contratada, sendo de mercado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: A dotação a ser utilizada para contabilização da respectiva despesa é:

- Código Reduzido: 143; Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Unidade: 07.01 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente; Função: 20 - Agricultura; Subfunção: 606 - Extensão Rural; Programa: 28 - Agregação de renda ao produtor Rural; Atividade: 2.127 - Manutenção de Apoio à Agricultura Familiar; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 0136 - Recursos Ordinários.

Atente-se a Comissão de Licitações, a adoção das medidas descritas no caput artigo 26 da Lei 8.666/93, como condição para eficácia do ato da contratação dos serviços e a consulta da regularidade da empresa contratada (filiais) perante a previdência social (CND INSS) e o fundo de garantia do tempo de serviço (CRF FGTS).

Em anexo segue minuta de contrato, para ser encaminhada à aprovação da assessoria jurídica deste Município.

É o que justifica a contratação.

Campo Alegre, 17 de maio de 2013.

EDILSON PRUCKNESKI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

Campo Alegre, 24 de maio de 2013.

À Ilustríssima Senhora Secretária,

Maria Eliane Friedrich,

Em atenção ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), informamos Vossa Senhoria o resultado final do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 63/2013, tendo a escolha recaído sobre a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI (CNPJ 83.052.191/0039-35), de acordo com a justificativa do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, às fls. 04 a 06, aprovação da assessoria jurídica (fls. 33 e 36), e ainda, vossa autorização à fl. 34.

Solicitamos a ratificação da presente decisão, para posterior publicação.

Atenciosamente,

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Comissão Permanente de Licitações

RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração interina, no uso de minhas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Municipal nº 7.688 de 22 de março de 2013, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 63/2013, tendo a escolha recaído sobre a empresa Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI (CNPJ 83.052.191/0039-35), com o valor global de R\$ 28.460,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta reais).

Publique-se,

Campo Alegre, 24 de maio de 2013.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração interina

Campos Novos

PREFEITURA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário - Janeiro a Abril/2013 - Bimestre Março a Abril/2013

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.727.000,00	82.727.000,00	16.493.931,32	19,94	31.152.666,39	37,66	51.574.333,61
RECEITAS CORRENTES	81.569.000,00	81.569.000,00	14.481.217,77	17,75	28.376.057,85	34,79	53.192.942,15
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.237.000,00	8.237.000,00	2.353.263,98	28,57	3.620.543,08	43,95	4.616.456,92
IMPOSTOS	5.955.000,00	5.955.000,00	1.605.736,29	26,96	2.495.198,53	41,90	3.459.801,47
TAXAS	2.032.000,00	2.032.000,00	666.746,75	32,81	1.002.306,74	49,33	1.029.693,26
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	250.000,00	250.000,00	80.780,94	32,31	123.037,81	49,22	126.962,19
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.400.000,00	1.400.000,00	218.169,93	15,58	432.986,15	30,93	967.013,85
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00	109.049,53	7,79	1.290.950,47
Contribuição p/Custeio do Serv.Iluminação Pública	0,00	0,00	218.169,93	0,00	323.936,62	0,00	-323.936,62
RECEITA PATRIMONIAL	677.000,00	677.000,00	122.157,25	18,04	223.652,57	33,04	453.347,43
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	42.000,00	42.000,00	8.921,76	21,24	14.634,22	34,84	27.365,78
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	633.000,00	633.000,00	113.235,49	17,89	209.018,35	33,02	423.981,65
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Rec. Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.351.000,00	7.351.000,00	1.504.708,18	20,47	2.510.027,92	34,15	4.840.972,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.979.000,00	62.979.000,00	9.969.001,80	15,83	20.684.133,71	32,84	42.294.866,29
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	62.726.000,00	62.726.000,00	9.930.473,58	15,83	20.618.857,05	32,87	42.107.142,95
Transf. de Instituições Privadas	51.000,00	51.000,00	4.942,04	9,69	4.942,04	9,69	46.057,96
Transf. de Conv.	202.000,00	202.000,00	33.586,18	16,63	60.334,62	29,87	141.665,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	924.000,00	924.000,00	313.916,63	33,97	904.714,42	97,91	19.285,58
Multas e Juros de Mora	163.000,00	163.000,00	30.414,16	18,66	55.682,53	34,16	107.317,47
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00	4.000,00	99.011,56	475,29	99.081,51	477,04	-95.081,51
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	625.000,00	625.000,00	155.735,29	24,92	403.550,02	64,57	221.449,98
RECEITAS DIVERSAS	132.000,00	132.000,00	28.755,62	21,78	346.400,36	262,42	-214.400,36
RECEITAS DE CAPITAL	1.158.000,00	1.158.000,00	2.012.713,55	173,81	2.776.608,54	239,78	-1.618.608,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	1.368.759,37	875,94	1.895.151,42	515,14	-1.894.151,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	1.368.759,37	875,94	1.895.151,42	515,14	-1.894.151,42
ALIENAÇÃO DE BENS	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,98	101.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,98	101.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	745,80	3,55	20.254,20
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.034.000,00	1.034.000,00	643.954,18	62,28	879.711,32	85,08	154.288,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.034.000,00	1.034.000,00	638.434,18	61,74	874.191,32	84,54	159.808,68
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	5.520,00	0,00	5.520,00	0,00	-5.520,00

Continua 1/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	82.727.000,00	82.727.000,00	16.493.931,32	19,94	31.152.666,39	37,66	51.574.333,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	82.727.000,00	82.727.000,00	16.493.931,32	19,94	31.152.666,39	37,66	51.574.333,61
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	82.727.000,00	82.727.000,00	16.493.931,32	19,94	31.152.666,39	37,66	51.574.333,61
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.253.667,67	—	—	145.528,67	—	—
Superávit Financeiro	—	2.253.667,67	—	—	145.528,67	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	82.727.000,00	4.537.130,60	87.264.130,60	16.248.724,43	36.726.031,25	13.716.283,10	22.986.349,23	26,34	64.277.781,37
DESPESAS CORRENTES	74.130.000,00	2.299.696,73	76.429.696,73	14.987.468,45	34.712.204,77	13.526.479,28	22.643.125,89	29,63	53.786.570,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.339.000,00	24.832,89	41.363.832,89	7.587.117,36	14.318.857,07	7.635.037,50	14.316.890,57	34,61	27.046.942,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	131.000,00	174.908,70	305.908,70	80.689,36	184.714,29	85.655,17	140.966,85	46,08	164.941,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.660.000,00	2.099.955,14	34.759.955,14	7.319.661,73	20.208.633,41	5.805.786,61	8.185.268,47	23,55	26.574.686,67
DESPESAS DE CAPITAL	8.497.000,00	2.237.433,87	10.734.433,87	1.261.255,98	2.013.826,48	189.803,82	343.223,34	3,20	10.391.210,53
INVESTIMENTOS	7.252.000,00	2.237.433,87	9.489.433,87	1.193.198,19	1.444.949,81	54.022,05	86.643,95	0,91	9.402.789,92
INVERSOES FINANCEIRAS	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.230.000,00	0,00	1.230.000,00	68.057,79	568.876,67	135.781,77	256.579,39	20,86	973.420,61

Continua 2/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	82.727.000,00	4.537.130,60	87.264.130,60	16.248.724,43	36.726.031,25	13.716.283,10	22.986.349,23	26,34	64.277.781,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	82.727.000,00	4.537.130,60	87.264.130,60	16.248.724,43	36.726.031,25	13.716.283,10	22.986.349,23	26,34	64.277.781,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	82.727.000,00	4.537.130,60	87.264.130,60	16.248.724,43	36.726.031,25	13.716.283,10	22.986.349,23	26,34	64.277.781,37
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	8.166.317,16	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	82.727.000,00	4.537.130,60	87.264.130,60	16.248.724,43	36.726.031,25	13.716.283,10	31.152.666,39	26,34	64.277.781,37

FONTE:

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Demonstração da Execução das Despesas por Função/Subfunção - Janeiro a Abril/2013

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.727.000,00	87.264.130,60	16.248.724,43	36.726.031,25	13.716.283,10	22.986.349,23	100,00	26,34	64.277.781,37
Legislativa	2.910.000,00	2.910.000,00	332.272,73	622.531,86	339.246,71	622.531,86	2,71	21,39	2.287.468,14
Ação Legislativa	2.910.000,00	2.910.000,00	332.272,73	622.531,86	339.246,71	622.531,86	2,71	21,39	2.287.468,14
Administração	7.390.000,00	7.392.980,75	787.145,97	2.411.748,01	827.087,10	1.552.248,25	6,75	21,00	5.840.732,50
Administração Geral	6.395.000,00	6.397.980,75	678.324,03	2.019.619,37	702.299,77	1.283.110,76	5,58	20,05	5.114.869,99
Administração Financeira	350.000,00	350.000,00	41.308,00	149.184,87	55.774,94	116.147,45	0,51	33,18	233.852,55
Tecnologia da Informatização	300.000,00	300.000,00	48.240,50	115.500,21	50.839,72	112.900,99	0,49	37,63	187.099,01
Assistência ao Idoso	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência Comunitária	295.000,00	295.000,00	19.273,44	127.443,56	18.172,67	40.089,05	0,17	13,59	254.910,95
Segurança Pública	234.000,00	247.000,00	29.160,66	92.627,60	28.964,71	52.895,28	0,23	21,42	194.104,72
Defesa Civil	234.000,00	247.000,00	29.160,66	92.627,60	28.964,71	52.895,28	0,23	21,42	194.104,72
Assistência Social	2.176.000,00	2.227.395,01	434.565,95	867.509,71	311.835,23	580.943,67	2,53	26,08	1.646.451,34
Assistência à Criança e ao Adolescente	195.000,00	195.000,00	17.544,16	50.809,96	10.921,05	19.015,03	0,08	9,75	175.984,97
Assistência Comunitária	1.916.000,00	1.967.395,01	412.756,84	808.431,58	297.049,23	554.060,47	2,41	28,16	1.413.334,54
Empregabilidade	50.000,00	50.000,00	3.764,95	7.768,17	3.764,95	7.768,17	0,03	15,54	42.231,83
Fomento ao Trabalho	15.000,00	15.000,00	500,00	500,00	100,00	100,00	0,00	0,67	14.900,00
Saúde	17.130.000,00	18.128.134,50	3.665.948,10	7.792.223,28	3.095.528,06	5.328.720,35	23,18	29,39	12.799.414,15
Atenção Básica	10.367.000,00	11.365.134,50	2.014.023,09	4.981.155,02	1.944.763,27	3.338.245,21	14,52	29,37	8.026.889,29
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.763.000,00	6.763.000,00	1.651.925,01	2.811.068,26	1.150.764,79	1.990.475,14	8,66	29,43	4.772.524,86
Trabalho	361.000,00	361.000,00	104.060,81	257.943,29	139.688,21	168.028,29	0,73	46,55	192.971,71
Fomento ao Trabalho	351.000,00	351.000,00	104.060,81	257.943,29	139.688,21	168.028,29	0,73	47,87	182.971,71
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação	23.443.000,00	24.023.514,90	4.844.837,21	9.504.236,58	4.082.460,86	6.810.567,80	29,63	28,35	17.212.947,10
Ensino Fundamental	20.170.000,00	20.719.851,00	4.783.949,43	8.430.336,83	4.056.400,21	5.778.935,18	25,14	27,89	14.940.915,82
Educação Infantil	3.248.000,00	3.278.663,90	57.531,38	1.070.543,35	24.435,65	1.030.007,62	4,48	31,42	2.248.656,28
Educação Especial	25.000,00	25.000,00	3.356,40	3.356,40	1.625,00	1.625,00	0,01	6,50	23.375,00
Cultura	1.230.000,00	1.230.000,00	379.598,37	507.387,38	466.723,56	470.588,83	2,05	38,26	759.411,17
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	229.000,00	229.000,00	12.572,13	54.718,57	18.902,45	22.767,72	0,10	9,94	206.232,28
Difusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

Continua 1/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.727.000,00	87.264.130,60	16.248.724,43	36.726.031,25	13.716.283,10	22.986.349,23	100,00	26,34	64.277.781,37
Cultura	1.230.000,00	1.230.000,00	379.598,37	507.387,38	466.723,56	470.588,83	2,05	38,26	759.411,17
Turismo	1.000.000,00	1.000.000,00	367.026,24	452.668,81	447.821,11	447.821,11	1,95	44,78	552.178,89
Direitos da Cidadania	308.000,00	427.560,90	55.220,90	57.050,90	47.985,00	48.718,55	0,21	11,39	378.842,35
Assistência à Criança e ao Adolescente	308.000,00	427.560,90	55.220,90	57.050,90	47.985,00	48.718,55	0,21	11,39	378.842,35
Urbanismo	4.192.000,00	4.723.894,13	1.210.263,04	2.141.465,13	677.022,62	1.114.985,36	4,85	23,60	3.608.908,77
Infra-Estrutura Urbana	3.102.000,00	3.537.461,48	725.063,50	1.058.112,30	411.898,15	682.514,34	2,97	19,29	2.854.947,14
Serviços Urbanos	1.000.000,00	1.000.000,00	416.930,80	999.630,21	211.219,65	376.988,26	1,64	37,70	623.011,74
Transportes Coletivos Urbanos	90.000,00	186.432,65	68.268,74	83.722,62	53.904,82	55.482,76	0,24	29,76	130.949,89
Habitação	510.000,00	510.000,00	14.781,30	16.671,33	15.538,12	16.296,60	0,07	3,20	493.703,40
Habitação Urbana	510.000,00	510.000,00	14.781,30	16.671,33	15.538,12	16.296,60	0,07	3,20	493.703,40
Saneamento	5.792.000,00	6.459.600,00	1.172.296,07	3.008.392,48	640.165,79	1.443.575,71	6,28	22,35	5.016.024,29
Saneamento Básico Urbano	5.792.000,00	6.459.600,00	1.172.296,07	3.008.392,48	640.165,79	1.443.575,71	6,28	22,35	5.016.024,29
Gestão Ambiental	208.000,00	208.000,00	43.815,39	61.399,65	33.433,97	48.784,05	0,21	23,45	159.215,95
Preservação e Conservação Ambiental	86.000,00	86.000,00	1.000,00	1.000,00	200,00	200,00	0,00	0,23	85.800,00
Controle Ambiental	107.000,00	107.000,00	28.759,19	46.343,45	29.003,47	44.353,55	0,19	41,45	62.646,45
Recuperação de Áreas Degradadas	15.000,00	15.000,00	14.056,20	14.056,20	4.230,50	4.230,50	0,02	28,20	10.769,50
Ciência e Tecnologia	11.000,00	11.000,00	0,00	6.840,00	570,00	2.280,00	0,01	20,73	8.720,00
Tecnologia da Informatização	10.000,00	10.000,00	0,00	6.840,00	570,00	2.280,00	0,01	22,80	7.720,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Agricultura	1.053.000,00	1.199.250,00	106.719,82	263.353,60	105.211,92	175.190,22	0,76	14,61	1.024.059,78
Preservação e Conservação Ambiental	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Promoção da Produção Vegetal	573.000,00	719.250,00	22.737,94	123.438,68	22.649,84	36.770,10	0,16	5,11	682.479,90
Extensão Rural	420.000,00	420.000,00	83.981,88	139.914,92	82.562,08	138.420,12	0,60	32,96	281.579,88
Indústria	130.000,00	150.000,00	47.040,60	54.840,60	47.040,60	47.040,60	0,20	31,36	102.959,40
Promoção Industrial	130.000,00	150.000,00	47.040,60	54.840,60	47.040,60	47.040,60	0,20	31,36	102.959,40
Comércio e Serviços	40.000,00	40.000,00	8.674,04	16.748,01	8.859,04	15.333,01	0,07	38,33	24.666,99
Turismo	40.000,00	40.000,00	8.674,04	16.748,01	8.859,04	15.333,01	0,07	38,33	24.666,99
Energia	1.408.000,00	2.033.207,31	0,00	1.397.648,48	217.072,86	442.036,77	1,92	21,74	1.591.170,54
Energia Elétrica	1.408.000,00	2.033.207,31	0,00	1.397.648,48	217.072,86	442.036,77	1,92	21,74	1.591.170,54

Continua 2/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.727.000,00	87.264.130,60	16.248.724,43	36.726.031,25	13.716.283,10	22.986.349,23	100,00	26,34	64.277.781,37
Transporte	8.349.000,00	8.264.684,40	2.381.102,42	5.026.409,06	1.842.925,46	2.692.615,97	11,71	32,58	5.572.068,43
Transporte Rodoviário	8.349.000,00	8.264.684,40	2.381.102,42	5.026.409,06	1.842.925,46	2.692.615,97	11,71	32,58	5.572.068,43
Desporto e Lazer	1.552.000,00	2.242.000,00	247.155,52	415.691,96	139.273,92	192.146,59	0,84	8,57	2.049.853,41
Desporto de Rendimento	800.000,00	800.000,00	202.626,01	315.632,41	94.744,41	140.275,03	0,61	17,53	659.724,97
Desporto Comunitário	602.000,00	1.292.000,00	44.529,51	51.871,56	44.529,51	51.871,56	0,23	4,01	1.240.128,44
Lazer	150.000,00	150.000,00	0,00	48.187,99	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Encargos Especiais	4.200.000,00	4.374.908,70	384.065,53	2.203.312,34	649.649,36	1.160.821,47	5,05	26,53	3.214.087,23
Previdência do Regime Estatutário	2.000.000,00	2.000.000,00	260.520,75	508.322,45	260.520,75	508.322,45	2,21	25,42	1.491.677,55
Refinanciamento da Dívida Interna	1.000.000,00	1.000.000,00	42.855,42	533.249,70	110.579,40	220.952,42	0,96	22,10	779.047,58
Serviço da Dívida Interna	130.000,00	304.908,70	80.689,36	184.714,29	85.655,17	140.966,85	0,61	46,23	163.941,85
Outros Encargos Especiais	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00	977.025,90	192.894,04	290.579,75	1,26	27,16	779.420,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	82.727.000,00	87.264.130,60	16.248.724,43	36.726.031,25	13.716.283,10	22.986.349,23	100,00	26,34	64.277.781,37

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

SAMAE**Ext Ct122013**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CONTRATO CNO Nº. 12/2013
TERMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRACNO CNO Nº. 20/2011
PROCESSO - 217/2011

DATA DE ASSINATURA:15 de Maio de 2013

OBJETO: Prorrogação de contrato para a prestação de serviços de seguro para a frota de veículos do SAMAE.

CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
VALOR R\$: 9.393,88 (nove mil trezentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos) PRAZO: de 16.05.2013 a 16.05.214

JOEL FRANSCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Ext Ct132013

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CONTRATO CNO Nº. 13/2013

DATA DE ASSINATURA:23 de Maio de 2013

OBJETO Disponibilização do sistema fly transparência, na modalidade software como serviço, por meio de conexão via internet.

CONTRATADA: Betha Sistema Ltda.
VALOR R\$ 455,00 (Quatrocentos e cinquenta e cinco reais), sendo assim distribuídos, R\$ 295,00 pela implantação e de R\$ 160,00 (Cento e sessenta reais). Mensais pela locação.
Prazo: de 23.05.2013 a 22.05.2014

JOEL FRANSCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação de Homologação de Edital de Dispensa de Licitação N.º PMC 03/2013**

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 65/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMC 03/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 65/2013 e, adjudica seu objeto: CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE CHAMAMENTO MÉDICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS. Empresa vencedora: WAGNER HAROLDO PELAGIO. Valor: R\$ 8.000,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Eletrônico N.º FMS 01/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 09/2013
PREGÃO ELETRONICO N.º FMS 01/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMS 09/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS. Empresa vencedora: RENAULT DO BRASIL S.A., CNPJ: 00.913.443/0001-73. Valor: R\$ 97.550,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Eletrônico N.º FMS 01/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 09/2013
PREGÃO ELETRONICO N.º FMS 01/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMS 09/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS. Empresa vencedora: VÉRITA VEÍCULOS LTDA (FUCK AUTOMOVEIS CANOINHAS), CNPJ: 83.528.232/0001-44. Valor: R\$ 104.100,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Eletrônico N.º PMC 02/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 36/2013
PREGÃO ELETRONICO N.º PMC 02/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 36/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS. Empresa vencedora: COMÉRCIO DE VEÍCULOS ARISTIDES MALLON LTDA, CNPJ: 04.204.986/0001-72. Valor: R\$ 81.998,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 25/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 39/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 25/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 39/2013 e, adjudica

seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS. Empresa vencedora: SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ: 01.104.642/0001-01. Valor: R\$ 16.586,72.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 25/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 39/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 25/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 39/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS. Empresa vencedora: FILTROSUL COM. FILTROS E PEÇAS LTDA, CNPJ: 01.031.105/0001-70. Valor: R\$ 4.297,40.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 25/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 39/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 25/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 39/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS. Empresa vencedora: JÚLIO SILVESTRI FILHO ME, CNPJ: 05.085.447/0001-24. Valor: R\$ 397,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 25/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 39/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 25/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 39/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS. Empresa vencedora: LUBRIFIL LTDA - EPP, CNPJ: 15.144.160/0001-81. Valor: R\$ 12.389,14.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 25/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 39/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 25/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 39/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS. Empresa vencedora: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ: 80.954.555/0001-01. Valor: R\$ 13.144,80.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 25/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 39/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 25/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 39/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS. Empresa vencedora: RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-EPP, CNPJ: 76.591.858/0001-30. Valor: R\$ 11.192,08.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 25/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 39/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 25/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 39/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS. Empresa vencedora: TRATORANA TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ: 07.737.235/0001-00. Valor: R\$ 5.915,40.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 25/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 39/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 25/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna

pública a homologação da Licitação nº PMC 39/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS. Empresa vencedora: TRATORBIG PEÇAS PARA TRATORES LTDA, CNPJ: 95.420.972/0001-41. Valor: R\$ 3.549,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 34/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 54/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 34/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 54/2013 e, adjudica seu objeto: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS. Empresa vencedora: MULLER INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ: 07.569.095/0001-08. Valor: R\$ 6.0003,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 34/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 54/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 34/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 54/2013 e, adjudica seu objeto: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS. Empresa vencedora: MULLER INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ: 07.569.095/0001-08. Valor: R\$ 6.0003,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 36/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 60/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 36/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 60/2013 e, adjudica seu objeto: FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS. Empresa vencedora: MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECÂNICA DIESEL LTDA, CNPJ: 02.734.357/0001-29. Valor: R\$ 3.000,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 36/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 60/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 36/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 60/2013 e, adjudica seu objeto: FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS. Empresa vencedora: TECNIBOMBAS UNIÃO COM. DE BOMBAS INJETORAS LTDA, CNPJ: 01.624.983/0001-08. Valor: R\$ 5.660,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Tomada de Preço N.º FMS 12/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2013
TOMADA DE PREÇO N.º FMS 12/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMS 12/2013 e, adjudica seu objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA OU CORRETORA DE SEGUROS. Empresa vencedora: BRASIL VEÍCULOS CIA DE SEGUROS, CNPJ: 01.356.570/0001-81. Valor: R\$ 7.761,05.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Tomada de Preço N.º Funrebompm 01/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FUNREBOMPM 03/2013
TOMADA DE PREÇO N.º FUNREBOMPM 01/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FUNREBOMPM 03/2013 e, adjudica seu objeto: REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS. Empresa vencedora: JRD LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 05.978.834/0001-90. Valor: R\$ 119.486,67.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Tomada de Preço N.º PMC 08/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 51/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 08/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna

pública a homologação da Licitação nº PMC 51/2013 e, adjudica seu objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA OU CORRETORA DE SEGUROS. Empresa vencedora: GENTE SEGURADORA SA, CNPJ: 90.180.605/0001-02. Valor: R\$ 16.042,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Inexigibilidade de Licitação N.º FMS 03/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório n.º FMS 17/2013
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 03/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: COLETIVO SANTACRUZ LTDA (CNPJ: 83.189.308/0001-54).

Aquisição de passagens urbanas municipais, destinadas a pacientes participantes dos programas do Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS, em linhas exclusivas do Coletivo Santa Cruz Ltda.

Valor: R\$ 15.048,00 (quinze mil e quarenta e oito reais).

Vigência do Contrato até 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação de Termo de Contrato N.º Fmc 04/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 04/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMC 04/2013. Data de assinatura: 04/01/2013. Objeto: EXECUÇÃO DO PROJETO EMCENACATARINA, DE AUTORIA DO SESC. Valor: R\$ 6.021,00 (seis mil e vinte e um reais). Prazo de vigência: 04/01/2013 à 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º FMS 11/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 11/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 09/2013
PREGÃO ELETRONICO N.º FMS 01/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 11/2013. Data de assinatura: 10/05/2013., Contratante: VERITA VEICULOS LTDA, CNPJ: 83.528.232/0001-44. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS NOVOS Valor: R\$ 104.100,00 (cento e quatro mil e cem reais). Prazo: 60 dias.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º FMS 12/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 12/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 09/2013
PREGÃO ELETRONICO N.º FMS 01/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 12/2013. Data de assinatura: 10/05/2013. Contratante: RENAULT DO BRAISL S.A., CNPJ: 00.913.443/0001-73. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO VAN 15 LUGARES MAIS MOTORISTA. Valor: R\$ 97.550,00 (noventa e sete mil quinhentos e cinquenta reais). Prazo: 60 dias.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º Funrebompm 01/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 01/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FUNREBOM 03/2013
TOMADA DE PREÇO N.º FUNREBOM 01/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FUNREBOM 01/2013. Data de assinatura: 14/05/2013. Objeto: REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. Valor: R\$ 119.486,67 (cento e dezenove mil quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos). Prazo de vigência: 90 dias.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 13/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 13/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2013
TOMADA DE PREÇO N.º FMS 01/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 13/2013. Data de assinatura: 13/05/2013., Contratante: BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ: 01.356.570/0001-81. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA E OU CORRETORA DE SEGUROS, PARA EMISSÃO DE APÓLICES DE SEGURO. Valor: R\$ 7.761,05 (sete mil e setecentos e sessenta e um reais e cinco centavos). Prazo de vigência: 18/05/2013 à 18/05/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 59/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 59/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 54/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 34/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato

n.º PMC 59/2013. Data de assinatura: 07/05/2013. Contratada: MULLER INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ: 07.569.095/0001-08. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LASER. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 6.003,00. Vigência: 15/05/2013 até 31/12/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 60/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 60/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 65/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMC 03/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 60/2013. Data de assinatura: 09/05/2013. Contratada: DR. Wagner Haroldo Pelagio. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 8.000,00. Prazo: 09/05/2013 à 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 61/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 61/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 36/2013
PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 02/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 61/2013. Data de assinatura: 08/05/2013. Contratada: COMÉRCIO DE VEÍCULOS ARISTIDES MALLON LTDA, CNPJ: 04.204.986/0001-72. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 81.998,00 (oitenta e um mil novecentos e noventa e oito reais). Prazo: 60 dias.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 62/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 62/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 51/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 08/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 62/2013. Data de assinatura: 13/05/2013. Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ: 90.180.605/0001-02. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA E OU CORRETORA DE SEGUROS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 16.042,00 (dezesesseis mil e quarenta e dois reais). Prazo: 18/05/2013 à 18/05/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 63/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 63/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 60/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 36/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 63/2013. Data de assinatura: 16/05/2013. Contratada: TECNIBOMBAS UNIÃO SERVIÇOS DE BOMBAS INJETORAS LTDA - ME, CNPJ: 01.624.983/0001-08. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 5.660,00 (cinco mil seiscentos e sessenta reais). Prazo: 10 dias.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 64/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 64/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 60/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 36/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 64/2013. Data de assinatura: 16/05/2013. Contratada: MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECÂNICA DIESEL LTDA. EPP, CNPJ: 02.734.357/0001-29. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais). Prazo: 10 dias.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial N.º Fmc 01/2013

FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER
MUNICÍPIO DE CANOINHAS- SC
Processo Licitatório n.º FMC 03/2013
Pregão Presencial n.º FMC 01/2013

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 02.216.925/0001-08 sito à rua Vidal Ramos, 632 - Centro, fará realizar no dia 11/06/2013, às 15h30min, a abertura das propostas para aquisição de materiais e instrumentos musicais para a banda musical "Novos Talentos". Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

ALFREDO EIKE BACH
Presidente

Publicação do Edital de Tomada de Preço N.º Cam 01/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
CÂMARA DE VEREADORES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º CAM 01/2013
TOMADA DE PREÇOS N.º CAM 01/2013

A Câmara de Vereadores do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.528.620/0001-25, realizará no dia 17/06/2013, às 14h15min,

abertura das propostas da licitação que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS ESCRITAS E TÍTULOS (CONFORME O CASO), PARA O PROVIMENTO DE CARGOS, NA CAMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 17/06/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Presidente da Câmara

Publicação do Edital de Tomada de Preços Nº 12/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 72/2013
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 12/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/06/2013, às 15h30min, abertura de propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS ESCRITAS, PRÁTICAS E TÍTULOS (CONFORME O CASO), PARA O PROVIMENTO DE CARGOS, NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 15h15min do dia 17/06/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º FME 1-02/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FME 1-02/2013
ACRESCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Esporte de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-02/2013 referente ao contrato n.º FMS 02/2013. Data do Aditivo: 30/04/2013. Fica acrescido ao contrato, o valor de R\$ 545,76 (quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos). Contratada: VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ: 02.883.607/0001-92. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS, CNPJ: 03.914.543/0001-02.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 1-62/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-62/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 51/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 08/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-62/2013 referente ao contrato n.º PMC 62/2013. Data do Aditivo: 14/05/2013. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA SEGURADORA E OU CORRETORA DE SEGUROS, PARA EMISSÃO DE APÓLICES DE SEGURO. Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ: 90.180.605/0001-02. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R\$ 890,51 (oitocentos e noventa reais e cinquenta e um centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 2-13/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-13/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 01/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 01/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-13/2012 referente ao contrato n.º PMC 13/2012. Data do Aditivo: 02/05/2013. Objeto Contratado: CONSTRUÇÃO DE CRECHE TIPO "C" PRÓ Infância PAC "2". Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP, CNPJ: 09.080.541/0001-41. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente contrato que era até 02/05/2013, passará a ser até 26/06/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 2-84/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-84/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 117/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 30/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-84/2012 referente ao contrato n.º PMC 84/2012. Data do Aditivo: 02/05/2013. Objeto Contratado: CONSTRUÇÃO DE 05 (CINCO) UNIDADES HABITACIONAIS. Contratada: SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 07.894.826/0001-90. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente contrato que era até 02/05/2013, passará a ser até 02/08/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 3-161/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-161/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 207/2011
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMC 05/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º

PMC 3-161/2011 referente ao contrato n.º PMC 161/2011. Data do Aditivo: 30/04/2013. Objeto Contratado: CONTRATO DE LOCAÇÃO. Contratada: SABBAGH BATSCHAUER IMÓVEIS LTDA, CNPJ: 06.024.570/0001-06. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R\$ 3.201,00 (três mil duzentos e um reais), e a vigência do presente contrato que era até 30/04/2013, passará a ser até 30/07/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 5-51/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 5-51/2011
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 46/2011
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 23/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-51/2011 referente ao contrato n.º PMC 51/2011. Data do Aditivo: 07/05/2013. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LASER. Contratada: MULLER INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ: 07.569.095/0001-08. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R\$ 526,20 (quinhentos e vinte e seis reais e vinte centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - 2º Bimestre de 2013 - Anexo XIV Consolidado

Município de CANOINHAS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	110.620.515,00	
Previsão Atualizada		—	110.620.515,00	
Receitas Realizadas		15.852.876,12	30.154.405,89	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	21.290,92	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	110.620.515,00	
Créditos Adicionais		—	2.863.206,86	
Dotação Atualizada		—	113.483.721,86	
Despesas Empenhadas		15.347.858,76	50.777.375,43	
Despesas Liquidadas		15.083.528,73	24.457.057,61	
Superavit Orçamentário		—	5.697.348,28	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		15.347.858,76	50.777.375,43	
Despesas Liquidadas		15.083.528,73	24.457.057,61	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			86.176.630,07	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.400.000,00	-4.714.403,88	-336,74
Resultado Primário		-2.079.660,00	6.749.868,09	-324,57
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	762.110,18	0,00	543.795,38	218.314,80
EXECUTIVO	762.110,18	0,00	543.795,38	218.314,80
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.204.375,88	2.803,36	2.144.924,97	2.056.647,55
EXECUTIVO	4.204.375,88	2.803,36	2.144.924,97	2.056.647,55
TOTAL:	4.966.486,06	2.803,36	2.688.720,35	2.274.962,35
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.910.481,25	25%	26,01
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.169.090,29	60%	98,94
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		195.832,99	4.804.167,01	
Despesa de Capital Líquida		2.140.054,15	23.097.754,79	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.702.328,26	15,00	24,90

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 058/2013

DECRETO Nº 058, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Estabelece Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 31 de maio de 2013, tendo em vista a passagem do feriado nacional religioso de Corpus Christi no dia 30 de maio de 2013.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, como atendimento à Saúde, Coleta de Lixo, Transporte Coletivo de Passageiros e outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público, permanecerão sendo praticados normalmente.

Parágrafo único. O atendimento a saúde de que trata este Decreto será prestado através do Sistema de Plantão 24 Horas junto ao Hospital Nossa Senhora das Dores durante todo o período do ponto facultativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 27 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 059/2013

DECRETO Nº 059, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Aprova remembramento de área na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de área das matrículas a seguir relacionadas em que é requerente a proprietário Posto de Combustíveis Novo Horizonte Ltda., inscrito no CPNJ nº 17.235.738/001-30.

I - Lote nº 06 com área de 1.193,07m² (um mil cento e noventa e três virgula zero sete metros quadrados), situado na quadra nº 509, Rua Projetada "B", nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 21.331, livro nº 2BK, folha 099;

II - Lote nº 07 com área de 1.269,62 m² (um mil duzentos e sessenta e nove virgula sessenta e dois metros quadrados), situado na quadra nº 509 nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 21.332, livro nº 2BK, folha 100;

II - Lote nº 08 com área de 1.390,25 m² (um mil trezentos e noventa virgula vinte e cinco metros quadrados), situado na quadra nº 509 nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 21.333, livro nº 2BK, folha 101.

Art. 2º Os imóveis citados no caput deste art. 1º, ficam remembrados nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área do Terreno Matrícula nº 21.331, lote nº06
. . . . 1.193,07 m²;

II - Área do Terreno Matrícula nº 21.332, lote nº07
. . . . 1.269,62 m²;

III - Área do Terreno Matrícula nº 21.333, lote nº08
. . . . 1.390,25m²;

IV - A área total lembrada - Lote nº 6 da Quadra nº 509.
. . . . 3.852.94,00m²

Art. 3º Toda a área lembrada, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade do proprietário, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem a área lembrada.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, o requerente/proprietário, pela via legal, submeterá o remembramento das áreas para registro na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 27 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN

Secretário da Administração e Finanças

Portarias

PORTARIA Nº. 625, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº. 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1.º Fica contratado, pelo período de 22 de maio a 13 de dezembro de 2013, Cleyton Luis Geronimo, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência F, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº.146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a servidora Claudia Adriane Cousseau da Silva que se encontra readaptada conforme atestado médico expedido pela junta médica oficial do Município.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 22 de maio de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Catanduvras

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMAS Nº 0019/2013 EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0019/2013

Processo Licitatório nº 0039/2013
Convite nº 0009/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de pneus, câmaras e protetores para os veículos da frota municipal, visando o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.
CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 536,00 (quinhentos e trinta e seis reais).
Prazo de vigência: de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 1º de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMAS Nº 0020/2013 EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0020/2013

Processo Licitatório nº 0043/2013
Convite nº 0010/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de produtos diversos para montagem de Kits de Bebê, visando o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.
CONTRATADO: FARMÁCIA CATANDUVAS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 2.482,80 (dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos).
Prazo de vigência: de 23 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 23 de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMAS Nº 0021/2013 EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0021/2013

Processo Licitatório nº 0043/2013
Convite nº 0010/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de produtos diversos para montagem de Kits de Bebê, visando o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.
CONTRATADO: BONATHO ATACADO TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME

Valor do Contrato: R\$ 8.346,00 (oito mil trezentos e quarenta e seis reais).
Prazo de vigência: de 23 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 23 de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0048/2013 EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0048/2013

Processo Licitatório nº 0030/2013
Pregão nº 0019/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme proposta nº 82939.41400/1120-01, visando o cumprimento do recurso parlamentar nº 28540004 firmado com o Ministério da Saúde e o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADO: CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA

Valor do Contrato: R\$ 7.520,00 (sete mil quinhentos e vinte reais).
Prazo de vigência: de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 1º de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0049/2013 EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0049/2013

Processo Licitatório nº 0030/2013
Pregão nº 0019/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme proposta nº 82939.41400/1120-01, visando o cumprimento do recurso parlamentar nº 28540004 firmado com o Ministério da Saúde e o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADO: METROMED - COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA

Valor do Contrato: R\$ 3.920,00 (três mil novecentos e vinte reais).

Prazo de vigência: de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 1º de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0050/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0050/2013

Processo Licitatório nº 0030/2013

Pregão nº 0019/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme proposta nº 82939.41400/1120-01, visando o cumprimento do recurso parlamentar nº 28540004 firmado com o Ministério da Saúde e o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADO: CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA

Valor do Contrato: R\$ 1.167,75 (hum mil cento e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Prazo de vigência: de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 1º de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0051/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0051/2013

Processo Licitatório nº 0030/2013

Pregão nº 0019/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme proposta nº 82939.41400/1120-01, visando o cumprimento do recurso parlamentar nº 28540004 firmado com o Ministério da Saúde e o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA

Valor do Contrato: R\$ 1.554,70 (hum mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos).

Prazo de vigência: de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 1º de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0052/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0052/2013

Processo Licitatório nº 0030/2013

Pregão nº 0019/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme proposta nº 82939.41400/1120-01, visando o cumprimento do recurso

parlamentar nº 28540004 firmado com o Ministério da Saúde e o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADO: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor do Contrato: R\$ 15.667,76 (quinze mil seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos).

Prazo de vigência: de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 1º de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0053/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0053/2013

Processo Licitatório nº 0039/2013

Convite nº 0009/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de pneus, câmaras e protetores para os veículos da frota municipal, visando o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 27.090,00 (vinte e sete mil e noventa reais).

Prazo de vigência: de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 1º de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0054/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0054/2013

Processo Licitatório nº 0039/2013

Convite nº 0009/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de pneus, câmaras e protetores para os veículos da frota municipal, visando o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

Prazo de vigência: de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 1º de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0055/2013
EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0055/2013

Processo Licitatório nº 0033/2013
Pregão nº 0022/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição materiais de construção, visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADO: ENERLUZ - COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 179,54 (cento e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).
Prazo de vigência: de 09 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 09 de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0056/2013
EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0056/2013

Processo Licitatório nº 0033/2013
Pregão nº 0022/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição materiais de construção, visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADO: CONCATAN CONCRETOS CATANDUVAS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 832,68 (oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e oito centavos).
Prazo de vigência: de 09 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 09 de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0057/2013
EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0057/2013

Processo Licitatório nº 0033/2013
Pregão nº 0022/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição materiais de construção, visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADO: SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor do Contrato: R\$ 9.779,90 (nove mil setecentos e setenta e nove reais e noventa centavos).
Prazo de vigência: de 09 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 09 de maio de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato PMC Nº 0056/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0056/2013

Processo Licitatório nº 0035/2013
Pregão nº 0024/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de gêneros alimentícios para os alunos do curso de artesanato, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: AP SUPERMERCADO

Valor do Contrato: R\$ 5.612,80 (cinco mil seiscentos e doze reais e oitenta centavos).
Prazo de vigência: de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 1º de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0057/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0057/2013

Processo Licitatório nº 0035/2013
Pregão nº 0024/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de gêneros alimentícios para os alunos do curso de artesanato, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: CAPINZAL CENTER LTDA

Valor do Contrato: R\$ 3.695,92 (três mil seiscentos e noventa e cinco reais e noventa e dois centavos).
Prazo de vigência: de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 1º de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0058/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0058/2013

Processo Licitatório nº 0037/2013
Pregão nº 0025/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a contratação de serviços mecânicos em geral, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: IVO LAZARIS

Valor do Contrato: R\$ 23.500,00 (vinte três mil e quinhentos reais).
Prazo de vigência: de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 1º de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0059/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0059/2013

Processo Licitatório nº 0033/2013
Pregão nº 0022/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de materiais de construção visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação Cultura e Desporto e de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: CONCATAN CONCRETOS CATANDUVAS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 44.760,65 (quarenta e quatro mil setecentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos).
Prazo de vigência: de 09 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 09 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0060/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0060/2013

Processo Licitatório nº 0033/2013
Pregão nº 0022/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de materiais de construção visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação Cultura e Desporto e de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor do Contrato: R\$ 224.799,82 (duzentos e vinte e quatro mil setecentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos).
Prazo de vigência: de 09 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 09 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0061/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0061/2013

Processo Licitatório nº 0033/2013
Pregão nº 0022/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de materiais de construção visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação Cultura e Desporto e de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: ENERLUZ - COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 10.677,40 (dez mil seiscentos e setenta e sete reais e quarenta centavos).
Prazo de vigência: de 09 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 09 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0062/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0062/2013

Processo Licitatório nº 0036/2013
Tomada de Preço nº 0004/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de material e mão de obra para manutenção e ampliação da rede de iluminação pública municipal, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: A.C.M.M. SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA EPP

Valor do Contrato: R\$ 91.987,68 (noventa e um mil reais novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).
Prazo de vigência: de 10 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 10 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0063/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0063/2013

Processo Licitatório nº 0034/2013
Pregão nº 0023/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição móveis para implantação da escola de ensino infantil tipo B, conforme convênio firmado com o FNDE, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: IRMÃOS COMASSETO LTDA

Valor do Contrato: R\$ 3.399,00 (três mil trezentos e noventa e nove reais).
Prazo de vigência: de 13 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.
Data e assinatura do contrato: 13 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0064/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0064/2013

Processo Licitatório nº 0034/2013
Pregão nº 0023/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição móveis para implantação da escola de ensino infantil tipo B, conforme convênio firmado com o FNDE, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Valor do Contrato: R\$ 1.495,00 (hum mil quatrocentos e noventa

e cinco reais).
Prazo de vigência: de 13 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0065/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0065/2013

Processo Licitatório nº 0034/2013
Pregão nº 0023/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição móveis para implantação da escola de ensino infantil tipo B, conforme convênio firmado com o FNDE, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO

Valor do Contrato: R\$ 9.479,48 (nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

Prazo de vigência: de 13 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0066/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0066/2013

Processo Licitatório nº 0034/2013
Pregão nº 0023/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição móveis para implantação da escola de ensino infantil tipo B, conforme convênio firmado com o FNDE, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

Valor do Contrato: R\$ 1.949,01 (um mil novecentos e quarenta e nove reais e um centavo).

Prazo de vigência: de 13 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0067/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0067/2013

Processo Licitatório nº 0034/2013
Pregão nº 0023/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição móveis para implantação da escola de ensino infantil tipo B, conforme convênio firmado com o FNDE, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

Valor do Contrato: R\$ 16.606,04 (dezesesseis mil seiscentos e seis reais e quatro centavos).

Prazo de vigência: de 13 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0068/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0068/2013

Processo Licitatório nº 0034/2013
Pregão nº 0023/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição móveis para implantação da escola de ensino infantil tipo B, conforme convênio firmado com o FNDE, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA

Valor do Contrato: R\$ 4.438,00 (quatro mil quatrocentos e trinta e oito reais).

Prazo de vigência: de 13 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0069/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0069/2013

Processo Licitatório nº 0034/2013
Pregão nº 0023/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição móveis para implantação da escola de ensino infantil tipo B, conforme convênio firmado com o FNDE, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: DILSO LUIZ FRAPORTI ME

Valor do Contrato: R\$ 15.564,42 (quinze mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

Prazo de vigência: de 13 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0070/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0070/2013

Processo Licitatório nº 0038/2013
Convite nº 0008/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de pneus, câmaras e protetores destinados aos veículos da frota

municipal, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, de Infraestrutura e de Administração (Conselho Tutelar).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 47.693,60 (quarenta e sete mil seiscentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

Prazo de vigência: de 16 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 16 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0071/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0071/2013

Processo Licitatório nº 0038/2013
Convite nº 0008/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de pneus, câmaras e protetores destinados aos veículos da frota municipal, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, de Infraestrutura e de Administração (Conselho Tutelar).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 6.598,00 (seis mil quinhentos e noventa e oito reais).

Prazo de vigência: de 16 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 16 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0072/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0072/2013

Processo Licitatório nº 0038/2013
Convite nº 0008/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de pneus, câmaras e protetores destinados aos veículos da frota municipal, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, de Infraestrutura e de Administração (Conselho Tutelar).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: J.K. PNEUS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 7.980,58 (sete mil novecentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos).

Prazo de vigência: de 16 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 16 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0073/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0073/2013

Processo Licitatório nº 0041/2013
Pregão nº 0027/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de veículo automotivo, com capacidade mínima de cinco passageiros, com motorização específica, destinado ao desenvolvimento das atividades da Polícia Militar de Catanduvas - SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: CARBONI VEÍCULOS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais).

Prazo de vigência: de 16 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 16 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0074/2013
EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0074/2013

Processo Licitatório nº 0044/2013
Pregão nº 0029/2013

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar/acadêmico e de cursos profissionalizantes, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: ILIZANDRO PARIZOTO ME

Valor do Contrato: R\$ 34.650,00 (trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta reais).

Prazo de vigência: de 23 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 23 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 62/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2013- PMC

Objeto: Aquisição de containers e lixeiras para instalação em diversos pontos da cidade, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/06/2013.

Abertura: dia 14/06/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 27 de maio de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Comunicação de Interposição Recursal Pregão Presencial Nº 04/2013 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013 - FMS

Objeto: Aquisição de uma câmara de vacina para conservação e armazenamento de medicamentos e vacinas especiais para atender as necessidades da unidade da policlínica, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos à licitante: INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA que a licitante: FANEM LTDA, interpôs, na data de 14 de maio de 2013, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de classificação final do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 27 de maio de 2013.

VANUSA SALETE CAMARGO

Pregoeira

Editais de Tomada de Preços Nº 11/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2013 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da Rua São Sebastião, localizada no Bairro Fragosos, neste Município, com recursos oriundos do Contrato nº 1.001.647-97/2012, celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 17/06/2013, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 14/06/2013, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 17/06/2013, às 16h00min.

Abertura: dia 18/06/2013, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 27 de maio de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Errata - 3º TA ao Contrato Nº 3/2013 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA

3º TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 3/2013 - PMC

A Prefeitura Municipal de Concórdia, SC, vem a público para retificar o Extrato do 3º TA ao Contrato nº 3/2013- PMC, celebrado com a empresa SAFRA DIESEL LTDA, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 1.247 do dia 27/05/2013, Página 58, na seguinte conformidade: onde lê-se: valor R\$ 1.267.510,00 (um milhão, duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e dez reais) leia-se: valor R\$ 882.487,47 (OITOCENTOS E OITENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS).

Coronel Freitas

PREFEITURA

Convite Nº 23/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Editais de Convite Nº 23/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETI-VA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Tipo: Menor Valor /Item

Entrega dos envelopes: até as 09:00 h do dia 06/06/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 06/06/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 24 de Maio de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 16/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Dispensa de Licitação: nº 16/2013

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA

Objeto: PROGRAMA PROSUASA

Art.24 - XXVI na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta para prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

Valor: R\$ 12.000,00

Vigência: 31/12/2013

Coronel Freitas - SC, 24 de Maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 13/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial Nº 13/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA DISTRIBUIÇÃO DE MÍDIA PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO EM EMISSORA DE RÁDIO

Tipo: Menor Valor /Item

Entrega dos envelopes: até as 09:00 h do dia 11/06/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 11/06/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 27 de Maio de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Publicação de Contratos

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

5º Termo Aditivo nº 03/2013

Contratada: CONSTRUTORA DECA LTDA

Objeto: Cláusula Primeira: Fica alterada a Cláusula Quinta - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Contrato nº 51/2011, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/10/2013, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações .

Valor: 184.955,13

Vigência 30/10/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º Termo Aditivo nº 04/2013

Contratada: AUTO MECÂNICA BRUGALLI LTDA ME

Objeto: aditivando-se o valor de R\$ 3.099,64 totalizando 25% do valor licitado

Valor: 3.099,64

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 81/2013

Contratada: EMBRIOSEM-EMPONTO AGROPECUARIOS

LTDA - EPP

Objeto: Aquisição de nitrogênio líquido, luvas e bairhas

Valor: 22.000,00

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 82/2013

Contratada: GAMBATTO VEÍCULOS LTDA

Objeto: Aquisição de um veículo Zero Km para a Unidade De Saúde do Município de Coronel Freitas

Valor: 30.300,00

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 83/2013

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Saúde do Município de Coronel Freitas

Valor: 1.365,68

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 84/2013

Contratada: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA

Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Saúde do Município de Coronel Freitas

Valor: 12.130,40

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 85/2013

Contratada: LIMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Saúde do Município de Coronel Freitas

Valor: 3.102,00

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 86/2013

Contratada: JAIR MORESCHI & CIA LTDA.ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Saúde do Município de Coronel Freitas

Valor: 1.110,00

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 87/2013

Contratada: MB CATARINENSE LTDA.ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Saúde do Município de Coronel Freitas

Valor: 8.402,00

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 88/2013

Contratada: VERLIN & PIONTKOSKI LTDA

Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Saúde do Município de Coronel Freitas

Valor: 1.644,74

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 89/2013

Contratada: MEDICATO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Saúde do Município de Coronel Freitas

Valor: 5.384,89

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 90/2013

Contratada: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TECNICA LTDA.ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Saúde do Município de Coronel Freitas

Valor: 6.554,00

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 91/2013

Contratada: GNATUS EQUIPAMENTOS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS LTDA

Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Saúde do Município de Coronel Freitas

Valor: 1.155,00

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 92/2013

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

Objeto: prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Coronel Freitas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Vigência: Na data de sua publicação e vigorará enquanto o município de Coronel Freitas for consorciado ao CIGA, ou enquanto este existir.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 93/2013

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

Objeto: disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Coronel Freitas ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 92/2013

Valor: 1.560,00

Vigência 31/12/2013

Convite Para Conferência

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

CONVITE

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, convida toda a Comunidade de Coronel Freitas para participar da Conferência Municipal da Cidade, a ser realizada no dia 31 de maio de 2013, no Clube de Idosos Frei Elvico Mayer, sito na Rua Rio de Janeiro S/N. com início às 14H00.

MAURI JOSÉ ZUCCO
PREFEITO MUNICIPAL

Coronel Martins**PREFEITURA****Decreto Nº. 119 de 20 de Maio de 2013.**

DECRETO Nº. 119 DE 20 DE MAIO DE 2013.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo, no dia 31 de maio de 2013 em todas as repartições Públicas Municipais, em virtude do feriado de Corpus Cristi no dia 30 de maio de 2013.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de maio de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 121, de 22 de Maio de 2013.

DECRETO Nº. 121, DE 22 DE MAIO DE 2013.

CONTRATA FUNCIONÁRIO POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o Aviso publico nº. 001, de 07/05/2013, que Dispõe sobre admissão de servidor público em caráter temporário - médico veterinário - com carga horária de 20 horas semanais e conforme edital de chamamento nº. 007 de 20/05/2013 resolve:

CONTRATAR:

Art. 1º A Pessoa abaixo relacionada para exercer o devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a partir do dia 22 de maio de 2013, pelo período que perdurar o auxílio-doença da servidora titular (aproximadamente 90 dias), com possibilidade de rescisão antecipada caso necessite.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Sandro Luiz Savoldi	Médico Veterinário	20:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 22 de maio de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 122, de 22 de Maio de 2013.

DECRETO Nº. 122, DE 22 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA SERVIDOR PUBLICO A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal, abaixo nominado, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
SANDRO LUIZ SAVOLDI	MÉDICO VETERINÁRIO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, 22 de maio de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 087 de 24 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 087 DE 24 DE MAIO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença premio a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/06/2013 à 02/07/2013.

Nome	Cargo	Referência
Dinaura Dall Acqua	Assistente Social	2009 à 2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 24 de maio de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA

Anulação

ANULAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Curitibanos, através de seu Pregoeiro vem na forma do Artigo 49 da Lei nº 8.666/93, tendo em vista a economicidade do Município, na qual foi verificado que o mesmo produto pode ser adquirido com valor menor, assim entende-se por ANULAR na sua totalidade o Edital de Pregão Presencial nº 86/2013, que tem como objeto a Aquisição de roçadeiras para manutenção da Secretaria de Transporte e Obras.

Curitibanos, 22 de Maio de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

De acordo,

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito

Edital de Pregão Presencial Nº 123/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE ETILÔMETRO PARA USO DA POLICIA MILITAR (RECURSO CONVÊNIO DE TRANSITO), CONFORME ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DETALHADA NO ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 24/06/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 24/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 às 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.



Curitiba, 24 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 125/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA MELHORIA DAS RUAS DO BAIRRO SÃO JOSÉ, RUA BOA VENTURA LIMA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 24/06/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 24/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 24 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão 010/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

Processo Licitatório nº 013/2013
Edital de Pregão nº 010/2013

Objeto: Aquisição de um veículo novo zero km, tipo Van com transformação para ambulância. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09:00h00min do dia 12/06/2013.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato de Aditivo Contrato: 0072/2011 Segundo Termo Aditivo

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Aditivo Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Clínica Médica Espinosa Ltda Objeto: Prestação de serviços na área de higiene, segurança e medicina do trabalho. Número do Contrato: 0072/2011 Segundo Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência Amparo Legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0045/2011, na Modalidade Convite nº 0018/2011.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de maio de 2013.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Extrato de Aditivo de Contrato Contratante Número do Contrato: 0118/2011 Quinto Termo Aditivo

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Aditivo De Contrato Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes Contratada: CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) Objeto: Contratação de prestação de serviços de Infraestrutura agrícola com operador e combustível. Número do Contrato: 0118/2011 Quinto Termo Aditivo: O pagamento do serviço executado será efetuado pelo Município para a CIDASC, onde o valor será apurado após o término do serviço. Prorroga-se o prazo de execução dos serviços para mais um período com vencimento então em 17/09/2013. Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0077/2011 na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0011/2011 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de maio de 2013.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº 52, de 24 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 52, DE 24 DE MAIO DE 2013.
INSTAURA SINDICÂNCIA E CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO a denúncia de faltas disciplinares na prestação de serviços realizados no Centro de Educação Infantil Tia Octávia pela auxiliar de Educação Infantil Zenir Marcelino;

RESOLVE:

Art. 1º É instaurada sindicância para a apuração do fato descrito acima.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância será integrada pelos seguintes membros:

I - Iodete Sartor Fabris, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº 2748;

II - Andressa Westrup Wernke, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de agente administrativo, matrícula nº 1652;

III - Mariléia Sehnem Guisleri, servidora pública, ocupante do cargo de Diretora, matrícula nº 3631.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso III do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 24 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Extrato de Contrato Nº. 107/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 107/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GODOI & GODOI COM. VAREJ. DE COMBUST. E LUBRIF. LTDA

OBJETO - O presente Termo Contratual tem por objetivo a aquisição de forma parcelada de Lubrificantes, Graxas, Filtros e afins para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota municipal e ônibus de transporte escolar que compõem a frota municipal de Forquilha, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$11.652,50 (onze mil seissentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (47), 0701.2033.3390 (86).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite Nº 54/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 10 de maio de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 111/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 111/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a aquisição de materiais esportivos e educativos, através de empresa do ramo pertinente, para atender as necessidades da Comissão Municipal de Esportes - CME e Secretaria de Educação do Município, durante o exercício corrente, para o município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 65.077,80 (sessenta e cinco mil e setenta e sete reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0803.2022.3390 (123), 0501.2014.3390 (47).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 70/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 22 de maio de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Balanço Orçamentário

Município de FORQUILHINHA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.990.000,00	68.990.000,00	9.401.948,97	13,63	18.010.715,74	26,11	50.979.284,26
RECEITAS CORRENTES	63.710.000,00	63.710.000,00	8.353.670,39	13,11	16.499.569,72	25,90	47.210.430,28
RECEITA TRIBUTARIA	5.345.000,00	5.345.000,00	1.606.725,14	30,06	2.504.571,48	46,86	2.840.428,52
IMPOSTOS	3.650.000,00	3.650.000,00	1.056.008,76	28,93	1.636.356,35	44,83	2.013.643,65
TAXAS	1.595.000,00	1.595.000,00	533.113,23	33,42	836.581,02	52,45	758.418,98
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	17.603,15	17,60	31.634,11	31,63	68.365,89
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.125.000,00	2.125.000,00	296.095,92	13,93	659.478,48	31,03	1.465.521,52
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.275.000,00	1.275.000,00	180.473,51	14,15	418.563,03	32,83	856.436,97
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	850.000,00	850.000,00	115.622,41	13,60	240.915,45	28,34	609.084,55
RECEITA PATRIMONIAL	3.145.000,00	3.145.000,00	70.976,32	2,26	180.522,77	5,74	2.964.477,23
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	3.145.000,00	3.145.000,00	70.976,32	2,26	180.522,77	5,74	2.964.477,23
RECEITA AGROPECUARIA	30.000,00	30.000,00	2.769,00	9,23	5.333,00	17,78	24.667,00
Outras rec. agropecuárias	30.000,00	30.000,00	2.769,00	9,23	5.333,00	17,78	24.667,00
RECEITA DE SERVIÇOS	220.000,00	220.000,00	31.124,83	14,15	81.433,72	37,02	138.566,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.150.000,00	51.150.000,00	6.058.669,86	11,84	12.537.173,12	24,51	38.612.826,88
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	50.095.000,00	50.095.000,00	5.948.392,73	11,87	12.421.323,73	24,80	37.673.676,27
Transf. de Instituições Privadas	315.000,00	315.000,00	609,02	0,19	756,75	0,24	314.243,25
Transf. de Conv.	740.000,00	740.000,00	109.668,11	14,82	115.092,64	15,55	624.907,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.695.000,00	1.695.000,00	287.309,32	16,95	531.057,15	31,33	1.163.942,85
Multas e Juros de Mora	237.500,00	237.500,00	72.881,17	30,69	120.853,05	50,89	116.646,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	314.500,00	314.500,00	0,00	0,00	44.254,90	14,07	270.245,10
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	516.000,00	516.000,00	84.196,88	16,32	168.277,25	32,61	347.722,75
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	14.000,00	14.000,00	82,76	0,59	121,40	0,87	13.878,60
RECEITAS DIVERSAS	613.000,00	613.000,00	130.148,51	21,23	197.550,55	32,23	415.449,45
RECEITAS DE CAPITAL	5.280.000,00	5.280.000,00	1.048.278,58	19,85	1.511.146,02	28,62	3.768.853,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	250.000,00	250.000,00	398.719,28	159,49	518.690,94	207,48	-268.690,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	250.000,00	250.000,00	398.719,28	159,49	518.690,94	207,48	-268.690,94
ALIENAÇÃO DE BENS	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	56.226,00	86,50	8.774,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	56.226,00	102,23	-1.226,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.965.000,00	4.965.000,00	649.559,30	13,08	936.229,08	18,86	4.028.770,92
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.965.000,00	4.965.000,00	649.559,30	13,08	936.229,08	18,86	4.028.770,92
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.795.000,00	1.795.000,00	236.595,10	13,18	617.009,27	34,37	1.177.990,73
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.795.000,00	1.795.000,00	236.595,10	13,18	617.009,27	34,37	1.177.990,73
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.795.000,00	1.795.000,00	236.595,10	13,18	617.009,27	34,37	1.177.990,73
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.795.000,00	1.795.000,00	236.595,10	13,18	617.009,27	34,37	1.177.990,73

Continua 1/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.795.000,00	1.795.000,00	236.595,10	13,18	617.009,27	34,37	1.177.990,73
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	70.785.000,00	70.785.000,00	9.638.544,07	13,62	18.627.725,01	26,32	52.157.274,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	70.785.000,00	70.785.000,00	9.638.544,07	13,62	18.627.725,01	26,32	52.157.274,99
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	70.785.000,00	70.785.000,00	9.638.544,07	13,62	18.627.725,01	26,32	52.157.274,99
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.300.000,00	1.471.374,93	69.771.374,93	10.758.296,31	19.403.118,59	8.572.311,54	14.787.603,35	21,19	54.983.771,58
DESPESAS CORRENTES	55.335.000,00	-112.966,92	55.222.033,08	7.732.247,98	15.243.373,29	6.655.586,72	11.817.653,29	21,40	43.404.379,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.359.000,00	143.033,08	25.502.033,08	3.368.898,82	6.324.609,32	3.369.382,82	6.322.673,32	24,79	19.179.359,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	41.575,54	134.936,83	41.575,54	134.936,83	26,99	365.063,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.476.000,00	-256.000,00	29.220.000,00	4.321.773,62	8.783.827,14	3.244.628,36	5.360.043,14	18,34	23.859.956,86
DESPESAS DE CAPITAL	12.925.000,00	1.584.341,85	14.509.341,85	3.026.048,33	4.159.745,30	1.916.724,82	2.969.950,06	20,47	11.539.391,79
INVESTIMENTOS	11.475.000,00	1.584.341,85	13.059.341,85	2.848.400,68	3.639.316,15	1.739.077,17	2.449.520,91	18,76	10.609.820,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.450.000,00	0,00	1.450.000,00	177.647,65	520.429,15	177.647,65	520.429,15	35,89	929.570,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00

Continua 2/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.485.000,00	0,00	2.485.000,00	235.001,06	608.926,03	235.001,06	608.926,03	24,50	1.876.073,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.485.000,00	0,00	2.485.000,00	235.001,06	608.926,03	235.001,06	608.926,03	24,50	1.876.073,97
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	70.785.000,00	1.471.374,93	72.256.374,93	10.993.297,37	20.012.044,62	8.807.312,60	15.396.529,38	21,31	56.859.845,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	70.785.000,00	1.471.374,93	72.256.374,93	10.993.297,37	20.012.044,62	8.807.312,60	15.396.529,38	21,31	56.859.845,55
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.231.195,63	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	70.785.000,00	1.471.374,93	72.256.374,93	10.993.297,37	20.012.044,62	8.807.312,60	18.627.725,01	21,31	56.859.845,55

FONTE:

FORQUILHINHA, 24/05/2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Adm. e Finanças

JADNA COLOMBO PEREIRA
Controle Interno CRC/SC 29.204/O-6

Demonstrativo Função Sub-Função

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.300.000,00	69.771.374,93	10.758.296,31	19.403.118,59	8.572.311,54	14.787.603,35	96,05	21,19	54.983.771,58
Legislativa	2.070.000,00	2.070.000,00	275.145,05	490.253,33	243.060,57	454.068,85	2,95	21,94	1.615.931,15
Ação Legislativa	2.070.000,00	2.070.000,00	275.145,05	490.253,33	243.060,57	454.068,85	2,95	21,94	1.615.931,15
Administração	6.555.000,00	6.555.000,00	1.326.717,33	2.626.651,17	1.144.085,28	2.235.400,27	14,52	34,10	4.319.599,73
Planejamento e Orçamento	380.000,00	380.000,00	39.185,30	94.116,84	39.185,30	94.116,84	0,61	24,77	285.883,16
Administração Geral	6.175.000,00	6.175.000,00	1.287.532,03	2.532.534,33	1.104.899,98	2.141.283,43	13,91	34,68	4.033.716,57
Segurança Pública	270.000,00	270.000,00	15.102,02	39.881,14	15.102,02	37.771,00	0,25	13,99	232.229,00
Policimento	270.000,00	270.000,00	15.102,02	39.881,14	15.102,02	37.771,00	0,25	13,99	232.229,00
Assistência Social	2.920.000,00	2.920.000,00	346.022,98	669.479,73	310.851,59	521.385,34	3,39	17,86	2.398.614,66
Assistência à Criança e ao Adolescente	185.000,00	185.000,00	926,60	3.154,40	1.956,60	3.154,40	0,02	1,71	181.845,60
Assistência Comunitária	2.155.000,00	2.155.000,00	263.950,08	524.139,70	227.748,69	376.045,31	2,44	17,45	1.778.954,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	580.000,00	580.000,00	81.146,30	142.185,63	81.146,30	142.185,63	0,92	24,51	437.814,37
Previdência Social	5.100.000,00	5.100.000,00	128.495,27	209.034,90	85.015,27	162.854,90	1,06	3,19	4.937.145,10
Previdência do Regime Estatutário	5.100.000,00	5.100.000,00	128.495,27	209.034,90	85.015,27	162.854,90	1,06	3,19	4.937.145,10
Saúde	12.095.000,00	12.245.349,72	1.501.775,75	3.586.078,80	1.489.540,78	3.144.145,06	20,42	25,68	9.101.204,66
Assistência Comunitária	170.000,00	170.000,00	66.955,37	145.992,93	65.654,35	91.617,44	0,60	53,89	78.382,56
Atenção Básica	11.840.000,00	11.990.349,72	1.425.033,55	3.413.698,33	1.412.883,60	3.037.119,08	19,73	25,33	8.953.230,64
Vigilância Sanitária	15.000,00	15.000,00	1.568,50	9.538,66	3.089,50	4.444,66	0,03	29,63	10.555,34
Vigilância Epidemiológica	70.000,00	70.000,00	8.218,33	16.848,88	7.913,33	10.963,88	0,07	15,66	59.036,12
Educação	13.785.000,00	14.601.732,68	2.886.338,85	4.743.339,69	2.130.580,84	2.967.621,70	19,27	20,32	11.634.110,98
Alimentação e Nutrição	710.000,00	710.000,00	129.093,28	243.915,08	89.594,39	130.801,30	0,85	18,42	579.198,70
Ensino Fundamental	9.085.000,00	9.718.637,20	2.133.043,61	3.660.591,66	1.393.425,12	2.003.171,45	13,01	20,61	7.715.465,75
Ensino Profissional	15.000,00	15.000,00	0,00	1.220,00	0,00	1.220,00	0,01	8,13	13.780,00
Ensino Superior	140.000,00	140.000,00	30.460,66	30.460,66	30.460,66	30.460,66	0,20	21,76	109.539,34
Educação Infantil	3.510.000,00	3.693.095,48	560.741,30	745.152,29	584.100,67	739.968,29	4,81	20,04	2.953.127,19
Educação Especial	325.000,00	325.000,00	33.000,00	62.000,00	33.000,00	62.000,00	0,40	19,08	263.000,00
Cultura	720.000,00	720.000,00	126.055,67	126.160,75	78.366,67	78.471,75	0,51	10,90	641.528,25
Difusão Cultural	720.000,00	720.000,00	126.055,67	126.160,75	78.366,67	78.471,75	0,51	10,90	641.528,25
Urbanismo	9.390.000,00	9.521.886,91	1.524.056,59	2.522.002,32	952.755,89	1.619.538,58	10,52	17,01	7.902.348,33
Infra-Estrutura Urbana	250.000,00	250.000,00	29.959,90	29.959,90	29.959,90	29.959,90	0,19	11,98	220.040,10
Serviços Urbanos	9.140.000,00	9.271.886,91	1.494.096,69	2.492.042,42	922.795,99	1.589.578,68	10,32	17,14	7.682.308,23

Continua 1/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.300.000,00	69.771.374,93	10.758.296,31	19.403.118,59	8.572.311,54	14.787.603,35	96,05	21,19	54.983.771,58
Habitação	490.000,00	512.537,68	54.251,47	133.417,35	54.251,47	132.696,35	0,86	25,89	379.841,33
Habitação Urbana	490.000,00	512.537,68	54.251,47	133.417,35	54.251,47	132.696,35	0,86	25,89	379.841,33
Saneamento	705.000,00	705.000,00	126.150,00	207.910,00	70.787,50	128.392,00	0,83	18,21	576.608,00
Saneamento Básico Urbano	705.000,00	705.000,00	126.150,00	207.910,00	70.787,50	128.392,00	0,83	18,21	576.608,00
Gestão Ambiental	1.205.000,00	1.205.000,00	43.968,94	100.779,79	44.428,94	97.017,09	0,63	8,05	1.107.982,91
Preservação e Conservação Ambiental	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00
Controle Ambiental	745.000,00	745.000,00	43.968,94	100.779,79	44.428,94	97.017,09	0,63	13,02	647.982,91
Agricultura	2.260.000,00	2.260.000,00	558.101,38	804.054,07	258.942,69	429.961,94	2,79	19,02	1.830.038,06
Extensão Rural	2.260.000,00	2.260.000,00	558.101,38	804.054,07	258.942,69	429.961,94	2,79	19,02	1.830.038,06
Indústria	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Normalização e Qualidade	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Transporte	7.005.000,00	7.235.838,89	1.444.646,40	2.107.953,18	1.306.393,67	1.796.279,56	11,67	24,82	5.439.559,33
Transporte Aéreo	10.000,00	10.000,00	0,00	7.100,00	0,00	7.100,00	0,05	71,00	2.900,00
Transporte Rodoviário	6.995.000,00	7.225.838,89	1.444.646,40	2.100.853,18	1.306.393,67	1.789.179,56	11,62	24,76	5.436.659,33
Desporto e Lazer	1.840.000,00	1.959.029,05	197.441,21	411.275,96	184.120,96	357.152,55	2,32	18,23	1.601.876,50
Desporto Comunitário	1.670.000,00	1.670.000,00	137.556,88	227.929,90	126.602,43	194.798,45	1,27	11,66	1.475.201,55
Lazer	170.000,00	289.029,05	59.884,33	183.346,06	57.518,53	162.354,10	1,05	56,17	126.674,95
Encargos Especiais	1.800.000,00	1.800.000,00	204.027,40	624.846,41	204.027,40	624.846,41	4,06	34,71	1.175.153,59
Outros Encargos Especiais	1.800.000,00	1.800.000,00	204.027,40	624.846,41	204.027,40	624.846,41	4,06	34,71	1.175.153,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.485.000,00	2.485.000,00	235.001,06	608.926,03	235.001,06	608.926,03	3,95	24,50	1.876.073,97
Legislativa	80.000,00	80.000,00	9.967,34	14.663,55	9.967,34	14.663,55	0,10	18,33	65.336,45
Ação Legislativa	80.000,00	80.000,00	9.967,34	14.663,55	9.967,34	14.663,55	0,10	18,33	65.336,45
Administração	470.000,00	470.000,00	55.059,55	175.534,27	55.059,55	175.534,27	1,14	37,35	294.465,73
Administração Geral	470.000,00	470.000,00	55.059,55	175.534,27	55.059,55	175.534,27	1,14	37,35	294.465,73
Saúde	975.000,00	975.000,00	93.733,21	294.671,81	93.733,21	294.671,81	1,91	30,22	680.328,19
Atenção Básica	975.000,00	975.000,00	93.733,21	294.671,81	93.733,21	294.671,81	1,91	30,22	680.328,19
Educação	960.000,00	960.000,00	76.240,96	124.056,40	76.240,96	124.056,40	0,81	12,92	835.943,60
Ensino Fundamental	640.000,00	640.000,00	66.923,14	109.049,49	66.923,14	109.049,49	0,71	17,04	530.950,51
Educação Infantil	320.000,00	320.000,00	9.317,82	15.006,91	9.317,82	15.006,91	0,10	4,69	304.993,09

Continua 2/3

Município de FORQUILHINHA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.485.000,00	2.485.000,00	235.001,06	608.926,03	235.001,06	608.926,03	3,95	24,50	1.876.073,97
Educação	960.000,00	960.000,00	76.240,96	124.056,40	76.240,96	124.056,40	0,81	12,92	835.943,60
Educação Infantil	320.000,00	320.000,00	9.317,82	15.006,91	9.317,82	15.006,91	0,10	4,69	304.993,09
TOTAL (III) = (I + II)	70.785.000,00	72.256.374,93	10.993.297,37	20.012.044,62	8.807.312,60	15.396.529,38	100,00	21,31	56.859.845,55

FONTE:

FORQUILHINHA, 24/05/2013

VANDERLEI ALEXANDRE
 Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
 Secretário Adm. e Finanças

JADNA COLOMBO PEREIRA
 Controle Interno CRC/SC 29.204/C

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0180/2013

DECRETO Nº 0180, DE 27 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 24.100,00 (vinte e quatro mil e cem reais) nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.02 - Cultura

13.392.0014.2.029 - Manutenção das Atividades Culturais

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (259) R\$ 14.100,00

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

23.695.0028.2.063 - Programa de Manutenção de Promoção do Turismo

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (206) R\$ 10.000,00

Total R\$ 24.100,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.02 - Cultura

13.392.0014.2.029 - Manutenção das Atividades Culturais

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (258) R\$ 14.100,00

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

23.695.0028.2.063 - Programa de Manutenção de Promoção do Turismo

3.3.71.00 - Transferência à Consórcios Públicos 0.1.0200 (205) R\$ 10.000,00

Total R\$ 24.100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 27 DE MAIO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1558/2013

PORTARIA Nº 1.558, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 1.498/2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e conforme comunicação interna n.º 0783/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 1.498, de 07 de maio de 2013, que ampliou a carga horária da servidora JOSIANE APARECIDA DE PAULA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.636.169-34, alterando a data final da ampliação para 01 de junho de 2013.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 1.498, de 07 de maio de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1559/2013

PORTARIA Nº 1.559, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0784/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE APARECIDA DE PAULA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.636.169-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de junho de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1560/2013

PORTARIA Nº 1.560, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 027.546.959-07, nomeado no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO ADJUNTO MUNICIPAL, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de maio de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1561/2013

PORTARIA N.º 1.561, DE 27 DE MAIO DE 2013.
Nomeia Servidor Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear NADIR EDIR BALESTRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 434.488.109-59, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1562/2013

PORTARIA N.º 1.562, DE 27 DE MAIO DE 2013.
Nomeia Servidor Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ARNO GONÇALVES CORDEIRO, brasileiro, separado, inscrito no CPF sob o n.º 296.254.089-91, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1563/2013

PORTARIA N.º 1.563, DE 27 DE MAIO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037, de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, NELÍ TEREZINHA PICHETTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 015.320.779-55, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de junho de 2013 até 05 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1564/2013

PORTARIA N.º 1.564, DE 27 DE MAIO DE 2013.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 12 (doze) para 14 (quatorze) horas semanais a carga horária do servidor JONI PAULO REDMANN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 474.941.070-53, contratado em caráter temporário na função de MÉDICO, a partir de 03 de junho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1565/2013

PORTARIA N.º 1.565, DE 27 DE MAIO DE 2013.
DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 2.035/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público IRINEU JORGE SARTOR, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I - SIMARA CRISTINA FERREIRA DE DEUS - Presidente
II - LEONILCE FRARÃO - Membro
III - LENI HUBER WEBER - Secretária

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria 1.415, de 26 de abril de 2013.

Fraiburgo, 27 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0083/2013-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0083/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para grupos de convivência de crianças e adolescentes vítimas de violência ou risco pessoal (CREAS), para os meses de junho e julho de 2013. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 11.06.2013. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 27 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0084/2013-PMF Rp 0050

Aviso do Pregão Presencial nº 0084/2013 - PMF
Registro de Preços Nº 0050/2013
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de resmas de papel sulfite A4 branco, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS), durante os meses de junho a outubro de 2013. Validade da Ata de Registro de Preços: junho a outubro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 14.06.2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 27 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 067/2013.

DECRETO N.º 067, DE 23 DE MAIO DE 2013.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 8.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 8.000,00
10301252.073 - Func. e Manutenção do Setor Saúde 8.000,00
3.1.90.0.6.14.000069 - Aplicações Diretas 4.000,00
4.4.90.0.6.14.000069 - Aplicações Diretas 4.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Maio de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/05/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

Edital de Convocação N.º 014/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 014/2013

CONSIDERANDO, que foi encaminhada convocação por correspondência registrada, sem resposta,

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições conferidas pela legislação pertinente,

1. CONVOCA o candidato abaixo relacionado aprovado no Concurso Público n.º 001/2009, a comparecer na Prefeitura Municipal de Garopaba, na Diretoria de Recursos Humanos, no prazo impreterível de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do presente Edital:

CIRIO VIEIRA

Candidato(a): 002762

Cargo: Técnico em Programação de Computadores

Classificação: 0004

2. O não comparecimento será anotado no processo como a desistência do candidato.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 24 de Maio de 2013

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC em 28/05/2013

RREO/2ºbimestre 2013**Relatório Resumido Da Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2013**

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.069.042,00	37.069.042,00	5.665.762,21	15,28	16.258.955,90	43,86	20.810.086,10
RECEITAS CORRENTES	36.501.742,00	36.501.742,00	5.573.806,67	15,27	15.314.198,01	41,95	21.187.543,99
RECEITA TRIBUTARIA	7.886.705,00	7.886.705,00	1.102.417,41	13,98	5.923.237,54	75,10	1.963.467,46
IMPOSTOS	6.405.705,00	6.405.705,00	963.713,43	15,04	4.490.849,89	70,11	1.914.855,11
TAXAS	1.480.000,00	1.480.000,00	138.703,98	9,37	1.432.387,65	96,78	47.612,35
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.350.000,00	1.350.000,00	143.063,04	10,60	387.381,92	28,69	962.618,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	500.000,00	500.000,00	76.274,14	15,25	163.815,92	32,76	336.184,08
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	850.000,00	850.000,00	66.788,90	7,86	223.566,00	26,30	626.434,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.153.600,00	1.153.600,00	132.319,04	11,47	135.165,82	11,72	1.018.434,18
RECEITAS IMOBILIARIAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.143.600,00	1.143.600,00	132.319,04	11,57	135.165,82	11,82	1.008.434,18
RECEITA DE SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.676.100,00	24.676.100,00	3.967.360,90	16,08	8.289.148,56	33,59	16.386.951,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.377.100,00	24.377.100,00	3.938.572,53	16,16	8.213.425,52	33,69	16.163.674,48
Transf. de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transf. de Pessoas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transf. de Conv.	269.000,00	269.000,00	28.788,37	10,70	75.723,04	28,15	193.276,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.434.337,00	1.434.337,00	228.646,28	15,94	579.264,17	40,39	855.072,83
Multas e Juros de Mora	212.637,00	212.637,00	56.961,15	26,79	111.022,61	52,21	101.614,39
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200,00	200,00	3.046,00	523,00	6.360,97	180,49	-6.160,97
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.026.500,00	1.026.500,00	167.566,39	16,32	451.995,97	44,03	574.504,03
Rec. Dec. De Aporte Periódico p/ Amortização de Dé	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
RECEITAS DIVERSAS	25.000,00	25.000,00	1.072,74	4,29	9.884,62	39,54	15.115,38
RECEITAS DE CAPITAL	567.300,00	567.300,00	91.955,54	16,21	944.757,89	166,54	-377.457,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	315.649,20	018,22	-284.649,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	315.649,20	018,22	-284.649,20
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	506.300,00	506.300,00	91.955,54	18,16	629.108,69	124,26	-122.808,69
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	506.300,00	506.300,00	91.955,54	18,16	629.108,69	124,26	-122.808,69
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.000.000,00	1.000.000,00	222.097,80	22,21	412.776,75	41,28	587.223,25
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.000.000,00	1.000.000,00	222.097,80	22,21	412.776,75	41,28	587.223,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.000.000,00	1.000.000,00	174.622,39	17,46	349.705,88	34,97	650.294,12
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.000.000,00	1.000.000,00	174.622,39	17,46	349.705,88	34,97	650.294,12

Continua 1/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.000.000,00	1.000.000,00	222.097,80	22,21	412.776,75	41,28	587.223,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	47.475,41	0,00	63.070,87	0,00	-63.070,87
Rec. Dec. Aportes Periódicos Amort. Def. Atuarial	0,00	0,00	47.475,41	0,00	63.070,87	0,00	-63.070,87
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	38.069.042,00	38.069.042,00	5.887.860,01	15,47	16.671.732,65	43,79	21.397.309,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	38.069.042,00	38.069.042,00	5.887.860,01	15,47	16.671.732,65	43,79	21.397.309,35
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	38.069.042,00	38.069.042,00	5.887.860,01	15,47	16.671.732,65	43,79	21.397.309,35
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.200.643,08	—	—	281.483,57	—	—
Superávit Financeiro	—	1.200.643,08	—	—	281.483,57	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	36.815.242,00	1.928.928,63	38.744.170,63	7.974.952,61	17.164.168,78	6.210.385,49	11.896.511,43	30,71	26.847.659,20
DESPESAS CORRENTES	31.385.613,00	351.821,58	31.737.434,58	6.683.684,76	14.664.536,94	5.928.626,47	11.426.619,12	36,00	20.310.815,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.576.849,00	-188.782,47	19.388.066,53	3.926.820,71	7.046.955,08	3.926.820,71	7.046.955,08	36,35	12.341.111,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	280.100,00	0,00	280.100,00	0,00	160.000,00	42.136,04	68.923,17	24,61	211.176,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.528.664,00	540.604,05	12.069.268,05	2.756.864,05	7.457.581,86	1.959.669,72	4.310.740,87	35,72	7.758.527,18
DESPESAS DE CAPITAL	3.311.629,00	1.577.107,05	4.888.736,05	1.291.267,85	2.499.631,84	281.759,02	469.892,31	9,61	4.418.843,74
INVESTIMENTOS	2.747.520,00	1.577.107,05	4.324.627,05	1.290.296,24	1.953.810,26	112.079,14	213.019,53	4,93	4.111.607,52

Continua 2/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	36.815.242,00	1.928.928,63	38.744.170,63	7.974.952,61	17.164.168,78	6.210.385,49	11.896.511,43	30,71	26.847.659,20
AMORTIZACAO DA DIVIDA	564.109,00	0,00	564.109,00	971,61	545.821,58	169.679,88	256.872,78	45,54	307.236,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	2.088.000,00	0,00	2.088.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.088.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.253.800,00	-19.000,00	1.234.800,00	203.309,35	415.059,07	219.048,28	415.059,07	33,61	819.740,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.082.900,00	-19.000,00	1.063.900,00	171.572,87	351.988,20	171.572,87	351.988,20	33,08	711.911,80
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	170.700,00	0,00	170.700,00	31.736,48	63.070,87	47.475,41	63.070,87	36,95	107.629,13
AMORTIZACAO DA DIVIDA	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.069.042,00	1.909.928,63	39.978.970,63	8.178.261,96	17.579.227,85	6.429.433,77	12.311.570,50	30,80	27.667.400,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	38.069.042,00	1.909.928,63	39.978.970,63	8.178.261,96	17.579.227,85	6.429.433,77	12.311.570,50	30,80	27.667.400,13
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.360.162,15	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	38.069.042,00	1.909.928,63	39.978.970,63	8.178.261,96	17.579.227,85	6.429.433,77	16.671.732,65	30,80	27.667.400,13

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 489.385,57

FONTE:

Continua 3/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

GAROPABA, 13/05/2013

Luiz Carlos Luiz
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.815.242,00	38.744.170,63	7.974.952,61	17.164.168,78	6.210.385,49	11.896.511,43	96,63	30,71	26.847.659,20
Legislativa	1.676.000,00	1.676.000,00	334.837,56	647.565,91	301.640,69	540.622,02	4,39	32,26	1.135.377,98
Ação Legislativa	1.676.000,00	1.676.000,00	334.837,56	647.565,91	301.640,69	540.622,02	4,39	32,26	1.135.377,98
Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Ação Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Administração	2.959.162,00	3.212.759,33	628.661,70	1.501.758,70	572.940,62	1.109.164,63	9,01	34,52	2.103.594,70
Ação Judiciária	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
Administração Geral	2.048.062,00	2.319.659,33	483.993,90	1.075.172,66	439.775,65	820.358,98	6,66	35,37	1.499.300,35
Administração Financeira	911.100,00	673.100,00	144.667,80	426.586,04	133.164,97	288.805,65	2,35	42,91	384.294,35
Segurança Pública	71.000,00	101.000,00	7.466,00	19.188,38	4.726,55	15.256,68	0,12	15,11	85.743,32
Defesa Civil	71.000,00	101.000,00	7.466,00	19.188,38	4.726,55	15.256,68	0,12	15,11	85.743,32
Assistência Social	915.800,00	960.975,02	194.213,92	338.345,28	133.957,40	227.286,28	1,85	23,65	733.688,74
Assistência à Criança e ao Adolescente	135.100,00	135.100,00	18.472,12	33.805,14	15.709,77	26.881,20	0,22	19,90	108.218,80
Assistência Comunitária	780.700,00	825.875,02	175.741,80	304.540,14	118.247,63	200.405,08	1,63	24,27	625.469,94
Saúde	8.685.181,00	9.550.162,18	1.685.989,97	4.110.582,63	1.637.157,73	3.149.092,85	25,58	32,97	6.401.069,33
Atenção Básica	8.685.181,00	9.550.162,18	1.685.989,97	4.110.582,63	1.637.157,73	3.149.092,85	25,58	32,97	6.401.069,33
Educação	9.291.390,00	9.551.481,27	2.581.586,38	4.269.849,57	1.796.651,42	2.983.617,51	24,23	31,24	6.567.863,76
Alimentação e Nutrição	192.300,00	192.300,00	31.247,21	41.089,74	25.294,99	35.134,92	0,29	18,27	157.165,08
Ensino Fundamental	8.297.440,00	8.355.926,71	2.375.192,27	3.846.864,24	1.597.152,73	2.683.004,23	21,79	32,11	5.672.922,48
Ensino Superior	247.000,00	247.000,00	42.997,32	85.526,96	17.557,23	29.962,59	0,24	12,13	217.037,41
Educação Infantil	495.250,00	696.854,56	129.662,53	291.661,87	154.159,42	230.809,01	1,87	33,12	466.045,55
Educação Especial	59.400,00	59.400,00	2.487,05	4.706,76	2.487,05	4.706,76	0,04	7,92	54.693,24
Cultura	102.000,00	102.000,00	5.918,34	17.835,85	6.129,77	17.835,85	0,14	17,49	84.164,15
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Difusão Cultural	101.000,00	101.000,00	5.918,34	17.835,85	6.129,77	17.835,85	0,14	17,66	83.164,15
Urbanismo	5.641.300,00	5.714.300,00	1.548.641,18	3.527.564,51	1.024.163,73	2.319.586,13	18,84	40,59	3.394.713,87
Infra-Estrutura Urbana	2.880.100,00	3.134.700,00	707.120,68	1.716.768,01	542.364,19	1.344.882,49	10,92	42,90	1.789.817,51
Serviços Urbanos	2.761.200,00	2.579.600,00	841.520,50	1.810.796,50	481.799,54	974.703,64	7,92	37,79	1.604.896,36
Habitação	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00
Habitação Urbana	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00

Continua 1/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.815.242,00	38.744.170,63	7.974.952,61	17.164.168,78	6.210.385,49	11.896.511,43	96,63	30,71	26.847.659,20
Saneamento	292.900,00	292.900,00	0,00	118.100,00	27.000,00	74.096,33	0,60	25,30	218.803,67
Saneamento Básico Urbano	292.900,00	292.900,00	0,00	118.100,00	27.000,00	74.096,33	0,60	25,30	218.803,67
Agricultura	1.090.700,00	1.439.450,00	517.568,19	694.074,22	105.668,94	197.140,93	1,60	13,70	1.242.309,07
Extensão Rural	1.090.700,00	1.439.450,00	517.568,19	694.074,22	105.668,94	197.140,93	1,60	13,70	1.242.309,07
Comércio e Serviços	1.248.000,00	1.270.961,59	171.269,82	546.208,74	81.641,29	412.994,94	3,35	32,49	857.966,65
Turismo	1.248.000,00	1.270.961,59	171.269,82	546.208,74	81.641,29	412.994,94	3,35	32,49	857.966,65
Transporte	448.300,00	477.247,24	71.187,15	141.952,30	56.649,88	66.201,44	0,54	13,87	411.045,80
Transportes Coletivos Urbanos	26.100,00	26.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.100,00
Transporte Rodoviário	422.200,00	451.147,24	71.187,15	141.952,30	56.649,88	66.201,44	0,54	14,67	384.945,80
Desporto e Lazer	257.200,00	258.625,00	32.258,43	88.787,87	42.499,57	70.438,52	0,57	27,24	188.186,48
Desporto Comunitário	257.200,00	258.625,00	32.258,43	88.787,87	42.499,57	70.438,52	0,57	27,24	188.186,48
Encargos Especiais	1.981.009,00	1.981.009,00	195.353,97	1.142.354,82	419.557,90	713.177,32	5,79	36,00	1.267.831,68
Previdência do Regime Estatutário	582.000,00	582.000,00	83.788,14	194.039,60	82.077,77	158.008,63	1,28	27,15	423.991,37
Serviço da Dívida Interna	844.009,00	844.009,00	971,61	705.821,58	211.815,92	325.795,95	2,65	38,60	518.213,05
Outras Transferências	555.000,00	555.000,00	110.594,22	242.493,64	125.664,21	229.372,74	1,86	41,33	325.627,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RESERVA DO RPPS	2.088.000,00	2.088.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.088.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.253.800,00	1.234.800,00	203.309,35	415.059,07	219.048,28	415.059,07	3,37	33,61	819.740,93
Legislativa	24.000,00	24.000,00	3.283,00	9.708,66	3.283,00	9.708,66	0,08	40,45	14.291,34
Ação Legislativa	24.000,00	24.000,00	3.283,00	9.708,66	3.283,00	9.708,66	0,08	40,45	14.291,34
Administração	150.600,00	150.600,00	25.337,76	51.523,27	25.337,76	51.523,27	0,42	34,21	99.076,73
Administração Geral	96.600,00	113.600,00	20.209,62	36.577,88	20.209,62	36.577,88	0,30	32,20	77.022,12
Administração Financeira	54.000,00	37.000,00	5.128,14	14.945,39	5.128,14	14.945,39	0,12	40,39	22.054,61
Assistência Social	24.100,00	24.100,00	3.715,95	6.986,31	3.715,95	6.986,31	0,06	28,99	17.113,69
Assistência Comunitária	24.100,00	24.100,00	3.715,95	6.986,31	3.715,95	6.986,31	0,06	28,99	17.113,69
Saúde	200.100,00	200.100,00	32.426,99	62.310,03	32.426,99	62.310,03	0,51	31,14	137.789,97
Atenção Básica	200.100,00	200.100,00	32.426,99	62.310,03	32.426,99	62.310,03	0,51	31,14	137.789,97
Educação	549.500,00	544.500,00	90.618,29	190.326,68	90.618,29	190.326,68	1,55	34,95	354.173,32
Ensino Fundamental	484.400,00	484.400,00	79.204,27	166.370,34	79.204,27	166.370,34	1,35	34,35	318.029,66

Continua 2/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.253.800,00	1.234.800,00	203.309,35	415.059,07	219.048,28	415.059,07	3,37	33,61	819.740,93
Educação	549.500,00	544.500,00	90.618,29	190.326,68	90.618,29	190.326,68	1,55	34,95	354.173,32
Ensino Superior	6.000,00	6.000,00	960,24	2.017,62	960,24	2.017,62	0,02	33,63	3.982,38
Educação Infantil	55.100,00	50.100,00	10.075,74	21.143,81	10.075,74	21.143,81	0,17	42,20	28.956,19
Educação Especial	4.000,00	4.000,00	378,04	794,91	378,04	794,91	0,01	19,87	3.205,09
Cultura	4.500,00	4.500,00	0,00	900,20	0,00	900,20	0,01	20,00	3.599,80
Difusão Cultural	4.500,00	4.500,00	0,00	900,20	0,00	900,20	0,01	20,00	3.599,80
Urbanismo	100.100,00	86.100,00	12.521,12	23.146,96	12.521,12	23.146,96	0,19	26,88	62.953,04
Infra-Estrutura Urbana	70.100,00	70.100,00	9.976,14	17.748,51	9.976,14	17.748,51	0,14	25,32	52.351,49
Serviços Urbanos	30.000,00	16.000,00	2.544,98	5.398,45	2.544,98	5.398,45	0,04	33,74	10.601,55
Saneamento	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Saneamento Básico Urbano	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Agricultura	24.100,00	24.100,00	2.981,76	5.697,17	2.981,76	5.697,17	0,05	23,64	18.402,83
Extensão Rural	24.100,00	24.100,00	2.981,76	5.697,17	2.981,76	5.697,17	0,05	23,64	18.402,83
Comércio e Serviços	3.600,00	3.600,00	327,62	688,38	327,62	688,38	0,01	19,12	2.911,62
Turismo	3.600,00	3.600,00	327,62	688,38	327,62	688,38	0,01	19,12	2.911,62
Desporto e Lazer	3.100,00	3.100,00	360,38	700,54	360,38	700,54	0,01	22,60	2.399,46
Desporto Comunitário	3.100,00	3.100,00	360,38	700,54	360,38	700,54	0,01	22,60	2.399,46
Encargos Especiais	170.000,00	170.000,00	31.736,48	63.070,87	47.475,41	63.070,87	0,51	37,10	106.929,13
Serviço da Dívida Interna	170.000,00	170.000,00	31.736,48	63.070,87	47.475,41	63.070,87	0,51	37,10	106.929,13

Continua 3/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.253.800,00	1.234.800,00	203.309,35	415.059,07	219.048,28	415.059,07	3,37	33,61	819.740,93
Encargos Especiais	170.000,00	170.000,00	31.736,48	63.070,87	47.475,41	63.070,87	0,51	37,10	106.929,13
Serviço da Dívida Interna	170.000,00	170.000,00	31.736,48	63.070,87	47.475,41	63.070,87	0,51	37,10	106.929,13
TOTAL (III) = (I + II)	38.069.042,00	39.978.970,63	8.178.261,96	17.579.227,85	6.429.433,77	12.311.570,50	100,00	30,80	27.667.400,13

FONTE:

GAROPABA, 13/05/2013

Luiz Carlos Luiz

Prefeito Municipal

Ronye Paes

Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira

Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira

Tec. Cont. - CRC 19288

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	7.489.157,00	7.489.157,00	1.134.819,14	4.937.656,12	65,93
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.282.225,00	4.282.225,00	332.812,46	3.467.535,70	80,98
1.1.1- IPTU	3.400.000,00	3.400.000,00	175.906,71	3.044.703,52	89,55
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	1.024,07	1.347,62	8,98
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	900.000,00	900.000,00	139.265,98	385.611,27	42,85
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	180.000,00	180.000,00	16.615,70	35.873,29	19,93
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(212.775,00)	(212.775,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	427.436,93	686.079,64	49,01
1.2.1- ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	430.904,19	689.471,95	49,25
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	69,91	144,86	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(3.537,17)	(3.537,17)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.401.932,00	1.401.932,00	284.894,17	625.074,64	44,59
1.3.1- ISS	1.300.000,00	1.300.000,00	270.764,12	601.245,45	46,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	15.000,00	15.000,00	1.669,77	3.742,64	24,95
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	80.000,00	80.000,00	11.711,67	18.304,16	22,88
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	35.300,00	35.300,00	748,61	1.782,39	5,05
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(28.368,00)	(28.368,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	405.000,00	405.000,00	89.675,58	158.966,14	39,25
1.4.1- IRRF	405.000,00	405.000,00	89.675,58	158.966,14	39,25
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.340.000,00	18.340.000,00	2.580.255,79	5.787.552,02	31,56
2.1- Cota-Parte FPM	11.000.000,00	11.000.000,00	1.475.188,65	3.629.224,63	32,99
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.000.000,00	11.000.000,00	1.475.188,65	3.629.224,63	32,99
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.800.000,00	5.800.000,00	798.995,78	1.611.772,45	27,79
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	35.000,00	35.000,00	7.947,21	7.947,21	22,71
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	9.818,63	23.177,25	28,97
2.5- Cota-Parte ITR	25.000,00	25.000,00	38,03	38,03	0,15
2.6- Cota-Parte IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	288.267,49	515.392,45	36,81
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.829.157,00	25.829.157,00	3.715.074,93	10.725.208,14	41,52
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	870.000,00	870.000,00	142.204,36	274.194,25	31,52
5.1- Transferências do Salário-Educação	500.000,00	500.000,00	95.917,86	221.303,19	44,26
5.2- Outras Transferências do FNDE	370.000,00	370.000,00	46.286,50	52.891,06	14,29
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	86.600,00	86.600,00	91.955,54	91.955,54	106,18
6.1- Transferências de Convênios	80.000,00	80.000,00	91.955,54	91.955,54	114,94
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	6.600,00	6.600,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	470.000,00	470.000,00	116.791,47	120.198,88	25,57
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.436.600,00	1.436.600,00	350.951,37	486.348,67	33,85

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.668.000,00	3.668.000,00	516.050,69	1.157.509,57	31,56
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.200.000,00	2.200.000,00	295.037,68	725.844,83	32,99
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.160.000,00	1.160.000,00	159.798,97	322.354,14	27,79
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.000,00	7.000,00	1.589,44	1.589,44	22,71
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	1.963,72	4.635,44	28,97
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	5.000,00	5.000,00	7,60	7,60	0,15
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	280.000,00	280.000,00	57.653,28	103.078,12	36,81
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.015.000,00	5.015.000,00	930.760,54	1.916.774,10	38,22
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.000.000,00	5.000.000,00	925.617,58	1.911.631,14	38,23
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	15.000,00	15.000,00	5.142,96	5.142,96	34,29
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.332.000,00	1.332.000,00	409.566,89	754.121,57	56,62
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.898.950,00	4.868.950,00	1.035.429,64	1.761.940,28	36,19
13.1- Com Educação Infantil	403.050,00	403.050,00	89.326,97	154.714,12	38,39
13.2- Com Ensino Fundamental	4.495.900,00	4.465.900,00	946.102,67	1.607.226,16	35,99
14- OUTRAS DESPESAS	116.050,00	146.050,00	5.580,00	6.572,07	4,50
14.1- Com Educação Infantil	3.000,00	33.000,00	0,00	992,07	3,01
14.2- Com Ensino Fundamental	113.050,00	113.050,00	5.580,00	5.580,00	4,94
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.015.000,00	5.015.000,00	1.041.009,64	1.768.512,35	35,26
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					91,92
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				35.353,11	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				35.353,11	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	6.457.289,25	6.457.289,25	928.768,73	2.681.302,04	41,52
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	490.150,00	680.150,00	164.235,16	251.952,82	37,04
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	406.050,00	436.050,00	89.326,97	155.706,19	35,71
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	84.100,00	244.100,00	74.908,19	96.246,63	39,43
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.314.040,00	7.164.040,00	1.580.768,85	2.699.907,45	37,69
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.608.950,00	4.578.950,00	951.682,67	1.612.806,16	35,22
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.705.090,00	2.585.090,00	629.086,18	1.087.101,29	42,05
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.804.190,00	7.844.190,00	1.745.004,01	2.951.860,27	37,63
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					754.121,57
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					5.142,96
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					759.264,53
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.192.595,74
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,44

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	506.000,00	677.000,00	4.500,00	4.500,00	0,66
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	931.600,00	975.691,27	96.168,99	131.522,10	13,48
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.437.600,00	1.652.691,27	100.668,99	136.022,10	8,23
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	9.241.790,00	9.496.881,27	1.845.673,00	3.087.882,37	32,51
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	239.858,29	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.911.631,14	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.843.567,20	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.142,96	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	313.065,19	0,00

GAROPABA, 13/05/2013

Luiz Carlos Luiz
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	7.631.005,00	7.631.005,00	4.937.656,12	64,71
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.300.705,00	3.300.705,00	3.044.703,52	92,24
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	685.934,78	49,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.300.000,00	1.300.000,00	601.245,45	46,25
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	405.000,00	405.000,00	158.966,14	39,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	30.000,00	30.000,00	5.235,12	17,45
Dívida Ativa dos Impostos	980.000,00	980.000,00	403.915,43	41,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	215.300,00	215.300,00	37.655,68	17,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.840.000,00	17.840.000,00	5.787.552,02	32,44
Cota-Parte FPM	10.500.000,00	10.500.000,00	3.629.224,63	34,56
Cota-Parte ITR	25.000,00	25.000,00	38,03	0,15
Cota-Parte IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	515.392,45	36,81
Cota-Parte ICMS	5.800.000,00	5.800.000,00	1.611.772,45	27,79
Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	23.177,25	28,97
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	35.000,00	35.000,00	7.947,21	22,71
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.000,00	35.000,00	7.947,21	22,71
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	25.471.005,00	25.471.005,00	10.725.208,14	42,11
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de GAROPABA - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00		0,00	
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00		0,00	
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00		-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						-1.608.781,22

Continua 2/4

Município de GAROPABA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
 Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
TOTAL	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Continuação 4/4

GAROPABA, 13/05/2013

Luiz Carlos Luiz
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 136/2013

DECRETO Nº 136, DE 23 DE MAIO DE 2013

“ATRIBUI PODERES A SECRETÁRIO MUNICIPAL PARA TRANSA-CIONAR EM NOME DO MUNICÍPIO EM AÇÃO JUDICIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea “f”, do inciso I, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, JOSE CARLOS SCHUTZ, nomeado através do Decreto Nº 002, de 02 de janeiro de 2013, atribuído de poderes para transacionar em nome do Município de Garuva junto ao seguinte processo judicial:

a) 0000114-34.2013.5.12.0030 - proposto em desfavor do Município de Garuva, pelo requerente senhor Mario Dorival Rosa, que se encontra tramitando junto à 4ª Vara do Trabalho de Joinville.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Portaria Nº 3.105, de 27 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 3.105, DE 27 DE MAIO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 07/2008, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE PELO DESAPARECIMENTO DE UMA MÁQUINA FOTOGRÁFICA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 28 de maio de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 07/2008, instaurada para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de uma máquina fotográfica de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de maio de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria RH 32/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 32/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) João Antonio de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Topógrafo, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, referente ao período aquisitivo de 12/06/2006 a 16/07/2011, devendo folgar a partir de 13/05/2013 a 10/08/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13/05/2013.

Gaspar, 27 de maio de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Extrato da Dispensa Nº 73/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 73/2013

Objeto: Locação de imóvel de propriedade da Paróquia São Pedro Apóstolo, situado na Rua Coronel Aristiliano Ramos, 579, bairro Centro - Gaspar/SC, para as instalações do EJA - Educação de Jovens e Adultos. Contratado: TOMIO IMÓVEIS LTDA (07.326.475/0001-11). Valor Total Julgado: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). Base legal: artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 30 de abril de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Guaramirim

PREFEITURA

Termo de Homologação e Adjudicação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação: 047/2013 - PMG.
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

Objeto: Contratação da empresa IPM informática Ltda, para locação de software dos módulos do controle de arrecadação (simples nacional) e fundação do meio ambiente.

HOMOLOGO o presente Processo Licitatório de acordo com o parecer do Procurador Jurídico do Município, que consta em fls. no presente processo licitatório, e ADJUDICO a Empresa: IPM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ do MF sob n.º 01.258.027/0001-41, que apresentou Proposta de Preços no valor total de R\$ 8.003,76 (oito mil e três reais e setenta e seis centavos), para a locação de

software de controle de arrecadação e locação de software para a Fundação do Meio Ambiente.

Guaramirim (SC), 01 de abril de 2013.
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato 16/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 16/2013

Processo de Licitação: 047/2013 -PMG.
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação.

Objeto: Contratação da empresa IPM INFORMATICA LTDA, para locação de software dos módulos do controle de arrecadação (simples nacional) e fundação do meio ambiente.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: IPM AUTOMAÇÃO E CONSULTORIA LTDA, situada na Avenida Trompowsky, nº 354, 7º andar, Sala 701, inscrita no CNPJ: 01.258.027/0001-41.

Valor do Contrato: R\$ 8.003,76 (oito mil e três reais e setenta e seis centavos).

Data da Assinatura: 01/04/2013 Vigência: 01/09/2013

GUARAMIRIM (SC), 01/04/2013
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 3.151/2013.

DECRETO NR. 3.151/2013.

REVOGA O DECRETO NR. 2986/2011 QUE CONCEDE ESTÍMULO MATERIAL PARA EXPANSÃO DE EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval D'Oeste - SC, nos uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nr. 2986/2011 que concede estímulo material para expansão de empreendimento industrial no Município de Herval D'Oeste - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste (SC), 23 de maio de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.152/2013.

DECRETO Nº 3.152/2013.

SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado Gilberto José Durigon - Titular, para substituir Neusa Aparecida de Campos, como representante da Secretaria de Administração e Finanças, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Herval d'Oeste (SC), nomeado através do Decreto nº 3.096/2012.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 24 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 407/2013

PORTARIA Nº 407/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 107/2009, a qual cede a Servidora CARLA REGINA DOS SANTOS GASPARETTO (Matr. 756), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, ao Cartório Eleitoral da 85ª Zona Eleitoral, até 31 de outubro de 2013, conforme decisão constante no Processo Administrativo Nº 4492-14.2010.6.24.000, e, de conformidade com o que preceitua o artigo 120 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Maio de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 408/2013

PORTARIA Nº 408/2013

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC).

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar nº. 281/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir o servidor Rubens Antonio Correia, membro da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias designado pela Portaria nº 1.209/2012, pelo servidor Fernando Sérgio Favretto (Matr. nº 2879), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência - 9/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais; para

integrar a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, como membro titular.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), 24 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Contribuição de Melhoria Nº 002/2013.

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2013

O Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais faz saber aos proprietários dos imóveis que fazem confrontação com a Rua Henrique Piovesan, Bairro Jardim José Rupp, perímetro urbano do Município de Herval d'Oeste (SC), que nos termos da legislação vigente passa a vigorar o prazo para o lançamento da Contribuição de Melhoria, com referência às obras de pavimentação asfáltica com CAUQ sobre revestimento primário e drenagem pluvial do referido logradouro. Em obediência à legislação vigente, discrimina, abaixo, da área a ser atingida, custo e fator de absorção:

I- RESPONSABILIDADE PELA OBRA:

O Município de Herval d' Oeste (SC), através da Secretaria de Planejamento e Coordenação, localizado junto ao Paço Municipal sito a Rua Nereu Ramos, 389, Centro, é a unidade administrativa pública, responsável pela elaboração do projeto, pela supervisão e/ou execução da obra e pelo esclarecimento de eventuais dúvidas técnicas sobre o mesmo.

II- MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA

Elaboração de plantas, serviços de levantamento topográfico, alinhamento, drenagens, execução de galerias pluviais e de captação de águas.

Após a regularização da plataforma serão executados os serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, meios-fios, pavimentação asfáltica com CAUQ sobre revestimento primário e sinalização, conforme previsto na planilha orçamentária.

III - DELIMITAÇÃO DO LOGRADOURO

A pavimentação asfáltica com CAUQ sobre revestimento primário e drenagem pluvial da Rua Henrique Piovesan, localizada no Bairro Jardim José Rupp, com extensão de 126,50 m (cento e vinte e seis metros vírgula cinquenta centímetros), com área total a pavimentar o montante de 885,50 m² (oitocentos e oitenta e cinco metros e cinquenta centímetros quadrados).

IV - DO ORÇAMENTO E CUSTO DA OBRA

Conforme orçamento elaborado pelo Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Coordenação do Município de Herval d' Oeste (SC), o valor total da obra (pavimentação asfáltica com CAUQ sobre revestimento primário e drenagem pluvial da Rua Henrique Piovesan) será de R\$ 59.104,37 (cinquenta e nove mil, cento e quatro reais e trinta e sete centavos), a ser rateado entre os contribuintes que tiveram seu imóvel valorizado pela realização da benfeitoria.

Constam em anexo o Orçamento Discriminativo e a Tabela de Valores.

V - FATOR DE ABSORÇÃO

a) Parcela do custo da obra a ser tributada.

O valor a ser ressarcido pelos contribuintes, ao Poder Tributante, na modalidade de Contribuição de Melhoria, será de R\$ 59.104,37 (cinquenta e nove mil, cento e quatro reais e trinta e sete centavos), equivalente a 100,00% (cem por cento) do custo total da obra, referente aos serviços de meio fio, pavimentação e sinalização.

Os serviços iniciais, a terraplenagem e drenagem da Rua Henrique Piovesan, Bairro Jardim José Rupp, foram realizados pelo Município, como também o custo arcada pela municipalidade.

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas tem como limite o máximo do custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida do imóvel.

b) Critérios de repartição do tributo.

Para determinar o valor da Contribuição de Melhoria a ser atribuída a cada um dos contribuintes, aplica-se as seguintes fórmulas de cálculo:

$$CUM^2 = CT/AT$$

$$PET \times \frac{LLP}{2} = ACPET$$

$$VPC = CUM^2 \times ACPET$$

onde:

CT: Custo Total

AT: Área Total

CUM²: Custo Unitário por Metro Quadrado

LLP: Largura do Logradouro Pavimentado;

PET: Produto de Extensão de sua Testada

ACPET: Área Correspondente do Produto de Extensão de sua Testada

VPC: Valor a Pagar pelo Contribuinte

VI - DA NOTIFICAÇÃO

Fica estabelecido que o lançamento para conseqüente pagamento será efetuado através de notificação dirigida ao contribuinte nos termos da legislação tributária vigente.

VII - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento poderá ser efetuado em até 48 (quarenta e oito) parcelas iguais, mensais e sucessivas, não podendo o valor de cada parcela ser inferior a R\$ 20,00 (vinte reais), após a conclusão da obra.

VIII - CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL DE RECEITA

As receitas provenientes da arrecadação, encargos e cobrança da Contribuição de Melhoria serão classificadas, contabilmente, 11.30.04.00 do Balanço Geral do Município de Herval d' Oeste(SC), de acordo com a Lei 4.320, de 17.03.1964, e demais legislação complementar.

IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes.

Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas

obras de que trata o presente Edital, têm prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para impugnação de quaisquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, até dia 27 de junho de 2013.

Herval d'Oeste (SC), 24 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Ibiam

PREFEITURA

Edital de Classificação Cp Nº 01/2013

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2013 DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM (SC)

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supervisão da Comissão designada pela Administração Municipal, DIVULGA através do presente instrumento de Edital de Classificação Final do Concurso Público Edital n.º 001/2013.

Art. 1º. - Edital de Classificação Final do Concurso Público Edital n.º 001/2013:

CARGO : MÉDICO

Inscrição Nome do candidato(a) C.Gerais C. Específicos TOTAL

111937 1º HERMÍNIO ALVIM MATIAS NETO 2,10 5,95 8,05

111723 2º DÉBORA CAROLINE SALOMON 1,50 3,50 5,00

TOTAL DE CLASSIFICADOS: 002

Art. 2º. - DOS RECURSOS

Os candidatos que se sentirem prejudicados com a sua classificação, terão o prazo de 02 (dois)

dias úteis para interpor recurso, ou seja, dias 27 e 28 de maio/2013, a contar da data de publicação

deste Edital no Órgão Oficial de Publicação do Município de Ibiam. O recurso deverá ser feito conforme item 7.1 do edital de abertura, seguindo os passos abaixo:

a) acessar o endereço eletrônico da empresa responsável pelo certame <http://www.incapel.com.br>, clicar no link CONCURSOS PÚBLICOS e na sequência em REQUERIMENTO;

b) preencher on-line atentamente, nome completo, n.º de inscrição, cargo, R.G, CPF, e-mail, informar o certame a que será dirigido o formulário de recurso e enviá-lo via Internet, seguindo as instruções nele contidas.

Ibiam (SC), 24 de maio de 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

Decreto Nº 019/2013

Decreto nº 019/2013

cria e denomina de "CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VÓ VARDA", UNIDADE EDUCACIONAL LOCALIZADA NA RUA VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES S/N, NO BAIRRO MINAS.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 72, IV da Lei Orgânica, e considerando a necessidade de atendimento da demanda existente na área de educação infantil do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica criado um Centro de Educação Infantil, localizado na RUA VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES S/N, NO BAIRRO MINAS, vinculado à Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Art. 2º A unidade educacional criada neste Decreto é denominada de "Centro de Educação Infantil Vó Varda".

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta de dotações consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 24 de maio de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Lei Nº 4.207.2013

Lei nº 4.207, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre a celebração de convênio entre o Município de Imbituba, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, e a Casa Lar Irmã Carmen de Araranguá - SC.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio entre o Município de Imbituba e a Casa Lar Irmã Carmen de Araranguá, inscrita no CNPJ sob o nº 00.900.930/0001-00, com o objetivo de acolhimento por tempo indeterminado de crianças e adolescentes em situação de risco (violação de direitos), com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS.

Art. 2º O Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS repassará à Casa Irmã Carmen a importância de R\$ 74.400,00(setenta e quatro mil e quatrocentos reais) ano, divididos em 8(oito) parcelas no valor de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais) mensais, pela disponibilização de cinco (05) vagas para atender crianças e/ou adolescentes oriundos de Imbituba -SC.

Parágrafo único. A importância mencionada no caput será repassada mensalmente até o quinto dia útil do mês subsequente ao do efetivo acolhimento.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência

Social-FMAS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de maio de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.208.2013

Lei nº 4.208, de 22 de maio de 2013.

Estabelece critérios para campanhas antidrogas e de redução de danos, no município de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Poder Público Municipal realizará campanhas antidrogas e de redução de danos, no Município de Imbituba, por meio das Secretarias Municipais competentes ou em parcerias com Organizações Não Governamentais, voltadas para prevenção ao consumo de drogas, obedecendo aos seguintes critérios:

I - as campanhas antidrogas, realizadas permanentemente e dirigidas a toda a população ou a públicos específicos, deverão abranger drogas lícitas e ilícitas, bem como prevenção de doenças transmitidas sexualmente ou por outras formas de contágio;

II - a distribuição do material de campanha será dirigida somente ao público alvo e acompanhada por responsáveis técnicos, como psicólogos, pedagogos ou profissionais da saúde;

III - garantia de padrões éticos de dignidade, de não violência e de respeito a direitos de cidadania, de acordo com a Constituição Federal, Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e Lei Federal nº 11.343/2006 que instituiu o SISNAD - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas;

IV - observância das diretrizes da Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, bem como as diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde;

V - respeito e garantia à dignidade de toda criança, adolescente e jovem ou adulto;

VI - igualdade de acesso ao atendimento e aos serviços, programas e projetos, especialmente os referentes à saúde, sem discriminação de qualquer natureza; e

VII - direito das crianças, adolescentes e jovens, de restabelecer sua dignidade, autonomia, bem como sua convivência comunitária.

Art. 2º As secretarias municipais de assistência social e de educação acompanharão, em suas esferas de atuações, todas as ações desenvolvidas no município.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de maio de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.210.2013

Lei nº 4.210, de 24 de maio de 2013.

Institui a Semana da Conscientização Política de Imbituba nas escolas de ensino fundamental da rede municipal.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída a "SEMANA DA CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA" a ser comemorada sempre no mês de setembro, devido ao seu caráter cívico, a partir do ano de 2013.

Art. 2º Nesta semana, as Escolas Municipais de Ensino Fundamental do Município de Imbituba deverão promover ciclos de palestras e atividades sobre formação política a ser dirigida aos alunos de forma clara e objetiva, levando ao conhecimento dos estudantes as efetivas funções e atribuições dos políticos do município, tanto nas esferas do Poder Executivo, quanto do Poder Legislativo.

Art. 3º O objetivo dessa Semana de Conscientização Política é aproximar os estudantes da realidade dos trabalhos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, bem como das diversas Secretarias existentes nessas duas Instituições Públicas, fazendo com que os estudantes adquiram uma visão cidadã e política, tornando-se, futuramente, eleitores conscientes e comprometidos com o processo democrático de nossa cidade e nosso País.

Art. 4º A Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores poderão receber nessa Semana visitas pré-agendadas de alunos dos referidos estabelecimentos estudantis, a fim de conhecerem de perto as dependências e os trabalhos desenvolvidos.

Art. 5º Da mesma forma, os Excelentíssimos Senhores Vereadores, Secretários, Prefeito e vice poderão visitar as escolas para promoverem palestras, debates e workshops desde que solicitados pelos respectivos diretores de tais estabelecimentos de educação de ensino fundamental.

Art. 6º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de maio de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 055.2013

DECRETO PMI Nº 055, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 47.800,00 (quarenta e sete mil e oitocentos reais), para novos itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
Manutenção do C.R.E.A.S.
08.243.0013-2.068
3.3.90.00.00.00.00.00.0152 (0024) Aplicações Diretas 44.800,00
Manutenção do Fundo de Assistência Social
08.422.0013-2.078
3.3.90.00.00.00.00.00.0310 (0025) Aplicações Diretas 3.000,00
Total 47.800,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
Manutenção do C.R.E.A.S.
08.243.0013-2.068
3.1.90.00.00.00.00.00.0152 (0003) Aplicações Diretas 44.800,00
Manutenção do Fundo de Assistência Social
08.422.0013-2.078
4.4.90.00.00.00.00.00.0310 (0022) Aplicações Diretas 3.000,00
Total 47.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de maio de 2013.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 349/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 349, de 24 de maio de 2013.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Médico - PSF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor; e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001;

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, o abaixo relacionado, admitido em 19 de abril de 2011, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente, considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Hélio Rosseto	Médico - PSF	953.369.310-04	02/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de maio de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 350/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 350, de 24 de maio de 2013.

Dispõe sobre a demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Demitir a pedido, em 02 de maio de 2013, LÍVIA PIRES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 059.642.839-18, matrícula 7211, admitida em 17 de abril de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2013 e PORTARIA PMI/DGP Nº 241, de 24 de abril de 2013, para exercer as funções do cargo/emprego público de Professora I - 20h, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de maio de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 351/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 351, de 24 de maio de 2013.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, o abaixo relacionado, admitido em 14 de fevereiro de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012 e PORTARIA PMI/DGP Nº 246, de 24 de abril de 2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rui Roberti	Professor II - 20h	220.882.068-17	06/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de maio de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 352/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 352, de 24 de maio de 2013.
Dispõe sobre a Demissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido em 26 de fevereiro de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rodrigo Luvizotto	Professor II - 20h	267.910.088-30	09/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de maio de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Edital de Publicação Nº 001.2013 Sefaz

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2013

O Prefeito Municipal de Imbituba, com base no Parágrafo único do Artigo 48 da Lei Complementar (LRF) nº 101, de 04 de maio de 2000, convida toda a sociedade civil e organizada com a atuação e sede no Município de Imbituba, bem como demais municípios, para participar da Audiência Pública que fará realizar no dia 29 de maio de 2013, as 19:30 h, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, com a finalidade de apresentar as metas fiscais do Terceiro Quadrimestre 2012.

Imbituba - SC, 22 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

- Torna-se sem efeito o Edital de Audiência Pública nº 001/2013 SEFAZ, publicado no DOM, do dia 24/05/2013, Edição 1246, p.184-185.

Av. Dr. João Rimsa, 601 - Centro - Fone/Fax: 0 ** 48 3558100 - Cx. Postal D-71
CNPJ 82.909.409/0001-90 - CEP 88780-000 - Imbituba SC

Iomerê

PREFEITURA

Lei 726/2013

LEI Nº. 726, DE 24 DE MAIO DE 2013.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 Fundo Municipal de Assistência Social
08.01 Fundo Municipal de Assistência Social
2075 Manutenção do Fundo de Assistência Social
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 8.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

08.00 Fundo Municipal de Assistência Social
08.01 Fundo Municipal de Assistência Social
2076 Manutenção do Programa Melhor Idade
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 8.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 24 de maio de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Lei 727/2013

LEI Nº. 727, DE 24 DE MAIO DE 2013.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê,

no valor de R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 20.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2059 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 114.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara Municipal
1002 Construção Prédio da Câmara
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 100.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2043 Captação, Preservação e Armazenamento de Água
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 4.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1058 Implantação, Construção de Loteamentos Populares
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2054 Programa de Incentivos Industriais
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de maio de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei 728/2013

LEI N. 728 DE 24 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE IOMERÊ A FIRMAR CONTRATO COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Município de Iomerê, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a firmar contrato de prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte dois mil reais), na forma da minuta do anexo a presente lei.

§ 1º O valor de que trata este artigo será pago em 7 (sete) parcelas iguais, mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 10/06/2013 e da última em 10/12/2013.

§ 2º O prazo do contrato terá início em 02 de maio de 2013 e término em 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista na Lei de Orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de maio de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei 729/2013

LEI N. 729 DE 24 DE MAIO DE 2013

Altera a Lei Nº 722, de 28 de março de 2013, e seus anexos.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica alterada a Cláusula Segunda, inciso III, § 1º, do Termo de Convênio CV13PMI01, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Primeiro - Os serviços ora CONVENIADOS compreendem utilização, pelos usuários do Sistema único de Saúde, residentes e domiciliados no Município de Iomerê - SC, da capacidade instalada na CONVENIADA, respeitando a sua complexidade, incluídos os equipamentos médico-hospitalares, conforme Anexo I.

Art. 2. O anexo I, também fica alterado no item 7, que passa a vigorar com a seguinte redação: sobreaviso, outros serviços, conforme anexo I, que passa a fazer parte integrante da presente LEI.
Art. 3. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de maio de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei 730/2013

LEI Nº. 730, DE 24 DE MAIO DE 2013.
Abre crédito suplementar alterando a lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2018 Manutenção Educação de 0 a 5 anos
33900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Educação
R\$ 10.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2020 Manutenção do Ensino Fundamental
33900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Educação
R\$ 10.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Esporte
2031 Manutenção do Departamento de Esportes
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de maio de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei 731/2013

LEI Nº. 731, DE 24 DE MAIO DE 2013.
Abre crédito suplementar alterando a lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2073 Manutenção da Farmácia Básica
33900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Saúde
R\$ 20.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
1064 Construção, Ampliação e Reforma de Unidade
44900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Saúde
R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de maio de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1418/2013

DECRETO Nº. 1418 DE 24 DE MAIO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 726/2013 de 24 de maio de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 Fundo Municipal de Assistência Social
08.01 Fundo Municipal de Assistência Social
2075 Manutenção do Fundo de Assistência Social
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários

R\$ 8.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

08.00 Fundo Municipal de Assistência Social
08.01 Fundo Municipal de Assistência Social
2076 Manutenção do Programa Melhor Idade
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 8.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de maio de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1419/2013

DECRETO Nº. 1419 DE 24 DE MAIO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 727/2013 de 24 de maio de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 20.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2059 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 114.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara Municipal
1002 Construção Prédio da Câmara
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 100.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2043 Captação, Preservação e Armazenamento de Água
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 4.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1058 Implantação, Construção de Loteamentos Populares
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2054 Programa de Incentivos Industriais
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de maio de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1420/2013

DECRETO Nº. 1420 DE 24 DE MAIO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 730/2013 de 24 de maio de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2018 Manutenção Educação de 0 a 5 anos
33900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Educação
R\$ 10.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2020 Manutenção do Ensino Fundamental
33900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Educação
R\$ 10.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação

orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Esporte
2031 Manutenção do Departamento de Esportes
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de maio de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1421/2013

DECRETO Nº. 1421 DE 24 DE MAIO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 731/2013 de 24 de maio de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2073 Manutenção da Farmácia Básica
33900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Saúde
R\$ 20.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
1064 Construção, Ampliação e Reforma de Unidade
44900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Saúde
R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de maio de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Contrato Ct 13Fms10

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
EXTRATO DE CONTRATO Nº CT13FMS/10

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATADO: CLÍNICA FERRARI - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
VALOR: R\$ 39.200,00 (TRINTA E NOVE MIL E DUZENTOS REAIS)
DATA ASSINATURA: 29/04/2013

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Contrato Ct 13Fms11

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
EXTRATO DE CONTRATO Nº CT13FMS/11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATADO: COMUNICAR CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FONOAUDIOLOGIA
VALOR: R\$ 8.800,00 (OITO MIL E OITOCENTOS REAIS)
DATA ASSINATURA: 29/04/2013

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato Processo Licitatorio 31/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 31/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 12 de junho de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de materiais didáticos para o EJA - Ensino Fundamental para Jovens e Adultos, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00hs, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 27 de maio de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

RREO Anexo 12
Publicação RREO 2º BIMESTRE

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.278.600,00	1.278.600,00	567.410,05	44,38
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	455.000,00	455.000,00	178.454,97	39,22
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	75.000,00	75.000,00	125.710,22	167,61
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	425.000,00	425.000,00	182.529,50	42,95
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	201.000,00	201.000,00	65.131,94	32,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	53.600,00	53.600,00	5.047,79	9,42
Dívida Ativa dos Impostos	69.000,00	69.000,00	10.535,63	15,27
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.227.500,00	14.227.500,00	4.337.514,12	30,49
Cota-Parte FPM	7.650.000,00	7.650.000,00	2.419.483,10	31,63
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	3.905,89	39,06
Cota-Parte IPVA	590.000,00	590.000,00	149.058,17	25,26
Cota-Parte ICMS	5.850.000,00	5.850.000,00	1.731.606,34	29,60
Cota-Parte IPI-Exportação	95.000,00	95.000,00	24.916,92	26,23
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	32.500,00	32.500,00	8.543,70	26,29
Desoneração ICMS (LC 87/96)	32.500,00	32.500,00	8.543,70	26,29
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.506.100,00	15.506.100,00	4.904.924,17	31,63

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.525.400,00	2.525.400,00	594.846,81	23,55
Provenientes da União	2.255.400,00	2.255.400,00	551.971,81	24,47
Provenientes dos Estados	270.000,00	270.000,00	42.875,00	15,88
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	65.500,00	65.500,00	12.631,02	19,28
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.600.900,00	2.600.900,00	607.477,83	23,36

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.985.400,00	6.286.165,86	1.959.969,43	31,18	1.608.836,25	25,59
Pessoal e Encargos Sociais	4.056.500,00	4.112.288,85	1.207.307,22	29,36	1.086.632,05	26,42
Juros e Encargos da Dívida	1.500,00	1.500,00	242,00	16,13	242,00	16,13
Outras Despesas Correntes	1.927.400,00	2.172.377,01	752.420,21	34,64	521.962,20	24,03

Continua 1/4

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	446.300,00	526.086,34	28.305,35	5,38	24.034,32	4,57
Investimentos	446.300,00	526.086,34	27.528,31	5,23	23.257,28	4,42
Amortização da Dívida	0,00	0,00	777,04	0,00	777,04	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.431.700,00	6.812.252,20	1.988.274,78	29,19	1.632.870,57	23,97
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.111.500,00	3.491.744,71	601.965,21	30,28	530.456,51	32,49
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.266.000,00	2.574.902,66	430.480,07	21,65	362.108,76	22,18
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	845.500,00	916.842,05	171.485,14	8,62	168.347,75	10,31
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.111.500,00	3.491.744,71	601.965,21	30,28	530.456,51	32,49
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.320.200,00	3.320.507,49	1.386.309,57	-1,09	1.102.414,06	-8,52
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						28,26
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						650.392,94

Continua 2/4

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	376.079,38	0,00	163.668,65	212.410,73	0,00
TOTAL	376.429,38	0,00	163.668,65	212.410,73	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.864.200,00	5.152.686,98	1.735.424,42	87,28	1.386.520,65	84,91
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.514.500,00	1.586.798,64	242.798,48	12,21	237.642,24	14,55
Vigilância Sanitária	26.000,00	28.841,96	3.077,33	0,15	2.132,13	0,13
Vigilância Epidemiológica	31.000,00	47.924,62	6.974,55	0,35	6.575,55	0,40
Outras Subfunções	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.453.700,00	6.834.252,20	1.988.274,78	100,00	1.632.870,57	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

Continua 3/4

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

~ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 5º NÓS CONTRATOS: 71; 79; 83; 84 e 89/2011
CONTRATADAS: Lar Arquitetura e Cidades Ltda.; Sousa Guerra Arquitetura Ltda.; Rede Cidade Desenvolvimento Sustentável Ltda. e Estilo Nacional Ltda. EPP. OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 27/08/2013.

Itaiópolis, 29/04/2013.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal.

Extrato de Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013 - OBJETO: registro de preços para aquisição de materiais de construção, hidráulico, elétrico, tinta, madeira, ferramentas e equipamento, para pequenos reparos, em diversos Departamentos. PROPONENTES: MADEVIA Ltda. ME - ITENS: 138, 198, 199, 291, 292, 296, 299 e 300 - VALOR TOTAL: R\$ 16.257,10; Mello Materiais de Construção Ltda. ME - ITENS: 1, 3, 11, 13, 14, 15, 17, 20, 22, 24, 26, 28, 32, 35, 37, 39, 40, 45, 48, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 73, 77, 79, 80, 82, 86, 88, 89, 90, 93, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 121, 132, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 153, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 166, 167, 170, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 201, 204, 206, 207, 210, 212, 213, 215, 216, 219, 221, 223, 224, 225, 227, 229, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 247, 248, 250, 256, 259, 260, 261, 262, 265, 266, 269, 270, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 284, 287, 288, 289, 294, 295, 297, 301, 302, 303, 306, 307, 308, 310, 312 a 318, 320, 321, 322 e 325 - VALOR TOTAL: R\$ 198.268,95;

Sadloski Materiais de Construção Ltda. - ITENS: 2, 4 a 10, 12, 16, 18, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 38, 41 a 44, 46, 47, 49 a 56, 65, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 81, 83, 84, 85, 87, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 104, 107, 115, 116, 117 a 120, 122, 123, 142, 125 a 130, 133, 143, 144, 148 a 152, 154, 155, 159, 163, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 177, 180, 185, 187, 190, 195, 197, 200, 202, 203, 205, 208, 209, 211, 214, 217, 218, 220, 222, 226, 228, 230, 234, 244, 246, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 263, 264, 267, 268, 271, 272, 273, 280, 282, 285, 286, 290, 293, 298, 304, 305, 309, 311, 319, 323 e 324 - VALOR TOTAL: R\$ 295.199,11.
Itaiópolis, 17 de maio de 2013. ANGELITA PUCHALSKI. Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº 17/2013, Pregão Presencial nº 14/2013. Objeto: Registro de Preços para seleção de propostas, visando o fornecimento de prestação de serviços de hospedagem, alimentação e transporte de pacientes do Município de Itaiópolis em tratamento especializado no Hospital Angelina Caron, de Campina Grande do Sul /PR, previamente autorizados através da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis, sendo que a prestadora de serviços deverá estar localizada em um raio de até 1.200 metros do Hospital Angelina Caron. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 12 de junho de 2013; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 12 de junho de 2013 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos

no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 47 3652 1787.

27/05/2013.
JUCEMARA SCHMITZ,
Secretária Municipal da Saúde.

Extrato de Termo Aditivo

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Processo Licitatório nº 21/2012. Objeto: Aquisição de materiais e descartáveis para uso, consumo e distribuição nas Unidades Sanitárias e PSF's da SMS. Contratada: Pontamed Farmacêutica Ltda. Cláusula Primeira: Fica acrescido em 25% a homologação do item: Eletrodo Cardíaco. Fica acrescido mais 625 unidades.

27/05/2013.
JUCEMARA SCHMITZ
Secretária Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto Nº 97, de 27 de Maio de 2013

DECRETO Nº 97, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA ORQUESTRA MUNICIPAL DE VIOLÕES DE ITAPIRANGA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.384 de 17 de abril de 2007;

Decreta:

Art. 1º Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO DA ORQUESTRA MUNICIPAL DE VIOLÕES DE ITAPIRANGA, inscrita no CNPJ sob nº 18.141.873/0001-80, com sede na Rua da Matriz, nº 351, centro, Itapiranga - SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

ITAPIRANGA - SC., 27 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER
Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 98, de 27 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 98, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Designa o Conselho Diretor do Funrebom e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.038/2001 de 26.12.2001;

Decreta:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto designado, pelo período de 02 (dois) anos, o Conselho Diretor do FUNREBOM (Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros) de Itapiranga, o qual, de conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº 2.038/2001, é formado pelos seguintes membros:

- I - Prefeito Municipal: Presidente - Milton Simon;
- II - Oficial Comandante da OBM - Organização Bombeiro Militar: Vice Presidente - 1º Sargento Carlinhos Mallmann;
- III - Representantes da Secretaria Municipal de Administração, Obras e Urbanismo: Sérgio Luis Kessler (titular) e Leoni Sulzbacher (suplente);
- IV - Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo: Renato Schlickmann (titular) e Astor José Muller (suplente);
- V - Representantes da Secretaria Municipal, Agricultura e Meio Ambiente: Tarcísio Schlickmann (titular) e Diego Zampiva (suplente);
- VI - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde: Clair Maria Heck Heinen (titular) e Luizandro Marcos Lermen (suplente);
- VII - Representantess do Poder Legislativo: Daniel Melz (titular) e Isabela Castilho Motta(suplente);
- VIII - Representantes da ASSEMIT: Elisiane B. Tavares (titular) e Marino Spies (suplente);
- IX - Representantes da Câmara Júnior de Itapiranga: Jocemar Antonio Wagner (titular) e Joana Scherer (suplente);
- X - Representantes dos Engenheiros Civis: Michael Mallmann (titular) e Christopher K. Brand (suplente);
- XI - Representantes da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários: Valdecir Aloisio Stahl (titular)e Mauri Franzen (suplente);
- XII - Representantes Lions Clube: Ivo Arlindo Wesendonck (titular) e Pedro Paulo Zimmermann (suplentes);
- XIII - Representantes da 3ª Idade: Walburga Sausen (titular), Beno Matias Wolfart (suplente).

Parágrafo único. Esta designação não conta ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao município de Itapiranga.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 218, de 11 de novembro de 2009.

ITAPIRANGA - SC., 27 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER
Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 96, de 27 de Maio de 2013

DECRETO Nº 96, DE 27 DE MAIO DE 2013.

ALTERA OS PRAZOS E DÁ NOVA REDAÇÃO AO ANEXO II DO DECRETO N. 108, DE 29 DE JUNHO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, Portaria STN nº. 828, de 14 de dezembro de 2011 e Portaria n. 753, de 21 de dezembro de 2012, e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os prazos e procedimentos constantes do Anexo II do Decreto n. 108/2012. (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga(SC), 27 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER
Secretario Municipal de Administração.

ANEXO II
ADEQUAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS
(Portaria 828, de 14 de dezembro de 2011)

ASPECTO A SER EVIDENCIADO:

I - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS CRÉDITOS, TRIBUTÁRIOS OU NÃO, E A DIVIDA ATIVA, INCLUINDO OS RESPECTIVOS AJUSTES PARA PERDAS

AÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO:

1- Para os créditos tributários:

1.1 - Levantamento, pelo jurídico da municipalidade, junto à legislação tributária, em especial junto ao Código Tributário Municipal, identificando-se os tributos criados, com as respectivas bases de cálculo, alíquotas, como também as situações que venham a identificar e precisar o fato gerador, além de situações relacionadas ao lançamento dos tributos, notificações e demais procedimentos legais, possibilitando, assim, o reconhecimento dos créditos tributários.

SITUAÇÃO ATUAL: Os lançamentos tributários partem da legislação e do fato gerador e seu "reconhecimento" como tal é de ofício, conforme o Código Tributário Municipal. Aguardaremos o levantamento pelo jurídico da municipalidade, e caso haja alguma modificação a mesma será comunicada ao setor de Contabilidade para providências de adequações e/ou alterações contábeis.

Prazo para implementação da ação:

Em até 90 dias a contar do prazo para publicação deste cronograma, o Setor de Tributação oficialará ao jurídico solicitando os levantamentos. Até 31/12/2013

1.2 - Averiguação pelo Setor de Tributação, se todos os tributos criados estão sendo devidamente lançados, segundo as normas legais, assim como promovendo eventuais ajustes necessários, possibilitando, assim, não só o reconhecimento como a mensuração dos créditos tributários.

SITUAÇÃO ATUAL: O município tem implementado a criação de todos os tributos e tem feito a cobrança regularmente dos mesmos.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Tributação fará novos levantamentos, com vistas a verificar se realmente todos os tributos criados estão sendo lançados e cobrados. Até 31/12/2013

1.3 - Elaboração de relatórios trimestrais pelo Setor de Tributação, dos lançamentos realizados, e encaminhando-os à Contabilidade, para que possa, assim, ocorrer à evidenciação dos créditos tributários, por competência.

SITUAÇÃO ATUAL: O Setor de Tributação tem comunicado os lançamentos dos créditos tributários intempestivamente, como o IPTU e outros.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Tributação comunicará à Contabilidade, trimestralmente, os lançamentos realizados dos créditos tributários. A partir do exercício de 2014

1.4 - Revisão Geral do cadastro de contribuintes, promovendo a sua atualização, com a identificação daqueles que continuam ativos e daqueles inativos, apurando-se, conseqüentemente, eventuais lançamentos de créditos tidos como inconsistentes, e elaborando relatórios ao setor contábil para os devidos ajustes.

SITUAÇÃO ATUAL: O Setor de Tributação informa que vem atualizando seu Cadastro Geral de Contribuintes continuamente. No entanto, procurará melhorar ainda mais a comunicação com outros Departamentos, para aperfeiçoar o sistema.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Tributação procurará aperfeiçoar a comunicação, para melhorar o sistema de informações para os lançamentos dos créditos devidos. Até 31/12/2013

2 - Para os créditos não tributários:

2.1 - Adoção de rotinas de informações, entre os diversos Departamentos, no sentido de que o Setor de Tributação possa, efetivamente, registrar os créditos não tributários. Havendo, portanto, o reconhecimento e a mensuração dos créditos não tributários.

SITUAÇÃO ATUAL: O Setor de Tributação tem gerenciado a contento as informações, no sentido de obter dados que lhe permite o registro dos créditos não tributários.

2.2 - Elaboração de relatórios trimestral, pelo Setor de Tributação dos registros dos créditos realizados, e encaminhando-os ao Departamento de Contabilidade, para que possa, assim, ocorrer a evidenciação dos créditos tributários, por competência.

SITUAÇÃO ATUAL: O Setor de Tributação tem comunicado os lançamentos dos créditos tributários intempestivamente.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Tributação fará novos levantamentos, com vistas a verificar se realmente todos os tributos criados estão sendo lançados e cobrados. A partir do exercício de 2014

3- Para a Dívida Ativa:

3.1 - Levantamento geral dos créditos inscritos em Dívida Ativa pelo Setor de Tributação, confrontando-os com a revisão geral do cadastro de contribuintes, identificando-se eventuais créditos inscritos tidos por inconsistentes, ou mesmo ajustando os créditos a valor recuperável, ou ainda, propondo o cancelamento dos créditos tidos como irre recuperáveis, promovendo-se, assim, a exata mensuração desses créditos por seu valor líquido de realização, ou seja, pelo produto final em dinheiro ou equivalente em dinheiro que se espera obter.

SITUAÇÃO ATUAL: O Setor de Tributação vem atualizando periodicamente seu cadastro de contribuintes e atualizando as inscrições dos possíveis créditos tributários devidos.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Tributação vem atualizando periodicamente seu sistema. Já está aplicando.

3.2 - Elaboração de relatório pormenorizado do levantamento dos créditos inscritos em Dívida Ativa, conforme acima, encaminhando-o à Contabilidade, para que se possa promover os devidos ajustes, com acréscimos ou reduções, nos créditos registrados

nos demonstrativos contábeis, em especial no Balanço Patrimonial da entidade, havendo, assim, a exata evidenciação dos créditos a receber por conta da Dívida Ativa.

SITUAÇÃO ATUAL: O Município tem hoje o que podemos chamar de "moeda podre" na Dívida Ativa. Trata-se de tributos diversos que representam em torno de 8% (oito por cento) de toda Dívida Ativa. Muito já se discutiu sobre CANCELAR tais créditos, no entanto, e por estarem em cobrança judicial, a Prefeitura vem cancelando ao longo do tempo, após decisões judiciais.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Tributação tem comunicado à Contadoria Geral sobre os créditos a serem cancelados da Dívida Ativa, após sentença de cobrança. Já está aplicando.

3.3 - Adoção de mecanismos que efetivamente possa identificar a liquidez e a certeza dos créditos a serem inscritos em Dívida Ativa, em especial quanto aos créditos tributários, assim como que possa identificar o montante a ser considerado como ajuste de perdas da Dívida Ativa, promovendo-se, assim, ao reconhecimento dos créditos a serem inscritos em Dívida Ativa.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Tributação estudará mecanismos para cumprir tal objetivo. Até 31/12/2013

3.4 - Adoção de mecanismo que possa promover, mensalmente, às atualizações monetárias, tais como multas e juros de mora e atualização monetária, com os respectivos registros, dos créditos inscritos em Dívida Ativa, propiciando a exata mensuração desses créditos.

SITUAÇÃO ATUAL: O Setor de Tributação já utiliza mecanismos de atualizações monetárias e toda vez que um contribuinte vai pagar um DAM (Documento de Arrecadação Municipal), esse crédito tributário já sai com as devidas correções. Anualmente, também se faz a correção dos valores a serem lançados no balanço, referentes a Dívida Ativa.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Tributação tem feito as devidas correções dos créditos tributários. Já está aplicando.

3.5 - Elaboração de relatórios mensais pelo Setor de Tributação, dos registros de créditos realizados, assim como de atualizações, e encaminhando-os à Contabilidade, para que possa, assim, ocorrer à evidenciação desses créditos, por competência.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Tributação procurará aperfeiçoar a forma de relatar mudanças que alterem os créditos tributários, para os devidos fins. A partir do exercício de 2014

II - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES POR COMPETÊNCIA:

1. Adoção de rotinas de informações, entre os diversos Setores, para o reconhecimento e mensuração das obrigações, inclusive provisões, no sentido de que a gerência de contabilidade possa, efetivamente, registrar essas obrigações e provisões, por competência, havendo, portanto, a exata evidenciação das mesmas.

SITUAÇÃO ATUAL: A Secretaria de Administração tem cobrado dos demais Setores para fornecer as informações sobre o andamento das rotinas da Administração em geral. Já existe uma rotina de informações, que são cumpridas através de reuniões para discussão dos assuntos de interesse geral da Administração.

2. Elaboração de relatórios periódicos, pelos diversos Setores responsáveis, identificando as obrigações assumidas, independentemente do empenho da despesa correspondente, encaminhando-o a Contadoria Geral para que possa, assim, ocorrer a evidenciação dessas obrigações e provisões, por competência.

Prazo para implementação da ação:

Deverão ser criados relatórios, onde os Setores devem informar, mensalmente, sobre obrigações e provisões. A partir de janeiro de 2014

III - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS:

1 - Bens Móveis:

1.1 - O responsável pelo Setor de Controle de Patrimônio deverá fazer o levantamento geral dos bens móveis da entidade, confrontando-os com os registros constantes do sistema de patrimônio, sendo ao final desses trabalhos, elaborado relatório circunstanciado, com a identificação dos bens móveis cadastrados, assim como aqueles não cadastrados, propondo-se o cadastramento respectivo; e, inclusive, promovendo-se a reavaliação dos mesmos, a preços de mercado, ou a valor recuperável, promovendo-se assim, o reconhecimento e mensuração deste ativo; e, possibilitando a Contadoria Geral, a evidenciação desta parcela do patrimônio, nas peças contábeis da entidade, em especial em seu balanço patrimonial.

SITUAÇÃO ATUAL: O Município já mantém um controle de todos os bens móveis, inclusive veículos, em sistema informatizado, não só identificando, mas também colocando sob a responsabilidade de cada Departamento. Os bens são descritos, identificados com placas patrimoniais e considerados pelo seu valor de aquisição.

Prazo para implementação da ação:

O responsável pelo controle patrimonial deverá providenciar a instituição de Comissão específica designada pelo Executivo Municipal, se necessário, para reavaliar, a valor de mercado, os bens móveis, inclusive veículos e demais bens patrimoniais. Até 31/12/2013

1.2 - Adoção de procedimento específico visando o Setor de Controle de Patrimônio, a possibilidade de averiguação periódica de incorporação, baixa e movimentação dos bens móveis.

SITUAÇÃO ATUAL: O Setor de Controle de Patrimônio já vem procedendo à averiguação periódica de incorporação, baixa e movimentação dos bens móveis, através de regulamento próprio, onde se tem comunicado os responsáveis pelo uso e guarda dos bens sob a responsabilidade de cada setor, onde procedem ao controle, comunicando por escrito os acontecimentos como quebra, mudança de lugar, etc, do respectivo Setor de Controle de Patrimônio.

Prazo para implementação da ação:

O controle de patrimônio está permanentemente em contato com os usuários dos bens públicos e cobrando regras de conservação do mesmo. Já está aplicando.

1.3 - Elaboração de relatórios específicos pelo Setor de Controle de Patrimônio, encaminhando-os ao Setor de Contabilidade, para a evidenciação das incorporações, baixas ou movimentação dos bens.

SITUAÇÃO ATUAL: O Setor de Controle Patrimonial tem feito o acompanhamento rotineiro, incorporando, recebendo informações de remanejamento de setor e outras informações, e comunicando as alterações para no balanço final evidenciar tais fatos.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Controle de Patrimônio tem feito o acompanhamento rotineiro da movimentação dos bens patrimoniais. Já está aplicando.

2 - Bens Imóveis:

2.1 - Instituição de Comissão específica, para promover o levantamento geral dos bens imóveis do Município, confrontando-os com os registros constantes dos controles, visando à adequação dos imóveis existentes com os respectivos registros, com eventuais incorporações e baixas, em razão do levantamento promovido.

SITUAÇÃO ATUAL: Hoje alguns imóveis não possuem registro no patrimônio e algumas edificações não estão averbadas. Mesmos os imóveis registrados carecem de uma atualização de valores a preço de mercado de hoje.

Prazo para implementação da ação:

Deverá ser providenciada pelo Executivo Municipal uma comissão destinada a promover o levantamento geral dos bens imóveis de propriedade do Município, para verificação e atualização dos registros. Até 31/12/2013

2.2 - Instituição de comissão específica visando levantar junto aos cartórios a situação jurídica dos imóveis do Município, bem como a averiguação física dos mesmos, com a reavaliação destes, a preço de mercado, promovendo o reconhecimento e a mensuração deste ativo.

Prazo para implementação da ação:

Deverá ser providenciado um levantamento junto aos cartórios, da situação jurídica dos imóveis municipais. Até 31/12/2013

2.3 - Elaboração de relatórios específicos por essas Comissões, detalhando pormenorizadamente a situação jurídica e física dos bens imóveis, inclusive com os respectivos valores alcançados em função da reavaliação promovida, encaminhando-os a Contadoria Geral para a evidenciação desta parcela do patrimônio nas peças contábeis, em especial no Balanço Patrimonial.

Prazo para implementação da ação:

Deverá a Comissão da municipalidade providenciar, os relatórios detalhados conforme acima, encaminhando-os à contabilidade tempestivamente. Até 31/12/2013

2.4 - Adoção de procedimento específico, visando o Setor de Controle de Patrimônio a possibilidade de averiguação periódica de incorporação, baixa e movimentação dos bens imóveis.

Prazo para implementação da ação:

Após os levantamentos e os relatórios entregues ao Setor de Controle de Patrimônio, deverá o mesmo adotar procedimento acima. Até 31/12/2013

2.5 - Elaboração de relatórios específicos pelo Setor de Controle de Patrimônio, encaminhando-os a Contadoria Geral para evidenciação das incorporações, baixas ou movimentação dos bens imóveis.

Prazo para implementação da ação:

Após atualizar o sistema, deverá o Setor de Controle de Patrimonial gerar relatórios para incorporações/desincorporações/alterações no balanço patrimonial. Até 31/12/2013

3 - Bens Intangíveis:

3.1 - Adoção de procedimentos específicos visando à identificação de possíveis bens intangíveis que componham o patrimônio da

entidade.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Controle de Patrimônio oficiará à Engenharia, ao Jurídico e ao Setor de Informática, solicitando informações a respeito da existência ou não de bens intangíveis (direitos autorais de softwares, etc). Até 31/12/2013

3.2 - Reconhecimento dos bens intangíveis somente nos casos em que for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados a favor da entidade e quando o custo deste ativo possa ser mensurado com segurança.

Prazo para implementação da ação:

Caso seja detectado, após informes do item acima, que existe algum bem intangível, e após análise se existe benefício econômico futuro, proceder se á o reconhecimento do(s) bem(ns). Até 31/12/2013

3.3 - Mensuração dos bens intangíveis com base no valor de aquisição ou de produção, exceto daqueles obtidos a título gratuito, ou daqueles com impossibilidade de valoração, cujas avaliações devem ser objeto de notas explicativas.

Prazo para implementação da ação:

Caso seja detectado que existe algum bem intangível, e após análise se existe benefício econômico futuro, proceder se á à mensuração dos mesmos Até 31/12/2013

3.4 - Evidenciação somente dos bens intangíveis que possam ser reconhecidos e mensurados com segurança.

Prazo para implementação da ação:

Caso seja detectado que existe algum bem intangível, e após análise se existe benefício econômico futuro, proceder se á à evidênciação dos mesmos. Até 31/12/2013

IV - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS, RESULTANTES OU INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, TAIS COMO DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO.

4.1 - Adoção de procedimento específico junto ao Setor de Controle de Patrimônio, através do controle patrimonial que vise a identificação e a avaliação de fenômenos que venham a afetar o patrimônio da entidade, principalmente aqueles independentes da Execução orçamentária.

SITUAÇÃO ATUAL: O Município já faz o controle patrimonial através do levantamento dos bens, conferencia e inclusão no sistema de controle informatizado, em consonância com o balanço.

4.2 - Adoção de rotinas e procedimentos que possam avaliar, com segurança, eventuais situações de ajustes ao patrimônio da entidade, adequando-o ao seu justo valor, com a aplicação dos conceitos de reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão, dentre outros.

Prazo para implementação da ação:

Os responsáveis pelo controle patrimonial deverão providenciar a instituição de comissão específica instituída pelo Executivo Municipal, para aplicar os conceitos do item acima mencionado. A partir do exercício de 2014

4.3 - Elaboração de relatórios anuais específicos pelo setor de patrimônio, identificando os ajustes ao patrimônio, decorrentes dos fenômenos econômicos, e encaminhando-os a Contabilidade para a evidenciação desses ajustes nas peças contábeis da entidade, assim como para que o Balanço Patrimonial venha a refletir o justo valor do seu patrimônio.

Prazo para implementação da ação:

Os responsáveis pelo controle patrimonial elaborarão relatórios anuais, que serão encaminhados a gerencia de contabilidade para os fins A partir do exercício de 2014

V - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS DE INFRAESTRUTURA.

5.1 - Instituição de comissão específica, que vise a identificação e avaliação dos ativos de infraestrutura, em especial os sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgoto, sistema de coleta e destinação do lixo domiciliar, pontes, asfalto, calçamento, etc., possibilitando o reconhecimento e a mensuração desses ativos.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Patrimônio, juntamente com em comissão específica, identificará e avaliará os ativos de infraestrutura A partir do exercício de 2014

5.2 - Elaboração de relatório pormenorizado dos bens de infraestrutura, contendo a descrição completa e detalhada de cada um deles, com as respectivas avaliações, o encaminhado a Contabilidade, visando a formalização desse reconhecimento e mensuração desses ativos, com a realização dos registros respectivos no cadastro de bens da entidade.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Patrimônio, através da comissão específica, cumprirão o estabelecido acima. A partir do exercício de 2014

5.3 - Encaminhamento deste relatório e dos registros cadastrais respectivos a Contabilidade para a evidenciação dessa incorporação ao patrimônio, com adequações necessárias.

Prazo para implementação da ação:

O Setor de Patrimônio, através da comissão específica, encaminharão os relatórios a Contabilidade. A partir do exercício de 2014

VI - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTOS.

6.1 - Realização de estudos para averiguação de qual das técnicas de apuração de custo melhor se adapte às necessidades da entidade, assim como para identificar se a apuração desses custos incidirá sobre os programas de governo, com individualização das ações necessárias à sua realização, ou sobre cada uma das unidades administrativas da entidade; ou ainda se incidirá sobre os serviços públicos prestados à população, ou mesmo por centro de custos, apurando-se, conseqüentemente, os custos incidentes sobre cada um dos produtos resultantes dos programas e das ações governamentais.

Prazo para implementação da ação:

Aguardando rotinas do Sistema de Contabilidade, para avaliação de qual técnica de apuração de custos utilizar. Nomear comissão para estudos do sistema de custos Até 31/12/2014

6.2 - Articulação entre todos os Departamentos, sob supervisão de Comissão específica a ser criada para este fim, visando estabelecer as informações necessárias à apuração de custos, assim como adotar mecanismos que possibilitem sua apuração de forma eficiente e eficaz.

Prazo para implementação da ação:

A comissão específica articulará, estudará e definirá as informações e mecanismos necessários para implantação do sistema supracitado. Até 31/12/2014

6.3 - Adoção do procedimento específico, visando à implementação do sistema de custos.

Prazo para implementação da ação:
Implementar o sistema de custos Até 31/12/2014

VII - APLICAÇÃO DO PLANO DE CONTAS, DETALHADO NO NÍVEL EXIGIDO PARÁ A CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS.

7.1 - Acompanhar o desenvolvimento do Plano de Contas.

7.2 - Aplicar o Plano de Contas.

Prazo para implementação da ação:
Aplicar o Plano de Contas A partir da divulgação do Plano

VIII - DEMAIS ASPECTOS PATRIMONIAIS PREVISTOS NO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.

8.1 - Acompanhar as rotinas determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, no atual Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assim como de edições futuras, bem como acompanhar as rotinas determinadas pelo Tribunal de Contas.

8.2 - Implementar as rotinas determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, assim como pelo Tribunal de Contas.

Prazo para implementação da ação:
Aplicar legislação específica. A partir da divulgação dessas rotinas.

8.3 - Registro de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência.

Prazo para implementação da ação: Durante o exercício de 2014.

8.4 - Implementação de Controle de estoque/almoxarifado.

Prazo para implementação da ação: Durante o exercício de 2014

Itapoá

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial Nº 17/2013 Processo Nº 43/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013
PROCESSO Nº 43/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por lote, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 11 de junho de 2013, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de móveis para compor a estruturação do plenário da nova sede da Câmara Municipal de vereadores do Município de Itapoá/SC, conforme projeto básico, ART, e especificações constantes no Edital, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, para

retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (Doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 27 de maio de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Errata a Ata do Pregão Presencial Nº 16/2013 - MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA A ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013 - PROCESSO Nº 41/2013

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS
DATA: 23 de maio de 2013. HORÁRIO: 09h:30min (abertura)

OBJETO: AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS EM GERAL E SAUDE, CONFORME ESPECIFICACOES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL.

O Município de Itapoá torna público as seguintes considerações a Ata do Pregão Presencial nº 016/2013, Processo Licitatório nº 041/2013 - Análise de Propostas, Lances Verbais e Habilitação:

AONDE LÊ-SE

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme.

PASSA A INCLUIR:

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas as licitantes presentes questionaram a marca do item nº 22 (Papel A4 -75g/m². Papel produzido com fibras virgens de eucalipto, tratadas para obter um elevado grau de brancura. Gramatura: 75g/m2. Formato: A4 (210x297mm). Embalagem: 1 resma de 500 folhas, caixa com 10 resmas) cotado pela empresa AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA, corroborando que a marca One proposta por tal empresa trata-se de papel de segunda linha da marca Report e não atende à especificação do item no edital. Baixada diligência via internet verificou-se no site da Suzano que enquanto o papel Report referenciava em sua descrição a brancura como uma de suas qualidades, o papel One, ofertado pela empresa citada, não constou nenhuma informação quanto a esta característica, portanto considerada desclassificada.

Justificam-se os termos dessa errata como erro material, ficando ratificadas as demais informações contidas na referida ata.

Itapoá, 24 de maio de 2013.
FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL

Equipe de Apoio
SOLAMIR COELHO

VALÉRIO PACHECO

ISABELA RAICK DUTRA POHL

Extrato do Contrato Nº34/2013 Inexigibilidade Nº 06/2013, Processo N.º 45/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº34/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: INSTITUTO DE CONSULTORIA AUTONOMIA LTDA, com sede a Rua Reinaldo Schossland, nº 238, sala 03, Jardim Iriuri, Joinville/SC, CEP: 89.224-420, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.709.727/0001-69, neste ato representado pela sua sócia-administrativa a Sra. CARLA CLAUBER DA SILVA ROPELATO, portador do CNPF/MF sob o nº: 620.579.529-91, e do CI. RG nº2. 056.814
Licitação: INEXIGIBILIDADE Nº 06/2013, PROCESSO N.º 45/2013

Objeto: Contratação do Instituto de Consultoria Autonomia LTDA para prestação de serviço de assessoria continuada durante o ano letivo de 2013, para profissionais da Secretaria Municipal de Educação, prestando serviços de orientação, organização, elaboração, revisões de materiais, elaboração de pautas, estudo e produção de material didático.

VALOR: valor de 76.615,88 (setenta e seis mil, seiscentos e quinze reais e oitenta e oito centavos),

DATA DA ASSINATURA: 23/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA O presente contrato terá seu prazo de vigência a iniciar dia 02/05/2013, e o término previsto para 30/11/2013, ou seja, quando concluída toda a prestação do serviço, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse da administração pública.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 27 de maio de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Inexigibilidade de Licitação Nº 06/2013 Processo Nº 45/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2013
PROCESSO Nº 45/2013

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de inexigibilidade através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando que a empresa Instituto de Consultoria Autonomia Ltda, CNPJ: 11.709.727/0001-69, é a única que possui o profissional com a qualificação técnica para a implantação de Programa de Capacitação para os profissionais da Educação, assim como dispõe de assessoria técnico-pedagógica durante o desenvolvimento do programa de orientação, organização, elaboração, estudo e produção de Material Didático.

Considerando que a empresa supra mencionada quanto à documentação apresentada demonstrou total regularidade fiscal perante as esferas municipal, estadual e federal demonstrando estar à mesma bem estruturada com equipe técnica apta e especializada; além de ter em seu quadro administrativo uma profissional com notória especialização na área educacional, comprovada por meio de vasta experiência em capacitação e formação continuada.

Considerando que é difícil estabelecer padrões adequados de competição para escolher isentamente entre diferentes professores e cursos, tornando-se complicado comparar o talento e a capacidade didática dos diversos mestres, visto que a natureza singular do serviço será fatalmente diferente um treinamento de

outro, ou ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos, e desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art.25, inciso II, da Lei 8.666/93.

Considerando o Parecer jurídico nº 64/2013 desta municipalidade, e a justificativa da Secretária de Educação em que relata várias alegações plausíveis quanto a qualificação técnica para esta contratação.

Autoriza a prestação dos serviços abaixo descrito:

Fundamento Legal: Art. 25, inciso II, combinado com o inciso VI do art.13 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Contratação do Instituto de Consultoria Autonomia Ltda para prestação de serviço de assessoria continuada durante o ano letivo de 2013, para profissionais da Secretaria Municipal de Educação, os quais contemplam serviço de orientação, organização, elaboração, revisões, estudo e produção de material didático.

Valor e condição de pagamento: O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da contratada, devidamente aprovado pelo contratante, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentais, totalizam o valor de 76.615,88 (setenta e seis mil, seiscentos e quinze reais e oitenta e oito centavos), que será pago mensalmente conforme hora/técnica trabalhada descrita no cronograma anexo, por um período de 07 (sete) meses, entre maio a novembro de 2013.

Prazo: O presente contrato terá sua vigência a iniciar dia 02/05/2013, e o término previsto para 30/11/2013, ou seja, quando concluída toda a prestação do serviço, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse da administração pública. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço. A dilatação dos prazos de conclusão somente será tolerada por problemas de caso fortuito ou de força maior, que se assim ocorrerem, deverão ser comunicados a Secretaria de Educação, por escrito.

Contratada: Instituto de Consultoria Autonomia Ltda, com sede a Rua Reinaldo Schossland, nº 238, sala 03, Jardim Iriuri, Joinville/SC, CEP: 89.224-420, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.709.727/0001-69, neste ato representado pela sua sócia-administrativa a Sra. Carla Clauber da Silva Ropelato, portador do CNPF/MF sob o nº: 620.579.529-91, e do CI. RG nº2. 056.814

Fundamento da Despesa: As despesas decorrentes do presente contrato correrão pelas dotações orçamentárias, contas:

o Órgão 13 - Fundo Municipal de Educação, Unidade 01 - Educação Fundamental, Projeto/Atividade: 2.093 - Manut. Do Ensino Fundamental, Ficha: 15, Elemento: 3.3.90, Subelemento: 3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros, Vínculo: 25800;

o Órgão 13 - Fundo Municipal de Educação, Unidade 01 - Educação Infantil, Projeto/Atividade: 2.101 - Manut. Do Ensino Infantil, Ficha: 33, Elemento: 3.3.90, Subelemento: 3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros, Vínculo: 25800;

Itapoá, 23 de maio de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº. 48/2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 48/2013

DECLARA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 30 E 31 DE MAIO DE 2013 NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado como Ponto Facultativo nas repartições da Câmara Municipal, os dias 30 e 31 de maio de 2013, quinta e sexta-feira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 27 de maio de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

Portaria Nº 05/2013

PORTARIA nº 05/2013

Data: 20 de maio de 2013.

DISCIPLINA AS PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS NO MURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 21/2011.

OSNI OCKER, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso II do art. 30 da Constituição Federal, bem como nos termos do art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, inciso XXVIII do Regimento Interno, e para cumprir o disposto no artigo 37, parágrafo XXI, da Constituição Federal, com observância no disposto na Lei nº 288 de 19 de maio de 2010 e na Resolução nº 21 de 31 de janeiro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam dispensados de publicação no mural da sede da Câmara Municipal de Itapoá os atos oficiais de efeito externo e interno.

Art. 2º - A medida visa atender ao princípio da economicidade, com a diminuição de utilização de papel, toner de impressora e tempo dos servidores.

Art. 3º - O Diário Oficial dos Municípios substitui a necessidade de publicação no mural da Câmara, e as publicações serão disponibilizadas de forma fácil através de um banner na página inicial do site da Câmara Municipal de Itapoá, endereço eletrônico www.camaraitapoa.sc.gov.br e também no Diário Oficial dos Municípios, através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 4º - A Câmara disponibilizará consulta ao Diário Oficial para os munícipes que não possuem acesso à Internet, mediante pedido por escrito protocolado na recepção da Câmara Municipal de Itapoá.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá, 20 de maio de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

Joaçaba**PREFEITURA****Decreto Nº 4.309 de 14 de Maio de 2013 (Republicado).**

DECRETO Nº 4.309 DE 14 DE MAIO DE 2013 (REPUBLICADO).

REGULAMENTA O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO (LEI FEDERAL Nº 12.527/2011), NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, segundo ditames da Lei Federal nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 e deste Decreto.

Parágrafo Único - Para estes efeitos considera-se administração indireta além das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município de Joaçaba, ou com este mantenha contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 2º Este Decreto estabelece procedimentos para que a Administração Municipal, no âmbito do Poder Executivo, cumpra com eficiência e efetividade as determinações da Lei Federal 12.527/11, estabelecendo regras para a gestão das informações e documentos públicos e sigilosos gerados por este Poder.

§ 1º Como documentos sigilosos podem exemplificar a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público, os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal, o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados, o prontuário médico de pacientes, as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto contagiosas.

§ 2º Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas no parágrafo anterior, o acesso somente poderá se dar após a concordância do titular do órgão.

Art. 3º A título de orientação, praticidade e segurança na execução das normas ditadas por este Decreto, reproduz-se as definições para os termos utilizados, dadas no art. 4º da Lei Federal 12.527/11, a saber:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 4º O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo municipal será coordenado pela Coordenadoria de Controle Interno, a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos na prestação deste serviço.

§ 1º Compete à Coordenadoria de Controle Interno também, divulgar orientação ao cidadão quanto a forma de procedimento para o acesso a informação pública, utilizando, para tanto:

I - O Diário Oficial do Município;

II - A página da Prefeitura Municipal de Joaçaba na "internet".

§ 2º Todos os órgãos da Administração municipal elencados no Parágrafo único do art. 1º deste Decreto ficam subordinados a Coordenadoria de Controle Interno no que se referir à eficiência e eficácia no cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 5º Cada órgão da Administração direta e indireta do Município deverá ser convocado pela Coordenadoria de Controle Interno para designar servidor titular com um substituto, lotados no órgão, que serão responsáveis por receber a solicitação da informação correspondente ao seu setor ou que estiver a sua disposição, bem como disponibilizá-la ao interessado no tempo, modo e forma aqui regulamentado.

§ 1º Compete ao Setor de Protocolo receber o Requerimento de Informação, por meio físico ou eletrônico, e encaminhá-lo ao responsável do setor a que se refere a solicitação, e, após a apresentação da informação remetê-la ao solicitante.

§ 2º Na página oficial na "internet" cada órgão deverá fazer constar em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, bem como o nome do servidor responsável pelo serviço, inclusive o número do telefone através do qual este poderá ser contactado no horário de expediente.

§ 3º O servidor designado como substituto atenderá nos impedimentos do titular.

§ 4º Os servidores designados para este trabalho serão permanentemente capacitados para atuarem na implementação e correto funcionamento desta política de acesso à informação.

Art. 6º Será criado conforme a demanda e a necessidade de atendimento o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, com o objetivo de:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades.

Art. 7º Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio, acordo com entidade privada sem fins lucrativos esta deverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso a informação.

Art. 8º O pedido da informação pública deverá ser feito formalmente por meio físico ou por meio virtual, nele devendo constar, obrigatoriamente:

I - O nome, qualificação e número do documento de identidade do solicitante;

II - O endereço completo do solicitante, inclusive o virtual se tiver;

III - A descrição clara e completa da informação ou do documento desejado.

§ 1º No caso do solicitante ser pessoa jurídica, este deverá informar obrigatoriamente junto ao pedido de informação pública os seguintes dados:

I - O nome da pessoa jurídica solicitante e o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - O nome do representante solicitante da pessoa jurídica e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

III - O endereço completo da pessoa jurídica solicitante, inclusive o virtual se tiver e telefone;

IV - A descrição clara e completa da informação ou do documento desejado.

Parágrafo Único - A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo implicará na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto para que possa ter prosseguimento.

Art. 9º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Art. 10 No caso de o interessado desejar cópia de documento, esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento do seu custo.

§ 1º Se o volume de documentos solicitados for significativo e o solicitante tiver urgência em tê-los poderá indicar, no requerimento, a empresa especializada neste serviço para a extração das cópias, desde que sediada neste Município.

§ 2º Igual procedimento previsto no parágrafo anterior se dará, neste caso obrigatoriamente, quando o documento desejado estiver fora dos parâmetros da capacidade de extração do equipamento existente na Prefeitura.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores o original do documento público somente sairá do órgão por ele responsável sob a guarda de um servidor público que acompanhará a extração da(s) cópia(s). Neste caso as cópias serão entregues ao interessado independentemente da autenticação prevista no caput deste artigo.

§ 4º As cópias extraídas em equipamento da Prefeitura somente poderão ser executadas após a comprovação do recolhimento do seu custo em favor da Prefeitura.

§ 5º A Secretaria de Gestão Financeira estabelecerá, por Portaria, tabela de preço por fotocópia, usando como parâmetro o preço praticado pelas empresas especializadas sediadas no Município. Havendo divergência de mercado entre estas, o preço a ser praticado deverá ser igual a do menor custo.

§ 6º A Coordenadoria de Controle Interno, juntamente com a Secretaria de Gestão Financeira, estabelecerá o documento adequado para o recolhimento do ônus previsto nos parágrafos anteriores.

Art. 11 Quando possível e o requerente assim aceitar, a informação poderá ser fornecida em formato digital através da "internet". Parágrafo Único - Na hipótese de a informação solicitada já constar na página oficial virtual da Prefeitura, o servidor somente dará esta informação ao requerente, indicando o endereço correto para encontrá-la.

Art. 12 A informação disponível deverá ser respondida no prazo máximo de 24 horas da data em que se deu o protocolo, sendo prudente que se faça de forma imediata.

§ 1º Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I - disponibilizá-la no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II - O prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa, da qual será ciente o requerente.

§ 2º Em se tratando de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser, no prazo estabelecido no caput deste artigo, informado da negativa do fornecimento, bem como da possibilidade de recurso, prazo e condições para sua interposição, indicando a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 13 O interessado na informação pública que por qualquer motivo não for atendido satisfatoriamente em suas pretensões terá direito a recurso no prazo de 10 (dez) dias da data da ciência da

resposta.

§ 1º O recurso previsto no caput deste artigo será formal, contendo as razões do inconformismo, e dirigido ao Chefe do Poder Executivo, que deverá se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do protocolo.

§ 2º Mantida a recusa pela autoridade competente, esta deverá remeter o apelo juntamente com sua decisão à Comissão Mista de Reavaliação de Informações que, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou atenderá o acesso à informação desejada.

Art. 14 O servidor público municipal responsável pelo acesso à informação e que descumprir, sob qualquer pretexto, as determinações deste Decreto, destruir ou alterar informação pública, recusar de fornecê-la, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou que de má-fé divulgar informação sigilosa fica sujeito as penas previstas no art. 32 e seguintes da Lei 12.527/11, que deverão ser aplicadas obedecendo-se as formalidades previstas estatutariamente.

Parágrafo Único - Idêntica responsabilidade recairá sobre qualquer servidor público municipal que destruir ou alterar informação pública ou facilitar o acesso àquelas de natureza sigilosa.

Art. 16. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, instituída nos termos deste Decreto, será formada:

I - um representante do Gabinete do Prefeito;

II - um representante da Coordenadoria de Controle Interno;

III - um representante da Secretaria de Gestão Administrativa;

IV - um representante da Secretaria de Gestão Financeira;

V - um representante da Procuradoria Jurídica.

Parágrafo Único - Cada órgão indicará suplente, devendo todos os membros ser nomeados por ato próprio do Poder Executivo.

Art. 17. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações decidirá, no âmbito da administração pública Municipal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e tendo competência para em última instância apreciar os recursos negados em instância inferior.

Art. 18 É dever dos órgãos e entidades públicas continuarem a promover a divulgação de todos os atos da Administração na conformidade do que prevê o art. 37 e seus incisos da Constituição Federal c/c art. 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

Parágrafo Único - As divulgações de que trata o caput deste artigo deverão ser feitas, independentemente da utilização de outros meios, em sítio oficial da Prefeitura na internet, sendo o titular de cada órgão responsável direto pela atualização diária desta página, bem como pela autenticidade e disponibilidade da mesma.

Art. 19 A Secretaria Municipal de Gestão Administrativa manterá o "Portal da Internet da Prefeitura" como um canal de comunicação entre a Administração e a sociedade, facilitando a esta o acesso aos portais, tais como: execução orçamentária; recursos públicos recebidos e ou transferidos de outros órgãos com a exposição da origem, valores e favorecidos; atos de gestão com o servidor público municipal, respeitando aqueles considerados sigilosos; celebração de contratos e convênios (minuta) e outras avenças correlatas; etc

Art. 20 Ao final de cada mês e até o quinto dia do mês subsequente, todos os órgãos da Administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal remeterão à Coordenadoria de Controle Interno relatório de atendimento do mês, para fins estatísticos.

Art. 21 Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 14 de maio de 2013.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Extrato Homologação PL 47/2013 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 47/2013/PMJ,

- Modalidade: PP 28/2013/PMJ.

Objeto: a aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores novos, em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal.

- Empresa Vencedora:

F.VACHILESKI & CIA LTDA

VALOR R\$ 1.632,00

JOAÇABA PNEUS LTDA

VALOR R\$ 15.508,00

VICINI PNEUS LTDA

VALOR R\$ 996,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 24 de maio de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Aditivo Contrato 52/2013 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 52/2013/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa ELETROPNEUS OURO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.627.484/0001-66, estabelecida na Rua Felipe Schmidt, 1472, Centro, no Município de Ouro - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Rosana Maria Gallo Poggere, portadora da Carteira de Identidade nº 2.636.288-0 e CPF nº 018.631.599-67, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, 380, Bairro Parque Jardim Ouro, na cidade de Ouro – SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 52/2013/PMJ, firmado em 28/03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2013/PMJ – Edital CV nº 2/2013/PMJ, homologado em 21/03/2013, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a obra de extensão de rede de distribuição elétrica (média e baixa tensão), na intersecção da Rua Prefeito Odilo Antonio Coppi com a Estrada Municipal José Pino Gomes, no Distrito Industrial do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 1.844,00 (mil oitocentos e quarenta e quatro reais), correspondentes a 2,97% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, relativo à aquisição suplementar dos seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	DISCRIMINAÇÃO - MATERIAIS	MARCA	UNITÁRIO	TOTAL
11	08	kg	Cabo nu alumínio CA-2AWG (10,90 m/Kg)	PRYSMIAN	22,00	176,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

33	04	pc	Isolador pilar porc. Vitr.	GERMER	83,00	332,00
34	03	pc	Isola- dor tipo bastão	BALES- TRO	65,00	195,00
39	01	pc	Mão francesa perfilada 726 mm	SIEMENS	20,00	20,00
45	04	pc	Pino fixação isol. Pilar 140x60 mm	SIEMENS	6,00	24,00
VALOR DOS MATERIAIS – R\$						747,00
ITEM	QTDE	UN	DISCRIMINAÇÃO - MÃO DE OBRA	UNITÁRIO	TOTAL	
54	02	un	Abertura cava terre- no normal	200,00	400,00	
59	01	un	Aterramento simples demais hastes	289,00	289,00	
63	06	un	Concretagem da base	40,00	240,00	
64	02	un	Instalação Chave unipolar	70,00	140,00	
69	02	un	Retirada armação secundária	14,00	28,00	
VALOR DA MÃO DE OBRA – R\$						1.097,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 22 de maio de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

ELETROPNEUS OURO LTDA
ROSANA MARIA GALIO POGGERE
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

Anulação do Contrato de Outorga Nº 036/2013

ANULAÇÃO DO CONTRATO DE OUTORGA Nº 036/2013

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUN DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA(SC),
CONVENIADO: JOARI MARCOS FERREIRA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.220,00

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2013
MIRIAN DOLZAN - Superintendente
JOARI MARCOS FERREIRA - Atleta
MOTIVO: TRANSFERÊNCIA DE EQUIPE

Anulação do Contrato de Outorga Nº 23/2013

ANULAÇÃO DO CONTRATO DE OUTORGA Nº 23/2013

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUN DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA(SC),
CONVENIADO: FERNANDA BERTE DALABRIDA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.200,00

Joaçaba - SC, 03 de Março de 2013
MIRIAN DOLZAN - Superintendente
FERNANDA BERTE DALABRIDA - Atleta
MOTIVO: TRANSFERÊNCIA DE EQUIPE

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



www.ciga.sc.gov.br

Balancete Financeiro por Categoria Econômica FMS

Balancete Financeiro por Categoria Econômica Abril 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	410.247,99	Despesa Orçamentária	912.412,18
RECEITA TRIBUTARIA	10.782,98	Despesas exceto Intra-orçamentárias	838.245,47
RECEITA PATRIMONIAL	5.460,59	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	526.091,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	394.004,42	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	304.018,93
		INVESTIMENTOS	8.135,00
		Despesas Intra-orçamentárias	74.166,71
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	67.781,70
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.385,01
Receita Extra - Orçamentária	1.654.506,24	Despesa Extra - Orçamentária	1.119.609,36
CREDITOS EM CIRCULACAO	863,17	CREDITOS EM CIRCULACAO	863,17
CREDITOS A RECEBER	863,17	CREDITOS A RECEBER	863,17
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	863,17	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	863,17
DEPOSITOS	119.501,53	DEPOSITOS	122.549,01
CONSIGNACOES	119.501,53	CONSIGNACOES	122.549,01
PREVIDENCIA SOCIAL	14.394,42	PREVIDENCIA SOCIAL	14.519,81
PENSAO ALIMENTICIA	1.110,61	PENSAO ALIMENTICIA	1.110,61
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	33.643,47	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	30.257,41
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	42.565,30	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA	41.546,02
EMPRESTIMOS	19.877,06	EMPRESTIMOS	18.455,59
OUTROS CONSIGNATARIOS	7.910,67	OUTROS CONSIGNATARIOS	16.659,57
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	999.306,50	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	996.197,18
OBRIGACOES A PAGAR	999.306,50	OBRIGACOES A PAGAR	996.197,18
FORNECEDORES	322.391,79	FORNECEDORES	317.672,73
PESSOAL A PAGAR	635.311,86	PESSOAL A PAGAR	634.410,66
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	41.317,55	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	43.828,49
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	285,30	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	285,30
INTERFERENCIAS ATIVAS	534.835,04		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	534.835,04		
REPASSE RECEBIDO	534.835,04		
Saldos anteriores	2.877.516,65	Saldos atuais	2.910.249,34
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.469.284,82	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.485.987,15
BANCO C/ MOVIMENTO	317.308,09	BANCO C/ MOVIMENTO	243.551,39
BANCOS C/ VINCULADAS	90.923,74	BANCOS C/ VINCULADAS	1.180.710,80
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	4.942.270,88	Total	4.942.270,88

JOACABA , 21/05/2013

MARCOS WEISS

Ordenador da Despesa - Secretário Saúde

ADONES MARCIANO

Contador CRC SC 028953/O-4

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Balancete Financeiro por Categoria Econômica FMS

Balancete Financeiro por Categoria Econômica Abril 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	410.247,99	Despesa Orçamentária	912.412,18
RECEITA TRIBUTARIA	10.782,98	Despesas exceto Intra-orçamentárias	838.245,47
RECEITA PATRIMONIAL	5.460,59	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	526.091,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	394.004,42	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	304.018,93
		INVESTIMENTOS	8.135,00
		Despesas Intra-orçamentárias	74.166,71
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	67.781,70
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.385,01
Receita Extra - Orçamentária	1.654.506,24	Despesa Extra - Orçamentária	1.119.609,36
CREDITOS EM CIRCULACAO	863,17	CREDITOS EM CIRCULACAO	863,17
CREDITOS A RECEBER	863,17	CREDITOS A RECEBER	863,17
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	863,17	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	863,17
DEPOSITOS	119.501,53	DEPOSITOS	122.549,01
CONSIGNACOES	119.501,53	CONSIGNACOES	122.549,01
PREVIDENCIA SOCIAL	14.394,42	PREVIDENCIA SOCIAL	14.519,81
PENSAO ALIMENTICIA	1.110,61	PENSAO ALIMENTICIA	1.110,61
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	33.643,47	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	30.257,41
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	42.565,30	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA	41.546,02
EMPRESTIMOS	19.877,06	EMPRESTIMOS	18.455,59
OUTROS CONSIGNATARIOS	7.910,67	OUTROS CONSIGNATARIOS	16.659,57
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	999.306,50	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	996.197,18
OBRIGACOES A PAGAR	999.306,50	OBRIGACOES A PAGAR	996.197,18
FORNECEDORES	322.391,79	FORNECEDORES	317.672,73
PESSOAL A PAGAR	635.311,86	PESSOAL A PAGAR	634.410,66
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	41.317,55	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	43.828,49
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	285,30	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	285,30
INTERFERENCIAS ATIVAS	534.835,04		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	534.835,04		
REPASSE RECEBIDO	534.835,04		
Saldos anteriores	2.877.516,65	Saldos atuais	2.910.249,34
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.469.284,82	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.485.987,15
BANCO C/ MOVIMENTO	317.308,09	BANCO C/ MOVIMENTO	243.551,39
BANCOS C/ VINCULADAS	90.923,74	BANCOS C/ VINCULADAS	1.180.710,80
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	4.942.270,88	Total	4.942.270,88

JOACABA , 21/05/2013

MARCOS WEISS

Ordenador da Despesa - Secretário Saúde

ADONES MARCIANO

Contador CRC SC 028953/O-4



Relatório de Gestão Fiscal 1º Quadrimestre/2013

Relatório de Gestão Fiscal 1º quadrimestre/2013

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.158.058,45	23.814,64
Pessoal Ativo	34.764.035,85	10.849,60
Pessoal Inativo e Pensionista	3.378.590,72	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.015.431,88	12.965,04
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.354.474,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	712.616,10	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	275.087,55	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.366.771,29	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	35.803.583,51	23.814,64
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	35.827.398,15	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	82.992.491,74	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	43,17	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	49.795.495,04	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	47.305.720,29	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	44.815.945,54	
FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Gestão Financeira - Departamento de Contabilidade		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

JOACABA, 24/05/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	38.824.834,06	23.814,64
Pessoal Ativo	33.430.811,46	10.849,60
Pessoal Inativo e Pensionista	3.378.590,72	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.015.431,88	12.965,04
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.354.474,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	712.616,10	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	275.087,55	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.366.771,29	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	34.470.359,12	23.814,64
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	34.494.173,76	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	82.992.491,74	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	41,56	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	44.815.945,54	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	42.575.148,26	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	40.334.350,99	

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Gestão Financeira - Departamento de Contabilidade

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

JOACABA, 24/05/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	14.032.108,61	13.946.675,15	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	13.718.515,61	13.794.523,59	0,00	0,00
Interna	13.718.515,61	13.794.523,59	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P:	313.593,00	152.151,56	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	26.340.206,38	32.671.298,06	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.968.144,66	33.232.847,05	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	32,27	235.315,94	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	627.970,55	796.864,93	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-12.308.097,77	-18.724.622,91	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	82.504.601,48	82.992.491,74	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	17,01%	16,80%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-14,92%	-22,56%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	99.005.521,78	99.590.990,09	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	89.104.969,60	89.631.891,08	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	13.718.515,61	13.794.523,59	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	13.718.515,61	13.794.523,59	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	182.239,98	610.547,52	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.244.507,35	25.549.501,16	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Gestão Financeira - Departamento de Contabilidade

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	25.325.935,75	25.325.935,75	0,00	0,00
Passivo Atuarial	25.325.935,75	25.325.935,75	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	34.028.691,29	35.372.527,73	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.104,72	21.966,51	0,00	0,00
Investimentos	34.031.206,07	35.360.264,60	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	9.619,50	9.703,38	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-8.702.755,54	-10.046.591,98	0,00	0,00

JOACABA, 24/05/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Gestão Financeira - Departamento de Contabilidade

24/05/2013 13:44:25 - admin - Secretaria de Gestão Administrativa - Departamento de Contabilidade

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	82.504.601,48	82.992.491,74	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	18.151.012,33	18.258.348,18	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	16.335.911,09	16.432.513,36	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Gestão Financeira - Departamento de Contabilidade

JOACABA, 24/05/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5

ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	162.202,83	162.202,83
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	162.202,83	162.202,83
Interna	162.202,83	162.202,83
Abertura de Crédito	162.202,83	162.202,83
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	82.992.491,74	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	162.202,83	0,20
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	13.278.798,68	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	11.950.918,81	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.809.474,42	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	162.202,83	0,20

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Gestão Financeira - Departamento de Contabilidade

JOACABA, 24/05/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5ANA PAULA BILIBIO
CONTROLADORA INTERNAIRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRARAFAEL LASKE
PREFEITO

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	35.827.398,15	43,17
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	49.795.495,04	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	47.305.720,29	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-18.724.622,91	-22,56
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	99.590.990,09	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.258.348,18	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	162.202,83	0,20
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	13.278.798,68	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.809.474,42	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	12.025.137,19	18.330.533,60

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Gestão Financeira - Departamento de Contabilidade
 JOACABA, 24/05/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 35487/O-5

ANA PAULA BILIBIO
 CONTROLADORA INTERNA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
 PREFEITO

IMPRES**Resumo Contrato 29/2013 - Betha**

IMPRES- INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0029/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Data: 24/05/2013

Objeto: Disponibilização do Sistema Fly Transparência, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet.
Valor Mensal do Contrato: R\$ 130,00 (Cento e trinta reais) mensal

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
PROJETO/ATIVIDADE: 19.01.09.272.0031.2.065
ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00
Prazo de vigência: 24/05/2013 a 31/12/2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do IMPRES.

Portaria 120 2013 - Guilhermina Glori Campos Mattevi

PORTARIA 120/2013 DE 27 MAIO DE 2013.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações e tendo em vista o que consta do processo nº 125, de 21 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, a GUILHERMINA GLORI CAMPOS MATTEVI, inscrita no CPF sob o nº 473.873.609-44, portadora do RG nº 11/R 1.512.693, inscrita no PASEP sob o nº 170.05142.89-4, ocupante do cargo de Professora Pós Graduada, lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.708, nos termos dos arts. 21 e 24, da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2013.

Joaçaba-SC, 27 de maio de 2013.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Portaria 121 2013 - Salete de Oliveira

PORTARIA 121/2013 DE 27 MAIO DE 2013.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações e tendo em vista o que consta do processo nº 124, de 21 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, a SALETE DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 472.192.389-91, portadora do RG nº 11/R 1.513.671, inscrita no PASEP sob o nº 120.26794.51-2, ocupante do cargo de Professora Pós Graduada, lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.045, nos termos dos arts. 21 e 24, da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2013.

Joaçaba-SC, 27 de maio de 2013.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente



Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



PLASS**Balancete Financeiro Abril/2013****Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	225.719,19	Despesa Orçamentária	222.196,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	109.667,39	Despesas exceto Intra-orçamentárias	222.196,27
RECEITA PATRIMONIAL	67.727,93	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.095,77
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	48.323,87	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	219.100,50
Receita Extra - Orçamentária	269.880,70	Despesa Extra - Orçamentária	286.949,93
DEPÓSITOS	14.719,61	DEPÓSITOS	14.620,47
CONSIGNAÇÕES	14.719,61	CONSIGNAÇÕES	14.620,47
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.889,01	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.022,89
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	12.830,60	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	12.597,58
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	255.161,09	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	272.329,46
OBRIGAÇÕES A PAGAR	255.161,09	OBRIGAÇÕES A PAGAR	272.329,46
FORNECEDORES	243.762,69	FORNECEDORES	260.931,06
PESSOAL A PAGAR	3.095,77	PESSOAL A PAGAR	3.095,77
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.053,63	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.053,63
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.249,00	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.249,00
Saldos anteriores	11.291.170,08	Saldos atuais	11.277.623,77
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.290.843,38	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.277.297,07
BANCO C/ MOVIMENTO	326,70	BANCO C/ MOVIMENTO	326,70
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	11.786.769,97	Total	11.786.769,97

Joacaba, 16/05/2013

JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO
Contador

SIMAE**Contrato JHL 0042/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0042/2013
PREGÃO PRESENCIAL 0016/2013
LICITAÇÃO 0020/2013
PROTOCOLO Nº1064/2013

Data: 23/05/2013
Objeto: AQUISIÇÃO DE TAMPÕES PARA EXECUÇÃO DE REDES E RAMAIS DE ESGOTO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.
Contratado: COMERCIAL ATD LTDA
Valor Total do Contrato: R\$ 46.755,00 (Quarenta e seis mil setecentos e cinquenta e cinco reais).
PROGRAMA: 14.01.1.052
ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00
Prazo de vigência: 23/05/2013 a 26/07/2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Contrato JHL 0043/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0043/2013
PREGÃO PRESENCIAL 0016/2013
LICITAÇÃO 0020/2013
PROTOCOLO Nº1064/2013
Data: 23/05/2013
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA EXECUÇÃO DE REDES E RAMAIS DE ESGOTO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.
Contratado: CONCATAN - CONCRETOS CATANDUVAS LTDA
Valor Total do Contrato: R\$ 8.600,00 (Oito mil e seiscentos reais).
PROGRAMA: 14.01.1.052
ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00
Prazo de vigência: 23/05/2013 a 26/07/2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Contrato JHL 0044/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0044/2013
PREGÃO PRESENCIAL 0016/2013
LICITAÇÃO 0020/2013
PROTOCOLO Nº1064/2013
Data: 23/05/2013
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA EXECUÇÃO DE REDES E RAMAIS DE ESGOTO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.
Contratado: CONCRETOS ÁGUA DOCE LTDA EPP
Valor Total do Contrato: R\$ 4.875,00 (Quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais).
PROGRAMA: 14.01.1.052
ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00
Prazo de vigência: 23/05/2013 a 26/07/2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Contrato JHL 0045/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0045/2013
PREGÃO PRESENCIAL 0016/2013
LICITAÇÃO 0020/2013
PROTOCOLO Nº1064/2013
Data: 23/05/2013
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E ANÉIS DE CONCRETO PARA EXECUÇÃO DE REDES E RAMAIS DE ESGOTO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.
Contratado: CONCRETOS CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Valor Total do Contrato: R\$ 45.690,00 (Quarenta e cinco mil seiscentos e noventa reais).
PROGRAMA: 14.01.1.052
ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00
Prazo de vigência: 23/05/2013 a 26/07/2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.



**O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão**

www.ciga.sc.gov.br

Homologação Pr16-13

HOMOLOGAÇÃO PR 16/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 16/2013 - PR Processo Administrativo: 20/2013 Processo de Licitação: 20/2013 Data do Processo: 23/04/2013
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 20/2013
- b) Licitação Nr.: 16/2013-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 23/05/2013
- e) Data da Adjudicação: 23/05/2013 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REDES E LIGAÇÕES DE ESGOTO NO EXERCÍCIO DE 2013.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$)
			Total dos Itens
- 007129 - COMERCIAL ATD LIMITADA	2	0,0000	46.755,00
- 006843 - CONCATAN CONCRETOS CATANDUVAS LTDA	1	0,0000	8.600,00
- 007135 - CONCRETOS AGUA DOCE LTDA	2	0,0000	4.875,00
- 006132 - CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA.	4	0,0000	45.690,00
	9		105.920,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 788.920,22

Joaçaba, 23 de Maio de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 131/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 131/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 99/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de LUIZ FERNANDO & RODOLFO para apresentação artística no Recanto do Pinhão, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no 31 de Maio de 2013, às 11.00 hs., no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 132/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 132/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 99/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de PAULO ORGEL SÁ para apresentação artística no Recanto do Pinhão, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no 31 de Maio de 2013, às 17.00 hs., no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez

que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 133/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 133/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 99/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de JOÃO GABRIEL & VINICIUS para apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Recanto do Pinhão, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 22 de Maio de 2013, às 18.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 134/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 134/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES

ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 134/2013, em conformidade com a legislação vigente, para fornecimento emergencial de locação de 05 portais detectores de metais, para o período referente à 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 15 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 15 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 135/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 135/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES

ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 135/2013, em conformidade com a legislação vigente, para Produção, Gravação e Impressão de 2.000 (duas mil) unidades de CD da Sapecada da Canção Nativa, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 14.960,00 (quatorze mil e novecentos e sessenta reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 15 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 15 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 136/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 136/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 136/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de MARZIO DUARTE LENZI para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 25 de Maio de 2013, às 22.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 137/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 137/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 137/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de SUELEM SILVA DE MORAES para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 27 de Maio de 2013, às 21.00 hs, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 138/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 138/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 138/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de ANDREY SCHONARDIE SILVA para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 27 de Maio de 2013, às 21.00 hs, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade

com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 139/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 139/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 139/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do MATAKITERANI LTDA para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 28 de Maio de 2013, às 22.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 140/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 140/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 140/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de DANIEL PORTO & AMIGOS para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 29 de Maio de 2013, às 21.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus,

Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 141/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 141/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 141/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da BANDA FRENTE FRIA para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 26 de Maio de 2013, às 21.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 142/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 142/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 142/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do GRUPO SEQUENC 7 - ESCOLA DAS ARTES para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 26 de Maio de 2013, às 17.00 hs, e dia 30 de maio de 2013 às 20.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 143/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 143/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 143/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da BANDA HEMISFERIOS para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 27 de Maio de 2013, às 22.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 144/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 144/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 144/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da DANÇA DO VENTRE - APIS ESCOLA DE DANÇA para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 28 de Maio de 2013, às 20.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 145/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 145/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 145/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da APIS ESCOLA DE MOVIMENTO para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 30 de Maio de 2013, às 19.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 146/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 146/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 146/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da VIVACE CAMERATA para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 25 de Maio de 2013, às 20.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 147/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 147/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 147/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de CONRADO JUNIOR - VIOLÃO SOLO para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de Junho de 2013, às 21.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 148/2103 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 148/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 148/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do MAESTRO MADRUGA para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 30 de Maio de 2013, às 22.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS

Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 149/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 149/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 149/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do MUSICAL GUANABARA para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 26 de Maio de 2013, às 20.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 150/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 150/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 150/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do CAMERATA VENTO SUL para apresentação artística na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 26 de Maio de 2013, às 18.00 hs, dia 31 de Maio de 2013 às 20.00 hs, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato do Contrato 54/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 55/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADA: GRUPO INTEGRAÇÃO.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 31 de Maio de 2013, às 20:30 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Rerratificação PP 09-2013 SEMASA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2013 - SEMASA.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS, KIT PONTEIRAS E KIT CAVALETE PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ÁGUA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que as alterações que se fazem necessárias no lote 01 aonde diz "vazão máxima 20m³/h, lê-se vazão máxima 30m³/h disponibilizadas no site da prefeitura: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 28/05/2013 às 13:30 horas, para o dia 14/06/2013 às 15:00 horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 21 de maio de 2013.
Benjamin Schultz
Secretário da Semasa

Extrato do Contrato 51/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 51/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na

CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADA: BT MEDIAÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.531.776/0001-40, com sede à Rua Bocaiúva nº 1973 - sala 05 - Florianópolis/SC - CEP: 88.015-530.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

prestação de serviços de sistema eletrônico

de geração de ingressos com Código de Barras, juntamente com o sistema de controle

de acesso na 25ª Festa Nacional do Pinhão e venda de ingressos pela internet.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 R\$ 79.150,00 (setenta e nove mil, cento e cinquenta reais), acrescido o valor de 10% sobre o valor do ingresso à título de remuneração do serviço.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato do Contrato 52/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 52/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADA THALLES E DONINHA SHOWS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 16.883.789/0001-06, com sede à Rua Lavras, 458 - sala 01 Bairro Umuarama na cidade de Passos/MG, CEP: 37.902-314.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

01 (um) Show Artístico com o cantor "THALLES ROBERTO" com duração máxima aproximada de 2 horas, no dia 27 de maio de 2013. Na Festa Nacional do Pinhão 2013.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 R\$ 42.000,00 (quarenta e quatro mil reais) .

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato do Contrato 53/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 53/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADA: GHETTO PRODUÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS, inscrita no CNPJ sob n.º 65.517.481/0001-07, com sede à Rodovia Raposo Tavares, Km 22,5 - Shopping "OPEN MALL DAY SQUARE" Bloco B - sala 05 - Granja Viana - na cidade de Cotia/MG e representada pela Sra. Ione Albuquerque E. Braghetto.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

01 (um) Show Artístico com o grupo "SÓ PRA CONTRARIAR" com duração máxima aproximada de 1 hora e 30 minutos, no dia 28 de maio de 2013, às 21 horas, aproximadamente, na 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 40% (quarenta por cento) da bilheteria.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Lebon Regis

PREFEITURA

Decreto Nº 042/2013

DECRETO Nº 042/2013 - 24 de maio de 2013.

Estabelece ponto facultativo e contem outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo para os servidores públicos municipais no dia 31 de maio de 2013 no horário normal de expediente, exceto as repartições cujos serviços são considerados essenciais por sua natureza e não podem ser paralisados.

Art. 2º - O expediente retorna ao seu horário habitual dia 3 de junho de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito.

Lebon Regis, 24 de maio de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Convocação Nº 14/2013

Edital de Convocação n. 14/2013

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2012, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h30min e 17h30min, até o dia 04/06/2013, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Jose Ademir Granemann de melo	Motorista	3º
Anderson Luiz Prestes	Vigia	2º
Djulia dos Santos Calistro	Auxiliar de Enfermagem	3º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 24 de maio de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

Retificação Lei N.º 972/2013

RETIFICAÇÃO LEI N.º 972/2013

Considerando erro de digitação na publicação da Lei n.º 972/2013, realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição n.º 1246, de 24 de maio de 2013, p. 241 e 242, retifica-se a referida Lei para a seguinte redação:

LEI Nº 972, DE 22 DE MAIO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	59.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	59.000,00
Função	12	Educação	29.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	29.000,00
Programa	0004	Educação É Tudo	29.000,00
Projeto/Atividade	1.005	Construção de Creche	29.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	29.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	29.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	29.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Imposto e Transferência de Impostos Educação	29.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	30.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	30.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Lazer	30.000,00
Projeto/Atividade	1.041	Construção de Campo de Futebol – Ribeirão dos Ovos	30.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	30.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00

Fonte de Recurso	1.0.0000	Recursos Ordinários	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			59.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	30.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	30.000,00
Função	12	Educação	30.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	30.000,00
Programa	0004	Educação É Tudo	30.000,00
Projeto/Atividades	2.009	Transporte Escolar - Ensino Infantil	30.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Imposto e Transferência de Impostos Educação	30.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	29.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	29.000,00
Função	20	Agricultura	29.000,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	29.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	29.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	29.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	29.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	29.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	29.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	29.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			59.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 035/2013

DECRETO Nº 035, DE 24 DE MAIO DE 2013.

Nomeia membros para Compor o Conselho Municipal de acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica do Município c/c o disposto na Lei Municipal nº. 547, de 23 de abril de 2007.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB -, com a seguinte composição:

I - Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Ana Helena Curtius Garcia

Suplente: Rejane Kuster

II - Representante do Conselho Tutelar

Titular: Elisa Henckel Kreusch

Suplente: Cricila Aparecida Hilleshein

III - Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: Neide Maria Sperber Kreusch

Suplente: Carolina Patricia da Cunha

IV - Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Altair Vitorino dos Anjos

Suplente: Daize Maeve Hoffmann

V - Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública -

Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas

Titular: Rozeli Knaul

Suplente: Solene Scheimann Franzen

VI - Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Titular: Roseli Hoffmann Reitz

Suplente: Marizete Gonçalves e Silva

Titular: Marcos Pinheiro

Suplente: Inoir Gandin

VII - Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Josiane Caetano

Suplente: Vorli José Guchert

VIII - Representante do Poder Executivo Municipal - Secretaria

Municipal de Educação ou Órgão Educacional equivalente

Titular: Maria Albertina Hoffmann

Suplente: Sílvia Maria Petri Heerdt

IX - Representante dos Professores da Educação Básica Pública

Titular: Adreleone Aparecida Kavikione de Souza

Suplente: Azeneide Aparecida Elias

X - Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Renata Müller Schumacher

Suplente: Ary Ederval Guchert

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 24 de maio de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Fase de Habilitação TP 06/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2013

FASE DE HABILITAÇÃO

Tendo em vista a impetração de recurso, protocolado pela empresa Dimenzo Engenharia Ltda, protocolado em 21 de maio de 2013, sob nº 543, no dia 27 de maio de 2013, as oito e trinta horas, reuniram-se o presidente senhor Marcelo Diogo Colossi, e os membros da Comissão Permanente de Licitações servidores Antonio Carlos Vicente e Joana Sprigigo. Com Base no texto de recurso da Empresa supra citada e com fulcro no artigo 109, da lei 8.666/93, alíneas "a) habilitação ou inabilitação do licitante; ", o recurso passa a ter efeito suspensivo, ficando aberto o prazo de 05 dias úteis a contar da data de publicação, para a impugnação do recurso, pelas demais participantes do processo. Neste mesmo local, no horário de expediente, poderão ser obtidas demais informações, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 27 de maio de 2013.
Comissão Permanente de Licitações

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Pregão FMS.035.2013 - Medicamentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0035/2013 - FMS

Pregão Presencial nº 0028/2013-FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, WALMOR SILVESTRE SRESCH STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: Aquisição de medicamentos e material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 13 de junho de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 13 de junho de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

Extrato Pregão PML.034.2013 - Brita

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 034/2013 - PML

Pregão Presencial nº 0027/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de Brita Graduada, Brita I, Brita II, Pedrisco, Pó de Pedra, Pedra Pulmão e Pedra de Mão, para a manutenção de diversas vias urbanas e estradas vicinais do município de Luzerna (SC).

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 11 de junho de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 11 de junho de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

FMAS.11.13 - PR - FMAS -

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 11.13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2013

PREGÃO Nº 0022/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de maio do ano de 2013, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - DI LUNAS IND. COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Getulio Vargas, 522, no Município de Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 02.590.546/0001-75, neste ato representada por sua sócia administradora SHEILA MANTOANI, brasileira, solteira, corretora de seguros, inscrita no CPF/MF sob o nº 019.063.479-05, portadora da cédula de identidade nº 11/R-3.156.463, residente e domiciliada na Rua Martinho Lutero, 340, apto 401, Bairro Cruzeiro do Sul, Município de Joaçaba(SC), doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 0029/2013, Pregão nº 0022/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a confecção de camisetas, para distribuição gratuita, destinadas aos Grupos de Idosos do Município de Luzerna, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
------	---------------	-----	-----	--------------------	-----------------

1	Camisetas tamanho M (conforme foto em anexo- idosos Unidos - decote V)	UN	25,00	19,90	497,50
2	Camisetas tamanho G (conforme foto em anexo) idosos Unidos, decote V	UN	25,00	19,90	497,50
3	Camisetas tamanho GG (conforme foto em anexo) idosos Unidos, decote V	UN	10,00	19,90	199,00

Preço Total do Lote R\$ 1.194,00

Item	Especificação	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
4	Camisetas tamanho M (conforme foto em anexo- idosos Esperança - decote redondo com botões)	UN	10,00	25,50	255,00
5	Camisetas tamanho G (conforme foto em anexo, idosos Esperança - decote redondo com botões)	UN	10,00	25,50	255,00

Preço Total do Lote R\$ 510,00

Item	Especificação	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
6	Camisetas tamanho M (conforme foto em anexo, idosos Vila Kennedy com gola para homens)	UN	4,00	25,50	102,00
7	Camisetas tamanho G (conforme foto em anexo, idosos Vila Kennedy com gola para homens)	UN	12,00	25,50	306,00

8	Camisetas Tamanho G (conforme foto em anexo, idosos Vila Kennedy sem gola para mulheres)	UN	11,00	20,80	228,80
---	--	----	-------	-------	--------

Preço Total do Lote R\$ 636,80

Item	Especificação	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
9	Camisetas tamanho M (conforme modelo em anexo, idosos Leãozinho na cor azul clara, para mulheres, sem gola)	UN	4,00	19,90	79,60
10	Camisetas tamanho GG (conforme modelo em anexo, idosos Leãozinho na cor azul clara, para mulheres sem gola)	UN	8,00	19,90	159,20
11	Camisetas tamanho G (conforme modelo em anexo, idosos Leãozinho na cor azul clara, para homens, com gola.	UN	7,00	19,90	139,30
12	Camisetas tamanho GG (conforme modelo em anexo - idosos Leãozinho na cor azul clara - para homens com gola)	UN	4,00	25,50	102,00
13	Camisetas tamanho GG (conforme modelo em anexo, idosos Leãozinho na cor azul clara, para homens, com gola)	UN	6,00	25,50	153,00

Preço Total do Lote R\$ 633,10

Item	Especificação	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
14	Camisetas tamanho M (conforme modelo em anexo, idosos de Linha São Bento na cor verde claro, decote redondo com botões.	UN	5,00	19,90	99,50
15	Camisetas tamanho G (conforme modelo em anexo, idosos de Linha São Bento na cor verde claro, decote redondo com botões	UN	5,00	19,90	99,50
16	Camisetas tamanho GG (conforme modelo em anexo, idosos de Linha São Bento na cor verde claro, decote redondo com botões	UN	2,00	19,90	39,80
17	Camisetas tamanho M (conforme modelo em anexo - idosos de Linha São Bento na cor branca, decote V	UN	5,00	19,90	99,50
18	Camisetas tamanho G (conforme modelo em anexo - idosos de Linha São Bento na cor branca, decote V	UN	5,00	19,90	99,50

19	Camisetas tamanho GG (conforme modelo em anexo - idosos de Linha São Bento na cor branca, decote V	UN	2,00	19,90	39,80
----	--	----	------	-------	-------

Preço Total do Lote R\$ 477, 60

Item	Especificação	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
20	Camisetas tamanho M (conforme modelo em anexo, idosos de Linha Dois Irmãos na cor branca, degote V	UN	3,00	19,90	59,70
21	Camisetas tamanho G (conforme modelo em anexo) idosos de Linha Dois Irmãos na cor branca, decote V	UN	3,00	19,90	59,70
22	Camisetas tamanho GG (conforme modelo em anexo) idosos de Linha Dois Irmãos na cor branca, decote V	UN	2,00	19,90	39,80

Preço Total do Lote R\$ 159,20

1.2. O FORNECEDOR 1 - DI LUNAS IND. COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens/lote descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 3.610,70 (três mil seiscentos e dez reais e setenta centavos).

1.3.O FORNECEDOR deverá atender às especificações e modelos do Anexo do Edital, sendo que as camisetas deverão ser fornecidas, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais;

1.4.As camisetas deverão ser cotadas e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto;

1.4.1.O FORNECEDOR deverá fornecer as camisetas na forma e nas características dos modelos disponibilizados, em quantidade e nos prazos previstos no Edital e seus anexos;

1.5.As camisetas deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, nas dependências da sede do Paço Municipal, de segunda a sexta-feira, das 7h45min às 11h45 e das 13h30min às 17h30min;

1.6. O FORNECEDOR ao executar o objeto deverá utilizar materiais resistentes e observar os critérios de bom acabamento, costuras perfeitas, linhas na cor do tecido e sem pontas. As estampas deverão ser bem feitas, de 1ª (primeira) qualidade, cobrindo o tecido, com bordados precisos e com bom acabamento;

1.7. O FORNECEDOR deverá apresentar uma amostra do vestuário a ser fornecido, antes de proceder à entrega definitiva dos mesmos;

1.8. A entrega definitiva das camisetas fica condicionada a aprovação da amostra pelo setor requisitante;

1.9. O FORNECEDOR será responsável pelo envio e pelo frete das camisetas;

1.10. Por ocasião do recebimento da mercadoria, o Município, por intermédio do servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto solicitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais;

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca das camisetas enviadas, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações;

1.12. O aceite da mercadoria não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente;

1.13. Caso as camisetas sejam recusadas ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento;

1.14. Os quantitativos descritos no Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente;

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento das camisetas, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução desta Ata;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o FORNECEDOR, convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA
DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1.O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1. Efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA
DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1.As despesas provenientes da execução desta Ata correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.027.3390.00	52	2/2013	APOIO A PESSOA IDOSA
2.027.3390.00	0	1/2013	APOIO A PESSOA IDOSA

CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 6 (seis) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna (SC), 22 de maio de 2013.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMAS
CONTRATANTE

SHEILA MANTOANI
DI LUNAS IND. COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

PML.053.12 - Locação - Distrato
TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, comparecem, de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.651.199-07, e portador da cédula de identidade nº 11/C 3.427.769227.997, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, apto 202, Bairro Vila Alemanha, Município de Luzerna(SC), denominado LOCATÁRIO, e o ESPORTE CLUBE VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 83.518.860/0001-49, situado na Av. 16 de fevereiro, 127, Centro, em Luzerna(SC), neste ato representada por seu Presidente, ADÊMIO HOFFELDER, brasileiro, divorciado judicialmente, comerciante, portador da cédula de identidade nº 227.448 e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.728.069-53, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 383, neste Município de Luzerna(SC), denominada LOCADORA, os quais tem entre si justo e acertado o que se segue.

01. Tendo que as partes, ora contratantes, não tem mais interesse em continuar com a relação locatícia do imóvel sito na Rua Engenheiro Roberto Anrain, em Luzerna (SC), de propriedade da Locadora, cujo pacto fora celebrado em 17.07.2012, através do Contrato pml.053.12, de comum acordo acertam que a mesma será rescindida nesta data, inclusive com a entrega das chaves.

02. Reconhece o LOCADOR, que as divisórias fixadas no local são de propriedade doa LOCARÁTIO, podendo ser levantada, a qualquer tempo, as custas do mesmo.

03. Após assinatura desde distrato, LOCADOR e LOCATÁRIO, dão plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamarem um dos outros, a qualquer tempo, em relação a quaisquer direitos e valores, sejam eles relativos a prestação locatícia, danos materiais, morais, obrigações de fazer e todas as demais consequências que possam ter como origem os fatos descritos na presente avença extrajudicial, independentemente de sua natureza, tenham deles conhecimento presentemente ou ainda que venham a descobri-los no futuro.

04. Declaram, ademais, as partes, que assinaram o presente pacto sem nenhuma espécie de vício de consentimento, tais como coação, erro, dolo, simulação ou fraude, não restando, destarte, qualquer reclamação quanto à liberdade de suas manifestações de vontade, ora aduzidas nestes termos.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 06 (seis) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 24 de maio de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
LOCATÁRIO

ADÊMIO HOFFELDER
ESPORTE CLUBE VITÓRIA
LOCADORA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Macieira**PREFEITURA****Aviso de Dispensa - Peti**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
AVISO DE DISPENSA Nº 0003/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0028/2013

O Prefeito Municipal de Macieira torna pública a Dispensa de Licitação nº 0003/2013, através do Processo Licitatório nº 0028/2013 e Contrato Administrativo nº 0039/2013, para a locação de imóvel urbano em alvenaria, destinado ao atendimento de crianças cadastradas no programa PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil), localizado na Rua Dona Maria Mendes, Centro, s/n, com área de alimentação, cozinha, banheiro e sala em boas condições de uso e adequados para realização das atividades exigidas no Programa.

Locador: Amadeu Mendes Karpinski.

Valor Mensal: R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), em conformidade com o artigo 24, X da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Vigência do Contrato: De 1º/06/2013 até o término do ano letivo, podendo ser prorrogado por iguais períodos, conforme Lei 8666/93.

Macieira, 27 de maio de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal de Macieira/SC

Maravilha**PREFEITURA****Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 047/2013

Contratada: NL CONSTRUÇÕES LTDA

Valor Global: 390.265,86

Prazo para execução da obra: 180 dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Contrato Administrativo para contratação de empresa para execução de um Edifício de Uso Cultural, denominado 25 de Julho, no Município de Maravilha, SC, de acordo com o Processo Licitatório n. 516/2013, na Modalidade de Concorrência Pública n. 003/2013. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 28 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº 1504/2013

LEI Nº 1504/2013

Altera artigo 1º da Lei nº. 1350/2011, de 19 de Outubro de 2011 - "Denomina Via Pública".

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 1350/2011 de 19 de outubro de 2011, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A R-120 passa a ser denominada Rua Paulo Kuczkowski, que inicia no entroncamento da Rua Expedicionário Ladislau Lewandowski até o seu final no Bairro Benjamin Constant no Município de Massaranduba."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 24 de Maio de 2013

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Edital Nº 003/2013

EDITAL Nº 003/2013

Fixa data e estabelece os procedimentos de inscrições para Admissão de professor e orientador pedagógico em Caráter Temporário (ACT) para o ano letivo 2013, conforme abertura de vagas e necessidade da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo. O Prefeito Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições, resolve baixar normas para a realização do processo seletivo para admissão de professores em caráter temporário, com base Lei Nº 1330 de 06 de setembro de 2011 e na Lei Nº 037/2010 de 22 de dezembro de 2010.

I - DAS VAGAS

As vagas disponíveis para a chamada de professores ACT (admitidos em caráter temporário) serão para:

Em substituição aos afastamentos legais dos titulares;

Em virtude de existência de vaga não ocupada após a realização de concursos públicos;

Em decorrência de abertura de novas vagas, por criação ou por dispensa de seu ocupante.

VAGAS	CARGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS REFERENTES A 40H SEMANAIS (*)	LOCAL DO EXERCÍCIO
-------	-------	---------------	---	--------------------

Vagas emergenciais que surgirem durante o ano letivo de 2013, conforme itens a-b-c.	Professor de Português das Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental.	Conforme necessidade da Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, podendo ser 10h, 20h, 30h ou 40 horas.	Com Habilitação: Graduação: R\$ 2.040,56 Especialização: R\$ 2.162,99 Mestrado: R\$2.856,79 Doutorado: R\$4.285,19	Na instituição escolar em que surgir a vaga no município.
Vagas emergenciais que surgirem durante o ano letivo de 2013, conforme itens a-b-c.	Orientador Pedagógico das Séries/Anos Finais e/ou Anos Iniciais.	40 horas semanais	Especialização: R\$ 2.162,99 Mestrado: R\$2.856,79 Doutorado: R\$4.285,19	Na instituição escolar em que surgir a vaga no município.

* Caso o candidato assuma carga horária menor que a referida neste edital, o valor do vencimento será proporcional a carga horária trabalhada;

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1

Local:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, anexa à Prefeitura de Massaranduba – Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba.

2.2

Período

e

horário:

De 27/05/2013 a 26/06/2013

8h às 11h – 13h30min às 16h30min

2.3 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas para inscrição neste processo seletivo.

2.4 Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações nela contidas.

2.5 O candidato que não preencher TODOS os dados que foram solicitados - Dados pessoais e de formação – terá sua inscrição INDEFERIDA.

2.6 Em hipótese alguma, admitir-se-á inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração para este fim, com firma reconhecida, a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição.

2.7 Após o preenchimento da ficha de inscrição o candidato receberá o protocolo, que servirá como comprovante.

2.8 O candidato poderá inscrever-se na área de acordo com a habilitação solicitada:

2.8.1 Ensino Fundamental – Séries/Anos Finais e Específicas

2.8.1.1 Professor de Português

2.8.2 Ensino Fundamental – Orientador Educacional

III - DOS REQUISITOS GERAIS

3.1 Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a);

3.2 Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de encerramento da inscrição;



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

IV - DOCUMENTAÇÃO

4.1 O candidato deverá entregar, no ato da inscrição, a fotocópia de TODOS os documentos solicitados, munido dos originais para comprovação dos mesmos.

4.2 Documentação exigida para o cargo de Professor de Português:

4.2.1 Carteira de Identidade e CPF

4.2.2 Título de Eleitor com comprovante da última eleição

Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino)

4.2.4 Comprovante de escolaridade:

4.2.4.1 Comprovante de Graduação – Letras mais Curso de Pós-Graduação – Doutorado

4.2.4.2 Comprovante de Graduação – Letras mais Curso de Pós-Graduação – Mestrado

4.2.4.3 Comprovante de Graduação – Letras mais Curso de Pós-Graduação – Especialização em área específica – Letras – Língua Portuguesa

4.2.4.4 Comprovante de Curso de Graduação – Letras mais Curso de Pós-Graduação – Especialização nas demais áreas da educação

4.2.4.5 Comprovante de Conclusão de Curso Superior – Letras

Atestado de frequência em curso superior – Letras

Comprovante de Conclusão de Curso Superior – Pedagogia
Magistério em nível médio

4.2.5 Atestado de Tempo de Serviço no Magistério Público

4.2.6 Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos

4.2.7 Declaração que não sofreu irregularidades no Serviço Público, conforme Anexo III.

4.3 Documentação exigida para o cargo de Orientador Pedagógico:

4.3.1 Carteira de Identidade e CPF

Título de Eleitor com comprovante da última eleição

4.3.3 Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino)

4.3.4 Comprovante de escolaridade:

4.3.4.1 Comprovante de Graduação – Pedagogia mais Curso de Pós-Graduação – Doutorado

4.3.4.2 Comprovante de Graduação – Pedagogia mais Curso de Pós-Graduação – Mestrado

4.3.4.3 Comprovante de Graduação – Pedagogia mais Curso de Pós-Graduação – Especialização em área específica – Orientação Pedagógica

4.3.5 Atestado de Tempo de Serviço no Magistério Público

4.3.6 Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos

4.3.7 Declaração que não sofreu irregularidades no Serviço Público, conforme Anexo III.

4.4 Os candidatos que atuam ou atuaram no magistério público (municipal e estadual) devem apresentar a certidão de tempo de serviço expresso em anos, meses e dias, contados até 30/04/2013, devidamente reconhecido pelo órgão expedidor, conforme anexo II.

V. DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1. Às pessoas portadoras de deficiência serão asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº 3.298/99 e desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função a ser exercida;

5.2. Os candidatos portadores de deficiência deverão, obrigatoriamente, apresentar cópia do laudo de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99, no momento da inscrição;

5.3. O laudo não poderá ter sido emitido em data superior a 01(um) ano, contados da data do presente Edital;

VI – DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 Por titulação para o cargo de professor de Português:

6.1.1 Comprovante de Graduação – Letras mais Curso de Pós-Graduação – Doutorado

6.1.2 Comprovante de Graduação – Letras mais Curso de Pós-Graduação – Mestrado

6.1.3 Comprovante de Graduação – Letras mais Curso de Pós-Graduação – Especialização em área específica – Letras – Língua Portuguesa

6.1.4 Comprovante de Curso de Graduação – Letras mais Curso de Pós-Graduação – Especialização nas demais áreas da educação

6.1.5 Comprovante de Conclusão de Curso Superior – Letras

Atestado de frequência em curso superior – Letras

Comprovante de Conclusão de Curso Superior – Pedagogia

6.1.8 Magistério em nível médio

6.2 Por titulação para o cargo de orientador pedagógico:

6.2.1 Comprovante de Graduação – Pedagogia mais Curso de Pós-Graduação – Doutorado

6.2.2 Comprovante de Graduação – Pedagogia mais Curso de Pós-Graduação – Mestrado

6.2.3 Comprovante de Graduação – Pedagogia mais Curso de Pós-Graduação – Especialização em área específica – Orientação Escolar

VII – CRITÉRIOS DE DESEMPATE PARA TODAS AS ÁREAS

Havendo empate entre os candidatos após a classificação serão aplicados os seguintes critérios:

Maior tempo de serviço no Magistério Público;

Ao de maior idade;

Maior número de filhos.

VIII – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Início das Inscrições	27/05/2013
Término das Inscrições	26/06/2013
Lista Classificatória Preliminar	27/06/2013
Prazo para Recurso	28/06/2013 e 01/07/2013
Lista Classificatória Oficial	02/07/2013

IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

9.1 A lista classificatória preliminar será divulgada no dia 27/06/2013 no mural da Prefeitura Municipal de Massaranduba e no site www.massaranduba.sc.gov.br.

9.2 O candidato poderá entrar com recurso, mediante abertura de Protocolo na Secretaria de Educação, nos dias 28/06/2013 e 01/07/2013, durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Massaranduba.

9.3 O resultado oficial da lista classificatória será divulgado no dia 02/07/2013, no mural e site da Prefeitura Municipal.

9.4 A chamada dos candidatos será feita obedecendo a ordem de classificação.

9.5 No dia em que o candidato for chamado para assumir vaga e não tiver interesse na oportunidade que lhe está sendo oferecida, o mesmo terá até, no máximo, 5 (cinco) dias para comparecer na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo para assinar o termo de desistência da vaga que lhe foi oferecida, permanecendo na lista de classificação. Caso o candidato não compareça no período estipulado perderá o direito de ser chamado ou requerer vaga subsequente que surgir no decorrer da validade deste processo

seletivo, ficando, assim, excluído da lista de classificação.

A classificação do candidato no Processo Seletivo não implica direito a contratação, cabendo ao Município, exclusivamente, a decisão quanto à conveniência e oportunidade as convocações para provimento das demandas verificadas.

Caso o candidato desista da vaga no decorrer da vigência do contrato, o mesmo perderá o direito a nova contratação, ficando excluído da lista de classificação;

9.8 A partir do momento que o candidato assumir a vaga que lhe foi oferecida, o mesmo não poderá escolher nova vaga em outro nível ou estabelecimento de ensino, ficando o profissional contratado vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo. Todas as mudanças de local de trabalho e alteração de carga horária será feita sempre que necessário e de interesse da administração, ou no retorno do titular que estiver sendo substituído;

9.9 Terá sua inscrição cancelada o candidato que:

Tiver ocorrência no Conselho Tutelar, Ministério Público ou Vara da Infância;
Respondeu sindicância ou processo disciplinar, no qual sofreu penalidade;
Possuir falta injustificada em 2012 na Rede Pública Municipal de Massaranduba.

O candidato só poderá reduzir parcialmente a carga-horária escolhida, se não prejudicar o processo educativo, analisado e decidido pela Secretaria Municipal de Educação, exceto quando estiver em mais de uma vaga com termos diferentes;

Ao candidato que tiver afastamento do trabalho, havendo substituição, quando do seu retorno poderá perder a vaga escolhida, sendo remanejado para qualquer outra vaga disponível que houver;

9.12 O candidato deverá se apresentar na unidade de trabalho imediatamente após a contratação, iniciando suas atividades na data estipulada pela Secretaria de Educação.

9.13 O candidato classificado poderá no decorrer do ano, ser chamado mediante a existência da vaga e será avisado via telefone, conforme ficha de inscrição, obedecendo a ordem de classificação, desde que sua carga horária não esteja completa.

9.14 Caso haja o surgimento de outras vagas no decorrer da vigência deste edital, iniciaremos a chamada pelo primeiro classificado da lista de classificação, dando prioridade ao que tiver maior escolaridade, obedecendo a ordem de classificação, desde que o classificado não tenha carga horária completa, caso em que poderá ampliar sua carga horária até, no máximo, 40h semanais.

9.15 É de responsabilidade do candidato manter os contatos telefônicos atualizados junto a Secretaria Municipal de Educação.

9.16 A Secretaria de Educação poderá solicitar ao candidato outro(s) documento(s) que achar conveniente para confirmar as informações prestadas;

9.17 A lista de documentos necessários para a contratação do candidato será entregue no dia da chamada pelo setor de RH da Prefeitura Municipal.

9.18 Os casos omissos a este Edital serão resolvidos pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
A seleção de que trata o presente Edital terá validade para o ano

letivo de 2013.

Massaranduba, 24 de maio de 2013.

JOVITA ALVES MUELLER

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito de Massaranduba

ANEXO I

INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO PARA ACT
EDITAL Nº 003/2013

Nº DA INSCRIÇÃO:		DATA DA INSCRIÇÃO:
/ /		/ /
NOME DO CANDIDATO:		
DATA DE NASCIMENTO:		ENDEREÇO:
/ /		
RG:	CPF:	
BAIRRO:	MUNICÍPIO:	
fone: ()	E-MAIL:	

DISCIPLINAS ESCOLHIDAS

ASSINALAR COM X A OPÇÃO DESEJADA

- () EDUCAÇÃO INFANTIL
() ANOS INICIAIS
() PROJETOS ESPORTIVOS
() SEGUNDO PROFESSOR

5ª A 8ª SÉRIE: DISCIPLINAS

- () Língua Portuguesa
() Matemática
() Inglês
() Artes
() História
() Geografia
() Educação Física
() Ciências
() Ensino Religioso

Obs: o candidato poderá fazer sua inscrição de acordo com sua habilitação.

De acordo com as informações.

Candidato _____ Responsável pela inscrição _____

ANEXO II
ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO

Identificação da Instituição pública (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço)

Atestamos para os devidos fins de contagem de tempo de serviço, que o _____, atuou no Magistério na Rede _____ de Ensino nos períodos:

de ____/____/____ a ____/____/____
de ____/____/____ a ____/____/____
de ____/____/____ a ____/____/____
de ____/____/____ a ____/____/____

Totalizando ____ anos, ____ meses e ____ dias.

Era o que tínhamos a atestar.

Local e Data: _____, ____/____/____.
Assinatura e carimbo do responsável pela Instituição

OBS: Informar o tempo de serviço total do candidato e não apenas o tempo referente ao ano de 2012.

OBS: Data Final do Tempo de Serviço dia 30 de abril de 2013.

ANEXO III
DECLARAÇÃO PARA FINS DE INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO ACT/2013

Identificação da Instituição privada ou instituição pública (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço)

Declaramos que o candidato (a) _____

Portador do CPF Nº _____, durante o ano

ANEXOS

CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO

() Doutorado () Mestrado () Especialização área/disc. específica

() Comprovante de Conclusão de Curso Superior

ÁREA/DISC. ESPECÍFICA: _____

() Atestado de frequência em curso superior

FASE: _____ ÁREA/DISC. ESPEC: _____

() Diploma de Magistério

() Documentos pessoais

() Certidão de nascimento dos filhos

() Tempo de Serviço

OBS: _____

letivo de 2012:

- () Respondeu ou está respondendo processo disciplinar;
() Abandonou ao serviço, sem justificação, por 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) dias intercalados;
() Possui falta injustificada.
() Respondeu ou está respondendo processo de sindicância;
() Não se enquadra em nenhum dos itens anteriores.

Era o que tínhamos a declarar.

Local e Data: _____, ____/____/____.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição

Meleiro

PREFEITURA

Decreto N.º 037/2013

DECRETO n.º 037/2013

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso I da lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município de Meleiro, no dia 31 de Maio de 2013.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Maio de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 024/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2013

O MUNICÍPIO DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 12/06/2013, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2013, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA O DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 24 de maio de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Nomeações e Exonerações Em Função de Confiança

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 720 DE 6 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Logística o senhor AGENOR LUIZ BERNART SALOMON.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 3/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 722 DE 9 DE MAIO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor GUSTAVO GARCIA DOS SANTOS.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 2/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 9 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 723 DE 9 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor GUSTAVO GARCIA DOS SANTOS.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 3/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 9 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 724 DE 14 DE MAIO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-2) a senhora FABIANE PEDRONI VESHOSKI DA LUZ.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 2/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 725 DE 14 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-5) a senhora FABIANE PEDRONI VESHOSKI DA LUZ.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 3/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 726 DE 14 DE MAIO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC4) a senhora MARLETE MARIA ALEXANDRE.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 13/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 727 DE 14 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal I a senhora MARLETE MARIA ALEXANDRE.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 729 DE 15 DE MAIO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-1) a senhora VALÉRIA REGINA DE CAMARGO MARTINS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 10/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 733 DE 21 DE MAIO DE 2013

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Marketing a senhora KARLILE CUGNIER PIVATO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 20/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 734 DE 21 DE MAIO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Procuradora a senhora KARLILE CUGNIER PIVATO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 735 DE 21 DE MAIO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora FERNANDA QUEIROZ DA SILVA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 737 DE 21 DE MAIO DE 2013

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Vigilância em Saúde a senhora ANDREIA REJANE MELIN, A PEDIDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 13/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO Nº 740 DE 22 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora ENELICE MILANI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO Nº 741 DE 22 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora CRISTINA ELIANE DA SILVA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 23/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO Nº 742 DE 23 DE MAIO DE 2013

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-3) a senhora RUBIA LOTH TEIXEIRA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 2/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO Nº 744 DE 24 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor ROBERTO MACHADO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 3/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO Nº 745 DE 24 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gerente de Projetos e Programas da Juventude a senhora SILVIA MARIA GÜNTHER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 3/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Exoneração de Servidores Efetivos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA Nº 2301 DE 2 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III,

e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2011, o senhor JOEL VIEIRA para exercer o cargo de Contador, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 7/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA Nº 2302 DE 2 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2011, a senhora EDINÉIA BETT SANTIAGO para exercer o cargo de Contadora, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 7/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 2303 DE 2 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2011, o senhor ROBERTO MIGUEL CELEZINSKI para exercer o cargo de Analista Consultor Administrativo, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 7/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 2306 DE 2 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, a senhora SINAI FALCADE para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 3/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 3/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 2307 DE 2 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, a senhora LIGIA REGINA DAGNONI para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 3/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 3/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 2326 DE 6 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, a senhora VERA LÚCIA DOS SANTOS para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 6/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2327 DE 6 DE MAIO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, a senhora SISSI ADRIANA TOMELIN para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 2/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 2/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2383 DE 13 DE MAIO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2010, a senhora ADRIANA CORREIA para exercer o cargo de Analista Administrativa, código QP-ANM do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 13/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2425 DE 16 DE MAIO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, a senhora ZENILDA MACIEL RODRIGUES KOSLOP para exercer o cargo de Monitora do Abrigo, código QP-ANM do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de maio de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2447 DE 21 DE MAIO DE 2013

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, o senhor VAGNER LUIZ DA SILVA para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do Abrigo, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 22/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Licenças Para Tratamento de Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N° 2393 DE 14 DE MAIO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora KÁTIA PINTO MATTOS, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde ESF do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 22/1/2013 a 6/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 22/1/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N° 2394 DE 14 DE MAIO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora ACIRLÉIA GARCIA FLORIANO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 1º/10/2011 a 8/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/10/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N° 2418 DE 15 DE MAIO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor JOVINO PADILHA, ocupante do cargo de Vigia do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 22/11/2012 a 9/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 22/11/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N° 2426 DE 16 DE MAIO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - **CONCEDER** licença para tratamento de saúde ao servidor **PAULO ROBERTO NEGRÃO** , ocupante do cargo de Mecânico do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 27/6/2011 a 15/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 27/6/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2445 DE 21 DE MAIO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O **PREFEITO DE NAVEGANTES**, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - **CONCEDER** licença para tratamento de saúde ao servidor **EITOR MARQUES** , ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 5/12/2012 a 8/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/12/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2477 DE 24 DE MAIO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
O **PREFEITO DE NAVEGANTES**, no uso das atribuições que lhe

são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - **CONCEDER** licença para tratamento de saúde à servidora **KÁTIA PINTO MATTOS** , ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 17/5/2013 a 24/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 17/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2478 DE 24 DE MAIO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O **PREFEITO DE NAVEGANTES**, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - **CONCEDER** licença para tratamento de saúde à servidora **CLEIDE ROSANE DA COSTA SCHWARTZ** , ocupante do cargo de Chefe de Serviços Gerais do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 18/2/2013 a 18/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 18/2/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2479 DE 24 DE MAIO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor DEOCLÉCIO MARIOTO , ocupante do cargo de Médico do Trabalho do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 21/3/2013 a 11/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 21/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N ° 2480 DE 24 DE MAIO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora EDNÉIA REGINA FRANCISCO , ocupante do cargo de Atendente de Posto de Saúde do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 22/4/2013 a 22/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 22/4/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N ° 2481 DE 24 DE MAIO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora FERNANDA SOUTO PADRON FIGUEIREDO , ocupante do cargo de Médica Proctologista do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 22/2/2013 a 17/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 22/2/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Nomeações por Concurso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N ° 2301 DE 2 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2011, o senhor JOEL VIEIRA para exercer o cargo de Contador, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 7/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 2302 DE 2 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2011, a senhora EDINÉIA BETT SANTIAGO para exercer o cargo de Contadora, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 7/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 2303 DE 2 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2011, o senhor ROBERTO MIGUEL CELEZINSKI para exercer o cargo de Analista Consultor Administrativo, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 7/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 2306 DE 2 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, a senhora SINAIR FALCADE para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 3/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 3/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 2307 DE 2 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, a senhora LIGIA REGINA DAGNONI para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 3/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 3/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 2326 DE 6 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, a senhora VERA LÚCIA DOS SANTOS para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 6/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 2327 DE 6 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, a senhora SISSI ADRIANA TOMELIN para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 2/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 2/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 2383 DE 13 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2010, a senhora ADRIANA CORREIA para exercer o cargo de Analista Administrativa, código QP-ANM do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 13/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 2425 DE 16 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, a senhora ZENILDA MACIEL RODRIGUES KOSLOP para exercer o cargo de Monitora do

Abrigo, código QP-ANM do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 2447 DE 21 DE MAIO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -, RESOLVE:

I - NOMEAR, concurso público 001/2012, o senhor VAGNER LUIZ DA SILVA para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do Abrigo, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 22/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE MAIO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária de Administração e Logística

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 83/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 83/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/13
HOMOLOGAÇÃO: 24/05/13
CONTRATADO: CIASC - CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO S.A.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO

DE EMPRESA PARA CESSÃO DE DIREITO DE USO DO SISTEMA DE OUVIDORIA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 24 de maio de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 29/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE PARA UTILIZAR NAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 13:50 hs do dia 11/06/2013. Abertura envelopes: às 14:00 hs do dia 11/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n.º 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 27 de maio de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação Tomada de Preço Nº 33/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO Nº 033/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIAS NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GASES MEDICINAIS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 13:50 hs do dia 13/06/2013. Abertura envelopes: às 14:00 hs do dia 13/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n.º 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 27 de maio de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Tomada de Preço Nº 82/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO Nº 082/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA EM ORIENTAÇÃO NOS ENCAMINHAMENTOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PROCESSOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS PARA O MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 13/06/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 13/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n.º 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 27 de maio de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 42/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 042/2013.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTE E TERRA-
PLANAGEM LTDA.
Vigência : Início: 12/04/2013 Término: 09/10/2013.
Licitação : Concorrência para obras e serviços de engenharia Nº.:
153/2012.
Recursos: Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO
Nº 188/2012, CONCORRENCIA PÚBLICA 153/2012, REFERENTE À
URBANIZAÇÃO COM PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS
URBANAS DE UM TRECHO DAS RUAS ONÓRIO BORTOLATO E
FRANCISCO SCHIMIDT, NA LOCALIDADE DE PEDREIRAS, CELE-
BRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A EMPRESA BALTT EMPREITEIRA,
TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA.

Navegantes, 12 de abril de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 45/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 045/2013.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA
Vigência : Início: 11/04/2013 Término: 08/10/2013
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
102/2012
Recursos: Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO
Nº 83/2012, TOMADA DE PREÇOS 102/2012, REFERENTE À OBRA
DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DO TRE-
CHO DA RUA ONÓRIO BORTOLATO, NA LOCALIDADE DE PEDREI-
RAS,
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A EMPRESA CONPLA CONS-
TRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA.

Navegantes, 24 de Maio de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 79/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 079/2013.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA-EPP
Valor : 79.442,56 (setenta e nove mil quatrocentos e quarenta e
dois reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 21/09/2013
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
66/2013.
Recursos: Dotação: 1.087.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATO REFERENTE À TOMADA DE PREÇO PMN
66/2013, VISANDO OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS:

ALÍRIO PEREIRA DOS SANTOS E MANOEL GUALBERTO, LOCALI-
ZADAS NO BAIRRO SÃO PAULO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍ-
PIO E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA
LTDA.

Navegantes, 24 de maio de 2013.

**Retificação ao Extrato Termo Aditivo de 26/2013
Para 58/2013**

Prefeitura de Navegantes
Extrato do Contrato nº. 26/2013.
Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratado : SG Portal Imóveis Ltda.
Licitação: Dispensa 55/2011
Dotação: 2.094.3.3.90.90.24.00.00.00.00.00.00

Objeto : O objeto do presente contrato é alteração do valor pac-
tuado no contrato original, conforme clausula 5 item 5.1 e 5.2, que
antes era de R\$ 4.872,00 (quatro mil oitocentos e setenta e dois
reais) mensais, passa a ser de R\$ 5.265,00 (cinco mil duzentos e
sessenta e cinco reais) mensais.
Navegantes, 03 de maio de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

O extrato acima foi publicado em 20/05/2013
RETIFICAÇÃO

Onde se lê:
Extrato do contrato nº 26/2013.

Leia-se:
Extrato do contrato 58/2013.

Navegantes, 24 de maio de 2013
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

**Extrato Decisão Administrativa Cadrecon CC
20/2013**

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO-CONCORRENCIA Nº 20/2013
Aos 23 (vinte e três) dias de maio de 2013, às 16:00 horas, reuniu-
se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria
número 1165 de março de 2013, com intuito de analisar e jul-
gar as Impugnações [] CONCORRENCIA PÚBLICA VISANDO
A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONS-
TRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DE AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL
NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, protocoladas pela empresa
CADRECON ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA EPP CNPJ nº
04.875.615/0001-12, em 13/05/2013.

PRELIMINARMENTE A Comissão Permanente de Licitação resolve
receber o Recurso Administrativo conforme prevê o Art. 109º inci-
so I da Lei 8.666/93 []

DAS CONTRARRAÇÕES RECURSAIS:

Em síntese, manifesta-se a empresa CADRECON ENGENHARIA E
TECNOLOGIA LTDA EPP arguindo o que segue e ao final requer
seja dado provimento ao RECURSO que pleiteia:

a) Que a empresa Êxito Construções Cíveis Ltda seja declarada des-
classificada na fase de apresentação de propostas do presente
certame.

b) Em consequência, seja ofertado a empresa Cadrecon Engenha-
ria e Tecnologia Ltda Epp o Direito legalmente previsto de fazer
uso da condição de empresa de pequeno porte.

[] DA PROPOSTA A empresa por hora Requerente manifestou
interesse em participar do certame licitatório em tela de maneira
formal através de seu representante legalmente instituído []

A priori cumpre informar que a intenção de Recurso supracitada se

remete aos seguintes fatos e fundamentos:

a) A empresa não está discriminando os valores de mão de obra e de material separadamente.

Informação que não pode receber o status de verídica uma vez que a empresa Êxito Construções Cíveis Ltda, apresentou sua proposta delineada em diversas colunas dentre as quais consta uma coluna com todos os valores da mão de obra e dos materiais que serão utilizados para a execução da integralidade do projeto.

b) A proposta deveria estar assinada pela Sócia Administradora da empresa a Sra. Ester Pereira.

Considerando que a proposta foi assinada pelo Sr. Walter Tomaz Mantal que por sua vez é o sócio majoritário da empresa Êxito Construções Cíveis Ltda e que em momento algum consta no inteiro teor do contrato social que somente a Sra. Ester Pereira (sócia minoritária) pode assinar pela empresa, de onde se extrai que o Sr. Walter Tomaz Mantau fazendo uso de sua condição de Sócio Majoritário possa assinar pela empresa.

c) A Planilha de Proposta da empresa Êxito Construções Cíveis Ltda contém vários erros de Cálculos e dos Preços Unitários.

O Edital do presente processo licitatório é bem claro no que tange a solução do referido equívoco uma vez que traz a seguinte redação "5.2.2 Quando forem constatadas divergências entre o preço unitário e o total, será considerado o preço unitário do item".

d) O valor proposto pela empresa Êxito Construções Cíveis Ltda não condiz com a realidade do mercado.

A lei que regulamentou as licitações e os contratos administrativos no âmbito nacional determinou em seu art. 48 a menção do que seria um preço inexequível o que foi prontamente observado pela Comissão Permanente de Licitações, constatando-se que a referida alegação não encontra respaldo.

[] CONCLUSÃO: Diante do exposto, o Pregoeira e a equipe de apoio decidiram pela improcedência do presente recurso administrativo, determinando o seguinte:

1) O indeferimento da solicitação protocolada pela empresa CADRECON ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA EPP.

2) Que seja ofertado ao referido certame licitatório a sua devida continuidade, tudo conforme os ditames da legislação Pátria e do Instrumento Convocatório; É a decisão. Navegantes, 23 de maio de 2013.

HUMBERTO GALVEZ JUNIOR Presidente da Comissão de Licitação; Membros da Comissão de Licitação: LÚCIA HELENA DE SOUZA, MARIA BENEDITA CORRÊA, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO, PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO

Extrato Decisão Administrativa Êxito Const.CC 20/2013

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO-CONCORRENCIA Nº 20/2013
Aos 23 (vinte e três) dias de maio de 2013, às 16:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, [], cujo objeto é o CONCORRENCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DE AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, protocoladas pela empresa ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA CNPJ 02.091.041/0001-66, em 15/05/2013.

PRELIMINARMENTE A Comissão Permanente de Licitação resolve receber o Recurso Administrativo conforme prevê o Art. 109º inciso I da Lei 8.666/93 [] DO RECURSO:

Em síntese, manifesta-se a empresa ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA arguindo o que segue e ao final requer seja dado provimento ao RECURSO que pleiteia:

a) Diante das razões expostas deve ser provido o recurso administrativo.

b) Seja considerada habilitada a empresa recorrente, como medida inarredável de justiça. []

a) - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa por hora Requerente manifestou interesse em participar

do certame licitatório em tela de maneira formal através de seu representante legalmente instituído Sra. DAYSE PEREIRA CPF Nº 026.546.389-01, que compareceu na sede administrativa do Município de Navegantes, protocolou os envelopes de Proposta e de Habilitação em tempo hábil, assim como se credenciou para representar a empresa supracitada, que restou devidamente classificada para participar da continuidade do certame licitatório em tela, uma vez que a Comissão Permanente de Licitação apenas fez constar em Ata as alegações da participante Cadrecon Engenharia Ltda pois se trata de um Direito Previsto na legislação Pátria. []

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a comissão de licitação e a equipe de apoio decidiram pela improcedência do presente recurso administrativo, determinando o seguinte:

1) O deferimento da solicitação protocolada pela empresa ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.

2) Que seja ofertado ao referido certame licitatório a sua devida continuidade, tudo conforme os ditames da legislação Pátria e do Instrumento Convocatório; É a decisão. Navegantes, 24 de maio de 2013.

HUMBERTO GALVEZ JUNIOR Presidente da Comissão de Licitação; Membros da Comissão de Licitação: LÚCIA HELENA DE SOUZA, MARIA BENEDITA CORRÊA, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO, PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO

Extrato Ata Registro de Preço Nº 62/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 62/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 62/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN nº 62/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA, no valor de R\$ 926.430,80 (novecentos e vinte e seis mil quatrocentos e trinta reais e oitenta centavos), JOIARTE ARTEFATOS DE CIMENTO INDUSTRIA E COMÉRCIO, no valor de R\$ 25.970,00 (vinte e cinco mil novecentos e setenta reais) e GRAND COMERCE LTDA, no valor de R\$ 63.077,00 (sessenta e três mil e setenta e sete reais).

Vigência: 20/05/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 20 de maio de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

Extrato Ata Registro de Preço Nº 76/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 76/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 76/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN nº 76/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas HELIO JOVITO DIAS, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), CONSTRUTORA NOVO HABITHAT LTDA, no valor de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) e EZEQUIEL VITOR PACHECO, no valor de R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais).

Vigência: 20/05/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 20 de maio de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL

Errata _extrato _edital _cm _navegantes

PRIMEIRA ERRATA

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO CARTA CONVITE Nº 03/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que o presente edital sofreu alteração nos itens: 3.2, 10.3, 10.4 e alteração na minuta do contrato nos itens 10.4 e 10.5 do objeto "Locação de veículo para atender o Poder Legislativo de Navegantes/SC", conforme especificações e quantitativos detalhado no edital de licitação. O presente edital, está amparado na Lei Federal nº 8.666/93 de 21.06.93, e Lei Complementar 123/2006 de 14 de Dezembro de 2006 e suas alterações posteriores.

Tipo de Licitação: Menor preço

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

Tipo de Execução: Indireta.

Regência: Lei 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006, com alterações posteriores.

Data final de apresentação dos envelopes: 29/05/2013.

Horário final de apresentação dos envelopes: 10:00 horas.

Data de abertura dos envelopes: 29/05/2013.

Horário de abertura dos envelopes: 10:30 horas.

Solicitante: Câmara Municipal de Navegantes/SC.

Das Informações, do Local de apresentação e abertura: A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtido no seguintes endereço: Câmara Municipal de Navegantes, rua Ezequiel Antero Rocha nº 315 - centro - Navegantes - SC, CEP: 88375-000.

Navegantes, 23 de maio de 2013.

JULIANO NILDO DE MARIA

Presidente do Legislativo de Navegantes/SC

Orleans

PREFEITURA

Lei N. 2.497 - Dispõe Sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Orleans

LEI N.2.497 DE 22 DE MAIO DE 2013.

"DISPÕES SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ORLEANS - SUAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans - SC, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º O Sistema Único de Assistência Social de Orleans - SUAS - é um sistema público, com comando único, não contributivo, descentralizado e participativo, que organiza e normatiza a Política Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O Sistema Único de Assistência Social de Orleans - SUAS é regido pelos seguintes princípios:

I - Universalização dos direitos socioassistenciais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

II - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, garantindo a dignidade do cidadão e sua autonomia, assim como ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

III - Divulgação ampla de benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social no Município;

Art. 3º São diretrizes do Sistema Único de Assistência Social de Orleans - SUAS:

I - Consolidar a Assistência Social como uma política pública de Estado;

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - Supremacia da necessidade do usuário na determinação da oferta dos serviços socioassistenciais;

IV - Garantia da articulação entre serviços, benefícios, programas e projetos da Assistência Social;

V - Integração e ações intersetoriais com as demais políticas públicas municipais;

VI - Aperfeiçoamento da integração dos serviços prestados pela rede socioassistencial governamental e não governamental;

VII - Acompanhamento das famílias, visando o fortalecimento do caráter protetivo da família, ampliando a oferta de serviços.

Art. 4º O Sistema Único de Assistência Social de Orleans - SUAS realiza a gestão da Política Municipal de Assistência Social sob o comando da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, articulando os serviços, programas, projetos e benefícios da Rede de Proteção Social de Orleans, formada pelas entidades

governamentais e da sociedade civil organizada em entidades de assistência social, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais. Seu foco de atuação é a população com maiores índices de vulnerabilidade e as situações de violação de direitos, com o objetivo de:

I - prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e proteção social especial para famílias, grupos e indivíduos que deles necessitar;

II - contribuir para a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais;

III - assegurar que as ações no âmbito da política de assistência social tenham centralidade na família, promovendo a convivência familiar e comunitária, tendo o território por referência;

IV - Monitorar e garantir os padrões de qualidade dos serviços, benefícios, programas e projetos;

V - Implementar a Política de Recursos Humanos.

Art. 5º O público destinatário do Sistema Único de Assistência Social de Orleans - SUAS é constituído pelas famílias, grupos ou indivíduos, cujas condições de risco e/ou vulnerabilidade social são as seguintes:

I - Perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, de vínculos relacionais ou de pertencimento e sociabilidade;

II - Fragilidades próprias do ciclo de vida;

III - Desvantagens pessoais resultantes de deficiência sensorial, mental ou múltipla;

IV - Identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural, de gênero ou orientação sexual;

V - Violações de direito resultando em abandono, negligência, exploração no trabalho infanto-juvenil, violência ou exploração sexual comercial, violência doméstica física e/ou psicológica, maus tratos, problemas de subsistência e situação de mendicância;

VI - Violência social, resultando em apartação social;

VII - Trajetória de vida nas ruas ou situação de rua;

VIII - Situação de conflito com a lei, em cumprimento de medidas

socioeducativas em meio aberto;

IX - Vítimas de catástrofes ou calamidades públicas, com perda total ou parcial de bens;

X - Situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, acesso - precário ou nulo - aos serviços públicos).

Art. 6º O Sistema Único de Assistência Social de Orleans - SUAS é gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com as atribuições de formular as diretrizes, planejar, coordenar a execução, monitorar e avaliar as ações da rede socioassistencial de abrangência local e regional, além de executar as ações de abrangência territorial municipal e regional.

Parágrafo Único. Cabe à Secretaria Municipal de Assistência Social e habitação estabelecerem sistema de regulação para a efetivação dos princípios e diretrizes, mediante a normatização dos processos de trabalho, a definição dos padrões de qualidade, os fluxos e interfaces entre os serviços, a promoção da articulação interinstitucional e intersetorial, o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento técnico-metodológico e a supervisão da rede socioassistencial direta e conveniada, assim como o monitoramento da execução e avaliação dos resultados dos serviços.

Art. 7º O Sistema Único de Assistência Social de Orleans -SUAS compõe juntamente com a União e o Estado, modelo de gestão com divisão de competências, atuando segundo as seguintes bases organizacionais:

I - A matricialidade sócio-familiar com desenvolvimento das ações com centralidade na família, independentemente de seu formato ou modelo.

II - A territorialização caracteriza-se pela oferta de serviços baseada na proximidade do cidadão e dos locais de maior vulnerabilidade e risco social, sendo local e regional, no caso do atendimento da proteção social especial.

III - Constituição de serviços socioassistenciais cuja execução seja garantida, como primazia do Governo Municipal, mediante parcerias estabelecidas com as entidades e organizações de assistência social; tais serviços e programas visam a melhoria da vida da população - em particular, atendendo suas necessidades básicas -, através da observância dos objetivos, princípios e diretrizes, ordenados em rede de proteção social básica e especial, conforme prevê a Política Nacional de Assistência Social.

IV - O financiamento tem como base o porte e o nível de gestão de Orleans, a complexidade dos serviços, hierarquizados e complementares, a continuidade do Financiamento, o repasse regular e automático de recursos dos dois Fundos - Nacional e Estadual - para o Município, o co-financiamento das ações e o estabelecimento de pisos de atenção.

V - O controle social e a participação popular.

VI - A política de recursos humanos estabelecida em conformidade com o que dispõe a Norma Operacional Básica/Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB/RH/SUAS, Resolução CNAS nº 01/2007 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 25 de janeiro de 2007.

VII - O sistema de monitoramento, avaliação e informação visa o planejamento, a mensuração da eficiência e eficácia da política, assim como a realização de estudos e diagnósticos.

§ 1º. Para efeito da execução e oferta dos serviços socioassistenciais, com base no território, O Município de Orleans é definido como Município de Pequeno Porte II, conforme a Resolução CNAS nº 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 15 de outubro de 2004.

§ 2º. Os Conselhos Municipais de Políticas Públicas Setoriais e de Direitos, notadamente o de Assistência Social, estão vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, através da

Secretaria Executiva dos Conselhos, que

proverá a infraestrutura necessária para o seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

§3º. As entidades e organizações são consideradas de assistência social quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público-alvo, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.742/93, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.308/2007, de 14 de dezembro de 2007. São características essenciais das entidades e organizações de assistência social:

I - realizar atendimento, assessoramento ou defesa de garantia de direitos na área da assistência social, na forma desta LEI;

II - garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação de serviços do usuário;

III - ter finalidade pública e transparência nas suas ações.

§ 4º. As entidades e organizações de assistência social que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes foram repassados pelos poderes públicos terão a sua vinculação ao SUAS cancelada, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal.

Art. 8º Os serviços socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social - SUAS são organizados segundo as seguintes funções:

I - Vigilância socioassistencial - Refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e de risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida.

II - Proteção Social - Consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. Com base nas vulnerabilidades e riscos sociais, as proteções sociais são ofertadas no Sistema Único de Assistência Social - SUAS por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

III - Defesa Social e Institucional - A proteção social, tanto básica quanto especial, deve ser organizada de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa.

Art. 9º Os serviços de proteção social básica realizam acompanhamento preventivo a indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio de ações que objetivam a promoção, o desenvolvimento de

potencialidades, assim como o fortalecimento de vínculos familiares, comunitárias e sociais.

Art. 10. São considerados serviços de proteção social básica de Assistência Social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho.

Parágrafo Único. O Sistema Único de Assistência Social de Orleans

- SUAS institui o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS -, unidade pública estatal, de base territorial, localizado em área de vulnerabilidade social para executar e organizar ações, coordenando a rede de serviços socioassistenciais locais.

Art. 11. A Proteção Social Especial é modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, negligência, maus tratos físicos e/ou psíquicos, violência sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida sócio-educativas em meio aberto, situação de rua, situação de trabalho infanto-juvenil. É composta por serviços de Média e Alta Complexidade.

Art. 12. A Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece atendimento às famílias ou indivíduos cujos direitos são violados e cujos vínculos familiares e comunitários estão fragilizados, mas não rompidos, requerendo atenção especializada e individualizada, além de acompanhamento contínuo e monitorado.

Art. 13. Os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Parágrafo Único. Os serviços da proteção social especial, devido ao tamanho do Município e sua capacidade, podem ser oferecidos em base regional, organizados mediante consórcio intermunicipal.

Art. 14 - Cabe ao Município a oferta de benefícios eventuais e emergenciais, conforme o Decreto Federal nº 6.307/2007, de 14 de dezembro de 2007.

Art. 15. Os Instrumentos de Gestão se caracterizam como ferramentas de planejamento nas três esferas de governo: União, Estados e Município, tendo como parâmetro o diagnóstico social e os eixos de proteção social, básica e especial, sendo eles:

I - Plano Municipal de Assistência Social;

II - Orçamento da Assistência Social;

III - Gestão da informação, monitoramento e avaliação;

IV - Relatório Anual de Gestão.

Art. 16. Para implementar o disposto nos artigos 12 e 13 fica instituído o Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, que organizará e levará a efeito serviços de enfrentamento às violações de direitos e proteção integral às famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Art. 17. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 18. O Município aplicará, anualmente, no mínimo, 5% (cinco por cento) da receita resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento da proteção social, levada a efeito, pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 22 de maio de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Lei N. 2.498 Dispõe Sobre Os Programas, Projetos, Serviços e Benefícios No Âmbito do Sistema Único de Assistência Social - Suas e Dá Outras Prov

LEI Nº 2.498 DE 22 DE MAIO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE OS PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - SUAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam instituídos os Programas, Projetos, Serviços e Benefícios a serem desenvolvidos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Parágrafo Único. Deverão ser observados os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742, de 07/12/1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 06/07/2011 e Lei Complementar Nº 101/2000.

Art. 2º Os Programas, Projetos, Serviços e Benefícios serão prestados pela Secretaria de Assistência Social e Habitação e obedecerão a critérios da Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

Art. 3º Poderão ser atendidos nos Programas, Projetos, Serviços e Benefícios, às famílias que se enquadrarem nos seguintes critérios:

1. Possuir cadastro junto à Secretaria de Assistência Social e Habitação;
2. Residir no município, no mínimo há 05 (cinco) anos;
3. Ter renda familiar mensal inferior a 02 (dois) salários mínimos vigentes no país.

Parágrafo Único. Não será exigido o preenchimento dos critérios do "caput" deste artigo, aos beneficiários do programa constante do inciso V do artigo 4º.

Art. 4º Os Programas, Projetos, Serviços e Benefícios são os seguintes:

I - AUXÍLIO FUNERAL

Disponibilidade de recursos para o custeio de funerais, no valor de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) cada um, até o limite de 05 auxílios, totalizando R\$ 3.390,00 (três mil e trezentos e noventa reais) por mês.

II - INCENTIVO À PROMOÇÃO HUMANA - PROGRAMA PRODUÇÃO E RENDA

Custeio de palestras educativas e informativas, material necessário para as oficinas de artesanato, iniciação às artes e outras formas de expressão, até o limite de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês.

III - APOIO AS AÇÕES COMUNITÁRIAS

Apoio à promoção de intercâmbios culturais e recreativos com os Grupos de Produção e Renda, Associações de Moradores, Clubes da Terceira Idade e outras entidades não governamentais legalmente constituídas, visando maior integração e convívio comunitário, objetivando a realização de encontros de confraternização,

num limite de gastos de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por mês.

IV - AUXÍLIO COM CESTA DE ALIMENTAÇÃO

Fornecimento de até 350 cestas de alimentação, mensais, em casos excepcionais, mediante parecer da Assistente Social, às famílias carentes cujos membros estejam impossibilitados de trabalhar por motivo de doença, ou outros, a serem adquiridas por processo de licitação, pelo valor de mercado.

V - AUXÍLIO COM PASSAGENS RODOVIÁRIAS E HOSPEDAGEM

Fornecimento de passagens rodoviárias e hospedagem a andarihos, indigentes ou outras pessoas de extrema necessidade, mediante parecer prévio da Assistente Social, Secretaria da Assistência Social e Habitação, num total de até 30 (trinta) atendimentos ao custo médio de R\$ 50,00 (cinquenta reais), limitando os gastos em R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) mensais.

VI - AUXÍLIO COM MÓDULO SANITÁRIO

Auxílio para construção de até 03 (três) módulos sanitários ao valor unitário de até R\$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais), totalizando R\$ 11.550,00 (onze mil, quinhentos e cinquenta reais) mensais.

VII - PROGRAMA DO LEITE VIDA E SAÚDE

Fornecimento de leite in natura para atender crianças na faixa etária de 06 meses a 4 anos e onze meses de idade, pertencentes a famílias previamente cadastradas, como carentes, e também pessoas idosas acometidas de doenças e pessoas com necessidades especiais e portadores de HIV.

Parágrafo Único. Situações especiais deverão ser avaliadas pelos técnicos da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

VIII - AUXÍLIO FRALDA

Fornecimento de fraldas geriátricas para pessoas idosas e em condições de saúde especiais, bem como para bebês, cuja família se encontra em condições socioeconômicas desfavoráveis, até o limite de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mensais.

I X - AUXÍLIO MUDANÇA

Auxílio para realização de mudanças para pessoas em situação de vulnerabilidade social, após prévio parecer técnico da Assistente Social, mediante requisição à Secretaria de Infraestrutura.

X - AUXÍLIO GÁS

Fornecimento de até 30 (trinta) botijões de gás para pessoas que se encontram em condições socioeconômicas desfavoráveis, até o limite de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) mensais.

XI - AUXÍLIO ALUGUEL

Fornecimento de aluguel de casa para pessoas de extrema necessidade e que estejam desabrigadas pela ocorrência de catástrofes de qualquer espécie, mediante parecer prévio da Assistente Social, da Secretaria da Assistência Social e Habitação, para o prazo máximo de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período, limitando os gastos em R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais.

XII - AUXÍLIO ENERGIA ELÉTRICA (PADRÃO)

Custear despesas com a instalação de 03 (três) padrões de energia elétrica em residências de famílias comprovadamente carentes

do nosso município, constituído pelo padrão base com os itens necessários, limitando os gastos em até R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais) mensais.

Art. 5º As despesas com os Programas, Projetos, Serviços e Benefícios previstos nesta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90 - 2.028 - Manutenção das Atividades de Assistência Social.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário, em especial as Leis 2.470 de 19 de fevereiro de 2013 e 2.481 de 19 de março de 2013.

Orleans/SC, em 22 de maio de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Decreto N. 3.495 - Anula Processo Licitatório - Aquisição de Marmitas

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.495 DE 04 DE MARÇO DE 2013.
"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO"

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo de Licitação nº 20/2013, que tem por Objeto a Aquisição de Marmitas para servidores que trabalham no interior do Município de Orleans - SC, em virtude do interesse público, conforme parecer jurídico, cópia em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 04 de março de 2013; 129º ano da Fundação e 100º ano de Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

VALMIR FELISBINO
Secretário de Administração

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.864, de 10 de Maio de 2013.

LEI Nº. 3.864, DE 10 DE MAIO DE 2013.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua das Princesas.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada Rua das Princesas, com extensão de 900 metros e largura de 7 metros, via pública localizada no Bairro Pinheira, com início na Rua Ana.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.865, de 10 de Maio de 2013.

LEI Nº. 3.865, DE 10 DE MAIO DE 2013.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Sebastião Deoclécio Bruchado.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua SEBASTIÃO DEOCLÉCIO BRUCHADO, com extensão de 337 metros e largura 7 metros e início na Rua Benonívio João Martins, via pública localizada no Bairro Barra do Aririú, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.866, de 10 de Maio de 2013.

LEI Nº. 3.866, DE 10 DE MAIO DE 2013.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Mário Sergio de Oliveira.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada Rua Mário Sergio de Oliveira, com 3 metros de largura e 500 metros de comprimento, localizada no Bairro Alto Aririú (Sertãozinho).

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.867, de 10 de Maio de 2013.

LEI Nº. 3.867, DE 10 DE MAIO DE 2013.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Osny Rogério Berreta.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua OSNY ROGÉRIO BERRETA, via pública com extensão de 130 (cento e trinta metros) e de largura 7,00 metros (sete metros), com início na Avenida Nelson Floriano Campos, localizada no Bairro do Aririú, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.868, de 10 de Maio de 2013.

LEI Nº. 3.868, DE 10 DE MAIO DE 2013.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Vereador Antônio Gaspar Schutz.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua Vereador Antônio Gaspar Schutz, a RUA T-43, localizada no Loteamento Nova Palhoça, com extensão de 186,42 metros e 12 metros de largura, via pública localizada no Bairro Rio Grande.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.869, de 10 de Maio de 2013.

LEI Nº. 3.869, DE 10 DE MAIO DE 2013.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão João Pedro da Silva.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada Servidão João Pedro da Silva, com extensão de 136 metros de comprimento e largura de 2,25 metros, com início na Rua Manoel Tomé Garcia, via pública localizada no Bairro Aririú.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.871, de 23 de Maio de 2013.

LEI Nº. 3.871, DE 23 DE MAIO DE 2013.

UTILIDADE PÚBLICA. FMP Consultoria Júnior.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores a-provou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a FMP Consultoria Júnior, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 12.370.947/0001-73, localizada na Rua João Pereira dos Santos, 305, Ponte do Imaruim, Palhoça/SC, CEP 88.130-475.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 23 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Resultado Pregão 97-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

97/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS, que tem como objeto o aluguel de máquinas para execução de serviços de recuperação de ruas para a Secretaria de Infraestrutura, neste Município, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

TRANSVÂNIO TERRAPLANAGEM LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 01 e 03, totalizando R\$ 155.550,00 (cento e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta reais).

WA COMÉRCIO LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no item 02, totalizando R\$ 53.400,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais).

Palhoça, 24 de maio de 2013.

Termo de Convênio Nº 027, de 23 de Maio de 2013

TERMO DE CONVÊNIO Nº 027, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Liga Palhocense de Futebol Amador.

Pelo presente instrumento de SUBVENÇÃO SOCIAL que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, inscrita no CNPJ, sob o nº 82.892.316/0001-08, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor NIRDO ARTUR LUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominada simplesmente CONVENIENTE e a LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL AMADOR, sociedade jurídica de direito privado de

caráter desportivo, com personalidade jurídica e patrimônios próprios, com sede a Avenida Prefeito Nelson Martins, s/n, Centro, neste Município, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.116.747/0001-62, neste ato representada por seu presidente LAURINO JOSÉ DE SOUZA, brasileiro, casado, motorista, residente a Rua Domingos de Souza Filho, nº 498, Furadinho/Palhoça, portador do RG nº 1/R 161.920-9 e CPF nº 376.226.339-68, doravante denominada simplesmente SUBVENCIONADA, com amparo na Lei nº 3.872, de 23 de maio de 2013 e Decreto Legislativo nº 273/2013, têm justo e contrato o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Subvenção Social a ser aplicado no "Campeonato da Liga Palhocense 2013 - Categorias (Masculino): 1ª Divisão Adulto (principal), 1ª Divisão Junior (sub20) e 2ª Divisão", com despesa com a arbitragem, constante do Plano de Trabalho proposto pela SUB-VENCIONADA, parte integrante do presente Convênio.

Parágrafo único. O valor mencionado no caput deste artigo, deverá atender também o campeonato municipal de futebol, categoria 50 (cinquentão), obrigatoriamente devendo o mesmo turno e retorno.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Para consecução do objeto desta Subvenção Social o Município à beneficiada a importância global no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), que correrão por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 24 Secretaria Regional Ponte do Imaruim, Esporte e Lazer. Unidade: 01 Secretaria Regional Ponte do Imaruim, Esporte e Lazer.

Projeto/Atividade 2.082 - Func do Esporte e Lazer

301 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.000000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

I - Conforme definido no cronograma de repasse dos recursos constantes no Plano de Trabalho para conta específica e vinculada deverá ser identificada com o nome da Subvenção-nada acrescido da expressão Convênio e do nome Concedente.

II - A liberação das parcelas do Convênio será suspensa se verificado:

a) Desvio de finalidade na aplicação do valor do Convênio, atrasos não justificáveis no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública, seja no que tange às contratações ou aos demais atos praticados na execução do convênio;

b) O descumprimento pela Subvencionada de qualquer cláusula ou condição do convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados:

I - em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês;

II - em fundos de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão de uso for inferior a um mês.

Parágrafo único. As receitas oriundas das aplicações referidas no caput serão computadas a crédito do convênio e deverão ser aplicadas no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras da prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES:**I - DO MUNICÍPIO**

- a) repassar pontualmente o recurso previsto na cláusula segunda;
- b) controlar e supervisionar a aplicação do recurso a subvencionada.

II - DA SUBVENCIONADA:

- a) Prestar contas dos recursos recebidos na forma da lei:

1. Prestar conta no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso.

2. Ofício do responsável encaminhado à prestação de contas.

3. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor.

4. Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

5. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC-28, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro.

6. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado se for o caso;

7. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o re-passe para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

8. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária.

9. Fotocópias dos Cheques Nominais aos credores;

10. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

11. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

12. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado.

13. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo em anexo;

- b) Eximir o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente

Subvenção Social.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;

2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;

3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de

engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto;

II - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

III - quando não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

A presente Subvenção Social vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31/12/2013.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça para dirimir eventuais dúvidas decorrentes deste Convênio.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Palhoça, em 23 de maio de 2013.

Prefeitura Municipal de Palhoça.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL AMADOR.

LAURINO JOSÉ DE SOUZA

Presidente

Testemunhas

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura

Carteira Identidade

CIC:

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 016/13 de 28 de Maio de 2013

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 31 DE MAIO DE 2013."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Papanduva, no dia 31 de maio de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 28 de maio de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Passo de Torres

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo do Contrato Nº 002/2013

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 02/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Marcelo de Matos Rocho

Objeto: O preço é de R\$534,50 mensais, pago até o décimo dia do mês subsequente, totalizando R\$4.810,50. O imóvel ora locado, fica prorrogado por mais 09 meses a contar da data de sua assinatura, com termino em 31/12/2013.

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária: (46) 2.017.3.3.90.00.00.00.00.0175

Passo de Torres, 29 de Abril de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo do Contrato Nº 005/2013

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº05/2013

Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratada: Ana Paula Cardoso Kjillim ME

Objeto: Fica acordado entre as partes contratantes e de acordo com o previsto na cláusula terceira o aditivo de preço do combustível (óleo diesel) fica aditiva em 1,9555 centavos, valor inicial R\$2.0041, tendo um reajuste de 2,49%, passando para R\$2.23, e da (gasolina comum) fica aditivado em 2,4909 centavos, valor inicial R\$2,5178, tendo um reajuste de 1,08% passando para R\$2,99 preço por litro, mantidas as demais condições estipuladas no referido contrato.

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Tomada de Preço 01/2013

Dotação Orçamentária: (12)2.031.3.3.90.00.00.00.00.0064
(16)2.031.3.3.90.00.00.00.00.00101

Passo de Torres, 09 de maio de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo do Contrato Nº026/2013

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 26/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Ana Paula Cardoso Kjillim ME

Objeto: Fica acordado entre as partes contratantes e de acordo com o previsto na cláusula terceira o aditivo de preço do combustível (óleo diesel) fica aditiva em 1,9555 centavos, valor inicial R\$2,0041, tendo um reajuste de 2,49%, passando para R\$2,23, e da (gasolina comum) fica aditivado em 2,4909 centavos, valor inicial R\$2,5178, tendo um reajuste de 1,08%, passando para R\$2,99, preço por litro, mantidas as demais condições estipuladas no referido contrato.

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Tomada de Preço 02/2013

Dotação Orçamentária: (38)2.010.3.3.90.00.00.00.00.00695
(42)2.011.3.3.90.00.00.00.00.00061
(44)2.011.3.3.90.00.00.00.00.00695
(111)2.048.3.3.90.00.00.00.00.00100

Passo de Torres, 09 de Maio de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Edital Audiência Pública

EXTRATO DO EDITAL PARA PUBLICAÇÃO EM JORNAL
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Secretaria de Administração e Finanças

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: Demonstrativo e Avaliação das metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2013

Vimos convidar todos os cidadãos deste Município de Passo de Torres a participarem da Audiência Pública, no dia 29 de maio de 2013 às 16:00h nas dependências da câmara Municipal de Vereadores.

Atenciosamente

JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Edital Nº 002/2013 Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITAL Nº 02/2013

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONTRATAÇÕES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, visando a contratação de pessoal em caráter emergencial por prazo determinado, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados a realização de Processo de Seleção Simplificado, amparado em excepcional interesse público devidamente reconhecido por intermédio das Leis Municipais nº 513, de 25 de agosto de 2005, nº 736 de 2011, nº 805/2012 e com fulcro no Artigo 37, IX da Constituição Federal, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e Decreto Municipal nº 124 de 17 de maio de 2013, que organiza a Comissão Especial designada para atender a este processo.

– Disposições Preliminares:

A abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no átrio público oficial do Município, sendo seu extrato veiculado ao menos uma vez, no órgão oficial de publicação ou jornal de circulação local, no mínimo 03(três) dias antes do encerramento das inscrições.

Os demais atos e decisões inerentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão publicados no painel de publicações oficiais do Município de Passo de Torres, em caráter meramente informativo.

Os prazos definidos neste Edital serão contados em dias corridos, excluindo-se do começo e incluindo-se do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia que não haja expediente, na sede administrativa.

O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise de currículos dos candidatos pela COMISSÃO, conforme critérios definidos neste Edital.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.0 – DO OBJETO

2.1 O Processo Seletivo Simplificado, destina-se ao provimento das funções temporárias na Área da Educação, distribuídas na forma do quadro abaixo:

Função emergencial	Vagas	Regime de Trabalho	Vencimento
1-Professor Área I – Educação Física – Ens. Fundamental	2	20 (vinte)hs semanais	R\$ 806,88
2-Professor Área I - Educação Infantil	3	40 (quarenta)hs semanais	R\$ 1.613,76
3-Professor para salas de AEE	1	20 (vinte) hs semanais	R\$ 806,88

4- 1 Auxiliar de Ensino	1	40(quarenta)horas semanais	R\$ 914,35
-------------------------	---	----------------------------	------------

2.1.1 A convocação dos candidatos contratados obedecerá à NECESSIDADE da Administração.

2.1.2 Os docentes habilitados e classificados à função emergencial de Professor Área I – nível I – Educação Infantil e Educação Física, efetuarão suas atividades na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2.1.3 O Candidato habilitado e classificado à função emergencial de Auxiliar de Ensino, efetuará suas atividades Na Educação Infantil.

3 ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA:

3.1 As funções temporárias de que trata este Processo Seletivo Simplificado, constante do item 2.1 deste Edital, corresponde às atividades relacionadas à ÁREA DE EDUCAÇÃO com atribuições vinculadas no Anexo IV deste Edital.

3.2 A contratação se regerá pelo Regime Jurídico e será pelo prazo determinado a partir da efetivação da contratação, conforme interesse do Poder Público.

3.2.1 Os contratos poderão ser rescindidos unilateralmente pela administração em período inferior ao preestabelecido.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

3.3 Os contratados farão jus à gratificação natalina (13º salário) e férias proporcionais no período trabalhado, desde que configure tempo pré-determinado, assim como inscrição no Regime Geral de Previdência Social.

3.4 Sobre o valor total da remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários.

3.5 Os deveres e obrigações aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários pelos artigos 129/130, do Regime Jurídico, sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar do mesmo diploma legal, no que couber.

4 DAS INSCRIÇÕES:

4.1 Serão autenticados os requerimentos para participação no presente Edital das 8h30min às 11horas e das 13h30min às 16h, no período de 03 à 05 de junho de 2013, em dias de expediente desta instituição, na Secretaria de Educação do Município de Passo de Torres.

4.1.1 Não serão aceitas inscrições protocoladas fora do prazo, previsto no item 4.1.

4.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.

4.3 As inscrições serão gratuitas.

5 DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

5.1 Para inscrever-se no processo Seletivo simplificado o candidato deverá comparecer pessoalmente ao endereço e nos horários e prazos indicados no

item 4.1, ou por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato específico, apresentando, em ambos os casos, os seguintes documentos:

5.1.1 Fotocópia autenticada de documento de identidade oficial com foto, quais sejam: carteira de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, cédulas de identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força da lei Federal valem como documento de Identidade, Certificado de Reservista, Carteira de Trabalho e Previdência Social;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

5.1.2 Preenchimento de formulário constante no Anexo I e das declarações, constantes deste Edital, anexos II e III;

5.1.3 Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio do candidato;

5.1.4 Atestado ou declaração referente às experiências relatadas, na área de atuação, concernentes à função emergencial requerida em inscrição, fornecido por pessoas jurídica de direito público ou privado devidamente identificado o responsável por sua emissão, comprovando que o trabalho foi executado, indicando o título do serviço prestado, período e comprovação da boa eficiência em suas funções, que contará tão somente para fins de pontuação e classificação;

5.1.5 Prova de quitação das obrigações militares e eleitorais;

5.2. Os documentos poderão ser autenticados no ato da inscrição pelos membros da comissão, ou servidores designados, desde que o candidato apresente para conferência os originais juntamente com a cópia.

6 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1 Encerrando o prazo fixado pelo item 4.1, a comissão publicará no painel de publicações oficiais da prefeitura Municipal de Passo de Torres, em caráter meramente informativo, no prazo de 15 (quinze) dias, edital contendo a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.

6.2 Os candidatos que não tiveram suas inscrições homologadas poderão interpor recursos escritos perante a Comissão, no prazo de 01 (um) dia, mediante apresentação das razões que amparem sua irrisignação.

6.2.1 Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão designada mediante requerimento encaminhado através de protocolo, que deverá ser realizado na Prefeitura Municipal de Passo de Torres, na sede administrativa, localizada na Rua Beira Rio, nº 20, Passo de Torres, podendo utilizar-se do formulário deste Edital Anexo VI, de caráter meramente exemplificativo.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

6.2.2 No prazo de 02 (dois) dias, a contar da data posterior ao prazo estabelecido no item 6.2, a Comissão, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de inscrições homologadas.

6.2.3 Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao prefeito Municipal para julgamento, no prazo de 10

(dez) dias, cuja decisão deverá ser motivada.

6.2.4 A lista final de inscrições homologadas será publicada no prazo de até 15(quinze) dias após a interposição de recursos.

7 FORMATAÇÃO DOS CURRÍCULOS

7.1 O currículo profissional deverá ser preenchido pelo candidato de acordo com o modelo do Anexo I do presente edital, sendo constituído de devidas comprovações.

7.2 Somente serão considerados os títulos expedidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que atenderem os critérios definidos neste Edital.

7.3 Como critério de classificação será computado em pontuação a análise de comprovações documentais apresentada pelo candidato, como segue respectiva tabela:

Titulação	Pontuação
1- Graduação (conforme item 8.2)	10 (dez) pontos
2 Especialização (conforme item 8.2)	20 (vinte) pontos
3 Mestrado (conforme item 8.2)	30 (trinta) pontos
4 Seminários, congressos, treinamentos e afins	01 (um) ponto por cada 08(oito) horas, até o máximo de 10 (dez) pontos, com expedição máxima de 5(cinco) anos.
5 Ministar palestras, cursos e outros	02 (dois) pontos de cada 04 (quatro) horas Até o máximo de 10 (dez) pontos, com expedição máxima de 05(cinco) anos.
6 Cursos de Extensão	05 (cinco) pontos para curso com carga horária superior a 60 (sessenta) horas, até o máximo de 10 (dez) pontos, com expedição de até 05 (cinco) anos.
7 Experiência comprovada na área pretendida	30 (trinta) pontos por ano de exercício comprovado na área pretendida.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.1 Como critério de classificação será utilizado pontuação referente à análise da documentação apresentado pelo candidato, em seu expediente de inscrição, sendo vedado análise subjetiva por parte da COMISSÃO.

8.2 A pontuação utilizada se dará pelo número de cursos específicos da área apresentados pelo candidato, considerando que todos os títulos devem ser devidamente reconhecidos pelo órgão competente, tendo pertinência com a área específica ao cargo temporário.

8.3 A escolaridade exigida para o desempenho do cargo será objeto de avaliação e pontuação.

8.4 Nenhum título receberá dupla valoração.

8.5 Estágio curricular NÃO será pontuado, nem considerado para fins de experiência profissional.

8.6 A titulação referida como procedente a pontuação no item 1 do quadro 7.3 deste Edital, somente valerá, para cursos, palestras ou afins acima de 08 (oito) horas, vedada cumulação da contagem de horas de um título e outro, assim como também sua proporcionalidade em décimos daqueles superiores ao mínimo exigido, para obtenção de nota geral.

8.8 Para efeitos de pontuação estabelecido no item 1, do quadro 7.3, deste Edital deverá ser certificada por declaração ou atestado de conclusão de curso pela Instituição de ensino, respeitando sempre à pertinência à função temporária.

8.9 Para cômputo em pontuação disciplinado através do item 7 do quadro 7.3 deverá ser através de atestado ou declaração referente às experiências relatadas, na área de atuação, concernente à função emergencial requerida em inscrição, fornecido por pessoa jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

de direito público ou privado devidamente identificado o responsável por sua emissão, comprovando que o trabalho foi executado, indicando o título do serviço prestado, período e comprovação de boa eficiência em suas funções na área pretendida.

9 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

9.1 Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, respeitando os prazos interpostos aos recursos citados no item 6.2.3, no prazo de até 03 (três) dias a comissão publicará o resultado preliminar no painel de publicações oficiais do Município de Passo de Torres em caráter meramente informativo, abrindo-se prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste Edital.

10 RECURSOS

10.1 Da classificação preliminar dos candidatos é cabível recurso endereçado à Comissão, uma única vez, no prazo de 02(dois) dias.

10.1.1 Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão designada mediante requerimento encaminhado através de protocolo que deverá ser realizado na Prefeitura Municipal de Passo de Torres, na sede administrativa, Rua Beira Rio, 20, podendo utilizar-se do formulário deste Edital Anexo VI, de caráter meramente exemplificativo.

10.2 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.

10.2.1 Será possibilitada vista dos currículos e documentos na presença da Comissão, permitindo-se anotações.

10.2.2 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, será lançada à inscrição do recorrente a pontuação devida.

10.2.3 Sendo mantida a decisão da comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal de Passo de Torres para julgamento, no prazo de até 03 (três) dias, cuja decisão deverá ser motivada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

11 CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

11.1 Verificando-se a ocorrência de empate em relação à pontuação da experiência profissional, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:

11.1.1 Adquirir pontuação maior determinado no subitem 7, da "Experiência comprovada na área pretendida", do Quadro

instituído pelo item 7.3, deste Edital.

11.1.2 Apresentar idade mais avançada, nos termos do Estatuto do Idoso;

11.1.3 Sorteio em ato público, reduzido a termo e assinada pelos presentes.

11.2 O sorteio ocorrerá em local e horário previamente definido pela Comissão, mediante comunicação no órgão oficial do Município, dos candidatos interessados, os quais serão convocados por telefone, correio eletrônico ou qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado, com antecedência de, pelo menos, 12(doze) horas.

12 DO RESULTADO FINAL

12.1 Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado seu julgamento, a comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação final, no prazo de 02 (dois) dias.

12.2 Homologado o resultado final, será lançado edital com classificação geral dos candidatos aprovados, quando então, passará a fluir o prazo de validade do Processo simplificado.

12.3 O Processo Seletivo simplificado terá validade de até 12 (doze) meses a contar da homologação final, para as vagas disponibilizadas no edital de seleção.

12.3.1 Havendo rescisão contratual, em qualquer dos termos específicos poderá ser chamado para suprir vaga emergencial, candidatos selecionados observando ordem de classificação homologada, pelo período restante da contratação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

13 CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

13.1.1 A convocação dos candidatos classificados será realizada por edital de chamamento expedido pela Secretaria de Administração, mediante publicação no átrio oficial, em caráter meramente informativo.

13.1.2 Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem classificatória homologada.

13.2 Para contratar com a Administração, o candidato no ato de contratação deverá realizar devidas comprovações, tais como:

13.2.1 Ser brasileiro ou estrangeiro na forma da lei;

13.2.2 Ter idade mínima de 18 anos;

13.2.3 Apresentar atestado médico exarado por Médico do Trabalho, nas normas do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), no sentido de gozar boa saúde física e mental.

13.2.4 Todos os custos relacionados ao ASO serão por conta dos contratados.

13.2.5 Apresentar documentos estipulados como requisito obrigatório para contratação e (áreas específicas), exposto no anexo IV, deste Edital, consoante a cada descrição da função emergencial em tela, sob pena de não efetivação da contratação.

13.2.6 Comprovante de exoneração de cargo público ou protocolo de pedido, no caso de acúmulo de cargo/função pública, não previsto na Constituição Federal.

13.3 Demais documentações exigidas no Anexo V, deste Edital.

13.4 O início do exercício das funções será definido pela Secretaria Municipal de Educação, depois de firmado devido contrato administrativo.

13.5 No período de contratação estipulado por este edital, em havendo rescisão contratual, poderá ser chamada para contratação pelo tempo remanescente os demais candidatos classificados, observados sempre a ordem classificatória e aptidão médica.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

14.2 Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizado seus endereços.

14.3 Respeitada à natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispusera Legislação Municipal.

14.4 Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão designada.

MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES, 27 DE MAIO DE 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

ANA TEREZINHA DE QUADROS COSTA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
27 DE MAIO DE 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ANEXO I
REQUERIMENTO, CURRÍCULO E TITULAÇÃO
CERTIFICADOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Nome:	Data de nascimento:
RG:	Órgão Expedidor:
CPF/MF	Sexo:
Estado Civil:	E-mail:
Telefone residencial:	Celular
Endereço:	Complemento:
Bairro: Cidade:	UF: CEP:
Formação Escolar/Acadêmica	
Grau de Formação:	
Curso:	
Nome e Localização da Entidade:	
Ano de conclusão	

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO CONHECIMENTO	RELACIONADOS À(S) ÁREA(S) DE
Curso:	
Nome e Localização da Entidade:	
Ano de Conclusão:	
Carga Horária:	
OBS: HAVENDO MAIS CURSOS :	USAR UMA FOLHA ANEXA
Resumo da atuação na sua área de	formação.

Passo de Torres, de de 2013.

Assinatura do Candidato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE VÍNCULO E INEXISTÊNCIA DE EXCLUSIVIDADE
PARA PROFISSIONAL AUTÔNOMO**

_____ (nome completo),
_____, (nacionalidade) _____ (esta-
do civil), _____ (profissão), inscrito no CPF/MF Nº
_____, e portador da Carteira de Identidade
nº _____, residente e domiciliado na
rua _____

DECLARO que não exerço cargo, função ou emprego público ou privado que tenha natureza ou exija exclusividade no exercício da atividade, ou esteja em desacordo com a acumulação facultada nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da constituição Federal.

Exercendo qualquer cargo, função ou emprego público ou privado que tenha natureza citada no parágrafo anterior neste momento, comprometo-me desde já a não cumular, conforme cargos, emprego ou função pública, comprometendo-me a comunicar o fato imediatamente ao Município de Passo de Torres.

Após esta data, caso venha a exercer qualquer atividade de natureza exclusiva, pública ou privada, ou acumular cargos, emprego ou função pública, comprometo-me a comunicar o fato imediatamente ao Município de Passo de Torres.

Por ser a expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade pela declaração ora prestada, sob pena da lei.

Passo de Torres, de de 2013.

Assinatura do Candidato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**ANEXO III
TERMO DE DECLARAÇÃO
À COMISSÃO AVALIADORA:
PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 01/2013**

_____ (nome completo),
_____, (nacionalidade)
_____, (estado civil),
_____ (profissão), inscrito no CPF/MF Nº
_____, e portador da Carteira de Identidade
nº _____, residente e domiciliado
na rua _____
na cidade de _____/_____.

DECLARO QUE:

Estou ciente e aceito todos os termos e condições do Edital de processo Seletivo e as normas regulamentadoras, desde já me submeto, bem como possuo disponibilidade e estou ciente de que a carga horária será distribuída de acordo com a necessidade do Município.

Estou ciente de que a contratação dos serviços constantes do Edital gera tão somente vínculo contratual de natureza administrativa, nas normas da lei, razão pela qual assumo a responsabilidade do recolhimento de toda e qualquer despesa de natureza fiscal e previdenciária.

Sob as penas da lei, que as cópias dos documentos apresentados são fiéis aos originais, estando à disposição do Município de Passo de Torres para comprovação sempre que solicitado.

Passo de Torres, de de 2013.

Assinatura do Candidato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**ANEXO IV
PROFESSOR**

Descrição sintética: Orientar aprendizagem do aluno; participar no processo de planejamento das atividades da escola; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino.

Descrição analítica: Planejar e executar o trabalho docente; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer mecanismos de avaliação; constatar necessidades e carências do aluno e propor o seu encaminhamento a setores específicos do atendimento; cooperar com a coordenação pedagógica e orientação educacional; organizar registros de observações do aluno; participar de atividades extraclasse; coordenar a área de estudo; integrar órgãos complementares da escola; participar, atuar e coordenar reuniões e conselhos de classe; executar tarefas afins.

AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

a) Descrição sintética: Auxiliar os docentes em creches no tocante ao atendimento as crianças.

b) Descrição Analítica: Executar trabalhos de auxílio aos docentes do ensino de Educação Infantil no tocante a: Recepcionar as crianças na entrada e saída do horário da creche; Realizar tarefas de banho e higiene das crianças; Fornecer alimentação das crianças nos horários determinados; Manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação; Zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais permanentes da creche; Auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças; Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo.

PROFESSOR PARA SALAS DE AEE

a) Descrição sintética: - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;

b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;

d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.

h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Carga horária semanal de 40 ou 20 horas (conforme necessidade da Administração);

REQUISITO OBRIGATÓRIO DE CONTRATAÇÃO:

Instrução formal: Habilitação legal para o exercício do cargo

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DE CONTRATAÇÃO (ÁREAS ESPECÍFICAS):

PROFESSOR ÁREA I – EDUCAÇÃO INFANTIL

Escolaridade mínima e obrigatória: Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Infantil.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Escolaridade mínima e obrigatória: Licenciatura Plena em Educação Física.

3) AUXILIAR DE ENSINO

a) Escolaridade mínima e obrigatória: Habilitação de nível médio Magistério.

4) PROFESSOR PARA SALAS DE AEE

a) Escolaridade mínima e obrigatória: Habilitação para o Exercício da Docência e Formação Específica na Educação Especial.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXO V

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À CONTRATAÇÃO

Cópia da Carteira de identidade (frente e verso)

Cópia do CPF ou CIC

Cópia da Certidão de Nascimento e Casamento

Cópia da Certidão de Eleitor com Comprovante Última Votação

Certidão Negativa do Fórum

Alvará de Folha Corrida

Nº de conta Bancária (SICOOB)

Comprovante de residência (água, luz e telefone)

1 foto 3 x 4

Comprovante de Escolaridade (exigida por este edital)

Cópia do Certificado de Reservista (Sexo masculino)

Atestado de Saúde Ocupacional de Admissão (ASO)

Cópia do cartão PIS ou PASEP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXO VI

MODELO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, publicado pelo edital nº 01/2013 realizado para o provimento de função temporária à Secretaria Municipal, na Prefeitura Municipal de Passo de Torres/SC.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____ com inscrição realizada sob o expediente nº _____ no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2013 realizado pela Prefeitura Municipal de Passo de Torres / SC, para função temporária em caráter emergencial de _____ apresento recurso junto à Comissão designada coordenadora do certame.

A decisão objeto de contestação é: _____

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

Passo de Torres, de de 2013.

Assinatura do Candidato

Passos Maia

PREFEITURA

Lei N.º 704/2013

LEI Nº 704/2013

"AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO CLUBE DE MÃES AMOR DE MÃE PARA A REALIZAÇÃO DA 11ª FESTA REGIONAL DA MANDIOCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSOS MAIA, SANTA CATARINA, SENHOR IVANDRE BOCALON, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Passos Maia/SC, aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder apoio financeiro ao Clube de Mães "Amor de Mãe", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.883.509/0001-20, com sede jurídica no Assentamento Sapateiro, interior, nesse Município, no montante de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), bem como custeio das despesas para a impressão de material gráfico destinado a divulgação da 11ª Festa Regional da Mandioca, que será realizada no dia 2 de junho de 2013, no Centro Comunitário do Assentamento Sapateiro, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de maio de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Registrado publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Decreto N.º 132/2013

DECRETO N.º 132/2013.

"NOMEIA OS MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 599/2009, que "Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências";

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas como membros do Conselho Municipal de Educação:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Esporte:
Titular: Noeli Fatima Tamanho Canonica;
Suplente: Ivania Sangalli Dal'Orsoletta.

II - Representantes dos Gestores da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Fabiana Zanchet Moretto;
Suplente: Kelli Francisco Marques.

III - Representantes dos Professores da Educação Infantil:
Titular: Luciana Ribeiro;
Suplente: Lisnara Desanti.

IV - Representantes dos Professores dos Anos Iniciais:

Titular: Juliana Saade;

Suplente: Marineide de Matos.

V - Representantes dos Professores dos Anos Finais:

Titular: Simone Leandra Tomazelli;

Suplente: Tanara Comunello.

VI - Representantes dos Professores da Educação Especial:

Titular: Vanderleia Zago Rigo;

Suplente: Grazielle Iracema Wilmsen.

VII - Representantes dos Professores das Escolas Multisseriadas:

Titular: Greiciliane Peroza Tirelli;

Suplente: Cleia Mara Alves.

VIII - Representantes dos Pais e Alunos:

Titular: Jaqueline Pacazza Camarotto;

Suplente: Juliane Cizinande Linck.

IX - Representantes dos Movimentos Sociais:

Titular: Eliza de Biazzi Gustmann;

Suplente: Elodir Lourenço de Souza.

X - Representantes da Associação Comercial e Industrial de Passos Maia e da Câmara de Dirigentes dos Lojistas:

Titular: Aline Machado da Silva;

Suplente: Rodrigo Loregian.

XI - Representantes dos Sindicatos Municipais:

Titular: Gecir Luis Sutil;

Suplente: Iracema Pasquali Benatto.

Art. 2º Atuará como presidente do Conselho Municipal de Educação a Sr. Ivania Sangalli Dal'Orsoletta e como vice-presidente a Sra. Noeli Fatima Tamanho Canonica.

Art. 3º A composição do conselho terá mandato de 24 meses a partir da data de sua publicação.

Art. 4º O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 167/2011.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 23 de maio de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário Municipal de Administração,
Fazenda e Planejamento.

Decreto N.º 133/2013

DECRETO N.º 133/2013.

"REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC CONFORME PREVISTO NO ART. 15 DA LEI N. 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c a art. 15 da Lei n. 8.666,

de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da Administração Municipal obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º - Para os efeitos do Sistema de Registro de Preços - SRP são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviço e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamentos da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - Órgão participante - órgão ou entidade da administração pública municipal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e

V - Órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços - SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 4º - Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

II - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

III - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

IV - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

V - realizar o procedimento licitatório;

VI - gerenciar a ata de registro de preços;

VII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

VIII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações

contratuais, em relação às suas próprias contratações.

§ 1º - O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos II, III, e V do caput.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5º - O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos à sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

Parágrafo único. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CAPÍTULO IV - DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º - O julgamento por técnica e preço poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 7º - O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º - No caso de serviços, a divisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º - Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 8º - O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não

participantes, observado o disposto no § 4º do art. 21, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 11;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º - O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º - A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

Art. 9º - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO V - DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 10 - Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

II - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º - O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 2º - Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem: I - os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

II - os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

§ 3º - Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

Art. 11 - O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CAPÍTULO VII - DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 12 - Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto no art. 10, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 13 - A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 14 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 15 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO VIII - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 16 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO IX - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 21 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º - O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

§ 6º - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 - A Administração poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 23 - O presente Decreto terá vigência a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 24 de maio de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário Municipal de Administração,

Fazenda e Planejamento.

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0037/2013

PREGÃO N. 0023/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, SC, Estado de Santa Catarina, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos do artigo 21, § 2º, Inciso III, da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0022/2013. Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço (hora/homem) de mecânica leve, mecânica pesada, funilaria/chapeação/pintura, serviço de torno mecânico, serviços de elétrica leve e pesada para os equipamentos, máquinas e veículos da frota do Município de Passos Maia - SC. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 14:00 horas do dia 12 de junho de 2013. A íntegra deste Edital poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário normal de expediente. Maiores informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 27 de maio de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Decreto Nº 17/2013

DECRETO Nº17/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 30.530,62 (trinta mil quinhentos e trinta reais e sessenta e dois centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 30.530,62

04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 30.530,62

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.24.001120 - Aplicações Diretas R\$ 30.530,62

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, no



valor de R\$ 30.530,62 (trinta mil quinhentos e trinta reais e sessenta e dois centavos) da fonte 0.3.24.001120 - Convênio PRO-NAT/CEF - Trator Agrícola.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 24 de maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 28 de maio de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração

Decreto Nº 18/2013

DECRETO Nº 18/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 87,32 (oitenta e sete reais e trinta e dois centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 87,32
04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 87,32
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.24.001110 - Aplicações Diretas R\$ 87,32

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, no valor de R\$ 87,32 (oitenta e sete reais e trinta e dois centavos) da fonte 0.3.24.001110 - Convênio SDR.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 24 de maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 28 de maio de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração

Decreto Nº 19/2013

DECRETO Nº 19/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 40.705,84 (quarenta mil setecentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 40.705,84
04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 40.705,84
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.22.001116 - Aplicações Diretas R\$ 40.705,84

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo

superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, no valor de R\$ 40.705,84 (quarenta mil setecentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos) da fonte 0.3.22.001116 - Convênio SDR - Educação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 24 de maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 28 de maio de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração

Decreto Nº 20/2013

DECRETO Nº 20/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 396,52 (trezentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 396,52
04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 396,52
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.24.001123 - Aplicações Diretas R\$ 396,52

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, no valor de R\$ 396,52 (trezentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos) da fonte 3.24.001123 - Convênio SDR - Aniversário.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 24 de maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 28 de maio de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração

Decreto Nº 21/2013

DECRETO Nº 21/2013

Decreto Ponto Facultativo no Município.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições legais e constitucionais, e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Será facultativo o "ponto" nas repartições públicas municipais:

I - No dia 31 de maio, devido ao feriado de corpus christi no dia 30 de maio;

Art. 2º - Os serviços essenciais como abastecimento de água, coleta de lixo, e outros funcionarão normalmente, cujo trabalho dos servidores serão compensados em outra oportunidade.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 27 de maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 28 de maio de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Sec. Mun. de Administração

Relação dos Inscritos - Processo Seletivo 006/2013 PROCESSO SELETIVO Nº 006/2013

Ordem	Nome	Cargo
01	Adenilda Huhl	Enfermeira
02	Jamile Carvalho Dias	Enfermeira
03	Daiane Cristina Leopoldo	Enfermeira
04	Roberta Cristina Pacheco Corrêa	Enfermeira
05	Marcos Levi de Souza Junior	Enfermeiro

Torna Publico os inscritos - Processo Seletivo nº 006/2013 - para a contratação temporária emergencial para os cargos que seguem:

Comunica ainda, que os candidatos que se sentirem prejudicados em algum auto neste documento, terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar desta data, para interpor recurso para revisão do ocorrido. O recurso deverá ser feito através de um requerimento fundamentado, seguindo as normas do Edital e dirigido ao Prefeito Municipal.

Pescaria Brava

PREFEITURA

Dispõe Sobre a Criação do Sistema Municipal de Planejamento Regulação, Controle e Avaliação No Âmbito do Sistema Único de Saúde

LEI DE CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO.

Lei Complementar nº 005 de 22 de abril de 2013

Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Planejamento Regulação, Controle e Avaliação no âmbito do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPITULO I

Art. 1º. Fica criado o Sistema Municipal de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, organizado e disciplinado na forma desta Lei.

§ 1º Fica criada a Equipe do Sistema Municipal de Planejamento,

Regulação, Controle e Avaliação do SUS, composta dos cargos em provimento, conforme o anexo I:

- a – Médico Autorizador;
- b – Autorizador Administrativo;
- c – Gerente de Controle e Avaliação;
- d – Coordenadora de Regulação;
- e – Técnico de Controle e Avaliação;
- f – Técnico de Regulação.

§ 2º O tempo de serviço no exercício da função de membro da Equipe do Sistema Municipal de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação, conta para fins de tempo de serviço e outros eventuais direitos como servidores Municipais.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei considera-se:

I- planejamento: nos termos do Decreto Federal 7508/2011 o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) configura-se como responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, de forma contínua, articulada, integrada e solidária com as demais esferas de Governo, de modo a garantir a integralidade de atendimento ao usuário. Na execução do Planejamento em Saúde no âmbito do Município de Pescaria Brava, o Sistema de Planejamento, Controle e Avaliação, deverá formular, implementar e avaliar o processo permanente de planejamento integrado, de base local ascendente, orientado por:

- a- Problemas e Necessidades de Saúde da População;
- b - Diretrizes de Execução e Controle;
- c - Objetivos e metas que visem à promoção, proteção, recuperação e reabilitação em saúde, que resultem na construção do Plano Municipal de Saúde.

II - regulação: ato pelo qual o servidor no exercício da atividade executará as ações de que trata a Política Nacional de Regulação do SUS estando organizadas no âmbito municipal as três dimensões de atuação, necessariamente integradas entre si:

- a - Regulação de Sistemas de Saúde;
- b - Regulação da Atenção à Saúde;
- c - Regulação do Acesso à Assistência.

§ 1º No âmbito do Sistema municipal de saúde o processo de Regulação/ ação regulatória dos serviços assistenciais que compõem a Rede de Serviços de Saúde do município, será considerada como elemento ordenador e orientador das referências e contra referências entre os níveis de complexidades dos serviços oferecidos pela rede.

II - controle: ato pelo qual o servidor analisa as atividades e serviços de saúde, prestados pelas unidades públicas e privadas vinculadas ao SUS, em relação aos planos, programas, metas e normas estabelecidas, considerando a produção, o desempenho, as mudanças ocorridas e o grau de resolutividade das ações e dos serviços executados no âmbito do SUS, e;

III - avaliação: ato pelo qual o servidor determina a qualidade e a pertinência das atividades e serviços, através da análise da veracidade das informações em saúde, prestadas pelos gestores do SUS e pelas pessoas físicas ou jurídicas que participam do SUS de forma complementar, comparando o desempenho e os seus resultados em os respectivos parâmetros tecnicamente definidos.

Art. 3º. O Sistema Municipal de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação do SUS, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde exerce a fiscalização o controle técnico-científico e a avaliação do desempenho, da qualidade e da resolutividade das ações e serviços de saúde do SUS, em âmbito Municipal.

§ 1º A execução de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação do SUS será realizada por servidores da Secretaria Municipal

de Saúde, designados pelo Prefeito Municipal para exercício dessa função.

§ 2º A fim de preservar a liberdade do exercício das funções de autorizador do SUS, o Secretário Municipal de Saúde encaminhará ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) o nome dos servidores designados.

Art. 4º. É vedado ao servidor integrante da Equipe do Sistema Municipal de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação do SUS:

I - manter vínculo empregatício com a entidade contratada ou conveniada objeto de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação;

II - auditar e avaliar entidade onde preste serviço na qualidade de profissional autônomo;

III - ser proprietário, dirigente, acionista, sócio quotista ou particular, de qualquer forma, da entidade objeto de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação ou avaliação;

IV - o disposto no sub-ítem anterior se aplica ao servidor que tiver relação de parentesco com as pessoas ali mencionadas, na condição de pai, irmão, filho ou cônjuge.

Art. 5º. Comprovada irregularidade na aplicação dos recursos do SUS a Secretaria Municipal de Saúde mandará apurar os fatos, na forma da legislação vigente, dando ciência, após sua conclusão, à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Saúde poderá solicitar a realização de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação especial quando houver motivo que a justifique.

Art. 7º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. Esta lei será regulamentada por decreto, a partir da sua publicação.

Art. 9º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de Abril de 2013.

ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO
Primeiro Prefeito Municipal de Pescaria Brava

ANEXO I

CARGO	ATRIBUIÇÃO	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO
-------	------------	---------------	-------------

Médico Autorizador	1. Se responsabilizar pela avaliação e autorização ou negativa pela visão clínica e técnica das solicitações oriundas da Rede de Atenção Básica; 2. Emitir laudos de autorização e negativas para os procedimentos solicitados pela Rede de Atenção Básica, baseando-se nos prontuários dos usuários, nas hipóteses de diagnóstico encaminhada pelo profissional da Rede Básica e nos protocolos clínicos definidos pelo município ou Ministério da Saúde. 3. Emitir solicitação e pareceres de urgência na realização dos procedimentos solicitados, garantindo a integralidade dos usuários e a preservação da vida. 4. Avaliar e autorizar as ações e serviços estabelecidos no Plano Municipal de Saúde; 5. Verificar e encaminhar autorização de pagamentos de serviços privados conveniados.	20	R\$ 4.000,00
Autorizador Administrativo	1. Organizar, dirigir, planejar, coordenar e avaliar, prestar consultoria e emissão de parecer sobre o Sistema Municipal de planejamento, Regulação, Controle e Avaliação; 2. Atuar no Planejamento, execução e avaliação da programação de Saúde; 3. Atuar na construção de programas e atividades que visem à assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; 4. Atuar na elaboração de programas e atividades da educação sanitária, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da população em geral; 5. Programar e coordenar a realização de auditorias rotineiras, operacionais e analíticas, em especial as referentes programas que envolvam a participação de mais de um órgão; 6. Sugerir e fundamentar imposição de penalidade prevista a pessoa física ou jurídica contratada, credenciada ou sobre convenio quando cabível.	40	R\$ 2.500,00

Gerente de Controle e Avaliação	1. Auditar todos os prestadores de serviços públicos e privados, contratados ou conveniados com a Secretaria Municipal de Saúde; 2. Aferir o desempenho da rede de serviços públicos e privados, avaliando a produção a produtividade, os custos e a qualidade dos serviços oferecidos; 3. Alimentar os serviços e sistema de informação ambulatorial – SIA, no âmbito do município; 4. Analisar os indicadores epidemiológicos de morbidade e mortalidade e propor ações a Secretaria Municipal de Saúde; 5. Analisar e aprovar o cadastro de prestadores públicos e privados nos termos da legislação Federal que define os critérios de credenciamento e cadastramento de prestadores do SUS, gerenciando a execução do Sistema de Cadastro Nacional de Saúde – SCNES; 6. Garantir o funcionamento e alimentação dos Sistemas de informação do SUS, no âmbito Municipal - SIA, SIAB, CNES, AIH, BPA/MAC, PPI/FPO.	40	R\$ 1.952,65
	1. Ser responsável pelo agendamento dos procedimentos autorizados; 2. Informar a Unidade solicitante sobre o agendamento realizado para informação ao usuário interessado; 3. Ter disponível e atualizada o banco de oferta de serviços de consultas, apoio diagnóstico e terapias disponíveis para agendamento; 4. Observar e dar atenção aos prazos das solicitações de urgência encaminhadas pelas Unidades Básicas de Saúde e/ou pelo Regulador Autorizador Médico.	40	R\$ 1.257,00
	1. Acompanhar quando necessário fluxo junto aos prestadores contratados ou credenciados de forma atender as demandas dos usuários; 2. Participar das reuniões de rotina da equipe do Sistema de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação. 3. Manter a coordenação de equipe formada sobre o andamento dos processos de auditoria sobre sua responsabilidade; 4. Preencher com clareza e fidelidade os roteiros de controle, avaliação e auditoria, bem como os demais documentos próprios de seu trabalho.	40	R\$ 973,00

1. Acompanhar quando necessário fluxo junto aos prestadores contratados ou credenciados de forma atender as demandas dos usuários; 2. Participar das reuniões de rotina da equipe do Sistema de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação; 3. Propor normatizações, examinar e emitir relatórios; 4. Participar de treinamentos e reciclagem de suas equipes nos programas de trabalho.	40	R\$ 973,00
--	----	------------

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria 164, de 14/05/2013

PORTARIA Nº 164, DE 14 DE MAIO DE 2013.

DETERMINA A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

E considerando a delegação promovida pela Câmara de Vereadores para que a Comissão Especial de Desempenho do Município efetue avaliação da Servidora Alessandra de Costa, ocupante de cargo de provimento efetivo de contador da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho - CAED do Município de Pinheiro Preto incumbida da realização de avaliação de estágio probatório da Servidora da Câmara Municipal de Vereadores, ALESSANDRA DE COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de contador.

§ 1º A servidora Enaide de Costa, membro do CAED, deverá ser substituída por SCHELEY RAPP DO NASCIMENTO, enfermeira.

§ 2º Deverá participar da comissão o Chefe imediato da servidora, no caso, o Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto - SC, 14 de maio de 2013.

PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito Municipal em exercício

Portaria N. 168, de 23 de Maio de 2013.

PORTARIA N. 168, DE 23 DE MAIO DE 2013.

NOMEIA INES APARECIDA NUNES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no Edital de Processo Seletivo nº 009/2012;

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear, mediante processo seletivo INES APARECIDA NUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 044.907.589-96, para o exercício de função em caráter temporário de SERVENTE, com vencimento previsto em LEI

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 23 de maio de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato de Fornecimento N. 0113/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 0113/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E SECREARIA DE EDUCAÇÃO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 090/2012, Dispensa de Licitação nº. 061/2013. Valor de R\$ 1.715,70 (um mil setecentos e quinze reais e setenta centavos.)

Contrato de Fornecimento N. 0131/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 0131/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA HOCHIOVE LTDA. , autorizado através do Processo nº 0118/2013, Dispensa de Licitação nº. 079/2013.

Valor de R\$ 4.629,69 (quatro mil seiscentos e vinte e nove sessenta e nove centavos).

Contrato de Fornecimento N. 115 /2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 115 /2013.

Termo de Contrato DE AQUISIÇÃO DE PERSIANAS VERTICAIS EM TECIDO BLACKOUT PARA O AUDITORIO DO CENTRO EDUCACIONAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ODELIR DECORAÇÕES LTDA - ME, autorizado através do Processo nº 092/2013, Dispensa de Licitação nº. 063/2013.

Valor de R\$ 3.666,22 (Três mil seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos).

Contrato de Fornecimento N. 117/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 117/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NO VEICULO DA SECRETARIA DE SAÚDE, celebrada entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SANTA FÉ VEÍCULOS LTDA. Autorizado através do Processo nº 094/2013, Dispensa de Licitação nº. 065/2013.

Valor de R\$ 2.166,75 (dois mil cento e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

Contrato de Fornecimento N. 123/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 123/2013.

Termo de Contrato AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA PESSOAS CARENTES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa FARMACIA E DROGARIA SOMENSI LTDA, autorizado através do Processo nº

100/2013, Dispensa de Licitação nº. 071/2013.

Valor de R\$ 5.925,54 (cinco mil novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

Contrato de Fornecimento N. 124/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 124/2013.

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO de medicamentos para a Secretaria de Saúde deste município, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado De Santa Catarina, e a empresa LIDER COSMÉTICOS E MEDICAMENTOS LTDA, autorizado através do Processo nº 101/2013, Dispensa de Licitação nº. 072/2013.

Valor de R\$ 6.582,57 (seis mil quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).

Contrato de Fornecimento N. 128/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 128/2013.

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE AO CURSO DE MANUTENTÇÃO PREVENTIVA E REVISÃO GERAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa A.J SCHNEIDER & CIA LTDA, autorizado através do Processo nº 105/2013 Dispensa de Licitação nº. 076/2013.

Valor de R\$ 7.995,00 (sete mil novecentos e noventa e cinco reais).

Contrato de Fornecimento N. 129/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 129/2013.

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa VEDOIS VIDEO PRODUÇÕES LTDA, autorizado através do Processo nº 106/2013, Dispensa de Licitação nº. 077/2013.

Valor de R\$ 6.860,00(seis mil oitocentos e sessenta reais).

Contrato de Fornecimento N. 130/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 130/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO DO VEÍCULO DUCATO PLACA MHU-4450, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. Autorizado através do Processo nº 107/2013, Dispensa de Licitação nº. 078/2013.

Valor de R\$ 6.547,00 (seis mil quinhentos e quarenta e sete reais).

Contrato de Fornecimento N. 143/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 143/2013.

Termo de Contrato DE ASSINATURAS MENSAIS DO JORNAL DIÁRIO DO VALE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JORNAL DIÁRIO DO VALE - ME autorizado através do Processo nº 121/2013, Dispensa de Licitação nº. 090/2013.

Valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Contrato de Fornecimento N.0116/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N.0116/2013.

Termo de Contrato de CONserto NO MOTOR NO VEICULO DUCATO MHU 4450 DA SECRETARIA DA SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA HOCHIOVE LTDA, autorizado através do Processo nº 093/2013, Dispensa de Licitação nº. 064/2013.

Valor de R\$ 7.938,00 (sete mil novecentos e trinta e oito reais).

Contrato de Fornecimento N.º: 127/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º: 127/2013.

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE BOLAS PARA O CENTRO EDUCACIONAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa COMERCIAL DIRLEI LTDA, autorizado através Do Processo nº 104/2013, Dispensa de Licitação nº. 75/2013.

Valor de R\$ 1.826,00 (um mil oitocentos e vinte e seis reais).

Contrato de Fornecimento Nº 135/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 135/2013.

Termo de Contrato de CONserto NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 111/2013, Dispensa de Licitação nº. 082/2013.

Valor de R\$ 7.613,59 (sete mil seiscentos e treze reais e cinquenta e nove centavos.)

Contrato de Fornecimento Nº 138/2013
CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 138/2013

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO de MATERIAL PARA ALOJAMENTO NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LPJ COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA, autorizado através do Processo nº 114/2013 Dispensa de Licitação nº 085/2013

Valor de R\$ 2.197,00 (dois mil cento e noventa e sete reais).

Porto União**PREFEITURA****Lei Nº 4.149/2013**

LEI Nº 4.149, de 22 de maio de 2013.

Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Vice King - CNPJ nº 17.576.868/0001-37.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Vice King - CNPJ nº 17.576.868/0001-37.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto Nº 218/2013

DECRETO Nº 218, de 24 de maio de 2013.

Dispõe sobre Bens Patrimoniais do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e considerando os Decretos nºs 1.015, de 23 de novembro de 2012 e 128, de 1º de março de 2013,

DECRETA:

Art. 1º De conformidade com o Relatório elaborado pela Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 007, de 05 de fevereiro de 2013, com a finalidade específica de efetuar o levantamento e proceder à avaliação de bens patrimoniais considerados inservíveis para o Serviço Público Municipal, para que possam ser alienados mediante processo licitatório na modalidade leilão, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, fica considerado inservível (desafetado) para o Serviço Público Municipal, além dos constantes nos Decretos nºs 1.015, de 23 de novembro de 2012 e 128, de 1º de março de 2013, o bem patrimonial abaixo especificado, de propriedade do Município:

I- 01 (um) ônibus Mercedes Benz, capacidade 46 passageiros, ano 1990, modelo 1990, Placa KNG 1115, RENAVAL 317726714, diesel, cor branca.

Parágrafo único. As sucatas de informática declaradas inservíveis, por não possuírem mais valor de mercado, devido às várias tentativas frustradas de venda, ficam consideradas lixo eletrônico e serão destinadas à empresa especializada, a qual garantirá a destinação correta das mesmas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 024/2013

PORTARIA Nº 024, de 24 de maio de 2013.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo nomeada pela Portaria nº 085, de 19 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO que foram observados todos os princípios constitucionais, principalmente de ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO o julgamento do Prefeito Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º APLICAR a penalidade de Suspensão de 15 (quinze) dias à servidora CLEIDE MARIA ROSA GREGÓRIO.

Art. 2º EXONERAR a Servidora Pública Municipal ELEANA SALLES BUCH.

Art. 3º DECLARAR a inexistência de responsabilidade da Servidora SANDRA CRUZ RODRIGUES, com referência ao processo administrativo instaurado pela Portaria nº 085, de 19 de dezembro de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Extrato de Edital de Tomada de Preços 006/2013 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 030/2013 - EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Tomada de Preços 006/2013 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, do tipo presencial, para execução da obra de construção de 02 (duas) salas de aula em alvenaria com áreas de 38,30 m² e 45,75 m², no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, bairro Bela Vista, incluindo material e mão de obra conforme: projetos, memorial descritivo e orçamentos. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 13 de Junho de 2013, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 27 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 011/2013 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 011/2013 - FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e empresa M.P.BOGUT & CIA LTDA ME

Objeto: prestação de serviços de Manutenção da Central de Emergência 193 e PABX do Sistema Telefônico do FUNREBOM.

Valor total: 1.020,00 (hum mil e vinte reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do presente instrumento, podendo ser renovado por igual período se for de interesse das partes, através de termo aditivo.

Base legal: Dispensa 001/2013 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 22 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

M.P.BOGUT & CIA LTDA ME

Contratada.

Extrato de Contrato 093/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 093/2013

Partes: Município de Porto União e empresa Armando Salin - ME.

Objeto: aquisição madeira serrada para uso em obras no município que serão fornecidos conforme a requisição da Prefeitura Municipal.

Valor total: 70.415,00 (Setenta mil e quatrocentos e quinze reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, ou até a retirada do total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 040/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Armando Salin - ME.

Contratada.

Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 001/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 003/2013 FUNREBOM

Dispensa de Licitação n.º 001/2013

Caracterização da Situação: o Município necessita contratar empresa que preste serviços de Manutenção da Central de Emergência 193 e PABX do Sistema Telefônico do FUNREBOM.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de empresa que preste serviço de Manutenção da Central de Emergência 193 e PABX do Sistema Telefônico do FUNREBOM.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa M.P. BOGUT & CIA LTDA ME, visto que é o menor valor proposto, dentre os orçamentos apresentados, anexos junto ao processo. .

Do Preço: O valor mensal a ser pago será de R\$ 85,00 (oitenta e

cinco reais), totalizando o valor de R\$ 1.020,00 (hum mil e vinte reais), pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1600 - Funrebom

Unidade 1601 - Funrebom

Modalidade 3390-100 Aplicações Diretas

Complemento 33903905 - Serviços Técnicos Profissionais

Cód 01

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 16 de maio de 2013.

PAULO RUBENS BUCH

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 092/2013

Termo de Homologação do Pregão Presencial 040/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 056/2013

Pregão Presencial 040/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Armando Salin - ME.

Porto União SC, 22 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Revogação do Pregão Presencial 002/2013 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 002/2013 - FUNREBOM

Pregão Presencial 002/2013 - FUNREBOM

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 24 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3391

DECRETO Nº 3391, de 14 de maio de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 040/2013"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 040/2013, de 25.04.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

ADL Comercial Eireli - EPP;
Dial Departamentos Ltda ME;
Máxima Papelaria Ltda;
Andréa C. Schuckes Bomm ME;
Infotriz Comercial Ltda EPP
JLM Comércio de Produtos Alimentícios Ltda ME;
Blu Distribuidora de Papelaria Ltda;
Cantinho do Papel Papelaria Ltda ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

14 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 3391

Pregão Presencial 040/2013, de 25.04.2013

Objeto da Licitação: Aquisição de material escolar diverso para atender alunos da rede municipal de ensino. Secretaria Municipal de Educação.

Participantes: Célia Regina W. Sani - ME;
ADL Comercial Eireli - EPP;
Marlon Eising Atacadista ME;
Dial Departamentos Ltda ME;
Maxima Papelaria Ltda;
Andrea C. Schuckes Bomm ME;
Infotriz Comercial Ltda EPP;
JLM Comércio de Produtos Alimentícios Ltda ME;
Blu Distribuidora de Papelaria Ltda;
Cantinho do Papel Papelaria Ltda ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

ADL Comercial Eireli - EPP;

Dial Departamentos Ltda ME;
Máxima Papelaria Ltda;
Andréa C. Schuckes Bomm ME;
Infotriz Comercial Ltda EPP;
JLM Comércio de Produtos Alimentícios Ltda ME;
Blu Distribuidora de Papelaria Ltda;
Cantinho do Papel Papelaria Ltda ME.

Decreto 3392

DECRETO Nº 3392, de 14 de maio de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 023/2013 "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3233/2013, o resultado da Concorrência Pública Nº 023/2013 de 25.03.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- Com. De Jornais e Revistas Cláudia Ltda ME;
- Quiosque Sol Nascente Ltda.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
14 de maio de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3392/2013
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 023/2013 DE 25 DE 03.2013.

Objeto da Licitação: Concessão de espaço público, compreendendo 01 (um) quiosque no Terminal Urbano e 01 (um) Ponto Banca de Revista na Praça Ermembergo Pellizzett.

Participantes: - Com. De Jornais e Revistas Cláudia Ltda ME;
- Quiosque Sol Nascente Ltda.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- Com. De Jornais e Revistas Cláudia Ltda ME;
- Quiosque Sol Nascente Ltda.

Decreto 3399

DECRETO Nº 3399, de 17 de maio de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2013"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão

Presencial nº 042/2013, de 26.04.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- Celso Curioni ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
17 de maio de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 3399/2013

Pregão Presencial Nº 042/2013 - de 26.04.2013

Objeto da Licitação: Contratação de serviço para execução trabalho técnico social do PAC 2 no Conjunto Habitacional Luiz Demarchi. Departamento de Assistência Social.

- Participantes: - Celso Curioni ME;
- Associação Desenv. Social Aperf . Cidadão - Pro Mover;
 - Painei Pesq. Cons. e Publicidade LTDA EPP;
 - Habitar Assessoria e Cons. Socioambiental LTDA ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- Celso Curioni ME.

Decreto 3404

DECRETO Nº 3404, de 21 de maio de 2013.

"CONVOCA A CONFERENCIA DE CULTURA DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, usando da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 37, da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência de Cultura de Rio do Sul, a se realizar no período de 28 a 30 de junho de 2013, na Fundação Cultural de Rio do Sul, nos seguintes horários: dia 28.05.13 das 19h30 às 22h, dia 29.05.13, das 9h às 17h e, dia 30.05.13, das 15h às 18h.

§1º Os interessados em participar da 1ª Conferência de Cultura de Rio do Sul, deverão fazer as suas inscrições, do dia 10 a 27 de junho de 2013 em formulário próprio disponibilizado virtualmente no endereço www.fundacaocultural.art.br ou fisicamente na Fundação Cultural de Rio do Sul, situada na Rua Ruy Barbosa, 204, Bairro Sumaré, em Rio do Sul/SC.

§2º Os setores culturais organizados no município realizarão suas pré-conferências no período entre os dias 17 a 25 de junho de 2013, tendo apoio logístico e estrutural da Fundação Cultural de Rio do Sul, antecedendo à 1ª Conferência de Cultura de Rio do Sul;

§3º Poderão participar da 1ª Conferência de Cultura de Rio do Sul todo cidadão maior de 16 anos devidamente inscrito, representantes dos poderes públicos, sociedade civil e entidades que sejam estabelecidas ou atuem no município.

Art. 2º Constituem objetivos da 1ª Conferência de Cultura de Rio do Sul:

I - Avaliar o resultado de ações delineadas no 1º Fórum Municipal de Cultura, ocorrido em agosto de 2012;

II - Subsidiar o Município, bem como seus respectivos órgãos gestores, na definição das diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Cultura de Rio do Sul;

III - Mapear a produção cultural de Rio do Sul, discutir suas peculiaridades, contradições e necessidades, estabelecendo prioridades e metas;

IV - Colaborar e incentivar a organização de redes sociais culturais em torno de planos e metas comuns, bem como interação regional nas ações artísticas e culturais, facilitando e fortalecendo o estabelecimento de novas redes no Alto Vale do Itajaí;

V - Contribuir para a formação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;

VI - Mobilizar a sociedade, o poder público e os meios de comunicação para a importância da cultura, bem como de suas manifestações, para o desenvolvimento sustentável do Município, da região e notadamente do País;

VII - Promover, ampliar e diversificar o acesso aos mecanismos de participação popular no Município, por meio de debates sobre as representações e os processos constitutivos da identidade e diversidade cultural de Rio do Sul;

VIII - Consolidar o conceito de cultura em suas três dimensões, junto aos diversos setores da sociedade local;

IX - Identificar e fortalecer a transversalidade da cultura em relação às políticas públicas do município, do estado e do país;

X - Propor estratégias para a implementação e consolidação dos Sistemas Nacional, Estaduais/Distrito Federal, Municipais e Setoriais de Cultura, visando aprimorar a articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;

XI - Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;

XII - Avaliar a execução das Metas do Plano Nacional de Cultura a partir do monitoramento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;

XIII - Discutir a cultura brasileira nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da participação social e da plena cidadania;

XIV - Propor estratégias para o fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável;

XV - Promover o debate entre artistas, mestres das culturas populares e tradicionais, produtores, conselheiros, gestores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

XVI - Propor estratégias para universalizar o acesso dos brasileiros à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;

XVII - Eleger os representantes da sociedade civil para o Conselho Municipal de Política Cultural de Rio do Sul, nas pré-conferências setoriais;

XVIII - Validar a participação de delegados na 3ª Conferência Estadual de Cultura de Santa Catarina.

Art. 3º A 1ª Conferência de Cultura de Rio do Sul é etapa integrante da 3ª Conferência Nacional de Cultura e desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura brasileira.

Art. 4º A 1ª Conferência de Cultura de Rio do Sul será presidida pelo Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul, acompanhado por um(a) representante da sociedade civil, integrante da Comissão Organizadora, que coordenarão a referida Conferência, seu planejamento, execução e demais atribuições, elencadas no regulamento da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

§1º As entidades, órgãos públicos e representantes da sociedade civil que comporão a Comissão Organizadora serão definidas por Portaria do Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul, com representação dos setores culturais do município, conforme estabelecido no regulamento da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

§2º Na ausência ou impedimento do Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul, o substituirá o(a) Diretor(a) de História, Memória e Documentação.

Art. 5º O regulamento da 1ª Conferência de Cultura de Rio do Sul será definido pela Comissão Organizadora e disporá sobre a organização e funcionamento, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos delegados que representarão o Município de Rio do Sul na 3ª Conferência Estadual de Cultura, a realizar-se em período determinado pela Fundação Catarinense de Cultura, devendo ser publicado através de Portaria.

Art. 6º As despesas com a realização da 1ª Conferência de Cultura de Rio do Sul e das etapas que a antecedem denominadas pré-conferências, correrão por conta dos recursos orçamentários da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

21 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

WILLIAN SIEVERDT

Superintendente Fundação Cultural de Rio do Sul

Decreto 3411

DECRETO Nº 3411, de 23 de maio de 2013.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido por tempo indeterminado a Secretaria Municipal de Educação o veículo, conforme segue:

- O Veículo Chevrolet Celta - Placa MDL 3135 - Frota 380 - da Secretaria Municipal de Agricultura, pelo prazo DETERMINADO de 12 meses, podendo ser renovado ou cancelado assim que o Secretário Municipal de Agricultura solicitar o referido veículo.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito

23 de maio de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3412

DECRETO Nº 3412, de 24 de maio de 2013.
"EXONERA MAICON KAMMERS"

O Prefeito de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, o servidor MAICON KAMMERS, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais da Secretaria de Educação, sendo 23/05/2013 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
24 de maio de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3413

DECRETO Nº 3413, de 24 de maio de 2013
"NOMEIA HERIKSSON MIGUEL DA SILVA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear HERIKSSON MIGUEL DA SILVA, para a partir de 24/05/2013, exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão Administração e Serviços Gerais, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
24 de maio de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria 0653/RH

PORTARIA Nº. 0653/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, RICARDO CESAR CARVALHO para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria N. 0645/RH

PORTARIA Nº. 0645/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0375/2013/RH de 14/03/2013, a qual nomeia LUCIANO MEZZOMO para exercer o cargo de provimento efetivo MÉDICO CIRURGIÃO GERAL, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria N. 0647/RH

PORTARIA Nº. 0647/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0223/2013/RH de 20/02/2013, a qual nomeia DALMO RAMOS DA SILVEIRA para exercer o cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria N. 0648/RH

PORTARIA Nº. 0648/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0217/2013/RH de 20/02/2013, a qual nomeia JEAN CARLOS PETRI para exercer o

cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N. 0649/RH

PORTARIA Nº. 0649/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0379/2013/RH de 14/03/2013, a qual nomeia RUAN CARLOS REINERT para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N. 0650/RH

PORTARIA Nº. 0650/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0220/2013/RH de 20/02/2013, a qual nomeia GABRIEL MARCHI ALVES para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N. 0652/RH

PORTARIA Nº. 0652/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0199/2013/RH de 19/02/2013, a qual nomeia MARILENE ORTIZ DE OLIVEIRA para exercer o cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N. 0653/RH

PORTARIA Nº. 0653/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, RICARDO CESAR CARVALHO para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N. 0654/RH

PORTARIA Nº. 0654/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ERVIN SPERANDIO para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N. 0655/RH
PORTARIA Nº. 0655/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ILSA JURASZEK para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria N. 0656/RH
PORTARIA Nº. 0656/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SCHEILA MARIA PIRES VIANA para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria N. 0657/RH
PORTARIA Nº. 0657/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ANA CLAUDIA VIEIRA para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria N. 0679/RH
PORTARIA N. 0679/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora Sandra Denise Fachini Sedrez, matrícula n. 25917/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de maio de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0695/RH
PORTARIA N. 0695/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor Carlos Alberto Luithardt, matrícula n. 7005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0696/RH
PORTARIA N. 0696/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de

2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder aos servidores abaixo identificados, a terceira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Nome	Matrícula	Cargo
Nilvo Heinz	2780/01	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino
Osmar Martins	930/01	Motorista de Caminhão

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de maio de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0697/RH

PORTARIA N. 0697/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder aos servidores abaixo identificados, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Nome	Matrícula	Cargo
Arestides Feuser	1643/01	Operador de Equipamentos
Cezinando José Macieski	1660/01	Operador de Equipamentos
Sidney Marcos Macieski	1619/01	Operador de Equipamentos
Sueli Jung	8524/01	Auxiliar Administrativo II

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0698/RH

PORTARIA N. 0698/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder aos servidores abaixo identificados, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Nome	Matrícula	Cargo
Cleonira Cecília Thiesen do Nascimento	1317/02	Agente Administrativo
Sônia Brito	14389/01	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0699/RH

PORTARIA N. 0699/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor Gilmar Blemer, matrícula n. 1759/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de maio de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0701/RH

PORTARIA N. 0701/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder aos servidores abaixo identificados, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Nome	Matrícula	Cargo
Lizete Demarchi Marzani	8923/01	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino
Valdenir Borges Ribeiro	1104/01	Digitador

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0702/RH

PORTARIA N. 0702/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora Zilda do Amarante Leandro, matrícula n. 28665/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de março de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 636/RH

PORTARIA Nº. 0636/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, GRAZIELA ROMANIO para exercer o cargo de provimento efetivo de FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N. 639/RH

PORTARIA Nº. 0639/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, GLAUCI HELENA TEODORO para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N. 640/RH

PORTARIA Nº. 0640/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, FABIANE TEREZINHA VINCI DE BRITO para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N. 640/RH

PORTARIA Nº. 0640/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, FABIANE TEREZINHA VINCI DE BRITO para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria N. 640/RH

PORTARIA Nº. 0640/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, FABIANE TEREZINHA VINCI DE BRITO para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nº. 0703/RH

PORTARIA Nº. 0703/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Reconhecer o efeito financeiro do Adicional de Tempo de Serviço (Triênio/Anuênio) averbado através da Portaria 0009/RH de 04 de Janeiro de 2013, sendo devido a partir de outubro de 2009, em favor da servidora MARGRIT FELDMANN MIRABEL PUIGDEFABREGAS, matrícula n. 7749/02, ocupante do cargo de provimento efetivo TECNICO EM ENFERMAGEM.

Parágrafo Único. O pagamento retroativo ocorrerá em folha de pagamento a partir do mês 05/2013, destacado como Diferença de Vencimentos, nos termos do Protocolo nº 137736/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Edital de Retificação N. 001 do Edital Interno N. 001/2013

EDITAL de Retificação N. 001
do EDITAL Interno n. 001/2013

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, no uso de

suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar n. 207/2010 e alterações posteriores, Lei Complementar n. 208/2010 e alterações posteriores e Lei Complementar n. 206/2010 e suas alterações posteriores, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO a RETIFICAÇÃO do Edital Interno n. 001/2013, publicado no DOM no dia 09 de maio de 2013, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

Onde se lê:

2. DAS INSCRIÇÕES

Art. 2º. As inscrições acontecerão no período de 08 a 20 de maio de 2012, das 8h às 11h.

Leia-se:

2. DAS INSCRIÇÕES

Art. 2º. As inscrições acontecerão no período de 08 a 20 de maio de 2013, das 8h às 11h.

Onde se lê:

Art. 8º. A seleção dos candidatos será realizada, com base nos seguintes itens:

e) Outras experiências profissionais na área - mais de 12 meses - 15 (quinze) pontos

Leia-se:

Art. 8º. A seleção dos candidatos será realizada, com base nos seguintes itens:

f) Outras experiências profissionais na área - mais de 12 meses - 15 (quinze) pontos

Rio do Sul (SC), 13 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal

Edital Interno de N. 001/2013

Edital Interno de n. 001/2013

O Prefeito de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais homologa e torna público a Relação de Candidatos Inscritos a Ministrante de cursos para servidores do Poder Executivo Municipal, conforme estabelecido no Edital Interno n. 001/2013.

Nome Candidato	Área pretendida
Gabriela Bavaresco Lanzarin	Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes
Helena Direne Alam	Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes
	Inclusão e Atendimento de Crianças com Necessidades Especiais
Jullian Hermann Creutzberg	Informática Básica
	Inclusão e Atendimento de Crianças com Necessidades Especiais
Luciana Mara Barbosa Passing	Atendimento ao Público
	Lei de Responsabilidade Fiscal
Patrícia Raquel Mayr	Atendimento ao Público
	Inclusão e Atendimento de Crianças com Necessidades Especiais
Sandra Cristina de Oliveira	com Necessidades Especiais

Rio do Sul (SC), 22 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO	GIVANILDO SILVA
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Salto Veloso

PREFEITURA

Lei Nº 1.481

LEI Nº 1.481, DE 24 DE MAIO DE 2013.

CONCEDE A REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS BENEFICIÁRIOS QUE PERCEBEM PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PAGAS PELO IPRESVEL, ESTABELECE A APLICAÇÃO DA LIMINAR CONCEDIDA PELO STF NA ADIN 4582 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Os proventos de aposentadoria e pensão pagos pelo IPRESVEL, com paridade, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, a partir de 1º de abril de 2013, ficam revisados em 7,79%, correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no período de 1º de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2013.

Parágrafo único. Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão geral anual disposto no caput deste artigo para os proventos dos servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

Art. 2º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, estabelecidos seus efeitos a partir de 1º de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 24 de maio de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. Dp0185/2013

PORTARIA Nº. DP0185/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 60 dias de Férias, no período compreendido de 06 de Maio de 2013 a 04 de Julho de 2013, totalizando 60 dias de férias a Servidora SALETE CORREA DE MELLO CRAI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/05/2010 a 02/05/2011 e 02/05/2011 a 02/05/2012, correspondente a 60 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 06 de Maio de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0186/2013

PORTARIA Nº. DP0186/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 60 dias de Férias, no período compreendido de 10 de Maio de 2013 a 08 de Julho de 2013, totalizando 60 dias de férias a Servidora LOURDES ANSILIERO TESTA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2011 a 17/02/2012 e 17/12/2012 a 17/02/2013, correspondente a 60 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 10 de Maio de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0187/2013

PORTARIA Nº. DP0187/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 10 dias de Férias, no período compreendido de 10 de Maio de 2013 a 19 de Maio de 2013, totalizando 10 dias de férias a Servidora TANIA GIACOMIN DE BORTOLI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2012 a 01/03/2013, correspondente a 10 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 10 de Maio de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 024, de 02 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 024, de 02 de maio de 2013.
Institui Preços Públicos e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 334, da Lei nº 92, de 09/12/91 e Lei nº 607, de 17/05/2005, DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos os seguintes preços públicos a incidirem sobre os serviços prestados, de conformidade com art. 5º da Lei nº 607, de 17/05/05:

Serviço	Valor em R\$
I - Hora escavadeira hidráulica	80,00
I Hora de trator sobre esteiras	70,00
II Hora de trator retro-escavadeira	50,00
V - Hora pá carregadeira	50,00
III Hora trator agrícola	40,00
IV Caçamba de aterro por viagem	50,00
V - Inseminação Artificial	30,00

Art. 2º O interessado na prestação dos serviços de que trata este Decreto encaminhará pedido por escrito junto a Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos ou Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, indicando e quantificando o serviço pretendido, conforme art. 4º da Lei nº 607, de 17/05/05.

§ 1º Fica atribuído aos Secretários de Viação, Obras e Serviços Públicos ou de Agricultura, Indústria e Comércio, proferirem o despacho autorizativo dos serviços solicitados, conforme dispõe o art. 2º, inciso II, da Lei nº 607, de 15/05/05.

§ 2º Para autorizar a prestação dos serviços, o Secretário que proferir o despacho deverá aferir se os serviços solicitados atende aos requisitos e objetivos previstos no art. 1º da Lei nº 607, de 17/05/05 e se há disponibilidade de equipamento, conforme art. 2º, inciso I, da mesma LEI.

Art. 3º Os preços ora instituídos serão cobrados através do Documento de Arrecadação Municipal, modelo I (DAM I) que especificará o serviço prestado, emitido no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, mediante apresentação da solicitação dos serviços com o respectivo despacho autorizativo.

Art. 4º O interessado deverá juntar o comprovante de pagamento com a solicitação do serviço pretendido e devolver na Secretaria que solicitou para agendamento da prestação do serviço.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 003, de 05 de janeiro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de maio de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

Decreto Nº 025, de 10 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 025, de 10 de maio de 2013.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - COMDRU e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 2º, § 3º, da Lei nº 87, de 25/10/91, alterada pela Lei nº 91 de 29/11/91 e Lei nº 342, de 25/03/97:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - COMDRU:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Osmar Santos da Silva, Titular, Joacir Oliveira dos Santos, Suplente.

II - REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL

Vereador Anselmo de Souza Bitencourt, Titular, Vereador Matias Naor da Cunha Cardoso, Suplente

III - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Marcon Nandi, Titular, Rudi Adalberto Winck, Suplente

IV - REPRESENTANTES DO BANCO DO BRASIL

Ricardo Souza dos Santos, Titular, Angelo Alberto Dal Bello, Suplente

V - REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Cleusa Pereira da Silva, Titular, José Gilmar Zaccaron, Suplente

VI - REPRESENTANTES DE EMPRESAS PRIVADAS E/OU ENTIDADES LIGADAS À ÁREA AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO

Franqui Pereira da Silva, Titular, Tiago Constante de Vargas, Suplente

VII - AGRICULTORES REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES RURAIS

a) BELA VISTA

Vanderlei Hogenio de Matos, Titular, João Batista Felisberto Rapp, Suplente;

b) VILA NOVA E PONTÃO

Lucas Santana dos Santos, Titular, Nelson de Souza Réus, Suplente;

c) VILA SÃO CRISTÓVÃO E MORRO DO PORTUGUÊS

Edson de Borba Oliveira, Titular, João Trajano dos Santos, Suplente;

d) VILA BITENCOURT E NOVO HORIZONTE

Evaldo Paulo Valentim, Titular e Jonas Melo de Bitencourt, Suplente;

e) JAGUARARI E GLORINHA

José Clésio Machado da Silva, Titular, Enio dos Santos Machado, Suplente;

f) FORQUILHA DO CEDRO E SANGA D'AREIA

Ivo Damiane, Titular, Giovanio Pereira de Borba, Suplente;

g) PEROBA, LAGEADO E LINHA TAMANDARÉ

Oilson Nichele Paulo, Titular; Isaurino Isoppo, Suplente

h) BARRO PRETO

Adílio Pereira da Silva, Titular, Adilson Trajano Souza, Suplente;

i) SEDE, VILA FREITAS E CARAMUJO

Eder Bitencourt Pereira, Titular, Almiro Batista de Oliveira, Suplente.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de maio de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

Decreto Nº 026, de 24 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 026, de 24 de maio de 2013.

Dispõe sobre Ponto Facultativo e dá outras Providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e considerando que dia 30 de maio é feriado de Corpus Christi,

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 31 de maio do corrente (Sexta-Feira).

Parágrafo único. Os serviços essenciais, Secretária da Saúde, Creches, coleta de lixo e SAMAE, funcionarão normalmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de maio de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

Decreto Nº 027, de 27 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 027, de 27 de maio de 2013.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 325, de 15/10/96, alterada pela Lei nº 401, de 05/10/99, DECRETA:

Art. 2º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

- a) Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, MIRIAN ROZANE DE SOUZA, Titular, MAUZA RAMOS DA CUNHA, Suplente; e, JANAINI CANDIDO SILVEIRA, Titular, DENISE BORGES MONTEIRO, Suplente;
- b) Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, ROSA MARIA FERREIRA GARCIA, Titular, DELCIDES PEREIRA, Suplente;
- c) Secretaria da Administração e Finanças, WILFRIED HEMMER, Titular, JOELSON FARIAS PEREIRA, Suplente;
- d) Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras, OSMAR SANTOS DA SILVA, Titular, WILLIAN SARTOR DA SOUZA, Suplente.

II - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

- a) Laboratório de Análises Clínicas, GISELI CARDOSO DA SILVA, Titular, VERENICE ROCHA FREGULIA, Suplente;
- b) Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, JOACYR OLIVEIRA DOS SANTOS, Titular, CARMEM LUCIA DA CUNHA VUOLO, Suplente.

III - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA:

- a) CÁSSIA LIZANDRA LORENTZ, Titular, MARLI CUNHA DE SOUZA DOS SANTOS, Suplente.

IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

- a) APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, REJANE MAGNUS DA SILVA, Titular, ROSILÉIA ABEL DA SILVA, Suplente;
- b) Albergue Agenor Farias, RONIVALDO DE SOUZA, Titular, LUIZ MATOS GUADANHIM, Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de maio de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

Decreto Nº 028, de 27 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 028, de 27 de maio de 2013.

Nomeia membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC de Santa Rosa do Sul e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 295, de 02/04/96, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal da Defesa Civil - COMDEC de Santa Rosa do Sul:

PRESIDENTE: WILFRIED HEMMER
VICE-PRESIDENTE: JOELSON FARIAS PEREIRA

CONSELHO TÉCNICO:

- a) Secretário da Agricultura Indústria e Comércio, OSMAR DOS SANTOS DA SILVA;
- b) Diretora da Saúde e do Bem Estar Social, MIRIAN ROZANE DE SOUZA;
- c) Secretário de Viação, Obras e Serviços Públicos, JOACYR OLIVEIRA DOS SANTOS;
- d) Procurador Geral do Município, CARLOS ALBERTO CABRAL.

CONSELHO COMUNITÁRIO:

- a) Câmara de Vereadores, ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA, Vereador;
- b) Câmara de Dirigentes Lojistas, GIUVAGO DE SOUZA, Presidente;
- c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa do Sul, CLEUZA PEREIRA DA SILVA, Presidente; e
- d) Albergue Agenor Farias, RONIVALDO DE SOUZA, Presidente.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 037, de 27 de julho de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de maio de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 187/2013

DECRETO N. 187, DE 24 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE DECRETAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições municipais no dia 31 de Maio de 2013 em decorrência dos feriados religiosos.

Art. 2º. Todos os departamentos e secretarias municipais voltam ao atendimento normal no dia 03 de Junho de 2013.

Art. 3º No período em que perdurar o ponto facultativo, será disponibilizado aos usuários da Secretaria Municipal de Saúde Pública, plantão, onde os pacientes com necessidades médicas serão encaminhados a hospitais da região.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso (SC),
24 de Maio de 2013.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Secretário de Gestão e Des. Econômico
Matricula nº 136/8

Extrato de Edital

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA NAS VIAS RURAIS DO MUNICÍPIO A SEREM EXECUTADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013

São Bento do Sul

PREFEITURA**Portaria Nº 2358/2013**

PORTARIA Nº 2358, DE 24 DE MAIO DE 2013.
EXONERA COORDENADOR DE SERVIÇOS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 20 de maio de 2013, ANTONIO ALCIONI CARDOSO, ocupante do cargo de Coordenador de Serviços da Praça do PEC, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2359/2013

PORTARIA Nº 2359, DE 24 DE MAIO DE 2013.
EXONERA COORDENADOR DE SETOR

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 20 de maio de 2013, ANIZIO JOÃO DIAS, ocupante do cargo de Coordenador de Setor de Cemitérios, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2360/2013

PORTARIA Nº 2360, DE 24 DE MAIO DE 2013.
EXONERA COORDENADOR DE SETOR

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 20 de maio de 2013, SILVIO ALCIOMAR PILAT, ocupante do cargo de Coordenador de Setor do Departamento de Almoxarifado, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2361/2013

PORTARIA Nº 2361, DE 24 DE MAIO DE 2013.
EXONERA COORDENADOR DE SERVIÇOS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 27 de maio de 2013, PEDRO FERREIRA DE LIMA, ocupante do cargo de Coordenador de Serviços de Eventos, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2362/2013

PORTARIA Nº 2362, DE 24 DE MAIO DE 2013.
EXONERA ASSESSOR DE GOVERNO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 23 de maio de 2013, PEDRO IVO DIENER, ocupante do cargo de Assessor de Governo, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Inexigibilidade Nº 047/2013 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 47/2013

OBJETO: Contrato/Convênio para prestação de serviços de saúde, abrangendo procedimentos de atenção básica, média e alta complexidade, disponibilizando atendimento ambulatorial de urgência e emergência, internações hospitalares e plantão médico, além de

sobreaviso nas especialidades médicas conforme anexo.
CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA.
VALOR: R\$ 6.409.705,02.
SÃO BENTO DO SUL, 21 de maio de 2013.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS - DIRETOR DE SUPRIMENTOS
E PATRIMÔNIO
DEODATO RAUL HRUSCHKA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso de Licitação - Pregão Nº 4/2013 Emhab

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2013
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente da Empresa Municipal de Habitação, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 18 de junho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E AJUDANTE DE SERVIÇOS, PARA ATENDER DIVERSAS ATIVIDADES NA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 04 de junho de 2013.

LUIZ CARLOS PEDROZO
Diretor Presidente da EMHAB

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 046/2013 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 46/2013
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 13 de junho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE EM ALVENARIA, SITUADO NA RUA GUIDO HASTREITER, BAIRRO BOEHMERWALD, EM SÃO BENTO DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E EMENDA PARLAMENTAR Nº 28540018.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2013.
DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Justificativa Inexigibilidade de Licitação Nº 047/2013 FMS JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Contrato/Convênio para prestação de serviços de saúde, abrangendo procedimentos de atenção básica, média e alta complexidade, disponibilizando atendimento ambulatorial de urgência e emergência, internações hospitalares e plantão médico, além de sobreaviso nas especialidades médicas conforme anexo.

II - Contratado: HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica diante da inviabilidade de competição existente..

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O Hospital e Maternidade Sagrada Família é a única instituição presente no município a contar com instalações, equipamentos e equipe técnica, adequados à prestação dos serviços de saúde abrangendo procedimentos de atenção básica, média e alta complexidade, disponibilizando atendimento ambulatorial de urgência e emergência, internações hospitalares e plantão médico 24 horas, além de sobreaviso nas especialidades médicas, caracterizando, portanto, a inviabilidade da competição conforme "CAPUT" do artigo 25 da lei 8.666/93.

V - Justificativa do Preço: o valor de R\$ 6.409.705,02 (seis milhões quatrocentos e nove mil, setecentos e cinco reais e dois centavos) é conforme os valores estipulados pelo plano operativo.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Saúde, Deodato Raul Hruschka.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Diretor Departamento Compras

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



www.ciga.sc.gov.br

Gabarito Preliminar Provas Objetivas - Processo Seletivo Nº 006/2013

GABARITO PRELIMINAR PROVAS OBJETIVAS - PROCESSO SELETIVO Nº 006/2013



PROCESSO SELETIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL - Edital 006/2013
GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS

Cargos de Nível Fundamental**NÚMERO DA QUESTÃO / ALTERNATIVA CORRETA**

Código/Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Agente Comunitário de Saúde	a	a	b	b	e	c	b	d	b	e	d	a	e	a	c	d	e	c	a	e	c	a	b	b	d	d	e	d	b	e
Agente de Combate às Endemias	a	a	b	b	e	c	b	d	b	e	d	a	e	a	c	d	e	c	a	e	c	c	d	a	b	b	e	c	b	c

São Bento do Sul, 26 de maio de 2013.

Comissão Organizadora

Processo Seletivo Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº 162/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 162/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 07/06/2013 a 21/06/2013, a servidora GRAZIELA FRANCISCA MARTINS STUEBER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 23/05/2013 a 06/06/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/06/2013.

São Bento do Sul, 23/05/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 164/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 164/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 29/05/2013 a 12/07/2013, a servidora GIOVANA FERNANDA AUGUSTIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 14/05/2013 a 28/05/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/05/2013.

São Bento do Sul, 23/05/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 170/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 170/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/06/2013 a 15/07/2013, a servidora ROSELI STAFFEN HABECK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/05/2013 a 31/05/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2013.

São Bento do Sul, 23/05/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 163/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 163/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 25/05/2013 a 31/05/2013, concedido a servidora BERNADETE PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 264/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/05/2013.

São Bento do Sul, 23/05/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 165/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 165/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/05/2013 a 16/07/2013, concedido a servidora LEONI KRUGER MAAHS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Especialista em Assuntos Educacionais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 060/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/05/2013.

São Bento do Sul, 23/05/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 166/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 166/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/05/2013 a 27/05/2013, concedido a servidora SONIA KACHUBOWSKI DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 078/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/05/2013.

São Bento do Sul, 23/05/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 167/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 167/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/05/2013 a 12/08/2013, concedido a servidora ORESTINA WRONSKI CASSETARI VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 054/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/05/2013.

São Bento do Sul, 23/05/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 168/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 168/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 22/05/2013 a 21/06/2013, concedido ao servidor RUI SCHIESSL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 068/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 22/05/2013.

São Bento do Sul, 24/05/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 169/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 169/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 29/05/2013 a 26/07/2013, concedido a servidora TERESA PIASKOVSKI NECZYPOR ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 096/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/05/2013.

São Bento do Sul, 24/05/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE

Portaria/SAMAE/SBS Nº 116, de 23 de Maio de 2013.
"CONCEDE LICENÇA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JOAO RODRIGUES MADEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia, conforme consta no Processo 021/2013.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 04/04/2010 a 03/05/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 117, de 23 de Maio de 2013.
"CONCEDE LICENÇA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela

Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor GENESIO ALCINDO KOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR RESTAURADOR DE PAVIMENTOS, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia, conforme consta no Processo 030/2013.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 16/05/2010 a 15/05/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 118, de 23 de Maio de 2013.
"CONCEDE LICENÇA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JANILSO BARBOSA TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia, conforme consta no Processo 031/2013.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 14/05/2010 a 13/05/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 119, de 23 de Maio de 2013.
"CONCEDE LICENÇA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ELOIR SERBASTIÃO ANDRÉ, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia, conforme consta no Processo 029/2013.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 10/05/2010 a 09/05/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Processo Licitatório Prefe N. 026/2013

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 017/2013

O Pregoeiro Oficial do Município, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 11 de junho de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras aquisições de materiais de construção e materiais hidráulicos a serem destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 20 de maio de 2013.

FLÁVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro Oficial do Município.

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Not Rec Federais 23 05 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 23/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	5.892,16
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	5.892,16
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	5.892,16
4.1.7.2.1.22.70.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.892,16

SAO DOMINGOS, 24/05/2013

ALCIMAR DE OLIVEIRA
 PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
 CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

São João do Sul

PREFEITURA

Comunicado

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

COMUNICADO

O Município de São João do Sul, vem por meio deste comunicar aos munícipes que realizará em 29 de maio de 2013, às 14:30 horas, no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Sul, sito a Rua Padre Pedro Baldoncine, nº 651, Centro - São João do Sul, audiência pública para apresentação e avaliação das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício de 2013, de acordo com o artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

São João do Sul - SC, 24 de maio de 2013.
 JOÃO RUBENS DOS SANTOS
 Prefeito Municipal



Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

São José**PREFEITURA****Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1144**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1144/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOM7478	55638193C	7366/2	20/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEJ5896	55655716C	5185/1	20/03/2013	R\$ 127,69	167
MGG5983	55655311C	5568/0	18/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MGI7141	55655704C	5185/1	20/03/2013	R\$ 127,69	167
MHF9919	55655703C	7366/1	20/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 27 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento - 1614

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1614/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LKG5323	55911218D	7366/2	15/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LZV3915	55918304D	5835/0	16/02/2013	R\$ 127,69	195
LZV3915	55918313D	5207/0	16/02/2013	R\$ 53,20	169
MJN1723	55918309D	5541/1	18/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 27 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1143

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1143/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJO9743	55657007C	5541/4	15/04/2013	181 * XVII
CCA5206	55656891C	5231/1	17/04/2013	172
EEQ5459	55656469C	5509/0	09/04/2013	181 * XIII
IEW2088	55656247C	5819/6	16/04/2013	193
KND5475	55656158C	5452/1	04/04/2013	181 * VIII
LBE9948	55653136C	6041/2	09/04/2013	207
MBG7774	55656464C	5568/0	09/04/2013	181 * XIX
MBG7774	55656833C	5991/0	09/04/2013	206 * I
MDM3878	55656538C	5185/1	05/04/2013	167
MF11860	55656456C	6041/2	05/04/2013	207
MFQ7745	55130248C	5460/0	08/04/2013	181 * IX
MHD5465	55656809C	6050/1	09/04/2013	208
MID8807	55656843C	5452/1	09/04/2013	181 * VIII
MIG7636	55655773C	5460/0	09/04/2013	181 * IX
MMD8681	55656238C	5819/6	12/04/2013	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 27 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração - 1612

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1612/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CTU1680	54443666E	5185/1	29/04/2013	167
LWV1790	55919910D	6866/1	03/05/2013	231 * VIII
LZR9537	55919906D	5452/1	10/04/2013	181 * VIII
MBR6287	55914530D	7366/2	05/04/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 27 DE MAIO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.652, de 27 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 4.652, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotação, adicionando-se o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
13.01.10.302.4506.2.021 3.3.7.1.00.00.00.00.00.0.1.0065 16
Aplicação Direta R\$ 300.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação, a seguir descrita, de acordo com o estabelecido no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964 e na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
13.01.10.302.4506.2.021 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0065 18
Aplicação Direta R\$ 300.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de maio de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.653, de 27 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 4.653, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e no art. 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 289.803,12 (duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e três reais e doze centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
13.01.10.302.4506.2.019 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.3.0067 39
Aplicação Direta R\$ 122.239,59

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

13.01.10.301.4506.2.054 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.3.0078 40
Aplicação Direta R\$ 167.563,53

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerão a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de maio de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.654, de 27 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 4.654, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Abre crédito especial no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.084, de 24/05/2013 e inciso II, § 1º, art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito especial, por anulação de dotações, criando-se a modalidade necessária e adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.301.4506.2.019 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0002 38
Aplicação Direta R\$ 120.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, decorrerá a utilização da anulação da seguinte dotação, em conformidade com o estabelecido no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Municipal nº 2.084, de 24/05/2013:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 02 Aplicação Direta R\$ 120.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de maio de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.655, de 27 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 4.655, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.086, de 24 de maio de 2013 e no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, criando-se as modalidades de aplicação necessárias e adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.845.4503.2.007 3.3.5.0.00.00.00.00.0.1.0000 19
Aplicação Direta R\$ 60.000,00

09.00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 85
Aplicação Direta R\$ 110.000,00

10.00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01.20.606.4507.2.025 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 108
Aplicação Direta R\$ 125.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, em conformidade com o que estabelece no inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964:

07.00 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF
07.01 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF
07.01.04.123.4504.2.011 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 26
Aplicação Direta R\$ 35.000,00

09.00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.1.036 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 67
Aplicação Direta R\$ 50.000,00

09.00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.039 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 90
Aplicação Direta R\$ 85.000,00
10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01.20.603.4507.2.024 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 104
Aplicação Direta R\$ 25.000,00

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01.20.606.4508.1.014 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 111
Aplicação Direta R\$ 50.000,00

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01.20.606.4508.2.038 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 113
Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de maio de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo 96/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA ABERTURA PARA SESSÃO DE LICITAÇÃO, CONTANDO UM NOVO PRAZO, POR MOTIVO NA ALTERAÇÃO DO OBJETO E INCLUSÃO DE ITEM, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2013 (PUBLICADO NO DOM/ EDIÇÃO Nº 1244, DIA 22/05/2013 - PAG. 310).

LEIA-SE:OBJETO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS EM MODULAÇÃO EM AMPLITUDE (AM), DE ABRANGÊNCIA REGIONAL, VISANDO A VEICULAÇÃO DE PROGRAMA DIÁRIO, COM DIVULGAÇÃO DE ATOS, AVISOS E NOTÍCIAS DO GOVERNO MUNICIPAL, BEM COMO A INSERÇÃO DE MÍDIA DE 30 SEGUNDOS.

SESSÃO DE ABERTURA DIA 11/06/2013 ÀS 08:30 HS . Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA****Aviso de Licitação 33.2013****AVISO DE LICITAÇÃO**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 33.2013 MODALIDADE: Pregão Presencial

OBJETO: Aquisição de estantes e bibliocanto para a Biblioteca Municipal, conforme descrito e especificado no anexo I deste Edital TIPO: Menor Preço por item.

DATA DE ABERTURA: 11/06/2013 às 09:00h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 24/05/2013
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Schroeder**PREFEITURA****Extrato Contrato Registro de Preço Nº. 09/2013-FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato Contrato Registro de Preço nº. 09/2013-FAS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 03/2013-FAS
Processo nº. 09/2013-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.850.597/0001-26, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 2046, Centro, na Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de lanches para serem servidos aos usuários que participam das oficinas e projetos realizados pelo CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializada, órgãos da Política pública de Assistência Social vinculada a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	Bebida láctea UHT sabor chocolate, embalagem Tetra Pak, 200ml com canudinho. Composição: leite integral e constituintes, açúcar, soro de leite em pó, cacau, gordura vegetal hidrogenada; extrato de malte, vitaminas C, A e ácido fólico, sal, espessantes, goma guar e carragena, estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos, citrato de sódio e lecitina de soja, aromatizante. Contém glúten	3580	Unidade	1,18	4.224,40
VALOR R\$ TOTAL					4.224,40

Valor do contrato: R\$ 4.224,40 (quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos).

Data da Assinatura: 27/05/2013 - Vigência: 27/05/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 107/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 107/2013 - PMS
Dispensa de Licitação nº. 39/2013-PMS - Processo nº. 93/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MECSOLOS - ENGENHARIA DE SOLOS S/C LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 85.411.403/0001-86, estabelecida na Rua Pará, nº. 1110, Centro, na cidade de Londrina, Estado do Paraná,

CEP: 86.010-400

Objeto: Constitui o presente contrato contratação de assessoria geotécnica e projeto de reforço de fundações na Ponte Trindade, localizada na Rua Marechal Castelo Branco ligando os municípios de Schroeder (Schroeder III) e Jaraguá do Sul (Santa Luzia). Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de assessoria geotécnica e projeto de reforço de fundações na Ponte Trindade, localizada na Rua Marechal Castelo Branco ligando os municípios de Schroeder (Schroeder III) e Jaraguá do Sul (Santa Luzia). Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC Conforme Memorial Descritivo anexo ao Processo e ao Contrato.	01	Unidade	14.900,00	14.900,00
VALOR R\$ TOTAL					14.900,00

Valor do contrato: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais)

Data da Assinatura: 24/05/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal



Programa de
Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Dispensa Nº 39/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 39/2013 - DL**

Processo Nr.: 93/2013
Data: 24/05/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: MEC SOLOS - ENGENHARIA DE SOLOS S/C LTDA.

Código: 12605

Endereço: RUA PARÁ, 1110

Cidade: Londrina - PR

CNPJ: 85.411.403/0001-86

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de assessoria geotécnica e projeto de reforço de fundações na Ponte Trindade, localizada na Rua Marechal Castelo Branco ligando os município de Schroeder (Schroeder III) e Jaraguá do Sul (Santa Luzia). Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de assessoria geotécnica e projeto de reforço de fundações na Ponte Trindade, localizada na Rua Marechal Castelo Branco ligando os município de Schroeder (Schroeder III) e Jaraguá do Sul (Santa Luzia). Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC Conforme Memorial Descritivo anexo ao Processo e ao Contrato.	UN	14.900,00	14.900,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

JUSTIFICATIVA

É de comum conhecimento a interdição parcial da Ponte Trindade desde janeiro de 2013 em função de um recalque apresentado em uma das fundações da mesma, inclusive conforme pareceres emitidos por este corpo técnico juntamente com a Defesa Civil de Jaraguá do Sul.

Desde então se tem discutido sobre a melhor forma de intervenção, buscando inclusive orientação técnica especializada, uma vez que se trata de uma situação peculiar, que envolve grande perícia na área de engenharia geotécnica.

Diante do exposto, é fundamental que os trabalhos de recuperação das fundações afetadas na Ponte Trindade contem com a assessoria de profissionais de notório conhecimento e experiência específicos nessa área de atuação, assegurando a melhor tomada de decisão, o que sem dúvida reflete não apenas na qualidade dos serviços executados como também nos custos financeiros para tal.

Feitas estas considerações, e destacando ainda a urgência em solucionar a questão, tanto para que se evitem danos maiores a estrutura quanto para que não se penalize ainda mais os usuários desta Ponte, entendemos que a rápida contratação de um profissional devidamente capacitado para a prestação dos serviços acima citados, quais sejam, de assessoria geotécnica e projeto de reforço de fundações, é uma medida INDISPENSÁVEL para a solução do problema.

Tendo feito uma busca por profissionais na área que atendessem as nossas necessidades, nos quesitos qualificação, experiência, disponibilidade de tempo e honorários, chegamos ao Sr. Dr. Carlos J. M. Costa Branco, Doutor em Geotecnia e Consultor na empresa Mecsolos Engenharia de Solos S/S Ltda., conforme breve currículo anexo.

Sendo assim, orientamos pela contratação desta empresa/deste profissional e atestamos a sua qualificação para tal, bem como consideramos justos os honorários praticados.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 39/2013 - DL**

Processo Nr.: 93/2013
Data: 24/05/2013

Folha: 2/2

Schroeder, 24 de Maio de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

23/05/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 23 de Maio de 2013

Valor da Despesa: 14.900,00 (quatorze mil novecentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 03/2013-FAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013****Número do Registro de Preços: 1/2013****Data do Registro: 27/05/2013****Válido até: 27/05/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de lanches para serem servidos aos usuários que participam das oficinas e projetos realizados pelo CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializada

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Bebida láctea UHT sabor chocolate, embalagem Tetra Pak, 200ml com canudinho. Composição: leite integral econstituído, açúcar, soro de leite em pó, cacau, gordura, vegetal hidrogenada; extrato de malte, vitaminas C, A e ácido fólico, sal, espessantes, goma guar e carragena, estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos, citrato de sódio e lecitina de soja, aromatizante. Contém glúten	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,1800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 27/05/2013 Válido até: 27/05/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de lanches para serem servidos aos usuários que participam das oficinas e projetos realizados pelo CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializada

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2013****PROCESSO Nº 9/2013**

(8787) - PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP

Schroeder, 27 de Maio de 2013.

Extrato de Contrato Nº. 61/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 61/2013-FMS

Dispensa nº. 29/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 43/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FARMÁCIA ANJO-FARMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.944.058/0001-70, estabelecida Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5033, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na Aquisição de medicamentos fornecidos para pacientes por meio de ordens judiciais atendidas pelo Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Avodart 0,5mg - caixa com 90 comprimidos	01	Caixa	504,00	504,00
02	Filtro Solar FPS50	09	Frasco	21,00	189,00
VALOR R\$ TOTAL					693,00

Valor do contrato: R\$ 693,00 (seiscentos e noventa e três reais)

Data da Assinatura: 27/05/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Timbé do Sul**PREFEITURA****Extrato do Contrato 76/2013**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 76/2013

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Liga Sul de Futsal

Objeto: Serviços de arbitragem para a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo - Taça: Keili Matias - Edição 2013, de acordo com a Programação

Valor: R\$ 643,00 (seiscentos e quarenta e três reais) por jogo

Vigência: de 17/05/2013 até 31/12/2013

Timbó**PREFEITURA****Portaria Nº FME-08, de 06 de Maio de 2013**

PORTARIA Nº FME-08, DE 06 DE MAIO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Fundação Municipal de Esportes.

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Rosilene Alves de Souza (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público/ Processo Seletivo)	11/08/73	895.535.199.20	44h	06/05/2013 a 01/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 06 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Portaria Nº SEMFA-D0131 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0131 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Débora Mariane Peyerl Florencio.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Débora Mariane Peyerl Florencio, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de

Educação, por UM (01) dia, a contar de 12 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH11-0062.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0132 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0132 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Alice Aparecida Mota.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Alice Aparecida Mota, ocupante do cargo de Aux. Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 12 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0040.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0133 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0133 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Alice Aparecida Mota.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Alice Aparecida Mota, ocupante do cargo de Aux. Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por MEIO (1/2) dia, a contar de 14 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0040.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação;

78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0134 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0134 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Maristela Aparecida dos Passos Zoboli.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Maristela Aparecida dos Passos Zoboli, ocupante do cargo de Aux. Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 13 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH11-0367.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0135 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0135 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Evalda de Fátima Baratieri Pompeo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Evalda de Fátima Baratieri Pompeo, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 14 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH06-0346.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0136 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0136 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à

servidora Miriam Elisete da Silveira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Miriam Elisete da Silveira, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 18 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0041.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0137 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0137 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Cristiane Hardt Strey.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Cristiane Hardt Strey, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 18 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH12-0078.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0138 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0138 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Katiane Moraes Bragagnolo Grudmann.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Katiane Moraes Bragagnolo Grudmann, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 19 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH10-0124.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0139 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0139 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Ivone Gumz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Ivone Gumz, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 25 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0042.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0140 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0140 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Simone Nollin Pellin.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Simone Nollin Pellin, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por DOIS (02) dias, a contar de 27 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH05-0325.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0141 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0141 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Edna Insaurriaga Cardozo Tomelin.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Edna Insaurriaga Cardozo Tomelin, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por UMA (01) hora, a contar de 27 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0043.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0142 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0142 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sonia Teixeira Souza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sonia Teixeira Souza, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 15 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH12-0088.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0143 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0143 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Scharlene Larsen Kopsel.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Scharlene Larsen Kopsel, ocupante do cargo de Aux. de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 19 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0045.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0144 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0144 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Scharlene Larsen Kopsel.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Scharlene Larsen Kopsel, ocupante do cargo de Aux. de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 09 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0045.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0145 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0145 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor João Alberto Mergen.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02

de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor João Alberto Mergen, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por UM (01) dia, a contar de 06 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0038.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0146 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0146 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor João Alberto Mergen.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor João Alberto Mergen, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por DOIS (02) dias, a contar de 09 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0038.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0147 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0147 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Silvana Betina Muller Dias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Silvana Betina Muller Dias, ocupante do cargo de Aux. de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, por MEIO (1/2) dia, a

contar de 25 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH12-0001.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0148 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0148 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Silvana Betina Muller Dias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Silvana Betina Muller Dias, ocupante do cargo de Aux. de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, por UM (01) dia, a contar de 08 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH12-0001.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0149 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0149 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Cleusa Regina Campestrini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Cleusa Regina Campestrini, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por UM (01) dia, a contar de 05 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0037.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0150 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0150 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Cleusa Regina Campestrini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Cleusa Regina Campestrini, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por CINCO (05) dias, a contar de 08 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0037.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0151 de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0151 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Lurdes Busarello.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Lurdes Busarello, ocupante do cargo de Aux. de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por UM (01) dia, a contar de 05 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0044.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Ata Habilitação Tomada de Preço N.º 45 2013

Tomada de Preço 45/2013

A empresa ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. apresentou tempestivamente a exigência da apresentação do "Certificado do Registro Cadastral", exigida na ata de 02 de maio de 2013.

Ante o Exposto a Comissão Permanente de Licitações decide habilitar a empresa ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Intime-se a empresa da presente decisão, designe-se data para abertura do envelope da proposta.

Timbó(SC), 24 de maio de 2013.

DEISE ADRIANA NICHOLETTI MENDES

Presidente da Comissão de Licitações

BARBARA HOCHHEIM

Secretária

ALINEBUERGER

Membro

Ata Tomada de Preços N.º 39 2013 PMT

PREFEITURA DE TIMBÓ/SC

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Licitação No. 39/2013

Às quatorze horas e quinze minutos, do vigésimo terceiro dia do mês de maio de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, para análise e julgamento de propostas referentes ao Processo Licitatório No. 39/2013.

Aberta a sessão, foram distribuídas aos membros da Comissão para o devido exame, as propostas apresentadas pelas Empresas. A seguir, o Presidente da Comissão solicitou a leitura das Propostas para o estudo e análise de preço e outros fatores previstos no respectivo Edital. Depois de examinadas as suas regularidades, a Comissão decidiu adjudicar os itens da presente Licitação às seguintes empresas:

Vencedores	
Fornecedor	Itens
PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA	00001
R\$ 37.372,88 (TRINTA E SETE MIL E TREZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)	

Participaram da Licitação as seguintes empresas:

Relação de Participantes	
Código	Fornecedor
739.0	PACOPEDRA PAV. E COM. DE PEDRAS LTDA
109230.8	PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA

Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata de Julgamento.

Timbó(SC), 23 de maio de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DEISE A. N. MENDES	BARBARA HOCHHEIM	ALINE BURGER
Presidente	Secretário	Membro

Aviso Pregão Presencial N.º 57 2013 PMT - Melancia, Tomate e Repolho

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2013

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis (melancia, tomate e repolho) para cumprimento do cardápio da merenda escolar em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 11 de junho de 2013. ABERTURA: dia 11 de junho de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 22/05/2013.

SERGI F. MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

Extrato Edital de Chamada Pública Agricultura Familiar N.º 02 2013

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC torna público, que foi lançado edital de Chamada Pública para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar sendo couve-flor destinados à alimentação escolar para o período de junho à dezembro de 2013, conforme Lei n.º 11.947/09 e Resolução FNDE n.º 38 de 16/07/2009 alterada pela Resolução n.º 25 de 04 de julho de 2012.

Os interessados deverão encaminhar habilitação, propostas e projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Timbó, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó/SC, até o dia 12 de junho de 2013 às 10:00 horas.

Demais esclarecimentos e a íntegra do Edital de Chamada Pública poderão ser obtidos de segunda a sexta no Departamento de Licitações do Município de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó ou pelo telefone 47 3382-3655 ramal 2038 e 2018 ou no site www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbó, 27 de maio de 2013.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

Extrato Contrato 2013/79

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/79

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: MLK COMERCIO E ASSITENCIA LTDA ME.

OBJETO: Locação de 1 (um) relógio ponto do tipo biométrico para cada uma das seguintes Unidades de Saúde: Araquinguihas, Estados, Tiroleses, Pomeranos, Dona Clara e Caps. Data da Assinatura 02/05/13.

VALOR: valor total mensal de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), sendo R\$ 60,00 por unidade de relógio ponto.

PRAZO: 02/05/2013 até 31/12/2013.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 05 2013 Fct FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2013

ÓRGÃO GESTOR: Fundação Cultural de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de material impresso para divulgação de eventos e demais ações realizadas pela fundação cultural de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Sevega Gráfica e Impressão Digital LTDA ME; Gráfica Guaramirim LTDA; e Tipotil - Indústria Gráfica LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 5.894,86 (cinco mil oitocentos e noventa quatro reais e oitenta e seis centavos)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 24/05/2014

Timbó, 27/05/2013

JORGE REVELINO FERRERA

Presidente da Fundação Cultural

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 11 2013 FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2013

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos, destinados aos consultórios das Unidades de Saúde do Município.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Dental Méd Sul Artigos Odontológicos LTDA; Rhodent Com. Repres. Prod. Hosp. Dentar. LTDA; M.F. Almeida CIA. LTDA ME; Silmes Com. Prod. Odontológicos LTDA ME; e Dentaria e Distr. Hosp. Porto Alegrense.

VALOR TOTAL: R\$ 45.460,68 (quarenta e cinco mil quatrocentos e sessenta reais e sessenta e oito centavos)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 27/05/2014

Timbó, 27/05/2013

ALFREDO JOAO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

Termo de Homologação Pregão 02/2013

Termo de Homologação

Processo Licitatório : 08/2013.

Modalidade: Pregão.

Número da Licitação: 02/2013.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, modelo Split, com instalação, para a Câmara Municipal de Timbó (SC).

O Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó, Rubens Borchartt, CPF nº 381.777.579-20, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, com amparo na Lei 8.666/93, verificando a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, homologa o Processo Licitatório nº 08/2013.

Timbó, 20 de Maio de 2013.
RUBENS BORCHARDT
Presidente

Tunápolis

PREFEITURA

Contrato Nº 31/2013

CONTRATO Nº 31/2013

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Enoí Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769/91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Schroeder Esquadrias Ltda EPP pessoa jurídica de direito privado estabelecida na Rodovia SC 493 Km 24, s/n no Município de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ 81.620.098/0002-62 considerada doravante contratada.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 49/2013 e Convite nº 04/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O Presente Contrato tem por objeto a aquisição parque infantil a ser instalado no Centro Educacional Helga Follmann - Fundamental; e, no Centro Educacional Infantil, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço unitário
01	01	cj	Parque infantil contendo: balanço de ferro com 3 lugares, cavalete em ferro com 06 argolas, trepadeira em ferro 2,00mx2,20m, trepadeira em ferro 1,5mx1,5m. Todos com pintura dupla e acessórios para instalação inclusos. A montagem e instalação devera ocorrer por conta dos técnicos da empresa	R\$ 4.490,00

02	01	cj	Parque infantil contendo: balanço em ferro com 4 lugares, gangorra em ferro com 4 balanços, cavalete em ferro com 06 argolas, trepadeira em ferro 2,20x2,50m, balanço com 4 lugares em formato de cesto, 90m de tela de alambreado, grandes tamanho de 1,10mx2,80m largura e 1,10mx3,40m largura. A montagem e instalação devera ocorrer por conta dos técnicos da empresa	13.000,00
Total Geral				17.490,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o preço R\$ de 17.490,00 (dezesete mil quatrocentos e noventa reais) cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega integral, instalação, montagem e aceitação do objeto contratado mediante apresentação da nota fiscal, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

Parágrafo Único: A nota fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que seja possibilitado ao CONTRATANTE efetuar o depósito bancário do valor devido.

2.3. Do reajuste: não haverá reajuste

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 O prazo de entrega, instalação e montagem objeto do presente Contrato deverá ser rigorosamente em até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Contrato, sem cobrança de frete ou outros custos, oportunidade em que serão conferidos quanto a qualidade e quantidade.

3.2 Se a qualidade e quantidade do objeto do presente contrato entregue não corresponder as especificações do edital e da autorização de Compra, o mesmo será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.3 A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar os produtos ofertados, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento à CONTRATADA;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar o objeto da presente licitação nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

Certificar quando da entrega dos parques infantil, de que as mesmas atendem às especificações e marca apresentadas na proposta de preço;

4.3 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Efetivar a entrega, instalação e montagem do parque infantil,

objeto deste contrato, rigorosamente em até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Contrato.

5.2 Fornecer o parque infantil na(s) mesma(s) especificação(ões) e marca, de acordo com a apresentada na proposta de preço.

5.3 Responsabilizar-se pelo pagamento de emolumentos prescritos em lei e observação de todas as posturas referentes ao fornecimento, bem como, as despesas decorrentes de leis trabalhistas, previdenciárias e fundiárias decorrentes da execução do presente Contrato.

5.4 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.6 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentação que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação.

5.7 A montagem e instalação do objeto do presente contrato deverá ocorrer por conta dos técnicos da empresa contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes despesas previstas no orçamento de 2013

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 04 Unidade 02, Proj./Ativ 1.007	4.4.90.00.00.00.00.0204 Construções e Conservações da Rede Física do Ensino
Órgão 04 Unidade 03, Proj./Ativ 1.007	4.4.90.00.00.00.00.0105 Construções e Conservações da Rede Física do Ensino

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

7.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 30/12/2013, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina,
aos 03 do mês de maio de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

SCHROEDER ESQUADRIAS LTDA EPP
Contratada

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 32/2013

CONTRATO Nº 32/2013

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Mecânica Agrícola Baumgratz Ltda- ME pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Est. Municipal de Acesso Rodovia SC 493, s/n no Município de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ 82.099.961/0001-60 considerada doravante contratada.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 47/2013 Pregão nº 39/2013, Registro de Preço nº 13/2013 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços com solda a serem executados para todas as Secretárias e toda frota de máquinas e veículos desta Municipalidade, cujas solicitações verificar-se-ão em função da necessidade e interesse da Administração e especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Unid.	Serviços/Especificações	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
1	2.000		Mão-de-obra referente serviços com ponta de soldas em máquinas, caminhões, ônibus tratores e implementos.	0,79	1.580,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 0,79 (Setenta e nove centavos) por hora trabalhada, perfazendo um total de R\$ 1.580,00(um mil quinhentos e oitenta reais) cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias da prestação dos serviços e entrega da nota fiscal. Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir

2.3 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

3.2 Em caso de prorrogação os valores contratados serão corrigidos de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1 A CONTRATADA terá o prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, para a conclusão dos serviços, ressalvado a fixação de prazo menor, a critério da Administração, à época devida, observada a complexidade do serviço a ser executado, contado da data da autorização da respectiva ORDEM DE SERVIÇO ou, na hipótese de necessidade de prazo maior, o mesmo deverá ser solicitado ao secretário responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusive as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.2 A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

5.3 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.4 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

5.5 A CONTRATADA fará com que seus empregados trabalhem devidamente protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme dispõe o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho apresentado pela empresa, necessários ao trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 02,Unid 01, Proj/Ativ 2.003	
Órgão 03,Unid 01, Proj/Ativ 2.009	
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.010	
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.013	
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.023	
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.027	
Órgão 06,Unid 02, Proj/Ativ 2.028	

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina,
aos 03 do mês de maio de 2013.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

MECÂNICA AGRÍCOLA BAUMGRATZ LTDA- ME
Contratada

Testemunhas:
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 33/2013
CONTRATO Nº 33/2013

CONTRATO PÚBLICO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES –ANATEL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM FUNDAMENTAÇÃO LEGAL NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2013, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2013, DE , REGIDO PELA LEI Nº 10.520/02 E 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua João Castilho, 111, inscrito no CNPJ nº. 78,486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOÍ SCHERER, portador do CPF nº 656.321.769-91, adiante nomeado CONTRATANTE, e a Empresa VIVO S.A, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida à Av Trompowski, nº 354, sala 901 e sala 902 Município de Florianópolis Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 02.449.992/0003-26, neste ato representado pelo Senhor Hermes Elias Gregorio, portador do CPF nº 026.082.479-89, adiante nomeada CONTRATADA, ajustam e contratam o Objeto do presente conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

A contratada obriga-se a fornecer à contratante:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE - (mensal)	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	35 Linhas de Telefonia Móvel	35	Unid.	2,00	70,00
2	Ligações para Móvel Intra-rede com Tarifa VC1	5.000	Minutos	0,18	720,00
3	Ligações para Móvel e Fixo de outras Operadoras com Tarifa VC1	5.500	Minutos	0,18	270,00
4	Ligações para Móvel Intra-rede com Tarifa VC2	150	Minutos	0,30	15,00
5	Ligações para Móvel de outras Operadoras com Tarifa VC2	150	Minutos	1,00	50,00
6	Ligações para Fixo com Tarifa VC2	100	Minutos	0,65	15,00
7	Ligações para Móvel Intra-rede com Tarifa VC3	100	Minutos	0,30	15,00
8	Ligações para Móvel de outras Operadoras com Tarifa VC3	100	Minutos	1,00	50,00
9	Ligações para Fixo com Tarifa VC3	50	Minutos	0,65	19,50
10	Serviço Tarifa Zero para 35 linhas Bidirecional (ligações a custo zero entre as linhas do plano)	35	Unid.	2,00	70,00

11	Gestor On-line p/ 35 linhas	35	Unid.		
12	Pacote de dados 3G Ilim. (modem)	01	Unid.	49,90	49,90
13	SMS - mês	150	Unid.	0,30	45,00
VALOR TOTAL GLOBAL MENSAL R\$:1.406,90					

OBS: Minutos de Ligações e SMS compartilhados entre todos os acessos ativos do plano.

1.1.1. Marca: VIVO

1.2. O montante geral do presente contrato é de R\$ 1.406,90 (um mil quatrocentos e seis reais com noventa centavos)

1.3. O fornecimento será realizado em estrita obediência ao presente contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as normas e a legislação vigente, e em conformidade com o Processo Licitatório Nº 50/2013 modalidade de Pregão Presencial nº 41/2013, e a proposta apresentada pela contratada, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento, para todos os fins de direito, como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. O Município de Tunápolis se compromete a efetuar o pagamento da seguinte forma:

2.1.1. O pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação das faturas, com no mínimo cinco dias de antecedência em relação ao seu vencimento e processamento interno.

2.1.2. Sendo a Nota Fiscal/Fatura devolvida para correção de erro cometido pela CONTRATADA, o prazo para pagamento deverá ser reprogramado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1. Os preços somente sofrerão reajustamento após 12 (doze) meses, corrigidos pelo Índice de Serviços de telecomunicações – IST, ou por outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência do Contrato será da data de sua assinatura até 31.12.2013, podendo ser renovado anualmente até o limite de 60 meses, conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS E FONTE DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Unidade Orçamentária	Descrição
----------------------	-----------

	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – aplicações diretas
Órgão 02 – Unid 02 Proj/Ativ. 2.003	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
Órgão 03 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.009	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
Órgão 04 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.010	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
Órgão 04 – Unid 10 Proj/Ativ. 2.019	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
Órgão 05 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.023	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
Órgão 06 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.027	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
Órgão 06 – Unid 02 Proj/Ativ. 2.028	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
Órgão 08 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.033	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
Órgão 08 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.038	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ. 2.030	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – aplicações diretas

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. Incumbe á Contratante:

6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva execução dos serviços objeto do contrato.

6.1.2. Efetuar os pagamentos á Contratada conforme o contrato.

6.1.3. Aplicar á Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

6.1.4. Acompanhar a Contratada quanto a manutenção dos requisitos de habilitação durante toda a vigência do contrato, tomando as medidas de rescisão e penalização para o caso da Contratada desatender tais requisitos.

6.2. Incumbe á Contratada:

6.2.1. É da contratada a obrigação do pagamento de frete, tributos que incidirem sobre o fornecimento dos materiais e serviços, inclusive o que disser respeito à exigência das autoridades fiscalizadoras.

6.2.2. Correrão por conta, responsabilidade e risco da contratada as consequências de atos seus, de seus empregados ou prepostos, que tenham reflexos danosos nos serviços e produtos.

6.2.3. Responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação.

6.2.4. Implantar de forma adequada, a supervisão permanente de serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

6.2.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto aos serviços contratados.

6.2.6. Apresentar contas separadas de cada aparelho, sem ônus para a contratante;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Fica expresso que o controle de qualidade dos produtos e serviços é de responsabilidade da contratada, ficando a contratante, a qualquer tempo e quando julgar necessário fazer suas

verificações. O não fornecimento dos produtos e serviços dentro dos padrões exigidos implicará na não aceitação dos mesmos.

7.2. Sem prejuízo da plena responsabilidade da contratada perante a contratante ou a terceiros, todos os produtos e serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização a qualquer hora, por pessoa devidamente credenciada pela contratante.

7.3. A contratada prestará todos os esclarecimentos solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender pronta e irrestritamente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A proponente que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Multa de 5% sobre o valor da proposta.

8.1.3. Suspensão do direito de licitar junto a Prefeitura Municipal.

8.1.4. Declaração de Inidoneidade.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido:

9.2. Unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78 da Lei Federal 8.666/93.

9.3. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação;

9.4. Judicialmente, nos termos da legislação processual.

9.5. No caso de rescisão contratual, devidamente justificada nos autos do Processo, terá o CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco dias) úteis, contado da notificação assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Município de Tunápolis, 03 de maio de 2013.

ENOÍ SCHERER Prefeito Municipal	VIVO S.A Contratada
------------------------------------	------------------------

<61>

Turvo

PREFEITURA

Edital Proc Seletivo SAMU 1/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013-SAMU

O Município de Turvo-SC torna público que se acham abertas as inscrições ao Processo Seletivo destinado à Admissão de Pessoal em Caráter Temporário - ACT para preenchimento de vagas criadas pela Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007 e suas alterações, para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.

Inscrições: As inscrições serão somente Online, através do sitio na Internet <http://www.processosseletivos.com.br/turvo> entre os dias 27 de Maio de 2013 e 28 de Maio de 2013, via Online e o Período de Validação da Inscrição será no dia 29 de Maio de 2013, na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Turvo.

Modo de Avaliação : A pontuação dos Títulos para os referidos cargos estão especificados no edital.

O edital completo será afixado no mural e no sitio da Prefeitura Municipal de Turvo www.turvo.sc.gov.br.

Turvo (SC). 22 de Maio de 2013.

ROBERTO CARLOS PATEL

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Vargeão

PREFEITURA

Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.565.056,35	42.863,36
Pessoal Ativo	3.619.465,18	42.863,36
Pessoal Inativo e Pensionista	945.591,17	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	4.565.056,35	42.863,36
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + IIIb)	4.607.919,71	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	12.015.635,34	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	38,35	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	7.209.381,20	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	6.848.912,14	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	6.488.443,08	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	304.507,28	276.160,63	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	304.507,28	276.160,63	0,00	0,00
Interna	304.507,28	276.160,63	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.892.724,77	2.749.040,02	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.748.724,77	2.656.436,61	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	144.000,00	144.000,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	51.396,59	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.588.217,49	-2.472.879,39	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.128.426,16	12.015.635,34	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,51%	2,30%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-13,10%	-20,58%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	14.554.111,39	14.418.762,41	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	13.098.700,25	12.976.886,17	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	304.507,28	276.160,63	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	304.507,28	276.160,63	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	304.507,28	276.160,63	0,00	0,00
Previdenciárias	304.507,28	276.160,63	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	40.110,64	81.751,73	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	564.756,82	2.390.787,71	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (I V - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VA LORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.128.426,16	12.015.635,34	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.668.253,76	2.643.439,77	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.401.428,38	2.379.095,80	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.015.635,34	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.922.501,65	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.730.251,49	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	841.094,47	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Atenção Básica	894,82	0,00	2.851,55	0,00	241.809,31	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - O.SIP	0,00	9.899,72	0,00	0,00	(9.899,72)	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	7,40	0,00	0,00	80,33	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	647,39	0,00	82.842,86	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	147.585,95	0,00	(27.925,38)	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	894,82	9.907,12	151.084,89	0,00	286.907,40	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	3.095,75	6.617,66	325.910,00	7.664,21	0,00
Recursos de Impostos e Transferências Impostos - Educação	0,00	13.289,31	0,00	23.841,88	(13.289,31)	0,00
Recursos Ordinários	0,00	24.209,59	60.624,33	262.376,25	1.577.022,63	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	40.594,65	67.241,99	612.128,13	1.571.397,53	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	894,82	50.501,77	218.326,88	612.128,13	1.858.304,93	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.607.919,71	38,35
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.209.381,20	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.848.912,14	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.472.879,39	-20,58
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.418.762,41	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.643.439,77	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.922.501,65	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	841.094,47	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	612.128,13	1.858.304,93

FONTE:

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Vargão - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.486.318,00	12.486.318,00	1.939.960,31	15,54	4.058.539,03	32,50	8.427.778,97
RECEITAS CORRENTES	12.486.310,00	12.486.310,00	1.861.108,47	14,91	3.930.687,19	31,48	8.555.622,81
RECEITA TRIBUTÁRIA	511.000,00	511.000,00	115.331,21	22,57	143.165,65	28,02	367.834,35
IMPOSTOS	444.000,00	444.000,00	103.613,74	23,34	131.448,18	29,61	312.551,82
TAXAS	47.000,00	47.000,00	11.717,47	24,93	11.717,47	24,93	35.282,53
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	136.000,00	136.000,00	18.242,13	13,41	28.141,85	20,69	107.858,15
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	136.000,00	136.000,00	18.242,13	13,41	28.141,85	20,69	107.858,15
RECEITA PATRIMONIAL	77.000,00	77.000,00	16.598,44	21,56	27.198,72	35,32	49.801,28
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	77.000,00	77.000,00	16.598,44	21,56	27.198,72	35,32	49.801,28
RECEITA AGROPECUÁRIA	4.000,00	4.000,00	5.528,34	138,21	7.767,44	194,19	-3.767,44
Receita da Produção Animal e Derivados	2.000,00	2.000,00	5.528,34	276,42	7.767,44	388,37	-5.767,44
Outras Receitas Agropecuárias	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	72.000,00	72.000,00	8.716,03	12,11	10.618,84	14,75	61.381,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.631.254,00	11.631.254,00	1.680.478,53	14,45	3.696.080,18	31,78	7.935.173,82
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.551.254,00	11.551.254,00	1.662.532,77	14,39	3.678.134,42	31,84	7.873.119,58
Transf. de Conv.	80.000,00	80.000,00	17.945,76	22,43	17.945,76	22,43	62.054,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	55.056,00	55.056,00	16.213,79	29,45	17.714,51	32,18	37.341,49
Multas e Juros de Mora	19.299,50	19.299,50	1.367,29	7,08	2.143,68	11,11	17.155,82
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.331,00	1.331,00	0,00	0,00	187,84	14,11	1.143,16
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.968,51	17.968,51	1.165,64	6,49	1.540,13	8,57	16.428,38
RECEITAS DIVERSAS	16.456,99	16.456,99	13.680,86	83,13	13.842,86	84,12	2.614,13
RECEITAS DE CAPITAL	8,00	8,00	78.851,94	985,648,00	127.851,59	148,00	-127.843,84
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	72.950,00	0,00	121.950,00	0,00	-121.950,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	72.950,00	0,00	121.950,00	0,00	-121.950,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8,00	8,00	5.901,84	73,773,00	5.901,84	73,773,00	-5.893,84
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8,00	8,00	5.901,84	73,773,00	5.901,84	73,773,00	-5.893,84
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.486.318,00	12.486.318,00	1.939.960,31	15,54	4.058.539,03	32,50	8.427.778,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.486.318,00	12.486.318,00	1.939.960,31	15,54	4.058.539,03	32,50	8.427.778,97
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.486.318,00	12.486.318,00	1.939.960,31	15,54	4.058.539,03	32,50	8.427.778,97
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	115.966,16	—	—	81.288,74	—	—
Superávit Financeiro	—	115.966,16	—	—	81.288,74	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.486.318,00	115.966,16	12.602.284,16	1.341.887,44	5.070.064,40	1.567.565,04	2.897.603,57	22,99	9.704.680,59
DESPESAS CORRENTES	11.084.190,00	61.022,75	11.145.212,75	1.320.507,03	4.835.021,87	1.498.556,82	2.791.067,86	25,04	8.354.144,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.465.720,00	39.022,75	5.504.742,75	692.852,09	2.015.630,67	776.949,59	1.537.686,53	27,93	3.967.056,22
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	643,23	1.955,87	7,82	23.044,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.593.470,00	22.000,00	5.615.470,00	627.654,94	2.794.391,20	720.964,00	1.251.425,46	22,29	4.364.044,54
DESPESAS DE CAPITAL	1.375.508,00	54.943,41	1.430.451,41	21.380,41	235.042,53	69.008,22	106.535,71	7,45	1.323.915,70
INVESTIMENTOS	795.508,00	54.943,41	850.451,41	21.380,41	82.147,29	55.138,13	67.203,88	7,90	783.247,53
INVERSOES FINANCEIRAS	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	152.895,24	13.870,09	39.331,83	21,85	140.668,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.620,00	0,00	26.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.620,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.486.318,00	115.966,16	12.602.284,16	1.341.887,44	5.070.064,40	1.567.565,04	2.897.603,57	22,99	9.704.680,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.486.318,00	115.966,16	12.602.284,16	1.341.887,44	5.070.064,40	1.567.565,04	2.897.603,57	22,99	9.704.680,59
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.160.935,46	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.486.318,00	115.966,16	12.602.284,16	1.341.887,44	5.070.064,40	1.567.565,04	4.058.539,03	22,99	9.704.680,59

FONTE:

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.486.318,00	12.602.284,16	1.341.887,44	5.070.064,40	1.567.565,04	2.897.603,57	100,00	22,99	9.704.680,59
Legislativa	600.000,00	600.000,00	21.956,80	440.521,16	77.396,60	152.887,06	5,28	25,48	447.112,94
Ação Legislativa	600.000,00	600.000,00	21.956,80	440.521,16	77.396,60	152.887,06	5,28	25,48	447.112,94
Administração	1.663.000,00	1.683.000,00	228.730,21	734.046,42	231.404,34	415.117,13	14,33	24,67	1.267.882,87
Administração Geral	1.650.000,00	1.670.000,00	227.952,21	733.268,42	230.626,34	414.339,13	14,30	24,81	1.255.660,87
Administração Financeira	13.000,00	13.000,00	778,00	778,00	778,00	778,00	0,03	5,98	12.222,00
Segurança Pública	21.651,50	21.651,50	2.429,60	4.409,60	3.467,00	4.397,00	0,15	20,31	17.254,50
Policiamento	21.651,50	21.651,50	2.429,60	4.409,60	3.467,00	4.397,00	0,15	20,31	17.254,50
Assistência Social	356.000,00	356.000,00	68.562,48	131.518,81	43.395,90	65.264,36	2,25	18,33	290.735,64
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	46.000,00	46.000,00	2.626,00	15.958,90	3.426,00	4.426,00	0,15	9,62	41.574,00
Assistência Comunitária	290.000,00	290.000,00	65.936,48	115.559,91	39.969,90	60.838,36	2,10	20,98	229.161,64
Saúde	2.710.806,93	2.750.806,93	305.676,15	1.566.476,62	435.168,71	821.835,58	28,36	29,88	1.928.971,35
Atenção Básica	2.545.496,93	2.585.496,93	269.089,33	1.522.627,80	407.054,49	792.451,36	27,35	30,65	1.793.045,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	24.000,00	24.000,00	2.955,00	4.225,00	2.955,00	4.225,00	0,15	17,60	19.775,00
Vigilância Sanitária	18.000,00	18.000,00	1.000,00	1.208,00	382,90	382,90	0,01	2,13	17.617,10
Vigilância Epidemiológica	13.310,00	13.310,00	623,50	623,50	623,50	623,50	0,02	4,68	12.686,50
Alimentação e Nutrição	100.000,00	100.000,00	32.008,32	37.792,32	24.152,82	24.152,82	0,83	24,15	75.847,18
Abastecimento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação	3.118.824,88	3.172.791,04	375.570,43	919.483,34	374.786,38	735.045,22	25,37	23,17	2.437.745,82
Ensino Fundamental	2.332.824,88	2.386.791,04	314.259,55	791.792,13	313.582,10	638.394,01	22,03	26,75	1.748.397,03
Ensino Médio	71.000,00	71.000,00	8.800,00	8.800,00	1.760,00	1.760,00	0,06	2,48	69.240,00
Ensino Superior	45.000,00	45.000,00	0,00	30.000,00	3.000,00	6.000,00	0,21	13,33	39.000,00
Educação Infantil	670.000,00	670.000,00	52.510,88	88.891,21	56.444,28	88.891,21	3,07	13,27	581.108,79
Cultura	65.500,00	65.500,00	9.573,75	9.573,75	9.573,75	9.573,75	0,33	14,62	55.926,25
Difusão Cultural	65.500,00	65.500,00	9.573,75	9.573,75	9.573,75	9.573,75	0,33	14,62	55.926,25
Urbanismo	434.659,50	434.659,50	311,00	277.683,69	48.662,03	82.255,03	2,84	18,92	352.404,47
Infra-Estrutura Urbana	80.001,00	80.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.001,00
Serviços Urbanos	346.000,00	346.000,00	311,00	277.683,69	48.662,03	82.255,03	2,84	23,77	263.744,97
Transporte Rodoviário	8.658,50	8.658,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.658,50

Continua 1/3

Município de Vargão - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (c)	12.486.318,00	12.602.284,16	1.341.887,44	5.070.064,40	1.567.565,04	2.897.603,57	100,00	22,99	9.704.680,59
Município de Vargão - SC									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL									
2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									
R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (c)	12.486.318,00	12.602.284,16	1.341.887,44	5.070.064,40	1.567.565,04	2.897.603,57	100,00	22,99	9.704.680,59
Despesa com Pessoal	600.000,00	600.000,00	21.956,80	440.521,16	77.396,60	152.887,06	5,28	25,48	447.112,94
Despesa com Pessoal	600.000,00	600.000,00	21.956,80	440.521,16	77.396,60	152.887,06	5,28	25,48	447.112,94
Despesa com Pessoal	1.663.000,00	1.663.000,00	228.730,21	734.046,42	231.404,34	415.117,13	14,33	24,67	1.267.882,87
Despesa com Pessoal	1.650.000,00	1.670.000,00	227.952,21	733.268,42	230.626,34	414.339,13	14,30	24,81	1.255.660,87
Despesa com Pessoal	13.000,00	13.000,00	778,00	778,00	778,00	778,00	0,03	5,98	12.222,00
Despesa com Pessoal	21.651,50	21.651,50	2.429,60	4.409,60	3.467,00	4.397,00	0,15	20,31	17.254,50
Despesa com Pessoal	21.651,50	21.651,50	2.429,60	4.409,60	3.467,00	4.397,00	0,15	20,31	17.254,50
Despesa com Pessoal	356.000,00	356.000,00	68.562,48	131.518,81	43.395,90	65.264,36	2,25	18,33	290.735,64
Despesa com Pessoal	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Despesa com Pessoal	46.000,00	46.000,00	2.626,00	15.958,90	3.426,00	4.426,00	0,15	9,62	41.574,00
Despesa com Pessoal	290.000,00	290.000,00	65.936,48	115.559,91	39.969,90	60.838,36	2,10	20,98	229.161,64
Despesa com Pessoal	2.710.806,93	2.750.806,93	305.676,15	1.566.476,62	435.168,71	821.835,58	28,36	29,88	1.928.971,35
Despesa com Pessoal	2.545.496,93	2.585.496,93	269.089,33	1.522.627,80	407.054,49	792.451,36	27,35	30,65	1.793.045,57
Despesa com Pessoal	24.000,00	24.000,00	2.955,00	4.225,00	2.955,00	4.225,00	0,15	17,60	19.775,00
Despesa com Pessoal	18.000,00	18.000,00	1.000,00	1.208,00	382,90	382,90	0,01	2,13	17.617,10
Despesa com Pessoal	13.310,00	13.310,00	623,50	623,50	623,50	623,50	0,02	4,68	12.686,50
Despesa com Pessoal	100.000,00	100.000,00	32.008,32	37.792,32	24.152,82	24.152,82	0,83	24,15	75.847,18
Despesa com Pessoal	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Despesa com Pessoal	3.118.824,88	3.172.791,04	375.570,43	919.483,34	374.786,36	735.045,22	25,37	23,17	2.437.745,82
Despesa com Pessoal	2.332.824,88	2.386.791,04	314.259,55	791.792,13	313.582,10	638.394,01	22,03	26,75	1.748.397,03
Despesa com Pessoal	71.000,00	71.000,00	8.800,00	8.800,00	1.760,00	1.760,00	0,06	2,48	69.240,00
Despesa com Pessoal	45.000,00	45.000,00	0,00	30.000,00	3.000,00	6.000,00	0,21	13,33	39.000,00
Despesa com Pessoal	670.000,00	670.000,00	52.510,88	88.891,21	56.444,28	88.891,21	3,07	13,27	581.108,79
Despesa com Pessoal	65.500,00	65.500,00	9.573,75	9.573,75	9.573,75	9.573,75	0,33	14,62	55.926,25
Despesa com Pessoal	65.500,00	65.500,00	9.573,75	9.573,75	9.573,75	9.573,75	0,33	14,62	55.926,25
Despesa com Pessoal	434.659,50	434.659,50	311,00	277.683,69	48.662,03	82.255,03	2,84	18,92	352.404,47
Despesa com Pessoal	80.001,00	80.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.001,00
Despesa com Pessoal	346.000,00	346.000,00	311,00	277.683,69	48.662,03	82.255,03	2,84	23,77	263.744,97
Despesa com Pessoal	8.658,50	8.658,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.658,50

Continua 1/3

Continua 2/3

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

Município de Vargeão - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2012 A ABRIL/2013														IDADAS			SALDO (a - b)
R\$ 1,00														tre	% (b/Total b)	% (b/a)	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2013	13,57 0,00	100,00 0,00	22,99 0,00	9.704.680,59 26.620,00
	Maio/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Sep/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013					
RECEITAS CORRENTES (I)	845.361,48	837.485,41	765.076,82	836.337,28	840.035,41	841.380,31	867.803,28	876.145,44	1.205.134,34	1.331.192,48	900.919,18	1.285.918,07	11.487.279,00	14.880.310,00			
RECEITA TRIBUTÁRIA	85.489,78	30.108,52	27.407,70	85.780,30	20.736,52	27.848,29	28.859,08	17.939,03	17.897,10	9.837,34	25.436,96	59.891,25	427.308,87	511.000,00			
I.P.T.U.	52.548,05	5.410,40	2.798,05	1.894,41	1.264,14	1.306,44	713,72	924,79	0,00	348,75	0,00	41.395,09	106.493,34	130.000,00			
I.R.R.F.	3.700,96	2.588,99	2.738,73	37.611,51	3.538,04	3.011,47	2.749,64	5.594,99	0,00	0,00	0,00	0,00	61.552,96	100.000,00			
I.S.S.	16.183,38	9.130,28	15.899,23	12.500,43	14.780,69	19.285,60	16.769,54	11.195,90	14.905,94	9.588,59	14.473,10	45.025,55	196.481,03	180.000,00			
I.T.B.I.	11.423,10	2.417,00	5.270,00	2.022,70	860,00	1.452,69	8.299,00	0,00	2.991,16	0,00	2.620,00	250,00	37.552,85	34.000,00			
Outras Receitas Tributárias	1.535,76	577,85	930,69	1.741,05	275,05	2.792,09	339,18	209,75	0,00	0,00	8.346,86	3.370,61	20.179,89	67.000,00			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.639,62	10.012,67	8.634,84	9.392,82	9.075,96	9.371,57	9.620,64	0,00	9.899,72	0,00	10.242,13	0,00	92.896,39	136.000,00			
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	20,91	0,00	2.225,54	10.148,41	82,88	3.620,17	6.693,11	4.615,43	11.983,01	39.877,26	77.000,00			
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.336,10	5.528,34	0,00	7.767,44	4.000,00			
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITA DE SERVIÇOS	6.767,80	4.868,20	4.546,45	9.511,59	9.003,09	3.927,36	6.220,37	10.526,20	1.224,95	677,86	2.705,85	6.010,38	66.052,62	72.000,00			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	841.790,64	800.788,64	713.844,15	762.452,73	800.231,63	791.224,33	902.877,75	844.620,49	1.171.095,91	1.210.893,82	841.164,70	1.136.943,11	10.821.067,50	13.835.254,00			
Cota-Parte do F.P.M.	249.549,64	212.953,10	159.026,25	175.482,13	153.544,26	162.964,19	220.313,43	189.591,00	459.305,74	617.812,22	385.813,96	391.780,37	3.315.036,51	6.100.000,00			
Cota-Parte do I.C.M.S.	323.802,67	334.695,05	327.283,80	327.605,85	379.200,03	352.341,71	395.498,98	261.037,97	375.252,24	336.494,61	261.275,76	440.427,22	4.154.894,39	4.500.000,00			
Cota-Parte do I.P.V.A.	35.753,15	31.602,54	35.071,11	35.831,00	32.040,73	32.613,61	13.206,40	3.516,31	13.691,53	19.257,96	20.195,37	30.736,36	301.450,08	300.000,00			
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	99,75	0,00	1.636,39	12.349,47	31,74	316,48	308,14	0,00	0,00	25,67	14.925,64	10.000,00			
Outras Transferências Correntes	89.721,75	84.385,70	77.784,96	92.937,67	86.773,46	91.459,50	150.375,82	260.012,17	173.146,06	92.981,37	76.777,51	132.862,49	1.446.898,20	1.215.254,00			
Transferências de LC 87/1996	6.426,94	5.749,61	5.391,74	5.925,43	5.963,42	5.792,70	5.854,42	5.627,16	5.083,80	4.491,30	4.115,99	4.115,99	66.852,74	80.000,00			
Transferências de LC 87/1996	1.443,69	1.443,69	1.443,69	1.443,69	0,00	2.867,78	1.443,69	0,00	0,00	0,00	0,00	6.959,81	17.077,04	30.000,00			
Transferências do FUNDES	138.083,20	129.588,75	107.802,25	125.225,96	139.040,40	130.885,17	125.895,27	111.773,93	143.425,02	139.375,14	122.946,90	143.049,20	1.353.959,89	1.600.000,00			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.093,94	1.691,28	642,48	1.198,93	978,19	6.952,20	0,00	975,04	536,49	964,23	3.122,67	13.090,82	31.487,12	55.000,00			
DEDUÇÕES (II)	-173.379,09	-159.845,40	-137.526,48	-144.026,27	-145.192,32	-145.619,84	-169.463,39	-130.679,96	171.016,76	195.731,39	126.974,07	172.695,21	-438.395,64	-3.204.000,00			
Desf. Rec. p/ Form. do FUNDES - ICMS Dezan - LC 87/96	-360,97	-360,97	-360,97	-360,97	0,00	-721,94	-360,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.536,79	0,00			
Dedução de Receita para Formação do FUNDES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.016,76	195.731,39	126.974,07	172.695,21	967.377,36	2.204.000,00			
Dedução de Receita para Formação do FUNDES - ICMS	-64.700,42	-66.932,93	-65.456,80	-65.521,04	-75.540,10	-70.469,25	-77.099,62	-52.207,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-538.295,78	0,00			
Dedução de Receita para Formação do FUNDES - IPI	-1.287,18	-1.146,91	-1.072,34	-1.105,30	-1.108,09	-1.159,55	-1.172,89	-1.080,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.305,38	0,00			
Dedução de Receita para Formação do FUNDES - IPVA	-7.150,55	-6.320,38	-7.014,14	-6.709,13	-6.408,08	-6.522,89	-2.841,24	-703,23	0,00	0,00	0,00	0,00	-43.526,43	0,00			
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDES - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-327,67	-2.449,89	-63,54	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.519,33	0,00			
Dedução de Receita p/ Formação FUNDES - FPM (CF, A	-66.819,91	-65.181,21	-63.910,49	-70.192,83	-61.417,68	-64.197,64	-80.125,34	-66.824,39	0,00	0,00	0,00	0,00	-596.159,49	0,00			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	1.118.740,57	987.400,81	892.602,11	980.363,55	985.217,83	986.979,25	1.038.997,16	994.822,38	1.034.117,58	1.035.461,19	773.745,11	1.093.263,38	12.015.825,34	12.486.310,00			
FONTE:																	

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	945.381,48	837.455,41	755.078,62	412.603,37	957.883,25	874.814,44	462.051,34	300.819,18	1.192.260,91	11.487.279,50	14.690.310,00				
RECEITA TRIBUTÁRIA	85.489,78	20.106,52	27.407,70	2.955.760,30	28.858.082,73	52.736,52	17.936.032,84	17.897,26	427.937,34	25.439,96	89,8			511.000,00	
I.P.T.U.	52.546,55	5.410,40	2.799,05	3.721.884,41	924,79	1.264,14	0,00	1.306,44	348,75	71	0,00	41.265,09	108.463,34	130.000,00	
I.R.R.F	3.790,99	2.568,99	2.738,73	749.846,11	5,584	953,64	0,00	11,47	0,00	0,00	61.592,96			100.000,00	
I.S.S.	16.193,38	9.132,28	15.669,23	60	12.500,63	6.789,54	14.780,69	1.156,50	19.285,	14.985,84	199.458,09	14.473,10	45,00	180.000,00	
I.T.B.I.	11.423,10	2.417,00	5.270,00	6,00	2.022,70	0,00	880,00	2.991,16	1.452,69	0,00	8,26	2.620,00	250,00	34.000,00	
Outras Receitas Tributárias	1.535,76	577,85	930,69	75.741,05	0,00	275,05	0,00	2.792,09	8.346,86	339,18	3.370,61	269	20.178,89	67.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.639,62	10.012,97	8.634,84	628.849,92	0,00	75,98	9.899,27	1,57	0,00	18.242,13	0,00	93.898,39		136.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	20,91	0,00	2.226,54	10.148,41	82,68	3.920,17	6.680,11	4.615,43	11.983,01	39.677,26	77.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	4	0,00	0,00	7.767,44	0,00	0,00	0,00	2.239,10	5.528,3		4.000,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	6.797,80	4.896,20	4.549,45	20.39.511,59	10.528,29	0,00	926,77	86,2	2.705,65	6.010,38	66.052,			72.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	841.790,44	800.788,44	713.844,15	917.224,32	902.607,23	844.762,09	82.171.655,34	1.164.702	10.693.139	943,11	10.821.087,50			13.835.254,00	
Cota-Parte do F.P.M.	249.549,84	212.953,10	159.026,25	62.195.442,13	220.133.544,28	166.156,10	545.639,74	38.167.003,22	3.315.336,51					6.100.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	323.802,67	334.665,05	327.283,60	523.716,65	385.792,99	26.130,37	137.752,24	44.036.742,61	4.104.291,39					4.500.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	35.753,15	31.602,34	35.071,11	813.831,00	13.206.403,20	0,00	73.316,31	32.613	13.09.563	301.987,98	20.156,37	30,7		300.000,00	
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	69,75	4	0,00	0,00	38,39	0,00	249,47	25.631,74	14.925,64	16,48	308,1	10.000,00	
Outras Transferências Correntes	89.721,75	84.385,70	77.784,86	5.092.937,67	50.375,62	8.773,42	996.012,17	1.459	173.146,08	92.661,37	76.777,51			1.215.254,00	
Transferências da LC 61/1989	6.435,94	5.749,61	5.361,74	64.42.926,43	5.402,65	993,42	6.627,16	792,70	5.488,56	4.491,20	4.118,99	66.852		80.000,00	
Transferências da LC 87/1996	1.443,89	1.443,89	1.443,89	9	1.443,89	0,00	0,00	2.887,78	0,00	1.443,8	0,00	6.969,81	17.077,04	30.000,00	
Transferências do FUNDEB	135.083,20	129.988,75	107.802,95	30.185.525,96	125.650,40	11.117,33	2.149.425,02	143.189,25	14	1.553.525,89				1.600.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.663,84	1.651,28	642,48	0,00	1.198,58	536,49	978,19	964.236.662,20	3.122,97	0,00	13.090,82	976	31.487,12	55.056,00	
DEDUÇÕES (II)	-173.379,03	-159.945,40	-137.528,49	2,22-144.026,24	5.518,94-145,19			-169.463,90	-120.678,95	171.016,78	7	195.730,20	55,21	2.204.000,00	
Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	60,97	-3	-360,97	-360,97	0,00	-721,94		-360,97	0,00	0,00		0,00	0,00	-2.526,79	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	171.016,78	195.730,20	22.206.700,00	172.555,21	667	0,00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ICMS	4.760,42	-6	-66.932,93	-65.456,60	4.665.521,04	-75.840,10	-70	-77.099,92	-52.207,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-538.286,78	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPI	287,18	-1	-1.149,91	-1.072,34	-1.185,30	-1.198,69	-1.158,55	-1.172,89	-1.080,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.305,38	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	150,55	-7	-6.320,38	-7.014,14	8	-6.766,13	-6.408,08	-6.522,6	-2.641,24	-703,23	0,00	0,00	0,00	-43.526,43	
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	0,00	-327,67	-2.449,88			-63,54	-63,29	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.918,33	
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A 99.819,91 -	-85.181,21	-63.610,49	4.197.849,23	-61.417,68	-6			-88.125,34	-66.624,39	0,00	0,00	0,00	0,00	-599.169,49	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	51	967.480,01	892.607,11	982.369,30	1.126.997,25	994.922,79	2	1.034.174,50	1.034.174,50	12.221.563,34	12.486.310,00				

FONTE:

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Vargão - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.430.451,41	106.535,71	0,00	1.323.915,70
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.430.451,41	106.535,71	0,00	1.323.915,70
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.430.451,41	-106.535,71		-1.323.915,70

FONTE:

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	357.449,94	331.988,20	318.118,11
DEDUÇÕES (II)	1.748.724,77	2.408.770,97	2.605.040,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.748.724,77	2.472.639,70	2.656.436,61
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.569,75	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	65.438,48	51.396,59
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.391.274,83	-2.076.782,77	-2.286.921,91
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	52.942,66	47.440,02	41.957,48
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.444.217,49	-2.124.222,79	-2.328.879,39

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2013 (C - A)
VALOR	-204.656,60	-884.661,90

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-207.600,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.409.310,00	1.844.510,03	3.903.488,47	3.635.590,46
Receita Tributária	511.000,00	115.331,21	143.165,65	168.296,48
I.P.T.U.	130.000,00	41.265,09	41.613,84	48.784,42
I.S.S.	180.000,00	59.478,65	83.973,18	69.263,21
I.T.B.I.	34.000,00	2.870,00	5.861,16	6.502,70
I.R.R.F.	100.000,00	0,00	0,00	10.280,07
Outras Receitas Tributárias	67.000,00	11.717,47	11.717,47	33.466,08
Receita de Contribuição	136.000,00	18.242,13	28.141,85	37.268,68
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	136.000,00	18.242,13	28.141,85	37.268,68
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	77.000,00	16.598,44	27.198,72	5,08
(-) Aplicações Financeiras	77.000,00	16.598,44	27.198,72	5,08
Transferências Correntes	11.631.254,00	1.680.478,53	3.696.080,18	3.408.763,23
F.P.M.	4.880.000,00	590.075,51	1.451.689,94	1.402.123,39
I.C.M.S.	3.600.000,00	561.362,95	1.130.763,78	1.109.885,37
Convênios	80.000,00	17.945,76	17.945,76	30.000,00
Outras Transferências Correntes	3.071.254,00	511.094,31	1.095.680,70	866.754,47
Demais Receitas Correntes	131.056,00	30.458,16	36.100,79	21.262,07
Dívida Ativa	17.968,51	1.165,64	1.540,13	3.930,93
Diversas Receitas Correntes	113.087,49	29.292,52	34.560,66	17.331,14
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8,00	78.851,84	127.851,84	480.436,32
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	72.950,00	121.950,00	0,00
Transferências de Capital	8,00	5.901,84	5.901,84	480.436,32
Convênios	8,00	5.901,84	5.901,84	480.436,32
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8,00	5.901,84	5.901,84	480.436,32
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.409.318,00	1.850.411,87	3.909.390,31	4.116.026,78
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.145.212,75	1.498.556,82	2.791.067,86	784.388,03
Pessoal e Encargos Sociais	5.504.742,75	776.949,59	1.537.686,53	749.215,51
Juros e Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	643,23	1.955,87	0,00
Outras Despesas Correntes	5.615.470,00	720.964,00	1.251.425,46	35.172,52
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.120.212,75	1.497.913,59	2.789.111,99	784.388,03
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.430.451,41	69.008,22	106.535,71	0,00
Investimentos	850.451,41	55.138,13	67.203,88	0,00
Inversões Financeiras	400.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	400.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	180.000,00	13.870,09	39.331,83	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.250.451,41	55.138,13	67.203,88	0,00

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	26.620,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	12.397.284,16	1.553.051,72	2.856.315,87	784.388,03
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	12.033,84	297.360,15	1.053.074,44	3.331.638,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	81.288,74	0,00
Superávit Financeiro	-	-	81.288,74	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				128.000,00

FONTE:

Vargeão, 27/05/2013

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	463.299,51	463.299,51	105.310,86	134.252,18	28,98
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	148.634,00	148.634,00	42.962,21	44.417,84	29,88
1.1.1- IPTU	130.000,00	130.000,00	41.265,09	41.613,84	32,01
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.662,00	2.662,00	627,59	1.359,98	51,09
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	15.972,00	15.972,00	1.069,53	1.444,02	9,04
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	34.000,00	34.000,00	2.870,00	5.861,16	17,24
1.2.1- ITBI	34.000,00	34.000,00	2.870,00	5.861,16	17,24
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	180.665,51	180.665,51	59.478,65	83.973,18	46,48
1.3.1- ISS	180.000,00	180.000,00	59.478,65	83.973,18	46,65
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	665,51	665,51	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.020.000,00	11.020.000,00	1.505.768,71	3.339.510,83	30,30
2.1- Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	737.594,33	1.814.612,29	29,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.100.000,00	6.100.000,00	737.594,33	1.814.612,29	29,75
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.500.000,00	4.500.000,00	701.702,98	1.413.453,83	31,41
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	6.969,81	6.969,81	23,23
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	8.610,19	20.325,85	25,41
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	25,67	333,81	3,34
2.6- Cota-Parte IPVA	300.000,00	300.000,00	50.865,73	83.815,24	27,94
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.483.299,51	11.483.299,51	1.611.079,57	3.473.763,01	30,25
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	330.000,00	330.000,00	39.401,51	76.084,24	23,06
5.1- Transferências do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	28.516,12	65.198,85	32,60
5.2- Outras Transferências do FNDE	130.000,00	130.000,00	10.885,39	10.885,39	8,37
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.000,00	80.000,00	17.945,76	17.945,76	22,43
6.1- Transferências de Convênios	80.000,00	80.000,00	17.945,76	17.945,76	22,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	10.000,00	10.000,00	1.416,35	2.363,05	23,63
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	420.000,00	420.000,00	58.763,62	96.393,05	22,95

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.204.000,00	2.204.000,00	300.629,28	667.377,36	30,28
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	147.518,82	362.922,35	29,75
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	900.000,00	900.000,00	140.340,03	282.690,05	31,41
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	1.393,96	1.393,96	23,23
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	1.722,03	4.065,18	25,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	5,28	66,90	3,35
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	60.000,00	60.000,00	9.649,16	16.238,92	27,06
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	265.699,10	548.499,26	34,28
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	265.699,10	548.499,26	34,28
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-604.000,00	-604.000,00	-34.930,18	-118.878,10	19,68
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.290.000,00	1.290.000,00	200.519,16	392.004,28	30,39
13.1- Com Educação Infantil	140.000,00	140.000,00	23.752,49	47.623,66	34,02
13.2- Com Ensino Fundamental	1.150.000,00	1.150.000,00	176.766,67	344.380,62	29,95
14- OUTRAS DESPESAS	320.000,00	320.000,00	17.810,57	30.502,57	9,53
14.1- Com Educação Infantil	210.000,00	210.000,00	13.496,44	17.746,44	8,45
14.2- Com Ensino Fundamental	110.000,00	110.000,00	4.314,13	12.756,13	11,60
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.610.000,00	1.610.000,00	218.329,73	422.506,85	26,24
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					71,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013²					0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.870.824,88	2.870.824,88	402.769,89	868.440,75	30,25
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	671.000,00	671.000,00	54.906,33	87.353,26	13,02
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	350.000,00	350.000,00	37.248,93	65.370,10	18,68
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	321.000,00	321.000,00	17.657,40	21.983,16	6,85
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.032.824,88	2.032.824,88	240.542,76	565.354,67	27,81
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	181.080,80	357.136,75	28,34
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	772.824,88	772.824,88	59.461,96	208.217,92	26,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+ 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.703.824,88	2.703.824,88	295.449,09	652.707,93	24,14
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB= (12)					-118.878,10
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-118.878,10
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 28) – (37))					771.586,03
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					22,21

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	200.000,00	200.000,00	23.008,61	23.008,61	11,50
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	99.000,00	152.966,16	51.568,68	51.568,68	33,71
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	299.000,00	352.966,16	74.577,29	74.577,29	21,13
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.002.824,88	3.056.791,04	370.026,38	727.285,22	23,79
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	39.022,75	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	548.499,26	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	488.227,16	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	99.294,85	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	463.299,51	463.299,51	105.310,86	134.252,18	28,98
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	148.634,00	148.634,00	42.962,21	44.417,84	29,88
1.1.1- IPTU	130.000,00	130.000,00	41.265,09	41.613,84	32,01
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do PTU	2.662,00	2.662,00	627,59	1.359,98	51,09
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	15.972,00	15.972,00	1.069,53	1.444,02	9,04
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	34.000,00	34.000,00	2.870,00	5.861,16	17,24
1.2.1- ITBI	34.000,00	34.000,00	2.870,00	5.861,16	17,24
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	180.665,51	180.665,51	59.478,65	83.973,18	46,48
1.3.1- ISS	180.000,00	180.000,00	59.478,65	83.973,18	46,65
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	665,51	665,51	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retida na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.020.000,00	11.020.000,00	1.505.768,71	3.339.510,83	30,30
2.1- Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	737.594,33	1.814.612,29	29,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.100.000,00	6.100.000,00	737.594,33	1.814.612,29	29,75
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.500.000,00	4.500.000,00	701.702,98	1.413.453,83	31,41
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	6.969,81	6.969,81	23,23
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	8.610,19	20.325,85	25,41
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	25,67	333,81	3,34
2.6- Cota-Parte IPVA	300.000,00	300.000,00	50.865,73	83.815,24	27,94
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.483.299,51	11.483.299,51	1.611.079,57	3.473.763,01	30,25
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	330.000,00	330.000,00	39.401,51	76.084,24	23,06
5.1- Transferências do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	28.516,12	65.198,85	32,60
5.2- Outras Transferências do FNDE	130.000,00	130.000,00	10.885,39	10.885,39	8,37
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.000,00	80.000,00	17.945,76	17.945,76	22,43
6.1- Transferências de Convênios	80.000,00	80.000,00	17.945,76	17.945,76	22,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	10.000,00	10.000,00	1.416,35	2.363,05	23,63
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	420.000,00	420.000,00	58.763,62	96.393,05	22,95

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.204.000,00	2.204.000,00	300.629,28	667.377,36	30,28
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	147.518,82	362.922,35	29,75
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	900.000,00	900.000,00	140.340,03	282.690,05	31,41
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	1.393,96	1.393,96	23,23
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	1.722,03	4.065,18	25,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	5,28	66,90	3,35
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	60.000,00	60.000,00	9.649,16	16.238,92	27,06
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	265.699,10	548.499,26	34,28
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	265.699,10	548.499,26	34,28
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-604.000,00	-604.000,00	-34.930,18	-118.878,10	19,68
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.290.000,00	1.290.000,00	200.519,16	392.004,28	30,39
13.1- Com Educação Infantil	140.000,00	140.000,00	23.752,49	47.623,66	34,02
13.2- Com Ensino Fundamental	1.150.000,00	1.150.000,00	176.766,67	344.380,62	29,95
14- OUTRAS DESPESAS	320.000,00	320.000,00	17.810,57	30.502,57	9,53
14.1- Com Educação Infantil	210.000,00	210.000,00	13.496,44	17.746,44	8,45
14.2- Com Ensino Fundamental	110.000,00	110.000,00	4.314,13	12.756,13	11,60
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.610.000,00	1.610.000,00	218.329,73	422.506,85	26,24
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					71,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.870.824,88	2.870.824,88	402.769,89	868.440,75	30,25
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	671.000,00	671.000,00	54.906,33	87.353,26	13,02
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	350.000,00	350.000,00	37.248,93	65.370,10	18,68
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	321.000,00	321.000,00	17.657,40	21.983,16	6,85
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.032.824,88	2.032.824,88	240.542,76	565.354,67	27,81
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	181.080,80	357.136,75	28,34
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	772.824,88	772.824,88	59.461,96	208.217,92	26,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+ 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.703.824,88	2.703.824,88	295.449,09	652.707,93	24,14
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB= (12)					-118.878,10
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-118.878,10
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 28) – (37))					771.586,03
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					22,21

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DOS ALFARÉDUCO	200.000,00	200.000,00	23.008,61	23.008,61	11,50
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	99.000,00	152.966,16	51.568,68	51.568,68	33,71
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	299.000,00	352.966,16	74.577,29	74.577,29	21,13
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.002.824,88	3.056.791,04	370.026,38	727.285,22	23,79
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	39.022,75	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	548.499,26	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	488.227,16	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	99.294,85	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	121.950,00	-121.950,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	121.950,00	-121.950,00
TOTAL	0,00	121.950,00	-121.950,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	121.950,00	121.950,00

FONTE:

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	463.299,51	463.299,51	134.252,18	28,98
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	130.000,00	130.000,00	41.613,84	32,01
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	34.000,00	34.000,00	5.861,16	17,24
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	180.000,00	180.000,00	83.973,18	46,65
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.662,00	2.662,00	1.359,98	51,09
Dívida Ativa dos Impostos	16.637,51	16.637,51	1.444,02	8,68
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.020.000,00	11.020.000,00	3.339.510,83	30,30
Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	1.814.612,29	29,75
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	333,81	3,34
Cota-Parte IPVA	300.000,00	300.000,00	83.815,24	27,94
Cota-Parte ICMS	4.500.000,00	4.500.000,00	1.413.453,83	31,41
Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	20.325,85	25,41
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	6.969,81	23,23
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	6.969,81	23,23
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.483.299,51	11.483.299,51	3.473.763,01	30,25

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	570.310,00	570.310,00	314.126,46	55,08
Provenientes da União	570.310,00	570.310,00	314.126,46	55,08
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	333,84	16.692,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.000,00	3.000,00	4.787,01	159,57
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	573.312,00	573.312,00	319.247,31	55,68

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.473.804,93	2.473.804,93	1.485.583,17	60,05	754.581,63	30,50
Pessoal e Encargos Sociais	1.316.000,00	1.316.000,00	628.594,81	47,77	472.206,30	35,88
Outras Despesas Correntes	1.157.804,93	1.157.804,93	856.988,36	74,02	282.375,33	24,39
DESPESAS DE CAPITAL	127.002,00	167.002,00	43.101,13	25,81	43.101,13	25,81
Investimentos	127.002,00	167.002,00	43.101,13	25,81	43.101,13	25,81

Continua 1/4

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	127.002,00	167.002,00	43.101,13	25,81	43.101,13	25,81
Investimentos	127.002,00	167.002,00	43.101,13	25,81	43.101,13	25,81
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.600.806,93	2.640.806,93	1.528.684,30	57,89	797.682,76	30,21
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APUR. AÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	546.312,00	546.312,00	197.197,48	12,90	179.287,57	22,48
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	546.312,00	546.312,00	197.197,48	12,90	179.287,57	22,48
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	546.312,00	546.312,00	197.197,48	12,90	179.287,57	22,48
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.054.494,93	2.094.494,93	1.331.486,82	44,99	618.395,19	7,73
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						38,33
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						810.428,91

Continuação 2/4

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	51.677,93	-51.677,93	0,00
TOTAL	0,00	0,00	51.677,93	-51.677,93	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.545.496,93	2.585.496,93	1.522.627,80	99,60	792.451,36	99,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	24.000,00	24.000,00	4.225,00	0,28	4.225,00	0,53
Vigilância Sanitária	18.000,00	18.000,00	1.208,00	0,08	382,90	0,05
Vigilância Epidemiológica	13.310,00	13.310,00	623,50	0,04	623,50	0,08
TOTAL	2.600.806,93	2.640.806,93	1.528.684,30	100,00	797.682,76	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de Vargem - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	12.486.318,00	
Previsão Atualizada		—	12.486.318,00	
Receitas Realizadas		1.939.960,31	4.058.539,03	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	81.288,74	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	12.486.318,00	
Créditos Adicionais		—	115.966,16	
Dotação Atualizada		—	12.602.284,16	
Despesas Empenhadas		1.341.887,44	5.070.064,40	
Despesas Liquidadas		1.567.565,04	2.897.603,57	
Superavit Orçamentário		—	1.160.935,46	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.341.887,44	5.070.064,40	
Despesas Liquidadas		1.567.565,04	2.897.603,57	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			12.015.635,34	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-207.600,00	-884.661,90	426,14
Resultado Primário		128.000,00	1.053.074,44	822,71
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	564.756,82	0,00	345.535,12	219.221,70
	564.756,82	0,00	345.535,12	219.221,70
TOTAL:	564.756,82	0,00	345.535,12	219.221,70
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		771.586,03	25%	22,21
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		392.004,28	60%	71,47
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		106.535,71	1.323.915,70	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Vargem - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		121.950,00	-121.950,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.331.486,82	15,00	38,33
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Vargem Bonita

PREFEITURA

Editais Chamada Pública 001/2013 Chamada Pública Para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

EDITAL CHAMADA PÚBLICA 001/2013
CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

O Município de Vargem Bonita, com sede à Rua Coronel Vitório, nº 966, Centro, atendendo a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 realiza chamada pública, a partir do dia 11 de junho de 2013, às 09h00min, na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

Vargem Bonita 24 de maio de 2013.
MELANIA A. ROMAN MENEZHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

Editais de Tomada de Preços Nº. 10/2013 - Construção Unidade Básica Saúde Porte I
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 10/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos/SC, torna público, que fará realizar no Gabinete da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para Mão de Obra, de pedreiros, carpinteiros, eletrecista, auxiliares, Responsabilidade Técnica, bem como a relação completa do material necessário para construção de uma Unidade Básica de Saúde, Porte I neste município de VIDAL RAMOS. Em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Prefeitura - Setor de Compras, horário comercial, ou pelo email: compras@prefeituravidalramos.com.br

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 10:00 horas do dia 14 de junho de 2013, devem ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação

será efetuada às 10:00 horas do 14 de junho de 2013, no Gabinete no Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Vidal Ramos, 27 de maio de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.921/13

LEI N.º 2.921/13, DE 22 DE MAIO DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com a Associação Recreativa Cultural de Handebol Videirense - ARCHAVI e a repassar-lhe contribuição financeira que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação Recreativa Cultural de Handebol Videirense - ARCHAVI, nos termos da minuta anexa que faz parte integrante da presente LEI.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos esportivos da referida Associação, o desenvolvimento da prática do Handebol em todos os níveis sociais e em especial a aquisição de material esportivo.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a serem pagos em parcela única no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal

01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 22 de maio de 2013
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de maio de 2013.

RENATA CHRISTINA MELILLO
Secretária de Administração em Exercício

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
LEI Nº 2.921/2013

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Interino, Senhor LOURENÇO BECKER, e a ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL DE HANDEBOL VIDEIRENSE - ARCHAVI, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 11.800.710/0001-12, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 2.428/10, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2013, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, e a ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL DE HANDEBOL VIDEIRENSE - ARCHAVI, resolvem, nos termos da Lei nº 2.921/13, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a manutenção e a consecução dos objetivos esportivos da referida Associação, o desenvolvimento da prática do handebol em todos os níveis sociais, em especial a aquisição de material esportivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA e F.M.E.V

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- repassar o valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ARCHAVI

I- preparar novos atletas para representarem o Município em competições a nível regional, estadual e nacional;
II- promover a integração entre o esporte e a comunidade;
III- incentivar a educação;
IV- afastar crianças, jovens e adolescentes das ruas, das drogas e de qualquer outro tipo de vício;
V- proporcionar o aperfeiçoamento físico e intelectual do atleta;
VI- promover competições em nosso Município, divulgando o Handebol;
VII- divulgar o nome do Município e da F.M.E.V, adotando um uniforme padrão, sendo que todos os atletas da ARCHAVI deverão obrigatoriamente utilizá-lo em todos e quaisquer eventos dos quais participem ou estejam envolvidos;
VIII- participar, em nome do Município de Videira, dos eventos oficiais da FESPORTE: OLESC, Joguinhos e JASC, nas fases classificatórias Regional e Estadual;
IX- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2013, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 2013.
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL DE HANDEBOL VIDEIRENSE - ARCHAVI
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

Lei Nº 2.922/13

LEI Nº 2.922/13, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos Especiais a MANOS IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 0880/01, de 11 de julho de 2001, os seguintes Incentivos Econômicos Especiais a Manos Implementos Rodoviários Ltda, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito nos Processos Administrativos nº 3812/13 e 4716/13:

I - Até 50 (cinquenta) horas dos serviços de 01 (uma) motoniveladora;

II - Até 50 (cinquenta) horas dos serviços de 01 (um) escavadeira hidráulica;

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de maio de 2013
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de maio de 2013.

RENATA CHRISTINA MELILLO
Secretária de Administração em Exercício

Lei Nº 2.923/13

LEI N.º 2.923/13, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar, à Empresa ELIANE FENILI LINS EPP - FEMAL, área de terras que especifica para a instalação do empreendimento industrial da donatária, e dá outras

providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar, com encargo, nos termos do art. 17, §§ 4º e 5º da Lei n.º 8.666/93, como incentivo à Empresa Eliane Fenili Lins EPP - FEMAL, para a instalação do seu estabelecimento industrial, nos termos da Lei Municipal nº 0880/01 e conforme o Processo Administrativo nº 13.356/11, o Lote nº 06, com área de 2.043,99m² (dois mil, quarenta e três metros e noventa e nove decímetros quadrados), localizado no Bairro Água Verde, objeto da matrícula nº 12.702.

Art. 2º A doação de que trata o art. 1º desta Lei independe de concorrência, em vista da existência de relevante interesse social e de ser feita com encargo, de conformidade com o art. 123, I, a) da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º A donatária obriga-se, como encargo da doação, a utilizar o terreno doado para ampliar suas instalações, aumentando o número de empregos e a sua produção industrial, devendo iniciar a construção dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados da assinatura da escritura pública de doação e executá-lo conforme o cronograma constante do projeto aprovado pelo Município.

Art. 4º Na Escritura Pública de doação do imóvel constará obrigatoriamente cláusula em que a donatária se obrigue a atender à finalidade e aos prazos referidos no art. 3º supra, sob pena de reversão automática do objeto doado ao patrimônio municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 5º A doação a que se refere a presente Lei, com dispensa de licitação, será efetivada mediante Escritura Pública da qual constarão, obrigatoriamente, os encargos da donatária, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, nos termos do § 4º do art. 17 da Lei nº 8.666/93, sob pena de nulidade do ato.

Art. 6º Na escritura pública constará, ainda, cláusula de inalienabilidade do terreno doado, sem prévia autorização escrita da Prefeitura, antes de 10 anos de sua aquisição.

Art. 7º Mediante autorização expressa do Prefeito Municipal poderá a empresa beneficiada hipotecar ou dar em garantia, a instituições Financeiras ou Bancárias, os terrenos recebidos em doação, para fins de levantamento de empréstimos destinados à instalação e manutenção do empreendimento ou ao desenvolvimento do complexo de suas atividades industriais dentro do Município de Videira.

Art. 8º Na hipótese do artigo anterior, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da Lei nº 8.666/93.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de maio de 2013
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 22

dias do mês de maio de 2013.

RENATA CHRISTINA MELILLO

Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 10.429/13

DECRETO Nº 10.429/13, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 719.625,07 (Setecentos e dezenove mil seiscentos e vinte e cinco reais e sete centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.063 - Atenção Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.8	-	Aplicações	Diretas
162.000,00			

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0164.10-		Aplicações	Diretas
150.000,00			

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003.0	-	Aplicações	Diretas
200.000,00			

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071.59	-	Aplicações	Diretas
20.705,59			

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071.67-		Aplicações	Diretas
10.919,48			

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.066 - Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.16	-	Aplicações	Diretas
176.000,00			

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 719.625,07

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2012 e excesso de arrecadação de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de maio de 2013.

RENATA CHRISTINA MELILLO

Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 10.430/13

DECRETO Nº 10.430/13, DE 23 DE MAIO DE 2013

Decreta Ponto Facultativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta no artigo 3º do Decreto nº 10.281/13, de 04 de janeiro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo, nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades dos serviços essenciais, no dia 31 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de maio de 2013.

RENATA CHRISTINA MELILLO

Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 10.431/13

DECRETO Nº 10.431/13, DE 24 DE MAIO DE 2013.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

LOURENÇO BECKER, Prefeito Municipal Interino, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 4416/13, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Valmor José Zago, Valmir Antônio Zago e Valcir Anzanello;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 03 (três) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 471,12 m² (quatrocentos e setenta e um metros e doze decímetros quadrados), sendo a área nº 02 com 471,12 m² (quatrocentos e setenta e um metros e doze decímetros quadrados), sendo a área nº 03 com 2.363,35 m² (dois mil, trezentos e sessenta e três metros e trinta e cinco decímetros quadrados), de propriedade de Valmor José Zago e Valmir Antônio Zago, constante da matrícula nº 30.907, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 4416/2013.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 2.363,35 m² (dois mil, trezentos e sessenta e três metros e trinta e cinco decímetros quadrados), área nº 03 desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Valcir Anzanello, constante da matrícula nº 27.549 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 30.562,87 m² (trinta mil quinhentos e sessenta e dois metros e oitenta e sete decímetros quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 24 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0238/13

PORTARIA nº 0238/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7477/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a JOCELI MARIA MARTINS DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, de 1º de agosto de 2013 até 1º de novembro de 2013, referente ao quinquênio de 1º de março de 2001 até 28 de fevereiro de 2006.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2013.

Videira, 23 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de maio de 2013.

RENATA CHRISTINA MELILLO

Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0257/13

PORTARIA nº 0257/13

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel para fins de locação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Ação Social datada de 23/05/13;

RESOLVE

Art. 1º Designar ARNALDO POSANSKE, MIGUEL ALBERTO VIECELI E MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de até 10 (dez) dias, para fins de locação, um imóvel, com a área aproximada de 242,11 m², localizada na Rua Mário Porto Lopes, Lote nº 07, Bairro Campo Experimental, Videira-SC, de propriedade de Sérgio Denardi, inscrito no CPF nº 296.664.229-72, a ser utilizado pelo Departamento de Ação Social para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos



da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de maio de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0258/13

PORTARIA nº 0258/13
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6931/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a IVANIR SARTOR JORGE, Merendeira, de 1º de agosto de 2013 até 1º de novembro de 2013, referente ao quinquênio de 02 de março de 2005 até 1º de março de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2013.

Videira, 24 de maio de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0259/13

PORTARIA nº 0259/13
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7488/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ELIZETE VESCOVI SOERGER, Professora, de 02 de setembro de 2013 até 02 de dezembro de 2013, referente ao quinquênio de 02 de março de 1995 até 1º de março de 2000.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2013.

Videira, 24 de maio de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração

aos 24 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0260/13

PORTARIA nº 0260/13
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7770/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a CARLOS JOSÉ MANNETTI, Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, de 03 de julho de 2013 até 03 de outubro de 2013, referente ao quinquênio de 1º de julho de 1999 até 30 de junho de 2004.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de julho de 2013.

Videira, 24 de maio de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 32/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2013 - FMS
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal Interino de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 32/2013 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA REABILITAÇÃO DOS PACIENTES QUE FAZEM PARTE DO PROGRAMA ÓRTESES E PRÓTESES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 13 de Junho de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 às 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 23 de Maio de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Pregão Presencial Nº 33/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2013 - FMS

O Prefeito Municipal Interino de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 33/2013 - FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BALÕES, BROCHES DE METAL, CANETAS E PORTA MOEDAS PARA SEREM UTILIZADOS NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO INFANTIL E NO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 20 de Junho de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 às 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012. Videira/SC, 24 de Maio de 2013. LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Pregão Presencial Nº 78/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2013 - PMV

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 78/2013 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO PARA SEREM UTILIZADAS POR TODAS AS SECRETARIAS E PELO GABINETE DO PREFEITO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 12 de Junho de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 24 de Maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Editais de Convocação Nº 022/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADO	CARGO
1- Felipe Antunes de Lima	Agente Administrativo II

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda,

contendo nome e data de nascimento;

k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;

l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;

m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;

n) Declaração de bens;

o) Certidão negativa de antecedentes criminais;

p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 22 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino



**O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão**

www.ciga.sc.gov.br

Anexo 1 - RREO 2º Bim 2013
ANEXO 1 - RREO 2º BIM 2013

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	108.057.422,00	108.057.422,00	18.048.218,42	16,70	34.148.611,38	31,60	73.908.810,62
RECEITAS CORRENTES	105.018.122,00	105.018.122,00	16.674.687,83	15,88	32.428.559,83	30,88	72.589.562,17
RECEITA TRIBUTARIA	14.160.000,00	14.160.000,00	2.903.453,04	20,50	4.730.685,45	33,41	9.429.314,55
IMPOSTOS	12.120.000,00	12.120.000,00	2.284.773,95	18,85	3.850.633,71	31,77	8.269.366,29
TAXAS	1.915.000,00	1.915.000,00	612.996,58	32,01	869.450,08	45,40	1.045.549,92
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	125.000,00	125.000,00	5.682,51	4,55	10.601,66	8,48	114.398,34
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.115.500,00	4.115.500,00	835.880,72	20,31	1.411.310,78	34,29	2.704.189,22
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.115.500,00	3.115.500,00	647.131,54	20,77	1.033.457,85	33,17	2.082.042,15
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	1.000.000,00	1.000.000,00	188.749,18	18,87	377.852,93	37,79	622.147,07
RECEITA PATRIMONIAL	11.429.952,00	11.429.952,00	683.338,13	5,98	1.379.791,08	12,07	10.050.160,92
RECEITAS IMOBILIARIAS	83.000,00	83.000,00	17.216,44	20,74	27.947,98	33,67	55.052,02
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	10.779.952,00	10.779.952,00	660.681,42	6,13	1.341.247,42	12,44	9.438.704,58
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	550.000,00	550.000,00	4.438,95	0,81	6.908,95	1,26	543.091,05
Outras Rec. Patrimoniais	17.000,00	17.000,00	1.001,32	5,89	3.686,73	21,69	13.313,27
RECEITA DE SERVIÇOS	313.000,00	313.000,00	30.474,10	9,74	60.052,49	19,19	252.947,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.557.970,00	72.557.970,00	11.753.891,87	16,20	24.065.083,22	33,17	48.492.886,78
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	72.411.700,00	72.411.700,00	11.743.695,77	16,22	24.040.444,99	33,20	48.371.255,01
Transf. de Instituições Privadas	3.270,00	3.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.270,00
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	26,10	0,00	33,08	0,00	-33,08
Transf. de Conv.	143.000,00	143.000,00	10.170,00	7,11	24.605,15	17,21	118.394,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.441.700,00	2.441.700,00	467.649,97	19,15	781.636,81	32,01	1.660.063,19
Multas e Juros de Mora	954.500,00	954.500,00	172.236,63	18,04	295.873,32	31,00	658.626,68
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	615.000,00	615.000,00	181.720,99	29,55	240.673,13	39,13	374.326,87
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	655.000,00	655.000,00	99.214,90	15,15	212.854,21	32,50	442.145,79
RECEITAS DIVERSAS	217.200,00	217.200,00	14.477,45	6,67	32.236,15	14,84	184.963,85
RECEITAS DE CAPITAL	3.039.300,00	3.039.300,00	1.373.530,59	45,19	1.720.051,55	56,59	1.319.248,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	337.413,84	16,87	531.078,94	26,55	1.468.921,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	337.413,84	16,87	531.078,94	26,55	1.468.921,06
ALIENAÇÃO DE BENS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	160.000,00	160.000,00	44.267,04	27,67	67.206,51	42,00	92.793,49
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	799.300,00	799.300,00	991.849,71	124,09	1.121.766,10	140,34	-322.466,10
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	580.800,00	580.800,00	60.383,02	10,40	190.299,41	32,77	390.500,59
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	218.500,00	218.500,00	931.466,69	426,30	931.466,69	426,30	-712.966,69
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.840.000,00	9.840.000,00	1.702.597,61	17,30	2.595.034,20	26,37	7.244.965,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.840.000,00	9.840.000,00	1.702.597,61	17,30	2.595.034,20	26,37	7.244.965,80
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	300.000,00	300.000,00	78.127,56	26,04	119.946,06	39,98	180.053,94
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.540.000,00	9.540.000,00	1.624.470,05	17,03	2.475.088,14	25,94	7.064.911,86

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.840.000,00	9.840.000,00	1.702.597,61	17,30	2.595.034,20	26,37	7.244.965,80
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	300.000,00	300.000,00	78.127,56	26,04	119.946,06	39,98	180.053,94
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.540.000,00	9.540.000,00	1.624.470,05	17,03	2.475.088,14	25,94	7.064.911,86
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	117.897.422,00	117.897.422,00	19.750.816,03	16,75	36.743.645,58	31,17	81.153.776,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	117.897.422,00	117.897.422,00	19.750.816,03	16,75	36.743.645,58	31,17	81.153.776,42
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	117.897.422,00	117.897.422,00	19.750.816,03	16,75	36.743.645,58	31,17	81.153.776,42
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	6.104.908,34	—	—	790.743,58	—	—
Superávit Financeiro	—	6.104.908,34	—	—	790.743,58	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	113.059.922,00	11.840.460,25	124.900.382,25	17.771.103,60	41.419.342,02	15.763.160,94	26.790.538,84	21,45	98.109.843,41
DESPESAS CORRENTES	84.114.002,00	4.862.596,83	88.976.598,83	16.456.556,41	34.203.100,67	13.132.487,48	23.377.300,27	26,27	65.599.298,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.594.249,00	-2.218.025,42	43.376.223,58	7.271.235,46	13.486.156,85	7.267.267,82	13.463.489,56	31,04	29.912.734,02
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.200.000,00	0,00	4.200.000,00	683.247,33	1.353.971,44	424.586,79	1.095.310,90	26,08	3.104.689,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.319.753,00	7.080.622,25	41.400.375,25	8.502.073,62	19.362.972,38	5.440.632,87	8.818.499,81	21,30	32.581.875,44
DESPESAS DE CAPITAL	14.545.420,00	6.977.863,42	21.523.283,42	1.314.547,19	7.216.241,35	2.630.673,46	3.413.238,57	15,86	18.110.044,85
INVESTIMENTOS	13.245.420,00	6.977.863,42	20.223.283,42	1.136.540,27	6.870.587,25	2.452.666,54	3.067.584,47	15,17	17.155.698,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00	178.006,92	345.654,10	178.006,92	345.654,10	26,59	954.345,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.250.500,00	0,00	14.250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.250.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.837.500,00	0,00	4.837.500,00	858.304,29	1.808.545,19	858.304,29	1.808.545,19	37,39	3.028.954,81
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.837.500,00	0,00	4.837.500,00	858.304,29	1.808.545,19	858.304,29	1.808.545,19	37,39	3.028.954,81
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	117.897.422,00	11.840.460,25	129.737.882,25	18.629.407,89	43.227.887,21	16.621.465,23	28.599.084,03	22,04	101.138.798,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	117.897.422,00	11.840.460,25	129.737.882,25	18.629.407,89	43.227.887,21	16.621.465,23	28.599.084,03	22,04	101.138.798,22
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	8.144.561,55	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	117.897.422,00	11.840.460,25	129.737.882,25	18.629.407,89	43.227.887,21	16.621.465,23	36.743.645,58	22,04	101.138.798,22

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.474.658,26

FONTE:

VIDEIRA, 22/05/2013

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Anexo 12 - RREO 2º Bim 2013 ANEXO 12 - RREO 2º BIM 2013

Município de VIDEIRA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE** ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	12.886.000,00	12.886.000,00	4.109.485,58	31,89
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.200.000,00	3.200.000,00	308.175,50	9,63
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	738.269,81	52,73
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	2.286.986,60	38,12
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.520.000,00	1.520.000,00	517.201,80	34,03
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	71.000,00	71.000,00	29.749,34	41,90
Dívida Ativa dos Impostos	420.000,00	420.000,00	141.323,51	33,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	275.000,00	275.000,00	87.779,02	31,92
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	58.165.000,00	58.165.000,00	19.135.861,12	32,90
Cota-Parte FPM	16.200.000,00	16.200.000,00	6.048.957,69	37,34
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	411,92	2,75
Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	1.738.410,43	34,77
Cota-Parte ICMS	36.000.000,00	36.000.000,00	11.130.524,93	30,92
Cota-Parte IPI-Exportação	730.000,00	730.000,00	162.006,17	22,19
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	220.000,00	220.000,00	55.549,98	25,25
Desoneração ICMS (LC 87/96)	220.000,00	220.000,00	55.549,98	25,25
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	71.051.000,00	71.051.000,00	23.245.346,70	32,72

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.858.240,00	3.858.240,00	1.614.244,83	41,84
Provenientes da União	3.511.622,00	3.511.622,00	1.496.387,14	42,61
Provenientes dos Estados	346.618,00	346.618,00	117.857,69	34,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	340.000,00	340.000,00	136.479,00	40,14
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.198.240,00	4.198.240,00	1.750.723,83	41,70

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	15.029.302,00	17.136.046,11	10.776.627,05	62,89	4.828.796,60	28,18
Pessoal e Encargos Sociais	9.163.880,00	6.897.915,13	2.904.541,79	42,11	2.895.541,79	41,98
Outras Despesas Correntes	5.865.422,00	10.238.130,98	7.872.085,26	76,89	1.933.254,81	18,88
DESPESAS DE CAPITAL	202.500,00	708.714,66	350.000,00	49,39	0,00	0,00
Investimentos	202.500,00	708.714,66	350.000,00	49,39	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	202.500,00	708.714,66	350.000,00	49,39	0,00	0,00
Investimentos	202.500,00	708.714,66	350.000,00	49,39	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	15.231.802,00	17.844.760,77	11.126.627,05	62,35	4.828.796,60	27,06
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.550.052,00	6.986.796,11	3.480.726,96	31,28	1.152.138,78	23,86
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.275.052,00	6.631.796,11	3.404.364,62	30,60	1.096.779,04	22,71
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	275.000,00	355.000,00	76.362,34	0,69	55.359,74	1,15
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.550.052,00	6.986.796,11	3.480.726,96	31,28	1.152.138,78	23,86
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	10.681.750,00	10.857.964,66	7.645.900,09	31,07	3.676.657,82	3,20
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIf x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						32,89
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIf]						4.158.592,52
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2012	1.355.212,56	21.972,08	46.230,22	1.308.982,34	0,00	
TOTAL	1.355.212,56	21.972,08	46.230,22	1.308.982,34	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-		-		

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.746.241,00	6.247.816,77	3.458.638,20	31,08	1.490.233,99	30,86
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.797.101,00	10.658.484,00	7.479.358,09	67,22	3.202.519,56	66,32
Vigilância Sanitária	361.460,00	476.460,00	117.799,69	1,06	87.154,69	1,80
Vigilância Epidemiológica	327.000,00	462.000,00	70.831,07	0,64	48.888,36	1,01
TOTAL	15.231.802,00	17.844.760,77	11.126.627,05	100,00	4.828.796,60	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

VIDEIRA, 22/05/2013

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Anexo 2 - RREO 2º Bim 2013
ANEXO 2 - RREO 2º BIM 2013

Município de VIDEIRA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	113.059.922,00	124.900.382,25	17.771.103,60	41.419.342,02	15.763.160,94	26.790.538,84	93,68	21,45	98.109.843,41
Legislativa	1.270.000,00	1.270.000,00	205.646,79	380.050,36	148.117,84	306.979,14	1,07	24,17	963.020,86
Ação Legislativa	1.270.000,00	1.270.000,00	205.646,79	380.050,36	148.117,84	306.979,14	1,07	24,17	963.020,86
Administração	8.302.100,00	8.303.488,00	1.542.542,32	3.395.289,64	1.307.819,34	2.436.209,62	8,52	29,34	5.867.278,38
Planejamento e Orçamento	770.000,00	770.000,00	121.649,14	236.809,71	117.763,80	228.361,85	0,80	29,66	541.638,15
Administração Geral	6.967.100,00	6.968.488,00	1.334.644,53	2.996.556,59	1.101.877,30	2.056.602,11	7,19	29,51	4.911.885,89
Normatização e Fiscalização	565.000,00	565.000,00	86.248,65	161.923,34	88.178,24	151.245,66	0,53	26,77	413.754,34
Segurança Pública	434.500,00	545.015,20	46.287,16	89.442,32	25.188,16	40.845,84	0,14	7,49	504.169,36
Policimento	434.500,00	545.015,20	46.287,16	89.442,32	25.188,16	40.845,84	0,14	7,49	504.169,36
Assistência Social	3.708.779,00	4.035.825,56	395.251,43	1.098.777,16	390.736,03	676.206,42	2,36	16,76	3.359.619,14
Assistência ao Idoso	212.000,00	215.610,15	11.186,79	66.436,79	21.340,52	26.840,52	0,09	12,45	188.769,63
Assistência ao Portador de Deficiência	85.000,00	89.426,56	0,00	80.000,00	13.341,27	26.727,27	0,09	29,89	62.699,29
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.374.689,00	2.458.514,88	275.609,28	596.411,28	242.858,24	465.294,13	1,63	18,93	1.993.220,75
Assistência Comunitária	1.037.090,00	1.272.273,97	108.455,36	355.929,09	113.196,00	157.344,50	0,55	12,37	1.114.929,47
Previdência Social	6.110.000,00	6.110.000,00	879.944,40	1.808.707,88	893.364,96	1.750.593,98	6,12	28,65	4.359.406,02
Previdência do Regime Estatutário	6.110.000,00	6.110.000,00	879.944,40	1.808.707,88	893.364,96	1.750.593,98	6,12	28,65	4.359.406,02
Saúde	14.613.802,00	17.226.760,77	4.794.559,97	10.901.936,04	2.462.137,28	4.604.105,59	16,10	26,73	12.622.655,18
Atenção Básica	4.650.241,00	6.151.816,77	1.341.377,90	3.423.673,15	730.486,82	1.455.268,94	5,09	23,66	4.696.547,83
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.327.101,00	10.188.484,00	3.386.844,97	7.302.554,15	1.673.519,45	3.025.715,62	10,58	29,70	7.162.768,38
Vigilância Sanitária	323.460,00	438.460,00	41.094,11	107.946,11	31.744,69	77.301,11	0,27	17,63	361.158,89
Vigilância Epidemiológica	313.000,00	448.000,00	25.242,99	67.762,63	26.386,32	45.819,92	0,16	10,23	402.180,08
Educação	28.130.550,00	29.839.638,43	3.942.332,25	8.066.540,00	4.129.701,56	6.401.336,93	22,38	21,45	23.438.301,50
Administração Geral	1.817.000,00	1.817.000,00	297.218,62	640.838,80	312.800,81	613.379,06	2,14	33,76	1.203.620,94
Alimentação e Nutrição	444.940,00	576.016,41	206.218,14	210.678,14	98.907,70	98.907,70	0,35	17,17	477.108,71
Ensino Fundamental	12.069.300,00	13.339.958,31	1.618.924,67	3.274.853,73	1.832.050,77	2.473.826,62	8,65	18,54	10.866.131,69
Ensino Médio	20.500,00	20.500,00	0,00	700,00	178,53	325,20	0,00	1,59	20.174,80
Ensino Superior	760.000,00	760.000,00	26.737,27	351.693,06	90.265,51	90.265,51	0,32	11,88	669.734,49
Educação Infantil	13.018.810,00	13.326.163,71	1.793.233,55	3.587.776,27	1.795.498,24	3.124.632,84	10,93	23,45	10.201.530,87
Cultura	325.500,00	325.500,00	59.887,93	114.378,87	37.569,85	79.077,64	0,28	24,29	246.422,36
Difusão Cultural	325.500,00	325.500,00	59.887,93	114.378,87	37.569,85	79.077,64	0,28	24,29	246.422,36
Urbanismo	16.271.500,00	23.396.841,18	3.067.090,19	9.624.779,20	3.889.485,16	5.715.816,33	19,99	24,43	17.681.024,85
Infra-estrutura Urbana	11.513.000,00	16.202.374,59	1.357.169,88	6.595.524,53	2.784.821,33	3.975.853,89	13,90	24,54	12.226.520,70
Serviços Urbanos	4.758.500,00	7.194.466,59	1.709.920,31	3.029.254,67	1.104.663,83	1.739.962,44	6,08	24,18	5.454.504,15
Habitação	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Habitação Urbana	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Saneamento	640.000,00	640.000,00	14.450,96	20.130,96	7.350,96	13.030,96	0,05	2,04	626.969,04
Saneamento Básico Urbano	640.000,00	640.000,00	14.450,96	20.130,96	7.350,96	13.030,96	0,05	2,04	626.969,04

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	113.059.922,00	124.900.382,25	17.771.103,60	41.419.342,02	15.763.160,94	26.790.538,84	93,68	21,45	98.109.843,41
Agricultura	4.906.000,00	4.606.000,00	693.038,96	1.284.427,17	533.265,70	917.866,76	3,21	19,93	3.688.133,24
Abastecimento	4.906.000,00	4.606.000,00	693.038,96	1.284.427,17	533.265,70	917.866,76	3,21	19,93	3.688.133,24
Indústria	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Promoção Industrial	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Comércio e Serviços	1.380.000,00	1.380.000,00	238.184,40	821.525,91	352.749,81	661.923,12	2,31	47,97	718.076,88
Turismo	1.380.000,00	1.380.000,00	238.184,40	821.525,91	352.749,81	661.923,12	2,31	47,97	718.076,88
Transportes	842.691,00	842.691,00	8.739,80	147.490,20	82.584,01	141.628,41	0,50	16,81	701.062,59
Transporte Rodoviário	837.691,00	837.691,00	6.649,54	142.490,75	80.493,75	136.628,96	0,48	16,31	701.062,04
Outros Encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	2.090,26	4.999,45	2.090,26	4.999,45	0,02	99,99	0,55
Desporto e Lazer	1.369.000,00	1.425.485,90	254.886,77	550.444,86	193.903,23	359.576,94	1,26	25,22	1.065.908,96
Desporto Comunitário	1.369.000,00	1.425.485,90	254.886,77	550.444,86	193.903,23	359.576,94	1,26	25,22	1.065.908,96
Encargos Especiais	9.905.000,00	10.102.636,21	1.628.260,27	3.115.421,45	1.309.187,05	2.685.341,16	9,39	26,58	7.417.295,05
Outras Transferências	300.000,00	303.776,17	145.973,20	219.973,20	76.980,00	102.453,20	0,36	33,73	201.322,97
Outros Encargos Especiais	9.605.000,00	9.798.860,04	1.482.287,07	2.895.448,25	1.232.207,05	2.582.887,96	9,03	26,36	7.215.972,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.250.500,00	14.250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.250.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.837.500,00	4.837.500,00	858.304,29	1.808.545,19	858.304,29	1.808.545,19	6,32	37,39	3.028.954,81
Legislativa	15.000,00	15.000,00	3.064,17	4.571,32	3.064,17	4.571,32	0,02	30,48	10.428,68
Ação Legislativa	15.000,00	15.000,00	3.064,17	4.571,32	3.064,17	4.571,32	0,02	30,48	10.428,68
Administração	608.500,00	608.500,00	98.941,90	203.155,59	98.941,90	203.155,59	0,71	33,39	405.344,41
Planejamento e Orçamento	60.000,00	60.000,00	9.751,32	19.849,27	9.751,32	19.849,27	0,07	33,08	40.150,73
Administração Geral	483.500,00	483.500,00	79.909,99	164.149,52	79.909,99	164.149,52	0,57	33,95	319.350,48
Normatização e Fiscalização	65.000,00	65.000,00	9.280,59	19.156,80	9.280,59	19.156,80	0,07	29,47	45.843,20
Assistência Social	120.000,00	120.000,00	25.061,20	52.132,19	25.061,20	52.132,19	0,18	43,44	67.867,81
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.000,00	120.000,00	25.061,20	52.132,19	25.061,20	52.132,19	0,18	43,44	67.867,81
Previdência Social	20.000,00	20.000,00	4.037,89	7.478,29	4.037,89	7.478,29	0,03	37,39	12.521,71
Previdência do Regime Estatutário	20.000,00	20.000,00	4.037,89	7.478,29	4.037,89	7.478,29	0,03	37,39	12.521,71
Saúde	618.000,00	618.000,00	106.156,70	224.691,01	106.156,70	224.691,01	0,79	36,36	393.308,99
Atenção Básica	96.000,00	96.000,00	16.323,17	34.965,05	16.323,17	34.965,05	0,12	36,42	61.034,95
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	470.000,00	470.000,00	84.006,90	176.803,94	84.006,90	176.803,94	0,62	37,62	293.196,06
Vigilância Sanitária	38.000,00	38.000,00	4.567,00	9.853,58	4.567,00	9.853,58	0,03	25,93	28.146,42
Vigilância Epidemiológica	14.000,00	14.000,00	1.259,63	3.068,44	1.259,63	3.068,44	0,01	21,92	10.931,56
Educação	2.479.000,00	2.479.000,00	463.928,24	994.614,45	463.928,24	994.614,45	3,48	40,12	1.484.385,55
Administração Geral	208.000,00	208.000,00	39.920,84	79.013,51	39.920,84	79.013,51	0,28	37,99	128.986,49
Ensino Fundamental	1.153.000,00	1.153.000,00	185.383,34	387.916,17	185.383,34	387.916,17	1,36	33,64	765.083,83
Educação Infantil	1.118.000,00	1.118.000,00	238.624,06	527.684,77	238.624,06	527.684,77	1,85	47,20	590.315,23

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.837.500,00	4.837.500,00	858.304,29	1.808.545,19	858.304,29	1.808.545,19	6,32	37,39	3.028.954,81
Urbanismo	650.000,00	650.000,00	100.792,67	206.046,77	100.792,67	206.046,77	0,72	31,70	443.953,23
Infra-estrutura Urbana	650.000,00	650.000,00	100.792,67	206.046,77	100.792,67	206.046,77	0,72	31,70	443.953,23
Agricultura	200.000,00	200.000,00	33.666,75	71.571,02	33.666,75	71.571,02	0,25	35,79	128.428,98
Abastecimento	200.000,00	200.000,00	33.666,75	71.571,02	33.666,75	71.571,02	0,25	35,79	128.428,98
Comércio e Serviços	32.000,00	32.000,00	6.414,71	12.095,16	6.414,71	12.095,16	0,04	37,80	19.904,84
Turismo	32.000,00	32.000,00	6.414,71	12.095,16	6.414,71	12.095,16	0,04	37,80	19.904,84
Desporto e Lazer	95.000,00	95.000,00	16.240,06	32.189,39	16.240,06	32.189,39	0,11	33,88	62.810,61
Desporto Comunitário	95.000,00	95.000,00	16.240,06	32.189,39	16.240,06	32.189,39	0,11	33,88	62.810,61
TOTAL (III) = (I + II)	117.897.422,00	129.737.882,25	18.629.407,89	43.227.887,21	16.621.465,23	28.599.084,03	100,00	22,04	101.138.798,22

FONTE:

VIDEIRA, 22/05/2013

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anexo 8 - RREO 2º Bim 2013 ANEXO 8 - RREO 2º BIM 2013

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	12.886.000,00	12.886.000,00	2.421.482,04	4.109.485,58	31,89
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.775.000,00	3.775.000,00	407.843,08	510.695,65	13,53
1.1.1- IPTU	3.200.000,00	3.200.000,00	308.175,50	308.175,50	9,63
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.000,00	25.000,00	0,00	471,80	1,89
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	340.000,00	340.000,00	59.087,92	125.533,06	36,92
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	210.000,00	210.000,00	40.579,66	76.515,29	36,44
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	463.355,28	738.269,81	52,73
1.2.1- ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	463.355,28	743.566,25	53,11
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	(5.296,44)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.191.000,00	6.191.000,00	1.243.230,66	2.343.318,32	37,85
1.3.1- ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	1.206.745,53	2.297.886,77	38,30
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	46.000,00	46.000,00	24.294,56	29.277,54	63,65
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	80.000,00	80.000,00	6.860,26	15.790,45	19,74
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	65.000,00	65.000,00	5.885,69	11.263,73	17,33
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(555,38)	(10.900,17)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.520.000,00	1.520.000,00	307.053,02	517.201,80	34,03
1.4.1- IRRF	1.520.000,00	1.520.000,00	307.053,02	517.201,80	34,03
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	58.165.000,00	58.165.000,00	9.116.665,12	19.135.861,12	32,90
2.1- Cota-Parte FPM	16.200.000,00	16.200.000,00	2.458.897,74	6.048.957,69	37,34
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	15.700.000,00	15.700.000,00	2.458.897,74	6.048.957,69	38,53
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	36.000.000,00	36.000.000,00	5.519.757,76	11.130.524,93	30,92
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	220.000,00	220.000,00	55.549,98	55.549,98	25,25
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	730.000,00	730.000,00	68.631,04	162.006,17	22,19
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	218,28	411,92	2,75
2.6- Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	1.013.610,32	1.738.410,43	34,77
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	71.051.000,00	71.051.000,00	11.538.147,16	23.245.346,70	32,72
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.062.800,00	2.062.800,00	421.521,36	788.580,62	38,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.300.000,00	1.300.000,00	268.886,85	618.613,42	47,59
5.2- Outras Transferências do FNDE	560.000,00	560.000,00	132.080,21	132.080,21	23,59
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	202.800,00	202.800,00	20.554,30	37.886,99	18,68
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.062.800,00	2.062.800,00	421.521,36	788.580,62	38,23

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	11.633.000,00	11.633.000,00	1.823.282,58	3.827.121,36	32,90
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.240.000,00	3.240.000,00	491.729,51	1.209.741,43	37,34
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.200.000,00	7.200.000,00	1.103.951,37	2.226.104,65	30,92
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	44.000,00	44.000,00	11.109,99	11.109,99	25,25
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	146.000,00	146.000,00	13.726,20	32.401,20	22,19
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.000,00	3.000,00	43,64	82,34	2,74
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.000.000,00	1.000.000,00	202.721,87	347.681,75	34,77
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	18.200.000,00	18.200.000,00	2.903.949,39	5.982.503,26	32,87
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	18.000.000,00	18.000.000,00	2.873.083,91	5.934.088,24	32,97
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	200.000,00	200.000,00	30.865,48	48.415,02	24,21
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.367.000,00	6.367.000,00	1.049.801,33	2.106.966,88	33,09
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.920.000,00	11.281.292,86	2.344.039,61	3.475.564,96	30,81
13.1- Com Educação Infantil	2.349.000,00	2.349.000,00	894.540,92	1.318.001,02	56,11
13.2- Com Ensino Fundamental	8.571.000,00	8.932.292,86	1.449.498,69	2.157.563,94	24,15
14- OUTRAS DESPESAS	7.280.000,00	7.280.000,00	550.703,50	798.872,16	10,97
14.1- Com Educação Infantil	5.991.000,00	5.991.000,00	312.180,36	446.883,79	7,46
14.2- Com Ensino Fundamental	1.289.000,00	1.289.000,00	238.523,14	351.988,37	27,31
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	18.200.000,00	18.561.292,86	2.894.743,11	4.274.437,12	23,03
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					361.292,86
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					361.292,86
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					52,06
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				361.292,86	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 2				361.292,86	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)3	17.762.750,00	17.762.750,00	2.884.536,79	5.811.336,68	32,72
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.333.250,00	12.333.250,00	1.988.690,64	3.606.833,95	29,24
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.340.000,00	8.340.000,00	1.206.721,28	1.764.884,81	21,16
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.993.250,00	3.993.250,00	781.969,36	1.841.949,14	46,13
24- ENSINO FUNDAMENTAL	11.965.000,00	12.326.292,86	2.017.434,11	2.861.722,79	23,22
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	9.860.000,00	10.221.292,86	1.688.021,83	2.509.552,31	24,55
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.105.000,00	2.105.000,00	329.412,28	352.170,48	16,73
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	24.298.250,00	24.659.542,86	4.006.124,75	6.468.556,74	26,23
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.106.966,88
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					48.415,02
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					361.292,86
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.516.674,76
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.951.881,98
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.440.000,00	1.440.000,00	0,00	52,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	358.000,00	414.056,13	0,00	20,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.798.000,00	1.854.056,13	0,00	72,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	26.096.250,00	26.513.598,99	4.006.124,75	6.468.628,74	24,40
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	383.204,53	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.934.088,24	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.741.603,11	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	48.415,02	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.624.104,68	0,00

VIDEIRA, 22/05/2013

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

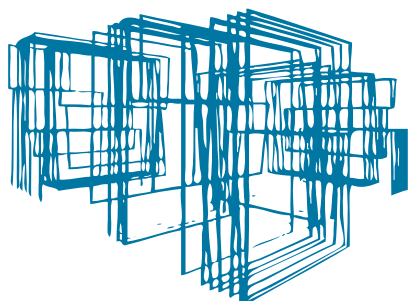
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 361.292,86, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 023/2013

DECRETO DE N.º 023/2013
FIXA PONTO FACULTATIVO

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Vitor Meireles,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo para repartições públicas municipais no dia 31 de maio de 2013.

Parágrafo único. O Ponto Facultativo é decorrente do Feriado Nacional de Corpus Christi.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 24 de maio de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Extrato de Contrato 11-2013

Extrato do Contrato Nº. 11/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATADA: LJ-AUD ESCRITORIO CONTÁBIL S/C LTDA ME;

OBJETO contratação de serviços de auditoria de acordo com condições do edital, na cidade de Vitor Meireles decorrente do Processo Licitatório nº 08/2013, no Município de Vitor Meireles. PRAZO VIGÊNCIA 12 meses: VALOR: R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).

Vitor Meireles - SC, 27 de maio de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

Associações

EGEM

Aditivo ao Edital 21/2013 - Qualidade de Atendimento No Serviço Público _amplanorte

ADITIVO AO EDITAL Nº 21/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO SOBRE QUALIDADE DO ATENDIMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração do valor da inscrição do Curso do atendimento no Serviço Público, a realizar-se em Mafra de acordo com o edital nº 21/2013 publicado em 20/02/2013.

Cidade/Local Mafra/SC

Auditório da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense -

AMPLANORTE

Rua Maria do Espírito Santo, 400 - Centro

Período das inscrições	20/02/2013 a 24/06/2013
Vencimento do boleto de cobrança	24/06/2013
Homologação das inscrições	26/06/2013
Período de realização	08 de julho de 2013
Carga horária total	10 horas/aula
Quantidade de vagas	90 vagas

Florianópolis, 24 de maio de 2013.

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 157 - Programa - Serra Alta

Extrato de Contrato nº 157/2013

Contrato de Programa - Serra Alta

CONTRATANTE: Município de Serra Alta

CNPJ: 80.622.319/0001-98

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 058/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Serra Alta e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Serra Alta no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Serra Alta, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 23 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 158 - Rateio - Serra Alta

Extrato de Contrato nº 158/2013

Contrato de Rateio - Serra Alta

CONTRATANTE: Município de Serra Alta

CNPJ: 80.622.319/0001-98

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 059/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Serra Alta e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 058/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 23 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCO**Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco73**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO73

Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de equipamentos diversos de informática e suprimentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 18 do LOTE 11, em conformidade com a Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 24.05.2013. Validade: 09.05.2013 a 31.08.2013. PAL nº: 0009/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0008. Registro de Preços nº: 0009.

Fraiburgo (SC), 24 de maio de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br